

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



**A teoria fundarentista da justificação epistémica de Susan Haack – contra o
coerentismo, o fundacionalismo e o fiabilismo**

Pedro Dinis

Dissertação

Mestrado em Filosofia

2013

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



**A teoria fundarentista da justificação epistémica de Susan Haack – contra o
coerentismo, o fundacionalismo e o fiabilismo**

Pedro Dinis

Dissertação orientada pelo Professor Doutor João Branquinho

Mestrado em Filosofia

2013

Resumo

O que significa estar justificado a acreditar em p? As teorias coerentistas da justificação epistémica defendem que a justificação de uma crença empírica p depende das relações de suporte mútuo que p estabelece com as restantes crenças de um conjunto coerente de crenças. As teorias fundacionalistas da justificação epistémica defendem que a justificação de p depende de uma relação de suporte das crenças básicas para com as crenças não-básicas ou derivadas. Mas as teorias coerentistas não conseguem acomodar satisfatoriamente a entrada de input para dentro de um sistema coerente de crenças e as teorias fundacionalistas desvalorizam a relação de suporte mútuo entre as crenças e lidam com dificuldade com a justificação das crenças básicas. A teoria fundarentista da justificação epistémica de Susan Haack é construída na base dos aspectos positivos do coerentismo e do fundacionalismo. Do coerentismo recolhe a ideia de uma relação de suporte mútuo entre crenças sem que a justificação se torne circularmente viciosa e do fundacionalismo recolhe a relevância da experiência para a justificação das nossas crenças sem que se estabeleça qualquer distinção entre crenças básicas e derivadas, o que vai possibilitar ao fundarentismo evitar as principais objecções que foram dirigidas àquelas duas teorias. Haack reconhece que a sua teoria epistémica pode ser melhorada e propõe como possível alternativa a teoria fiabilista da justificação epistémica, por esta teoria apresentar igualmente algumas das principais ideias fundarentistas. Haack detecta dois principais problemas nas teorias fiabilistas: a indistinção entre a justificação e a verdade e o não acesso às razões que sustentam as nossas crenças. Após uma descrição e análise crítica das principais teorias da justificação epistémica, concluo que o fundarentismo de Haack, não obstante alguns possíveis problemas que apresento no final, surge como a teoria da justificação epistémica mais plausível para a resposta ao problema a que nos propomos.

Palavras-chave: coerentismo, fundacionalismo, fiabilismo, fundarentismo, suporte mútuo, crença empírica, crença básica, crença derivada, justificação, input, verdade, acesso.

Abstract

What does it mean to be justified in believing p ? Coherentist theories of epistemic justification claim that the justification of an empirical belief p depends on the relations of mutual support that p establish with the other beliefs of a coherent set of beliefs. Foundationalist theories of epistemic justification argue that the empirical justification of our beliefs depends on a relationship of support from basic beliefs to non-basic or derived beliefs. But coherentist theories can't accommodate the entry of input into a coherent system of beliefs without that destabilizes them and the foundationalist theories devalue the relation of mutual support between the beliefs and deal with difficulty with the justification of basic beliefs. The foundherentist theory of epistemic justification of Susan Haack is built on the positive aspects of coherentism and foundationalism. From coherentism collects the idea of a relation of mutual support between beliefs without justification becomes circularly vicious and from foundationalism the relevance of experience to the justification of our beliefs without requiring any distinction between basic and derived beliefs, what will allow foundherentism to avoid the main objections that were directed toward those two theories. Haack acknowledges that her epistemic theory can be improved and proposes as a possible alternative the reliabilist theory of epistemic justification, by the fact of reliabilism presents himself with some of the main foundherentist ideas. Haack detects two main problems with reliabilist theories: the lack of distinction between justification and truth and the no access to the reasons that support our beliefs. After a description and critical analysis of the major theories of epistemic justification, I conclude that Haack's foundherentism, despite some possible problems that I present at the end, emerges as the most plausible theory of epistemic justification for the answer to the problem that we are proposing.

Keywords: coherentism, foundationalism, reliabilism, foundherentism, mutual support, empirical belief, basic belief, derived belief, justification, input, truth, access.

Índice

Índice	4
Agradecimentos	8

Capítulo I

1. O problema	9
2. Introdução	10
3. O argumento céptico da regressão ad infinitum das nossas crenças	11

Capítulo II

4. O que defendem as teorias coerentistas da justificação epistémica	13
5. Uma caracterização da teoria coerentista da justificação epistémica de ----- Laurence Bonjour	14
6. A conversão de Bonjour ao fundacionalismo epistémico	21
7. A crítica de Susan Haack à teoria coerentista da justificação epistémica de -- Laurence Bonjour	22
8. Objecções de Bonjour à teoria coerentista da justificação epistémica	23
9. Outras possíveis objecções às teorias coerentistas da justificação epistémica -	25

Capítulo III

10. Uma caracterização da teoria coerentista da justificação da verdade de ---- -Donald Davidson	26
11. As críticas de Haack à teoria coerentista da justificação da verdade de ---- Davidson	33
12. Outras possíveis objecções à teoria coerentista da justificação da verdade - - de Davidson	38

Capítulo IV

13. O que defendem as teorias fundacionalistas da justificação epistémica ...	39
14. Uma caracterização da teoria fundacionalista da justificação epistémica de Carl Irving Lewis	40
15. As críticas de Haack à teoria fundacionalista da justificação epistémica de - -- Lewis	53

16. Outras possíveis objecções à teoria fundacionalista da justificação ----- - epistémica de Lewis	63
--	----

Capítulo V

17. Principais objecções às teorias fundacionalistas da justificação epistémica - segundo Bonjour	66
18. Objecção (reformulada) do dilema de Wilfrid Sellars às teorias ----- fundacionalistas da justificação epistémica – Parte I	67
19. Objecção (reformulada) do dilema de Wilfrid Sellars às teorias ----- fundacionalistas da justificação epistémica – Parte II	68
20. Uma possível réplica à objecção (reformulada) do dilema de Sellars	69
21. Uma caracterização da teoria fundacionalista da justificação epistémica de Bonjour a partir da resposta de Bonjour ao dilema	70
21.1. Parte I – O caso das metacrenças como crenças básicas	70
21.2. Parte II – A justificação das crenças empíricas básicas acerca da ----- experiência sensorial	72
22. Objecções à teoria fundacionalista da justificação epistémica de Bonjour a partir da réplica de Bonjour ao dilema de Sellars	75

Capítulo VI

23. A aproximação das teorias coerentistas e fundacionalistas da justificação -- epistémica	78
24. A teoria fundarentista da justificação epistémica de Susan Haack como ---- uma teoria intermédia entre o fundacionalismo e o coerentismo	82
25. Principais argumentos das teorias fundacionalistas da justificação ----- epistémica (contra o coerentismo) propostos por Haack	85
26. Principais argumentos das teorias coerentistas da justificação epistémica -- (contra o fundacionalismo) propostos por Haack	91

Capítulo VII

27. Uma caracterização da teoria fundarentista da justificação epistémica de - - Susan Haack	95
27.1. Principais teses do fundarentismo de Haack	95
28. A Explicação da teoria fundarentista de Haack	97
28.1. 1ª Fase da Explicação: A relação causal da evidência-S de A que p ----- com a crença-S de A que p	97

28.2. 2ª Fase da Explicação: A passagem da evidência-S de A que p para a ---- evidência-C de A que p	101
28.3. 3ª Fase da Explicação: A relação avaliativa da evidência-C de A que p --- com a crença-C de A que p	106
29. A Ratificação da teoria fundarentista de Haack	116

Anexo I

30. O surgimento da teoria fundarentista da justificação epistémica de Susan - Haack	118
31. Por que não optar antes por uma teoria fiabilista da justificação ----- epistémica?	119
32. Porquê uma análise crítica do fiabilismo de Goldman por parte de Haack?	120

Anexo II

33.O que defendem as teorias fiabilistas da justificação epistémica	121
34.Uma caracterização da teoria fiabilista da justificação epistémica de Alvin - Goldman	121
35.Críticas de Haack ao fiabilismo	136
35.1.Principais críticas de Haack às teorias fiabilistas da justificação ----- epistémica	136
35.2.Críticas de Haack à teoria fiabilista da justificação epistémica de Alvin --- Goldman: as três teorias fiabilistas	137
36.Outras objecções à teoria fiabilista da justificação epistémica de Alvin ----- Goldman	144
36.1.A objecção da ignorância do processo de justificação das crenças -----	144
36.2.A objecção da generalidade	145
36.3.A objecção do demónio maligno	146
36.4. A objecção da vidência	149

Anexo III

37.Algumas principais objecções à teoria fundarentista da justificação ----- epistémica de Susan Haack	151
---	-----

37.1. Objecção de Olav Gjelsvik em “Tracking truth and solving puzzles” in -- - <i>Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy</i> , 40: 2, pp. 209-224	151
37.2. Objecção de Brian Lightbody em “Virtue Foundherentism” in ----- <i>Kriterion</i> , Nº 20, 2006, pp. 14-21.....	156
37.3. Objecção de Laurence Bonjour em “Haack on Justification and ----- Experience” in <i>Synthese</i> , Nº 112, 1997, pp. 17-23.....	158
37.3.1. Resposta de Haack à objecção de Bonjour em HAACK, S., “Reply to -- - Bonjour” in <i>Synthese</i> , Nº 112, 1997, pp. 30-33.....	159
37.4. Objecção de Peter Tramel em “Haack’s Foundherentism is a ----- - Foundationalism” in <i>Synthese</i> , 2008, 160, pp. 215-228.....	161
37.5. Objecção de Richard Fumerton em “Evidence and Inquiry by Susan ---- Haack” in <i>The Philosophical Quarterly</i> , Vol. 48, Nº 192, 1998, ----- pp. 409-412.....	167
37.6. Objecção de Michael Tooley in <i>Michael Tooley’s Philosophy Home Page</i> , - “Justification and Epistemically Isolated Beliefs”	168
37.7. Objecção de Michael Tooley in <i>Michael Tooley’s Philosophy Home Page</i> , - “The Lack of Clarity about When Experiential C-Evidence is ----- Necessary for Justification”	169
 Bibliografia	171
 Índice analítico	176

Agradecimentos

Quero agradecer ao professor João Branquinho por se ter disponibilizado a orientar o presente estudo. O seu constante apoio foi fundamental para a sua realização: as suas sugestões e análises críticas foram sempre muito pertinentes, esclarecedoras e rigorosas.

Estou igualmente grato aos professores e colegas do Seminário I e II de Investigação por terem proporcionado um ambiente de discussão filosófica muito saudável e aliciante.

Não posso deixar por fim de agradecer à minha esposa, pela sua paciência e compreensão.

Capítulo I

«How justified a person is in believing something depends not just on *what* he believes, but on *why* he believes it.»

«O quão justificada se encontra uma pessoa a acreditar em algo depende não apenas *do* que acredita, mas *do por que* acredita nisso»

Haack, S., (1993) *Evidence and Inquiry – Towards Reconstruction in Epistemology*, Blackwell Publishers, p. 75.

1. O problema

O problema que abordo no presente trabalho é o de saber o que significa estar epistemicamente justificado a acreditar em p ¹. Sendo especificamente as crenças empíricas que aqui abordo, crenças que obtemos através da experiência, a questão pode ser reformulada para o seguinte: o que significa estar epistemicamente justificado a acreditar na crença empírica p ?

Uma dificuldade que resulta directamente do problema a que nos propomos é a de saber como é possível justificar crenças, que possuem um conteúdo proposicional, a partir de algo, a experiência, que não possui um carácter proposicional.

¹ A letra p deve ser aqui e ao longo deste trabalho entendida como uma dada proposição. Ao longo do trabalho vou usar o termo ‘crença’ em vez de usar o termo ‘proposição’ p , por estar aqui a tratar de teorias da justificação epistémica, cuja preocupação fundamental é a da justificação das nossas crenças. Portanto, quando me referir a uma dada crença p , estou a referir-me a uma crença cujo conteúdo é a proposição p . De referir ainda que o termo crença é ambíguo, podendo referir-se ao estado de acreditar (um sujeito acredita em p) ou àquilo que é acreditado (a proposição p). Assim, quando falar de ‘crença’, a ambiguidade já estará prevista. Como veremos quando abordarmos o fundarrentismo, a teoria epistémica de Haack dá conta desta ambiguidade do termo ‘crença’.

2. Introdução

Para responder ao problema que aqui nos ocupa, apresento uma descrição e análise crítica das principais teorias da justificação epistémica: o coerentismo, o fundacionalismo, o fiabilismo e o fundarentismo². Tendo como referência para este trabalho a obra de Susan Haack *Evidence and Inquiry*³, na qual a autora apresenta a sua teoria fundarentista, sigo Haack no que se refere aos autores escolhidos de cada uma daquelas três teorias para proceder a uma descrição e análise crítica. Neste sentido, por parte do coerentismo, Laurence Bonjour e Donald Davidson, do fundacionalismo⁴, Carl Irwing Lewis e do fiabilismo, Alvin Goldman.

Para além da análise crítica das teorias epistémicas de cada um desses autores, apresento algumas das principais objecções dirigidas a essas mesmas teorias. Com base nessa análise, pretendo concluir que a teoria fundarentista de Haack apresenta-se como a resposta mais adequada ao problema da justificação epistémica das nossas crenças, não sem antes terminar com algumas críticas que podem ser dirigidas ao fundarentismo de Haack.

A teoria fundarentista de Haack é construída a partir dos aspectos positivos das teorias coerentistas e fundacionalistas. Das teorias coerentistas acomoda a ideia da relação de suporte mútuo entre as crenças, sem que isso se traduza em qualquer forma de justificação circular. Das teorias fundacionalistas acomoda a ideia da relevância da experiência para a justificação das nossas crenças, sem que tal implique qualquer distinção entre tipos de crenças, particularmente, entre crenças básicas e derivadas.

A construção do fundarentismo é, portanto, realizada tendo por base as principais objecções que são dirigidas às teorias coerentistas e fundacionalistas. É neste seguimento que surge a teoria fundarentista de Haack, uma teoria que é capaz de responder satisfatoriamente às principais objecções dirigidas ao coerentismo e fundacionalismo.

² A resposta ao problema acerca do que significa estarmos epistemicamente justificados acerca de p encontra-se indissociavelmente ligada ao problema da regressão infinita da justificação das nossas crenças. Uma teoria da justificação epistémica é, portanto, também, antes de mais, uma resposta para o problema da regressão. Apresentaremos de forma detalhada o argumento da regressão mais à frente no trabalho, mas, de um modo geral, o raciocínio é este: Uma crença p para estar justificada necessita do suporte de uma outra crença, supomos q . Mas para p estar justificada, q tem de estar justificada. A crença que suporta q é, por suposição, a crença r . A crença r tem também de estar justificada, para que a nossa crença original p esteja justificada, e assim por diante. Logo, a não ser que este processo regressivo de justificação termine algures, p não se encontra justificada.

³ HAACK, S., (1993) *Evidence and Inquiry – Towards Reconstruction in Epistemology*, Blackwell Publishers, Ltd, 1998.

⁴ Haack em *Evidence and Inquiry* apenas analisa criticamente uma teoria fundacionalista, a teoria de C. I. Lewis. Neste trabalho, realizo também uma análise crítica de uma outra teoria fundacionalista, a de Laurence Bonjour. Esta decisão deve-se, por um lado, ao facto de Bonjour ter sido inicialmente defensor do coerentismo e mais tarde adoptar uma perspectiva fundacionalista e, por outro, para se poder avaliar se a teoria fundacionalista de Bonjour é mais acertada para responder ao problema da justificação epistémica.

Como teremos ocasião de verificar, Haack procura provar que a alternativa mais plausível para que essas duas teorias evitem as objecções é a de seguirem uma forma de fundarentismo.

Não obstante os argumentos apresentados por Haack para provar a maior plausibilidade do fundarentismo sobre as teorias coerentistas e fundacionalistas, Haack reconhece que o seu fundarentismo ainda carece de melhoramentos. Nesse sentido, procura saber se o fiabilismo surge como uma melhor alternativa ao fundarentismo, por acomodar algumas das principais ideias fundarentistas e se apresentar de forma mais simples do que o fundarentismo. Após uma análise crítica do fiabilismo, Haack detecta dois principais problemas nesta teoria: a indistinção entre a justificação e a verdade e a falta de acesso por parte do agente às razões que sustentam as suas crenças.

Termino este trabalho com a apresentação de algumas das principais críticas que podem ser dirigidas à teoria fundarentista da justificação epistémica de Susan Haack.

3. O argumento céptico da regressão *ad infinitum* das nossas crenças

Um dos aspectos que qualquer teoria da justificação epistémica procura dar conta, ou pelo menos não ser afectada, é designado pelo problema da regressão *ad infinitum* da justificação.

O problema da regressão coloca-se do seguinte modo: Imaginemos que o agente A acredita em p. Para que A acredite em p, A deve ter razões para acreditar em p. Suponhamos que a justificação de A para p é r. Mas para que a crença p de A esteja justificada, r tem de estar justificada. Suponhamos que a justificação de A para r é s. Para que a crença p esteja justificada, s tem de estar justificada, e assim sucessivamente *ad infinitum*. Sendo esta regressão aparentemente infinita, conclui o argumento que a crença p de A não se encontra justificada, porque o suporte de justificação para p não se encontra justificado. Uma conclusão mais geral do argumento da regressão é a de que, sendo a justificação de crenças um processo inferencial, nenhuma das nossas crenças se encontra justificada, porque qualquer tentativa de justificação de uma dada crença apela para uma nova crença.

Recorramos a um exemplo que elucide o argumento da regressão. Imaginemos que possuo em t a crença p de que está a chover. Suponhamos que a minha crença p é justificada pela crença q de que estou a ouvir o barulho da água a bater no vidro da janela e pela crença r de que ouço a Paula a dizer ao Carlos que está à procura do chapéu-de-chuva. Para que a minha crença p esteja justificada, também q e r têm de estar justificadas, o que conduz aparentemente, de acordo com o argumento da regressão, para uma regressão *infinita* no processo de justificação. Portanto, a não ser que o processo de

regressão da justificação termine de algum modo, não me encontro justificado a acreditar que está a chover.

O argumento da regressão é usado a favor dos cépticos para sustentar a tese de que não nos é possível conhecer coisa alguma, porque uma das condições necessárias para o conhecimento é a justificação.

É possível delinear três possíveis alternativas de resposta ao argumento céptico da regressão: i) a regressão termina num conjunto de crenças para as quais não existe qualquer razão ou justificação disponível; ii) a regressão conduz-nos a crenças que já ocorreram no elo de conexões inferenciais; iii) a regressão termina num conjunto de crenças que se encontram justificadas não-inferencialmente⁵. Mas para o céptico nenhuma destas três alternativas possibilita a justificação das crenças.

De acordo com a primeira alternativa, qualquer processo regressivo de justificação termina num conjunto de crenças injustificadas, pelo que nenhuma das nossas crenças empíricas se encontra justificada. A segunda alternativa torna o elo de conexões inferenciais circularmente vicioso, conduzindo-nos para a conclusão que as nossas crenças empíricas também não estão justificadas. A terceira alternativa procura justificar as crenças com um conjunto de crenças que se encontram justificadas de forma não inferencial, o que também não garante, de acordo com o céptico, a justificação das crenças empíricas.

Como teremos oportunidade de verificar, a segunda das alternativas referida enquadrar-se-á na resposta dos coerentistas ao argumento céptico da regressão, procurando construir uma estrutura de justificação que não conduza a uma circularidade viciosa da justificação e que, segundo os coerentistas, é estabelecida por uma relação inferencial explicativa de suporte mútuo entre as crenças de um dado sistema coerente de crenças. A terceira das alternativas corresponderá à resposta dada pelos fundacionalistas, de acordo com a qual, qualquer tentativa de justificação termina num conjunto de crenças justificadas não inferencialmente.

⁵ Bonjour (2002c: 194-197) apresenta quatro possíveis alternativas ao argumento céptico da regressão. Para além das três hipóteses que refiro acima, Bonjour apresenta ainda a hipótese da regressão poder continuar *infinitamente*, hipótese que conduz, a par das outras três, para a conclusão de que as nossas crenças não se encontram genuinamente justificadas.

Capítulo II

4. O que defendem as teorias coerentistas da justificação epistémica

As teorias coerentistas da justificação epistémica defendem que uma crença p está justificada se p for coerente com um conjunto de outras crenças⁶. O que se entende por um conjunto coerente de crenças⁷?

Antes de apresentar a definição epistémica de coerência, apresento a definição epistémica de consistência, porque os coerentistas alegam que uma condição necessária da coerência é a consistência. Um conjunto de crenças é consistente caso as crenças possam ser verdadeiras ao mesmo tempo⁸. Um conjunto de crenças é coerente caso as crenças sejam consistentes e se encontrem relacionadas de tal modo a poderem fornecer suporte inferencial entre si⁹. Neste sentido, a noção de coerência não deve ser confundida com a noção de consistência¹⁰. (Bonjour, 2002b: 203)

Portanto, para o coerentismo, p está justificada se e somente se:

p estabelece relações de inferencialidade com as restantes crenças de um dado sistema cognitivo de crenças.

⁶ De acordo com Bonjour (2002b: 202) esta é a tese central comum a todas as versões históricas e contemporâneas de coerentismo.

⁷ Em relação ao que pode ser dito acerca da natureza da coerência ou sobre o que se entende por um conjunto coerente de crenças, sigo a perspectiva de Bonjour. (2002b: 202-203).

⁸ Por exemplo, a proposição de que está a chover e a proposição de que está sol, são consistentes entre si. Do mesmo modo, as proposições de que Lisboa é a capital de Portugal e que a sardinha é peixe, são consistentes entre si. No entanto, as proposições de que está a chover e de que está a nevar, não são consistentes entre si, porque não podem ser ambas simultaneamente verdadeiras. Neste sentido, partindo da definição epistémica de consistência, podemos igualmente estabelecer a noção de inconsistência. Um conjunto de crenças é inconsistente quando nem todas as crenças podem ser verdadeiras ao mesmo tempo. De notar que a consistência epistémica não implica a verdade das crenças, apenas a inexistência de crenças contraditórias entre si. Mas ainda que a definição de consistência epistémica implique a possibilidade das crenças serem simultaneamente falsas, a definição de consistência que interessa ao coerentista é a que nos coloca perante a possibilidade das crenças poderem ser verdadeiras ao mesmo tempo, porque a justificação das crenças é a condição que nos oferece garantias para acreditar que as nossas crenças são verdadeiras.

⁹ Um outro sentido muito próximo do qual as crenças ‘estabelecem relações inferenciais entre si’ é o de ‘relação de reciprocidade ou suporte mútuo entre si’. Aliás, é mais comum vermos na maioria da literatura este sentido de coerência num dado sistema cognitivo de crenças, como uma relação de ‘suporte mútuo ou reciprocidade’.

¹⁰ Se a justificação coerentista fizesse depender a justificação apenas de uma relação de consistência entre proposições, a maior parte das nossas crenças não se encontrava justificada. Imaginemos por exemplo a crença p de que existem cinco oceanos, a crença q de que existem cinco continentes e a crença r de que os matraquilhos são um desporto olímpico. As proposições p , q e r são consistentes entre si. Mas será que podemos justificar r a partir de p e q , ou justificar p a partir de q e r ? Não parece que o possamos fazer, porque não se verifica qualquer relação de suporte entre tais proposições.

Por sua vez, o grau de coerência de um dado sistema cognitivo de crenças depende do “número e da força” (2002b: 203) com que as conexões inferenciais são estabelecidas no interior de um tal sistema¹¹.

Daqui concluímos que para o coerentismo, a justificação depende apenas de uma relação lógica de inferencialidade ou de suporte mútuo entre crenças. Uma objecção apontada ao coerentismo, conhecida pela objecção do isolamento, sustenta que as teorias coerentistas, ao fazerem depender a justificação única e exclusivamente de uma relação lógica entre crenças, não conseguem justificar qualquer crença empírica, porque a justificação de uma crença empírica depende, pelo menos em parte, da experiência.

5. Uma caracterização da teoria coerentista da justificação epistémica de Laurence Bonjour

I

A resposta das teorias coerentistas ao argumento da regressão da justificação é a de afirmar, não que a justificação termina num conjunto de crenças justificadas não-inferencialmente¹² ou que termina num conjunto de crenças injustificadas ou mesmo afirmar que o processo de regressão é infinito, mas que a justificação move-se em círculo.

Bonjour reconhece (1976: 285) que a justificação em círculo não é uma resposta satisfatória por parte do coerentismo ao argumento da regressão, porque torna a justificação circularmente viciosa¹³. Mas como pode o coerentismo resolver este problema? De acordo com Bonjour, a resposta do coerentismo ao argumento da regressão não é a de que a justificação é circular, mas assenta numa rejeição de uma concepção linear da justificação inferencial.

Bonjour alega que o coerentismo sustenta uma concepção holista ou sistemática da justificação inferencial, de acordo com a qual, “as crenças são justificadas por estarem inferencialmente relacionadas com outras crenças no contexto global de um sistema coerente.” (1976: 286) Para se perceber esta concepção holista da justificação, Bonjour

¹¹ De acordo com Bonjour (2002b: 204) tem-se insistido ultimamente que as relações entre as crenças no interior de um sistema coerente de crenças sejam entendidas, antes de mais, como relações *explicativas*. Pretende-se com isso reforçar o sentido de coerência presente na ideia de uma interconexão entre as crenças, no qual a aceitação de uma dada crença depende da sua capacidade para explicar as restantes crenças que lhe fornecem suporte inferencial.

¹² Esta irá ser a resposta fundacionalista ao argumento da regressão. Para os fundacionalistas, a justificação de qualquer crença empírica depende de um conjunto de crenças básicas, crenças que se encontram justificadas de forma não-inferencial.

¹³ Uma justificação circularmente viciosa ocorre quando uma (ou mais) das crenças que ocorre inicialmente como conclusão surge posteriormente como premissa. Tal significa que a nossa crença, por suposição *p*, que surge inicialmente como conclusão, não se encontra justificada a não ser que *p* se encontre justificada como premissa. Logo, nem *p* nem nenhuma crença que dependa de *p* encontra-se justificada. Portanto, a justificação circularmente viciosa implica que não existe uma justificação genuína acerca de qualquer uma das nossas crenças. Cf. Bonjour, 1976: 285.

distingue dois níveis no que se refere à justificação das crenças, um nível local e um nível global de justificação.

Ao nível local trata-se da justificação de uma “crença particular, ou de pequeno grupo de crenças, no contexto de um sistema cognitivo“. (1976: 286) Ao nível global, trata-se da justificação do próprio sistema cognitivo de crenças como um todo, que, para Bonjour, não se encontra *ex hypothesi* em discussão (1976: 286).

De acordo com Bonjour, é o nível global da justificação que para o coerentismo é fundamental para determinar a justificação epistémica, e não o nível local. Enquanto ao nível local a justificação surge como linear, tal não acontece, segundo Bonjour, ao nível global da justificação. Ao nível global, o coerentismo não entende a relação entre as crenças na forma de uma dependência linear, mas como uma relação de suporte mútuo ou recíproco, na qual cada uma das crenças pode ser justificada por intermédio das outras, não se estabelecendo qualquer relação de prioridade epistémica entre as crenças.

Neste sentido, para Bonjour, não existe o perigo de uma regressão no processo de justificação, porque a justificação do sistema global de crenças é dada por garantida. Por outro lado, Bonjour considera que nesta concepção holista da justificação também não existe o perigo de uma justificação circularmente viciosa, porque a justificação das crenças particulares não depende das outras crenças particulares, como sucede na concepção linear de justificação, mas depende em última instância do sistema global de crenças e da sua coerência¹⁴. (1976: 287)

II

Uma das principais objecções dirigidas às teorias coerentistas da justificação epistémica é conhecida pela **objecção do isolamento ou do input**¹⁵. Esta objecção sustenta que o coerentismo não garante a entrada de input para dentro de um sistema coerente de crenças, porque a justificação coerentista depende apenas de uma relação lógica entre crenças, a qual por si só não permite dar conta da relevância da experiência para a justificação. Dado que a justificação de uma crença empírica *p* depende, pelo menos em parte, da experiência, prossegue a objecção, o coerentismo é incapaz de justificar qualquer crença empírica.

Perante esta objecção, o coerentismo tem de explicar em que medida uma mera relação lógica de coerência entre crenças garante a justificação de *p* sem acomodar a entrada de input.

¹⁴ Apresento mais à frente no trabalho uma crítica a esta proposta de Bonjour para evitar a objecção da justificação circularmente viciosa que é dirigida ao coerentismo.

¹⁵ Input é epistemicamente entendido como a experiência de um dado agente A, aquilo que é exterior ao sistema cognitivo de crenças de A, e que serve, pelo menos em parte, para justificar qualquer crença empírica de A.

Bonjour apresenta uma resposta para esta objecção, que assenta numa premissa que a própria objecção exige, a de que deve existir input para dentro de um sistema coerente de crenças.

Com esse objectivo, Bonjour apresenta o caso das crenças observacionais obtidas sob boas condições de observação, como por exemplo a crença de que se encontra um computador sobre a minha secretária. Bonjour denomina tais crenças *causadas* pela realidade exterior de ‘cognitivamente espontâneas’ (1985: 117), por não serem inferidas ou o resultado de qualquer processo de raciocínio. Para Bonjour, as crenças ‘cognitivamente espontâneas’ são adquiridas pelo agente de forma “involuntária e inteiramente coerciva” (1985: 117) a partir da realidade exterior.

A questão que se coloca a Bonjour é a de como justificar tais crenças observacionais a partir exclusivamente das relações de inferencialidade de um dado sistema coerente global de crenças.

Bonjour sugere (1985: 117-118) que tais crenças observacionais sejam justificadas a partir de um conjunto de premissas acreditadas pelo agente. Essas premissas são a de que “a crença em questão é uma crença cognitivamente espontânea de uma certa classe razoavelmente definida”, como por exemplo que se trata de uma crença visual que pertence à classe dos objectos físicos de tamanho médio, a de que as “condições de observação são de um tipo específico”, como por exemplo a de que a luz envolvente é boa, que o agente se encontra próximo do objecto observado, e por aí em diante. Finalmente, que as crenças cognitivamente espontâneas em questão, dadas as condições especificadas, são muito provavelmente verdadeiras.

A proposta de Bonjour é a de que tais premissas sejam justificadas a partir das relações inferenciais com as outras crenças do sistema cognitivo coerente de crenças do agente.

Dada esta proposta de Bonjour, compreende-se que a justificação empírica coerentista envolve input do mundo exterior e, portanto, que a justificação coerentista não é apenas uma questão de relações internas no interior de um sistema de crenças (1985: 139). A ideia de Bonjour, como resposta à objecção do isolamento ou do input, é a de que um dado sistema cognitivo de crenças deve incluir um conjunto razoável de crenças cognitivamente espontâneas que são muito provavelmente verdadeiras, crenças estas cuja justificação não depende apenas da sua relação com as outras crenças do sistema.

Neste sentido, a proposta de Bonjour é a de se encarar as crenças cognitivamente espontâneas como a constituição de input para o interior de um sistema coerente de crenças. O facto da justificação de tais crenças não depender exclusivamente das relações de inferencialidade com as outras crenças assegura aparentemente a Bonjour que a

justificação coerentista não seja apenas uma questão de relações internas num dado sistema de crenças¹⁶.

De acordo com Bonjour, a inclusão das crenças cognitivamente espontâneas num sistema coerente de crenças pode conduzir a alterações ou abandono de crenças no interior do sistema coerente de crenças, sempre que se verifique uma situação de inconsistência entre crenças ou no caso de reforçar a coerência do próprio sistema de crenças¹⁷. Por outro lado, as situações de abandono ou de alteração de crenças dentro do sistema, também podem ser verificadas em relação a tais crenças observacionais, se bem que, de acordo com Bonjour, se este processo se tornar habitual, provavelmente, ter-se-á que rever “a lei que especifica o grau de fiabilidade deste tipo particular de crenças observacionais”¹⁸.

Com a introdução das crenças cognitivamente espontâneas num sistema coerente de crenças, torna-se possível de acordo com Bonjour aferir a maior ou menor fiabilidade de tais crenças a partir da própria coerência do sistema global de crenças. A este requisito de um sistema coerente de crenças, de acordo com o qual, um sistema coerente de crenças deve “possuir leis” que permitam atribuir uma elevada fiabilidade a um variado número de

¹⁶ Veremos mais à frente a crítica devastadora que Susan Haack dirige a esta proposta de Bonjour das ‘crenças cognitivamente espontâneas’ para dar conta da relevância da experiência para a justificação coerentista e servir de resposta à objecção do isolamento.

¹⁷ Usemos alguns exemplos práticos que dêem conta de casos de abandono, reformulação e reforço da coerência entre as crenças. Imaginemos que possuo a crença de que o João se encontra no escritório porque me disseram que viram o João entrar no escritório e quem me disse isso é uma pessoa que também conhece o João. Agora, ao dirigir-me para a sala de conferências, verifico que o João se encontra na sala de conferências. Neste caso, seguindo Bonjour, a minha crença cognitivamente espontânea de que o João se encontra na sala de conferências é inconsistente com a minha crença de que o João se encontra no escritório, devendo-se abandonar esta crença a favor da crença observacional. Imaginemos, numa outra situação, que possuo as crenças de que o João se encontra no escritório e de que apenas se encontra uma pessoa no escritório, porque alguém de confiança me comunicou essa informação. Ao dirigir-me para o escritório verifico que o João e a Beatriz se encontram no escritório. Neste caso, a minha crença observacional de que o João e a Beatriz se encontram no escritório obriga ao abandono da crença de que apenas se encontra uma pessoa no escritório e a uma reformulação da crença de que o João se encontra no escritório. Imaginemos ainda uma outra situação, na qual possuo as crenças de que o João se encontra no escritório e de que se encontra no escritório mais do que uma pessoa. Verifico entretanto que o João e a Beatriz se encontram no escritório. A minha crença observacional de que o João e a Beatriz se encontram no escritório obriga à reformulação da crença de que o João se encontra no escritório e simultaneamente reforça a coerência das minhas crenças acerca das pessoas que se encontram no escritório. De notar ainda que a necessidade de recorrer a alterações no interior de um determinado sistema coerente de crenças é metaforicamente utilizada por certos autores para comparar o sistema coerente de crenças a uma ‘jangada’ ou a um barco que navega livre de qualquer âncora ou corrente, e que para poder continuar a navegar necessita de vez em quando ser reparado em algumas das suas partes. Outras vezes, o sistema coerente de crenças é comparado a uma teia pela interconexão que se verifica entre as crenças e para a qual também uma aranha dedica alguma parte do seu tempo a repará-la. De igual modo, a estrutura de justificação do fundacionalismo é metaforicamente comparada a um edifício ou a uma ‘pirâmide’, em que no topo destas estruturas se situam as crenças básicas. Cf. Sosa, E., (2005: 135-136).

¹⁸ Cf. Bonjour (1975: 300).

crenças cognitivamente espontâneas, é designado por Bonjour de ‘requisito observacional’¹⁹. (1985: 141)

Por outro lado, a maior ou menor fiabilidade de tais crenças observacionais é tanto mais evidente, consoante “o corpo de crenças com o qual a crença é coerente seja maior e mais significativo”²⁰. Com o ‘requisito observacional’, a presunção a favor da verdade das crenças cognitivamente espontâneas fica mais assegurada, pondo-se aparentemente de lado a ideia de que um conjunto coerente de crenças é um conjunto de fantasias ou falsidades²¹. De certo modo, o ‘requisito observacional’ funciona como um teste complementar do sistema coerente de crenças aos resultados da observação.

Portanto, de acordo com Bonjour, o “requisito observacional garante efectivamente que um sistema cognitivo que o satisfaça receba pelo menos aparente input do mundo e consequentemente que a justificação empírica não dependa apenas das relações internas de um sistema estático de crenças”. (1985: 142)

Para Bonjour, é fundamental que a justificação empírica coerentista possibilite a integração num dado sistema de crenças de input da realidade exterior, porque a justificação de qualquer crença empírica tem de depender, pelo menos em parte, da experiência. Na ausência de input, qualquer concordância que exista entre o sistema de crenças e o mundo é um mero acaso. E esta sugestão conduz-nos à objecção seguinte ao coerentismo, conhecida pela objecção dos sistemas coerentes alternativos.

Todavia, a questão é a de saber se esta resposta de Bonjour à objecção do isolamento é suficiente para resolver o conflito que aparentemente reside entre o carácter da justificação coerentista e a possibilidade do coerentismo poder justificar crenças empíricas.

III

Uma outra principal objecção ao coerentismo, conhecida pela objecção dos **sistemas coerentes alternativos**, propõe a possibilidade de existirem vários e diferentes sistemas coerentes de crenças e incompatíveis entre si *num dado momento* e em relação aos quais uma teoria coerentista não fornece qualquer critério para que se decida por um desses sistemas.

¹⁹ O ‘requisito observacional’ implica que qualquer sistema coerente de crenças esteja capacitado para atribuir uma elevada fiabilidade às crenças cognitivamente espontâneas. De acordo com Bonjour, um sistema de crenças que satisfaça um tal ‘requisito’ passa a incluir input do mundo exterior e assegura que a justificação empírica coerentista não dependa exclusivamente de uma mera relação entre crenças no interior de um dado sistema.

²⁰ Cf. DAVIDSON, D. (2005: 162).

²¹ Como refere Bonjour: “A ideia aproximada é a de que alguns elementos no sistema cognitivo devem ser de algum modo moldados ou influenciados pelo mundo exterior ao sistema, e tal deve ser não apenas algo que pode vir ou não a ocorrer, mas antes de algum modo um requisito essencial para a justificação do sistema” (1998: 228).

No entanto, de acordo com Bonjour, a objecção dos sistemas coerentes alternativos ao coerentismo não é acerca da possibilidade de existir *num dado momento* múltiplos sistemas coerentes de crenças incompatíveis entre si, porque se assim for, não se constitui como uma objecção ao coerentismo, dado que uma mesma objecção pode ser igualmente aplicada, pelo menos virtualmente, a qualquer teoria da justificação epistémica. A ideia é a de que os padrões de justificação de qualquer teoria epistémica não oferecem *num dado momento* qualquer critério para a preferência por um de entre diversos e rivais conjuntos de crenças empíricas justificadas (1985: 144). Portanto, para Bonjour, a objecção deve ser antes interpretada no sentido de saber se, *ao longo do tempo* e sob o continuado impacto de tais crenças observacionais existirão sempre diversos sistemas coerentes de crenças entre os quais uma teoria coerentista é incapaz de decidir.

Dada a possibilidade de se incluir input observacional num sistema cognitivo de crenças, Bonjour considera que a objecção dos sistemas coerentes alternativos deixa de fazer qualquer sentido, ou pelo menos, não se compreende em que sentido a objecção pode afectar mais uma teoria coerentista do que qualquer outra teoria da justificação epistémica.

Por outro lado, a objecção baseia-se no pressuposto de que é possível construírem-se arbitrariamente sistemas coerentes de crenças alternativos. Mas uma tal construção arbitrária de sistemas coerentes alternativos não é de um modo geral satisfeita pelo requisito observacional, porque as crenças cognitivamente espontâneas resultam em parte da relação do agente com o mundo exterior.

Uma forma do crítico do coerentismo alegar que a proposta observacional de Bonjour não responde à objecção dos sistemas coerentes alternativos é dada pela hipótese dos sistemas coerentes alternativos continuarem a manter a coerência ao longo do tempo ao fazer-se a preferência pela coerência das crenças na sua totalidade em detrimento do input observacional em situações de conflito entre as crenças e o input.

Para afastar essa possibilidade, Bonjour sustenta que um sistema cognitivo de crenças encontra-se genuinamente justificado se for actualmente acreditado e usado pelo agente, e não parece sensato afirmar que as escolhas de um agente *ao longo do tempo* sejam sempre as das crenças do seu sistema em detrimento de novas crenças observacionais.

Neste sentido, a objecção dos sistemas coerentes alternativos estaria a confundir o facto de um agente se encontrar na *posse cognitiva* de um sistema coerente de crenças com o facto de o agente *pensar* num tal sistema de crenças. Uma coisa é a possibilidade de se pensar num conjunto determinado de crenças coerentes entre si e outra coisa é possuir cognitivamente um conjunto coerente de crenças.

De acordo com o argumento, seria possível pensar-se ou imaginar-se vários conjuntos coerentes de crenças, mas, precisamente por apenas se pensar ou imaginar, não significa de modo algum que se acredite e, portanto, que estejam na posse cognitiva do agente.

IV

A **objecção do problema da verdade** sustenta que a teoria coerentista da justificação epistémica não estabelece uma relação entre a justificação e a verdade, relação esta que qualquer teoria epistémica deve estabelecer²². Uma teoria epistémica deve provar que a justificação conduz à verdade, que alguém que procure crenças justificadas procura crenças verdadeiras, o que não é realizado pela justificação coerentista.

A proposta de Bonjour é a de estabelecer uma relação entre a justificação coerentista e a verdade através do requisito observacional.

Vimos que a inclusão de crenças observacionais adequadas num sistema coerente de crenças ao *longo do tempo* conduz a sucessivas revisões de crenças no interior do sistema, revisões que tendem a tornar o sistema mais próximo e de acordo com a realidade. Este processo deve, segundo Bonjour, ir sendo repetido ao longo do tempo até ao ponto de existir um completo acordo com a realidade, caso exista ou seja possível uma tal coisa.

Bonjour propõe, entretanto, alguns cenários nos quais a sua proposta não responde aparentemente à objecção do problema da verdade. A questão é a de saber se é possível um agente possuir um sistema coerente de crenças que satisfaça o requisito observacional e ainda assim não esteja de acordo com a realidade e, portanto, não seja conducente à verdade?

Bonjour (1975: 304-307) propõe que se analisem algumas situações que poderiam eventualmente conduzir a essa possibilidade e, simultaneamente argumenta a favor da improbabilidade de acontecerem, para concluir que a justificação coerentista é condutora da verdade.

Alguns casos que poderiam comprometer a revisão do sistema de crenças numa adequação à realidade (ou numa aproximação à verdade):

Caso 1: O caso da escolha preferencial das crenças não-observacionais em detrimento das crenças observacionais. Bonjour alega que se um agente seguisse ao longo do tempo um tal critério de escolha preferencial entre crenças, estaríamos a colocar em causa a 'lei' que determina a fiabilidade dessas crenças e eventualmente a violar o requisito observacional.

²² De notar que o problema da relação entre a justificação e a verdade, não é um problema que diga apenas respeito ao coerentismo, mas diz respeito a qualquer teoria da justificação epistémica.

Caso 2: O caso de existirem pessoas que nunca efectuaram as observações adequadas com vista a estabelecerem um conflito com as crenças do seu sistema cognitivo, não sendo detectada a falta de correspondência entre o sistema de crenças e a realidade. Bonjour sustenta que um tal cenário não é provável de ocorrer durante muito tempo, de tal modo que quanto mais tempo se mantiverem numa tal situação, maior é a improbabilidade de continuar a existir uma discrepância entre os sistemas de crenças e a realidade.

Caso 3: O caso dos aspectos do mundo serem não-observacionais. Para Bonjour, uma tal situação podia ser resolvida através do desenvolvimento de novos instrumentos que estabelecessem uma relação causal entre tais aspectos não-observacionais e os órgãos sensoriais ou por uma aprendizagem do efeito causal desses aspectos sobre os agentes.

Caso 4: O caso da inexistência de um acordo entre o domínio conceptual e o mundo, apesar de existir uma correspondência inferencial padronizada entre os tipos e propriedades de coisas do domínio conceptual com os tipos e propriedades de coisas do domínio extra-conceptual, de tal modo que as leis que regem as relações num domínio correspondem às leis que regem as relações no outro. Para Bonjour, ainda que exista uma correspondência inferencial entre os dois domínios, não se segue que os tipos e propriedades de coisas de ambos os domínios sejam idênticos.

Portanto, qualquer um destes quatro casos deve ser descartado como forma de tornar incompatível a revisão dos sistemas coerentes de crenças numa aproximação à verdade. Deste modo, conclui Bonjour a improbabilidade, ou mesmo impossibilidade, de existir um sistema coerente de crenças que satisfaça o requisito observacional e não seja revisível na direcção à verdade.

6. A conversão de Bonjour ao fundacionalismo epistémico

Bonjour escreveu *The Coherence Theory of Empirical Justification* em 1975, texto no qual expõe e apresenta a sua defesa da teoria coerentista da justificação epistémica, tendo em 1985, publicado a obra *The Structure of Empirical Knowledge*, na qual reúne os seus trabalhos publicados dos últimos dez anos. Desde a publicação de *The Coherence Theory of Empirical Justification*, Bonjour foi alvo de várias críticas de filósofos de vários quadrantes relativas à sua teoria coerentista, tendo Bonjour defendido a sua posição contra esses ataques.

Entretanto, no ano de 1993, Susan Haack publica *Evidence and Inquiry*, obra na qual a autora apresenta a sua teoria fundarentista da justificação epistémica e na qual dirige várias críticas às principais teorias da justificação epistémica, entre elas, uma crítica

decisiva dirigida ao coerentismo de Bonjour que o vai conduzir à rejeição definitiva do coerentismo e posterior adesão ao fundacionalismo.

Apresento, de seguida, a crítica de Haack à teoria coerentista da justificação epistémica de Bonjour.

7. A crítica de Susan Haack à teoria coerentista da justificação epistémica de Laurence Bonjour

Esta objecção de Haack (1998: 57-60) sustenta que o requisito observacional, introduzido por Bonjour na sua teoria coerentista para dar conta do input observacional para dentro de um sistema coerente de crenças, é ambíguo. Como resultado dessa ambiguidade, Bonjour é conduzido para um dilema, que conduz Haack a concluir que a teoria coerentista de Bonjour não consegue dar conta da relevância da experiência para a justificação.

De acordo com o requisito observacional de Bonjour, um sistema de crenças deve incluir “leis” (1975: 301) que atribuem um grau elevado de fiabilidade a uma variedade razoável de tipos de crenças cognitivamente espontâneas. De acordo com Haack, a expressão requisito observacional pode ser submetida a uma interpretação doxástica e a uma interpretação experiencial.

Sob a primeira interpretação, temos o caso de um agente *acreditar* que tem algumas crenças cognitivamente espontâneas e que estas são de um modo geral fiáveis. Na interpretação experiencial, temos o caso de um agente *possuir* crenças cognitivamente espontâneas e estas serem de um modo geral fiáveis.

De acordo com Haack, a primeira interpretação da expressão requisito observacional revela a falta de comprometimento do requisito com a integração de input no sistema de crenças – Bonjour não nos diz que existe uma relação necessária entre o input e o requisito observacional. Neste caso, a justificação é coerentista, mas não garante o input observacional, porque o agente apenas *acredita* que possui crenças cognitivamente espontâneas.

Se atendermos à segunda interpretação do requisito observacional, o input observacional é garantido, mas falha a justificação coerentista destas mesmas crenças, porque a sua justificação não depende apenas de uma relação entre crenças²³.

²³ HAACK, S., “Reply to Bonjour” in *Synthese*, nº 112, 1997, p. 25.

8. Objecções de Bonjour à teoria coerentista da justificação epistémica

I

Bonjour designa de ‘presunção doxástica’ o estado cognitivo pelo qual um agente se encontra justificado a acreditar que possui um conjunto coerente de crenças²⁴. De acordo com a ‘presunção’, possuímos um conjunto de metacrenças, representações na primeira pessoa dos conteúdos dos vários sistemas de crenças, com um elevado grau de veracidade²⁵ e que garantem a justificação dos nossos sistemas de crenças.

Mas se as metacrenças justificam o nosso sistema de crenças, o que é que justifica as metacrenças? (2003: 51-52) Se entendermos que as metacrenças são justificadas pela coerência do nosso sistema de crenças, a justificação torna-se circular. Se entendermos que requerem uma outra justificação, somos aparentemente conduzidos para uma regressão *ad infinitum*. Finalmente, se entendermos que se justificam a si próprias, somos conduzidos para um fundacionalismo.

Atendendo a que tais metacrenças não podem ser justificadas, nem a partir, nem através, do sistema coerente de crenças, nem tão pouco a partir de si mesmas, conclui Bonjour que as metacrenças são crenças injustificadas. Tratando-se de crenças injustificadas, não temos qualquer justificação para acreditar que possuímos um sistema cognitivo coerente de crenças, o que nos conduz irremediavelmente para um cepticismo.

Uma forma possível e meramente hipotética de atribuir justificação a tais metacrenças e garantir que o agente esteja justificado a acreditar que possui um sistema cognitivo de crenças, seria incorporar as metacrenças no próprio sistema coerente de crenças e justificá-las a partir do sistema cognitivo na relação com as restantes crenças. Esta proposta parece-me ser exequível, dado que, como vimos, as crenças de um sistema coerente de crenças justificam-se mutuamente entre si e, as metacrenças, enquanto representações das nossas crenças, estariam intimamente ligadas com estas.

No entanto, parece-me que também para este caso, teríamos que justificar o sistema cognitivo de crenças através de uma nova metacrença, o que nos conduziria aparentemente para uma regressão *ad infinitum*.

²⁴ A ‘presunção doxástica’ é a forma pela qual o agente consegue aceder a uma adequada compreensão do seu sistema de crenças. A ‘presunção’ desempenha um importante papel para uma teoria como o coerentismo, porque se para o coerentismo a justificação depende de uma relação entre crenças, é fundamental que o agente para estar justificado acerca das suas crenças empíricas tenha uma compreensão adequada e justificada do seu sistema cognitivo de crenças.

²⁵ Estas metacrenças são muito provavelmente verdadeiras, porque de certa maneira sabemos aquilo em que acreditamos, sendo esta uma prática automática e fiável. Portanto, ainda que possamos duvidar da existência e veracidade de certas crenças do nosso sistema de crenças, não podemos duvidar da existência e (elevada) veracidade destas meta-crenças.

II

Uma segunda objecção de Bonjour (2003: 57-58) ao coerentismo traduz o reconhecimento da pertinência da objecção de Susan Haack dirigida à sua anterior teoria coerentista em *Evidence and Inquiry*.

De acordo com Bonjour, não existe qualquer forma satisfatória de uma teoria coerentista da justificação epistémica dar conta da justificação do input observacional, reconhecendo Bonjour que a sua tentativa nesse sentido através do conjunto de crenças observacionais não foi bem sucedida.

A dificuldade encontra-se para Bonjour em *reconher* internamente o input observacional. Se o sistema cognitivo de crenças de um agente *contém* input observacional, então a justificação empírica coerentista não justifica as crenças de um sistema cognitivo, porque a justificação das crenças observacionais não depende apenas de uma relação interna entre crenças. Nesse sentido, o requisito observacional proposto por Bonjour, enquanto avaliação interna num dado sistema de crenças do grau de fiabilidade das crenças observacionais, não pode ser internamente satisfeito.

Portanto, não sendo possível ao coerentismo *identificar* internamente o input observacional, conclui Bonjour que, em particular, a objecção do isolamento ou do input dirigida ao coerentismo mantém-se.

III

Uma terceira objecção apontada por Bonjour (2003: 58-59) à teoria coerentista da justificação epistémica refere-se à dificuldade do coerentismo na justificação de crenças passadas ou da memória.

Vimos que uma forma de responder à objecção dos sistemas coerentes alternativos e ao problema da conexão entre a coerência e a verdade foi a de sustentar que a coerência deve ser entendida de forma continuada ou como coerência *ao longo do tempo*. Mas se este requisito evita aparentemente aquelas duas objecções, como é que uma teoria coerentista pode agora nessa base justificar as crenças do passado sem que essa justificação se torne circularmente viciosa?

A ideia é a seguinte: se as crenças do passado passam a ser justificadas pela referência à coerência continuada ou *ao longo do tempo*, então a razão que temos para acreditar que as crenças do passado são verdadeiras “baseia-se na existência da coerência ao longo do tempo e portanto na verdade de algumas dessas crenças do passado.” (2003: 59)

Não existindo aparentemente uma forma não circular de apelar para a coerência continuada ou *ao longo do tempo*, torna-se assim mais difícil de “responder à objecção dos

sistemas coerentes alternativos ou argumentar a favor da conexão entre coerência e verdade.” (2003: 59)

9. Outras possíveis objecções às teorias coerentistas da justificação epistémica

I

Uma objecção comum ao coerentismo refere que a sua estrutura de justificação é circularmente viciosa. Como resposta a esta objecção, Bonjour argumentou a favor do carácter não-linear da justificação coerentista, distinguindo o nível local e o nível global da justificação.

Uma crítica a esta proposta de Bonjour é afirmar que o nível global de justificação, no qual, segundo Bonjour, a justificação apresenta um carácter holista por depender em última instância da totalidade de crenças de uma dado sistema cognitivo, não deixa, por isso, de se apresentar como uma relação linear entre crenças.

A questão é que, ainda que este nível global possa *disfarçar* a inferencialidade linear entre crenças, por se apresentar como uma relação global de suporte mútuo e reciprocidade entre crenças, não deixa de manter a linearidade na justificação e, portanto, de apresentar um carácter circularmente vicioso.

Portanto, o coerentismo tem de explicar em que medida uma relação de reciprocidade ou de suporte mútuo entre crenças pode funcionar como uma justificação não-linear, e enquanto não o fizer, a objecção da circularidade viciosa dirigida ao coerentismo mantém-se.

II

Uma outra possível objecção dirigida ao coerentismo refere-se à possibilidade de estarmos epistemicamente justificados em relação a uma crença *p* através de crenças inconsistentes entre si. O coerentismo sustenta que a consistência é uma condição necessária da coerência, o que significa que a justificação de *p* do agente *A* depende da consistência de *p* com as restantes crenças de *A*. A questão é que é possível *A* estar justificado acerca de *p* e *p* ser inconsistente com as restantes crenças de *A*. Com esse objectivo, apresenta-se o caso do paradoxo da lotaria.

Imaginemos que foram vendidos 1 milhão de bilhetes seriados de uma lotaria. Com base nisso, *A* possui a crença *p* de que o indivíduo que possui o bilhete número 1 não vai ganhar a lotaria. A crença de *A* é muito provavelmente verdadeira, de tal modo que a probabilidade de ser verdadeira é de 999999/1000000. Dada esta probabilidade, a crença *p* de *A* encontra-se epistemicamente justificada. O agente *A* usa o mesmo raciocínio para derivar um outro conjunto de crenças justificadas, como a crença de que o indivíduo com

o bilhete nº 2 não ganha a lotaria, a crença de que o indivíduo com o bilhete nº 3 não ganha a lotaria, e assim por diante.

No entanto, A também se encontra justificado a acreditar, pelo conhecimento que tem do funcionamento das lotarias, que pelo menos um indivíduo vai ganhar a lotaria. Ora, a questão é que A se encontra justificado a acreditar num milhão de crenças, que apresentam a estrutura ‘o indivíduo com o bilhete x não ganha a lotaria’ e simultaneamente encontra-se justificado a acreditar que pelo menos um indivíduo ganha a lotaria, crenças que são inconsistentes entre si, mas em relação às quais A se encontra epistemicamente justificado.

Capítulo III

10. Uma caracterização da teoria coerentista da justificação da verdade de Donald Davidson²⁶

I

Apresento nas próximas páginas uma caracterização da teoria coerentista da justificação da verdade de Davidson tendo como base de análise o seu artigo *A Coherence Theory of Truth and Knowledge*²⁷.

A principal ideia defendida por Davidson no seu artigo *A Coherence Theory of Truth and Knowledge* é a de que “a coerência produz correspondência”, funcionando a coerência como um “teste da verdade”. (2005: 154)

Para sustentar uma tal tese, Davidson propõe-se provar que “o nosso corpo de crenças²⁸ é verdadeiro ou [pelo menos] maioritariamente verdadeiro”²⁹. (2005: 155) Dada a impossibilidade de se contabilizar as nossas crenças, ou pelo menos, a maioria das nossas crenças, Davidson reformula a sua tese anterior para:

²⁶ Denomino a teoria coerentista de Davidson de teoria da justificação da verdade, porque Davidson está directamente interessado em saber sob que condições pode uma crença ser aceite como verdadeira, enquanto as restantes teorias abordadas neste trabalho estão interessadas em saber sob que condições pode uma crença ser aceite como justificada. De notar, todavia, que ambas as perspectivas de análise das crenças se encontram ligadas, porque estar justificado a acreditar em p implica aceitar p como verdadeira, e vice-versa.

²⁷ DAVIDSON, Donald, (1989) “A Coherence Theory of Truth and Knowledge” in *Epistemology – An Anthology*, Ernest Sosa and Jaegwon Kim, eds., 2005, Blackwell Publishing.

²⁸ A expressão de Davidson “o nosso corpo de crenças” deve ser entendido como o nosso conjunto maioritariamente coerente de crenças. Por outro lado, tendo em atenção que Davidson entende as crenças como “estados de pessoas com intenções, desejos e órgãos dos sentidos” (1989: 155), substituo, por vezes, o termo ‘crenças’ por ‘estados mentais’.

²⁹ De notar que Davidson não afirma que todas as nossas crenças são verdadeiras, porque reconhece que algumas das nossas crenças são falsas.

1. “existe uma presunção a favor da verdade de uma crença que seja coerente com um amontoado significativo de crenças”³⁰. (2005: 155)

Propõe-se ainda provar que:

2. “A teoria coerentista é a única teoria da justificação possível”.

Uma questão que de imediato se coloca a Davidson é a de como é que a coerência, entendida como uma relação de suporte mútuo entre crenças, pode servir, apenas por si, para justificar uma crença empírica? Davidson considera que “talvez o melhor que podemos fazer para justificar uma crença é apelar para outras crenças.” (2005: 155-56)

Davidson alega que a única forma de justificação possível é a que se baseia noutras crenças, tal como o fazem as teorias coerentistas, sendo aquilo que distingue estas teorias das restantes, “a alegação de que nada pode servir como uma razão para suportar uma crença a não ser outra crença”. (2005: 156) Para provar 2 Davidson tem de explicar em que sentido a justificação empírica está confinada a uma relação entre crenças.

A tese 1 de Davidson baseia-se, por sua vez, numa outra tese:

1.a. A interpretação exige a verdade da maioria das nossas crenças.

Davidson apresenta uma teoria da interpretação que exige o acordo entre intérprete e falante, o que pressupõe que o intérprete considere verdadeiras a maioria das crenças do falante. A este princípio da interpretação, Davidson designa de **princípio da caridade**.

Mas para que o intérprete reconheça que os conteúdos das crenças do interpretado se referem aos mesmos objectos que o intérprete acredita estarem a referir-se, assunção que Davidson designa por **princípio da humanidade**, é necessário apelar para a teoria causal da determinação do conteúdo das crenças e para a coerência do discurso do interpretado.

A teoria causal da determinação do conteúdo das crenças alega que os conteúdos das nossas crenças referem-se às suas causas³¹. Davidson considera que os objectos das nossas crenças são as suas causas, pelo que a identificação dos conteúdos das crenças remete para os factos do mundo com os quais nos envolvemos experiencialmente.

Finalmente, a hipótese do intérprete omnisciente, irá exigir que as nossas crenças sejam admitidas na sua maioria de verdadeiras, como condição de possibilidade da interpretação do discurso.

³⁰ A ideia de Davidson é a de provar a tese de que a coerência possibilita que as crenças tenham uma elevada probabilidade de serem verdadeiras.

³¹ A teoria causal da determinação do conteúdo das crenças é, no mínimo, muito controversa. Esta teoria sustenta que os conteúdos das nossas crenças referem-se as suas causas. Mas facilmente se encontram contra-exemplos a esta tese. Por exemplo, imaginemos que a crença do agente A que se encontra à sua frente um lobo foi causada, não por um lobo, mas por um coiote. Neste caso, o conteúdo da crença não se refere à sua causa.

II

Como é que temos acesso ao conteúdo de uma crença? Apenas podemos ter acesso ao conteúdo de uma crença, interpretando a crença, de forma a apreender o que significa.

De acordo com Davidson, a interpretação apenas é possível caso se verifique um acordo (suficientemente abrangente) entre o intérprete e o interpretado. Esta perspectiva davidsoniana acerca da interpretação do discurso, entendida como interpretação radical, é orientada pelo designado princípio da caridade. Segundo este princípio, apenas é possível a interpretação se se verificar um acordo entre intérprete e falante, acordo que pressupõe que o intérprete considere como verdadeiras a maior parte das crenças do falante³².

O princípio da caridade pretende tornar possível a interpretação do significado das frases do falante, tornando as crenças do falante constantes, i.e., interpretando as suas palavras de modo a que, em circunstâncias semelhantes, seria aquilo que também nós pretenderíamos dizer. Neste sentido, o princípio da caridade é o princípio que governa a interpretação, enquanto possibilidade da própria interpretação, procurando salvaguardar a verdade e a consistência daquilo que é dito pelo falante. De acordo com Davidson, o objectivo deste princípio “é o de tornar o falante inteligível” e, para isso, “o intérprete [deve procurar] traduzir os seus padrões de verdade nos modelos de frases consideradas verdadeiras pelo falante.” (1989: 160)

Para que exista um acordo entre intérprete e falante, é necessário que os conteúdos das crenças do falante se refiram aos mesmos objectos que o intérprete acredita que o falante está a referir-se. Se não existir esta ligação relativa aos objectos ou causas das crenças do falante, não é possível o acordo entre intérprete e interpretado. Neste sentido, o método da interpretação radical procura identificar as frases verdadeiras do falante através de uma relação dessas mesmas frases com os objectos e acontecimentos do mundo exterior, assistindo-se a uma triangulação entre intérprete, interpretado e mundo.

A interpretação das frases do falante exige, portanto, da parte do intérprete alguma tolerância. A tolerância no acto interpretativo é o que Davidson designa por princípio da humanidade, de acordo com o qual, a interpretação deve ser realizada de modo a que aquilo a que os conteúdos das crenças do falante se referem sejam os mesmos objectos que o intérprete se referiria em situações semelhantes, de forma a preservar a maior objectividade possível no momento da interpretação. Como refere Davidson, “a comunicação começa onde as causas convergem: a tua frase significa o mesmo que a

³² O princípio da caridade proposto por Davidson, enquanto princípio que rege o acto interpretativo, não parece ser aceitável, porque o acordo entre intérprete e falante não nos compromete com a verdade do que é dito. Por outras palavras, a maximização da verdade imposta pelo princípio da caridade no acto da interpretação do discurso do falante não se segue da racionalidade e compreensão do discurso. Como veremos adiante, Davidson irá apresentar a hipótese do intérprete omnisciente para responder a esta objecção.

minha se a crença na sua verdade é sistematicamente causada pelos mesmos acontecimentos e objectos.” (1989: 161)

Esta ideia fundamental da teoria da interpretação de Davidson tem por base a teoria causal da determinação do conteúdo das crenças, segundo a qual, os conteúdos das nossas crenças são as suas causas. De acordo com esta teoria possuir uma crença é remeter a determinação do seu conteúdo para a causa exterior que a produziu. É esta relação de causalidade entre as nossas crenças e o mundo que o céptico diz não existir.

Portanto, para Davidson, o acesso ao significado das crenças é obtido numa base social por intermédio do processo interpretativo e comunicativo entre intérprete e falante, o qual assenta no pressuposto de uma base partilhada da realidade. É pela imagem partilhada da realidade que nos é possível comunicar, interpretar e perceber os outros.

Mas como pode o intérprete saber que os objectos a que se referem as crenças do falante são, pelo menos quanto às suas propriedades mais gerais, os mesmos que o intérprete acredita serem no momento da interpretação? Devido por um lado à teoria causal da determinação do conteúdo das crenças, devido ao facto de intérprete e interpretado viverem no mesmo mundo e usarem os mesmos conceitos de uma linguagem T e devido à coerência do discurso do falante³³.

Portanto, a interpretação, enquanto partilha de uma mesma linguagem, ou pelo menos enquanto compreensão da linguagem do interpretado, pressupõe a partilha de uma mesma imagem do mundo, ou pelo menos a partilha de uma mesma imagem do mundo nos seus aspectos gerais. É a interpretação que confere um carácter objectivo às nossas crenças, porque é através da interpretação que temos acesso ao modo como a realidade se apresenta, que temos acesso à verdade.

III

Uma questão que se coloca a Davidson é a de que ainda que se admita a existência de um acordo entre intérprete e interpretado, tal não implica que as crenças do falante sejam na sua maioria verdadeiras, o que coloca em causa a tese 1.a.

³³ A coerência do discurso do falante é um aspecto fundamental para a determinação do conteúdo das crenças por parte do intérprete. Imaginemos, por exemplo, que o João diz-me que hoje está um dia de calor. Esta crença do João indica-me que a causa da crença do João é a existência, no momento t, do seguinte estado de coisas: ‘Hoje, sexta-feira, dia 1 de Junho, em t, e em plena luz do dia, verifica-se uma temperatura elevada’. Eu confirmo que o dia está realmente quente. Mas após o João comunicar-me a sua crença, diz-me o seguinte no decorrer da sua conversa: “Dias como este são bons para ficar em casa, com um casaco de lã vestido e a beber qualquer coisa quente.” O que o João acabou de me dizer não é coerente com a sua crença de que está um dia de calor, mas antes coerente com o estado de um dia frio. A incoerência do discurso do João conduz-me a pôr em causa que o objecto da crença do João seja o mesmo que eu acredito que o João esteja a referir-se.

É possível existir o caso de intérprete e falante estarem de acordo acerca de um conjunto de crenças maioritariamente falso, dado que “o acordo, por mais amplo que seja, não garante certamente a verdade.” (1990: 120)

Portanto, na ausência de um critério que garanta que as crenças do falante sejam *efectivamente* na sua maioria verdadeiras, a interpretação governada pelo princípio da caridade não nos garante o acesso à verdade das crenças.

A ideia é a de que a consideração das crenças do falante como sendo na sua maioria verdadeiras, é apenas e somente o ponto de vista do intérprete. Como sabemos que o intérprete não está enganado acerca da maioria das suas crenças? Não poderá acontecer que o entendimento entre intérprete e falante se verifique na base de crenças maioritariamente falsas? Neste sentido, Davidson tem de fornecer um critério que garanta que as crenças do intérprete sejam *efectivamente* na sua maioria verdadeiras.

Pensemos na hipótese céptica dos cérebros numa cuba. Podemos imaginar a situação de sermos cérebros numa cuba, recebendo informação, por meio de terminais eléctricos que se encontram ligados ao nosso cérebro, de uma supermáquina que nos faria acreditar na existência de um mundo que é diferente daquele que realmente existe. Numa tal situação, a supermáquina podia fazer-me acreditar que estava a interpretar o discurso de uma outra pessoa e que estaria de acordo com a maioria das crenças que me eram comunicadas por essa pessoa, quando as nossas crenças eram maioritariamente falsas.

Uma das finalidades de Davidson com a teoria da interpretação é a de derrubar a possibilidade céptica, segundo a qual, a maioria das nossas crenças é coerente e simultaneamente falsa. Davidson considera que ainda que tal situação pudesse acontecer, tal “não pode ser a regra”(1989: 161).

Com vista a garantir que a verdade esteja presente no acto interpretativo, Davidson pede-nos para *imaginarmos* a existência de um intérprete onisciente que tudo sabe acerca do mundo e “acerca do que causa e causaria um falante a concordar com uma qualquer frase do seu (potencialmente ilimitado) repertório”. (1989: 161) Não obstante o seu conhecimento total acerca de todas as coisas, o intérprete onisciente usa o mesmo método do intérprete falível e, ao fazê-lo, percebe que “o falante falível é largamente consistente e correcto.” (1989: 161)

Ao usar o mesmo método do intérprete falível, o intérprete onisciente procura estabelecer um acordo com o interpretado e, dado que os padrões de avaliação usados pelo intérprete onisciente são “objectivamente correctos”, então o falante falível é “largamente correcto e consistente por padrões objectivos.” (1989: 161)

O argumento do intérprete onisciente utilizado por Davidson para provar que a maior parte das nossas crenças é verdadeira é o seguinte: As crenças do intérprete

omnisciente são verdadeiras. A interpretação do falante falível por parte do intérprete omnisciente implica um acordo entre intérprete omnisciente e falante falível. Logo, as crenças do falante falível são na sua maioria verdadeiras.

Sendo as crenças do falante falível na sua maioria verdadeiras, também as crenças do intérprete falível são na sua maioria verdadeiras, dado que uma das condições da interpretação é a existência de um acordo entre intérprete e interpretado.

Garantida a verdade da maioria das crenças do intérprete falível, não é possível ao intérprete falível interpretar e compreender o discurso do falante falível na base de uma partilha generalizada do erro. Deste modo, evita Davidson a possibilidade do erro generalizado, possibilidade que compromete seriamente a racionalidade do discurso. Como refere Davidson, “destruímos a inteligibilidade da nossa compreensão das elocuições dos outros quando o nosso método de compreensão coloca os outros naquilo que tomamos por erro generalizado.” (1990: 120)

Mas ainda que a maioria das nossas crenças seja verdadeira, uma nova questão se coloca: Como pode um indivíduo reconhecer que a maioria das suas crenças é verdadeira? (1989: 162)

Vimos que a interpretação possibilita que se considere como verdadeiras a maioria das nossas crenças e, entre as várias crenças, “aquelas mais seguramente sustentadas e que são coerentes com o corpo principal das suas crenças são as mais aptas a serem verdadeiras.” (1989: 162) Mas como podemos saber que o nosso corpo de crenças é largamente coerente?

Sabemos que as nossas crenças são largamente coerentes porque a coerência é a condição de possibilidade da interpretação do discurso, é o que torna racional e inteligível o discurso do interpretado. Se as nossas crenças não fossem largamente coerentes, não poderíamos atribuir coerência ao discurso do falante.

Assim, para Davidson, reconhecemos que a maioria das nossas crenças é verdadeira, porque “as crenças são por natureza geralmente verdadeiras.” (1989: 162) Portanto, afirmar que as nossas crenças são de um modo geral verdadeiras é dizer que existe uma “presunção a favor da verdade” das nossas crenças e que “a presunção aumenta quanto maior e mais significativo for o corpo de crenças com o qual uma crença é coerente”. (1989: 162)

IV

Apresento de seguida o modo como Davidson procura provar a sua tese 2, a de que a teoria coerentista é a única teoria da justificação possível. De acordo com Davidson, as teorias que apresentam a experiência como base para a justificação das crenças empíricas, têm de “explicar pelo menos estas duas coisas: Qual é, exactamente, a relação entre a

sensação e a crença que permite à primeira justificar a segunda? Por que razão devemos acreditar que as nossas sensações são fidedignas, isto é, por que razão devemos confiar nos nossos sentidos?” (1989: 156)

Para Davidson, a ênfase que tais teorias dão à experiência para servir de justificação às crenças empíricas, deve-se ao facto das “sensações [serem] o que nos conecta com o mundo e com as nossas crenças, e elas [as sensações] são candidatas a justificadores porque estamos sempre conscientes delas. O problema (...) é que a justificação parece depender da consciência, a qual é precisamente uma outra crença.” (1989: 156-57)

De acordo com Davidson, o problema está em saber como podem as sensações servir para justificar crenças. Davidson sustenta que uma tal função não pode ser desempenhada pelas sensações, porque “a relação entre uma sensação e uma crença não pode ser lógica, na medida em que, as sensações não são crenças ou outras atitudes proposicionais. Qual é então a relação? A resposta é, penso eu, óbvia: a relação é causal. As sensações causam certas crenças e *neste* sentido são a base ou fundamento dessas crenças. Mas a explicação causal de uma crença não nos diz o como ou o porque é que a crença está justificada.” (1989: 157)

Daqui podemos retirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, que para Davidson a justificação é apenas lógica, i.e., a justificação apenas pode ser dada numa relação entre crenças, pelo que apenas crenças podem justificar outras crenças. Em segundo lugar, que a relação entre uma sensação e uma crença é de ‘causação’, no sentido que as sensações causam certas crenças, e não uma relação de justificação. Tal não significa que, para Davidson, a justificação não dependa da experiência e que a “experiência [não dependa] em última instância da sensação. Mas este é o ‘depende’ da causalidade, não da evidência ou justificação.” (1989: 158)

Para Davidson, a questão de saber se as crenças de um indivíduo são verdadeiras não pode ser obtida a partir de um “confronto de algumas das suas crenças com o que é dado pelos sentidos uma a uma, ou talvez confrontando a totalidade das suas crenças com o tribunal da experiência” dado que “não podemos sair da nossa pele para saber o que está a causar os acontecimentos internos dos quais estamos conscientes.” (1989: 157) Por outro lado, para Davidson, ainda que se acrescente a este elo causal certos elementos intermediários como sensações ou observações, “o problema epistemológico [torna-se] mais óbvio”, porque se aqueles são apenas causas, não servem para “justificar as crenças que causam” e, mesmo que se considere que passam informação, “podem estar a mentir” (1989: 157), por não serem absolutamente fiáveis.

Portanto, para Davidson, é “absurdo” procurar um fundamento de justificação para a totalidade das nossas crenças “fora desta totalidade [de crenças e que pudesse ser usado] para testar ou comparar com as nossas crenças.” (1989: 158)

Percebe-se, deste modo, a rejeição que Davidson faria de uma eventual teoria fundacionalista que servisse para justificar a verdade das nossas crenças, devido ao facto das teorias fundacionalistas da justificação epistémica exigirem um conjunto de crenças básicas que não são suportadas por quaisquer outras crenças e que simultaneamente servem de base de suporte às restantes crenças. Para Davidson, as crenças básicas do fundacionalismo, ao serem justificadas directamente pelos dados da experiência, não garantem qualquer justificação. As crenças básicas apenas garantem a sua própria existência, enquanto crenças que foram originadas ou causadas por algo dado na experiência, mas não a sua justificação.

Para Davidson, a coerência apresenta-se como o critério que nos possibilita uma maior aproximação à verdade das nossas crenças. É nesse sentido que Davidson afirma que a “coerência produz correspondência”, gerando uma “correspondência sem confrontação” (1989: 154). O acesso à verdade e à determinação do significado das frases, não necessita de ser realizado na base de uma confrontação entre aquilo que acreditamos e a realidade, mas pode ser legitimamente realizado a partir do teste de verdade da coerência.

Ao afirmar que “a coerência produz correspondência”, Davidson procura essencialmente apresentar uma resposta ao céptico. Através da coerência, como condição para a inteligibilidade e racionalidade do discurso, Davidson estabelece a correspondência com o mundo exterior.

11. As críticas de Haack à teoria coerentista da justificação da verdade de Donald Davidson

I

Apresento de seguida as críticas que Haack (1998: 60-72) dirige à teoria coerentista da justificação da verdade de Davidson.

De acordo com Haack (1998: 53), Davidson apresenta no artigo *A Coherence Theory of Truth and Knowledge* duas teses principais:

1. A maior parte das nossas crenças deve ser verdadeira;
2. A única teoria da justificação possível é a teoria coerentista.

Para sustentar a tese 1, Davidson diz-nos que “se temos razões para acreditar que muitas das nossas crenças são coerentes com muitas outras, [então] temos razões para acreditar que muitas das nossas crenças são verdadeiras.” (1989: 154) Para provar a tese 1,

Davidson terá, portanto, de apresentar as razões que nos levam a acreditar que as nossas crenças são coerentes com muitas outras e, por outro lado, terá de explicar em que medida o facto da maior parte das nossas crenças serem coerentes com “muitas outras” torna essas mesmas crenças verdadeiras.

Para sustentar a tese 2, Davidson afirma que a teoria coerentista é, ao contrário das outras teorias, a teoria que justifica uma crença por intermédio de outra crença, a única forma legítima e possível, segundo Davidson, de justificar uma crença. De acordo com Davidson, as teorias epistémicas que procuram justificar algumas das suas crenças por intermédio da experiência, estão a confundir a justificação com a “causação”. Para provar a tese 2, Davidson terá de explicar em que medida uma crença que seja causada pela experiência, que no fundo é o caso da maior parte das nossas crenças empíricas, não se encontra justificada pela experiência.

Por outro lado, Haack (1998: 53) considera que ainda que aquelas duas teses de Davidson sejam verdadeiras, qualquer teoria da justificação empírica que nelas se baseie torna-se duplamente inaceitável. Por um lado, se a tese 1 apresentada por Davidson for verdadeira, então “não é necessário que uma teoria da justificação atribua um papel à experiência” e se a tese 2 for verdadeira, “não é possível” que uma teoria da justificação atribua qualquer papel à experiência.

Deste modo, Haack propõe-se provar que a teoria da interpretação na qual a tese 1 de Davidson se baseia é “inaceitável”, tornando, por isso, a tese 1 não provada. Em relação à tese 2, Haack considera que Davidson, ao não tomar em consideração a relevância da causação, e portanto, da experiência, para a justificação das crenças empíricas, torna a sua posição insustentável. Pelo contrário, para Haack, a teoria fundarentista do duplo-aspecto, sendo parcialmente causal e parcialmente avaliativa, acomoda a causação e explica a sua relevância para a justificação das crenças empíricas.

Davidson defende, tal como Bonjour, que “a coerência [entre as crenças] produz correspondência [com os factos].” (1989: 154) Para suportar esta tese, Davidson defende que uma “crença é verídica na sua natureza” (1989: 159), tendo por base a sua teoria da interpretação.

Com isso, Davidson não pretende dizer que todas as nossas crenças são verídicas, mas apenas que existe “uma presunção a favor da veracidade geral das crenças de um indivíduo” (1989: 159). A coerência entre as crenças é o critério que reforça a natureza verídica das crenças, no sentido de fortalecer a ‘verdade’ das crenças ao ponto de quanto maior for a coerência entre as crenças, maior o grau de verdade das crenças. Portanto, quando Davidson afirma que a coerência produz correspondência, não pretende dizer que perante um dado conjunto alargado coerente de crenças, cada uma das crenças é

verdadeira e encontra a sua correspondência com os factos, mas que quanto maior for o conjunto coerente de crenças, maior é a probabilidade das crenças do conjunto terem a sua correspondência com os factos.

II

Haack propõe-se provar de seguida que a tese 1 de Davidson é inaceitável. De acordo com Davidson, uma das condições para que seja possível a interpretação é o estabelecimento de um acordo generalizado com as crenças do interlocutor, acordo que implica, segundo Davidson, a suposição da verdade da maior parte das crenças do interlocutor. Esta ideia expressa por Davidson, pelo que designou de princípio da caridade, é considerada por Haack como “muito forte para ser quer plausível ou realista.” (1998: 61)

De acordo com Haack, do facto de uma das condições da possibilidade da interpretação ser a existência de um acordo entre o intérprete e interpretado, entendido como uma versão fraca do princípio da caridade ou princípio da “maximização do acordo”, não se segue que estejamos comprometidos com a ideia de Davidson de que “um intérprete deva interpretar de forma a tornar o falante ou agente largamente correcto acerca do mundo” (1989: 161), entendido como a expressão de uma versão forte do princípio da caridade ou princípio da “maximização da verdade”. (1998: 62)

Deste modo, para Haack, admitir como condição necessária da interpretação o estabelecimento de um acordo, não implica pressupor que a maior parte das crenças do falante são verdadeiras. Neste sentido, Haack considera que Davidson faz um mau uso do princípio da caridade, ao não estabelecer a diferença entre estas duas versões do princípio.

Para provar a necessidade das nossas crenças serem na sua maioria verdadeiras, e não apenas *pressupor* que a maioria das crenças do interpretado são verdadeiras, Davidson recorre ao argumento do intérprete omnisciente, de acordo com o qual, é-nos pedido para imaginarmos um intérprete omnisciente, que “é omnisciente acerca do mundo, e acerca do que causa e causaria um falante a concordar com uma dada frase do seu (potencialmente ilimitado) repertório.” (1989: 161) O intérprete omnisciente, cujas crenças são todas verdadeiras, usaria o mesmo método do intérprete falível para interpretar o falante falível.

Para que o intérprete omnisciente interprete o falante falível, tem de concordar largamente com o falante falível. Dado que as crenças do intérprete omnisciente são verdadeiras, temos que as crenças do falante falível são na sua maioria verdadeiras. Se atendermos ao caso do intérprete e falante falíveis, temos que o intérprete omnisciente consideraria a maior parte das crenças do intérprete falível verdadeiras. Neste sentido, Davidson alega que o intérprete falível não pode partilhar o “erro universal” com o falante falível que está a interpretar e, portanto, “ninguém pode estar maioritariamente errado acerca do modo como as coisas são.” (1989: 161)

A crítica de Haack é a de que Davidson não estabelece que as crenças das pessoas são na sua maioria verdadeiras, mas apenas que “se existe um intérprete onisciente, as crenças das pessoas são na sua maioria verdadeiras” (1998: 64). Para que Davidson estabelecesse a tese de que a maioria das crenças das pessoas é verdadeira, teria de apresentar um argumento a favor da existência do intérprete onisciente, o que, obviamente, não faz.

Neste sentido, Haack considera que Davidson incorre numa petição de princípio, ao usar numa das premissas da sua argumentação, a existência de algo, o intérprete onisciente, que não está provado existir, tornando a conclusão do argumento de que as crenças do falante são maioritariamente verdadeiras, apenas condicional.

Portanto, para Haack, o princípio da caridade apresentado por Davidson “é demasiado forte para ser realista” (1998: 68). Neste sentido, a teoria da interpretação de Davidson não prova a tese 1.

III

Haack apresenta de seguida a sua argumentação a favor da ideia que a tese 2 de Davidson é, a par da tese 1, inaceitável.

Para provar a tese 2, de que a única teoria da justificação possível é a teoria coerentista, Davidson alega que a ideia de uma justificação que se baseia em algo diferente de uma relação entre crenças é uma ideia que confunde justificação com causação. Haack considera que esta tese de Davidson, a de que a justificação apenas pode ser dada como uma relação entre crenças, se baseia numa “falsa assunção: [a de] que a justificação é uma noção puramente lógica.” (1998: 68)

Esta falsa assunção por parte de Davidson encontra-se presente, segundo Haack, quando o filósofo argumenta contra as teorias da justificação que entendem a justificação como não sendo apenas uma relação entre crenças, procurando ‘transformar uma causa numa razão’. A argumentação de Davidson é a de que “a relação entre uma sensação e uma crença não pode ser lógica, na medida em que as sensações não são crenças ou outras atitudes proposicionais, [mas] a relação é causal (...) [e] a explicação causal de uma crença não mostra como ou por que é que a crença está justificada.” (1989: 157) Para Davidson, as sensações causam certas crenças, mas não servem para justificar crenças.

Haack inicia por fazer notar que “negar que as experiências do indivíduo possam contar como ‘razões’ para as suas crenças não é [o mesmo] que negar que possam contar como ‘evidência’ para as suas crenças” (1998: 70) e, portanto, não é o mesmo que “negar que a experiência possa ser relevante para a justificação.” (1998: 70)

Haack propõe-se provar de seguida que a tese de Davidson de que ‘a justificação é apenas puramente lógica’ é falsa. Para Haack, “o conceito de justificação, ainda que não

sendo puramente causal, não é também puramente lógico.” (1998: 70) Haack sustenta que a justificação é um conceito em parte causal e em parte lógico, sendo esta sua tese sustentada pela ideia de que, “se, ou até que grau, alguém está justificado nalguma crença, depende *daquilo* que acredita e do *porquê* acredita nisso.” (1998: 70) O *aquilo* em que se acredita apela para a experiência, parte causal da justificação, e o *porquê* se acredita apela para as razões, parte lógica da justificação.

Deste modo, o argumento de Davidson, de que as teorias da justificação que recorrem a algo mais do que a uma relação entre crenças se baseiam numa confusão entre ‘justificação’ e ‘causação’, não colhe.

Ironicamente ou não, Haack refere que o próprio Davidson “reconhece algo do carácter de duplo-aspecto do conceito de justificação.” (1998: 70-71) Segundo Haack, Davidson apresenta duas definições diferentes de crenças: entendidas como “frases sustentadas como verdadeiras por alguém” e entendidas como “estados [das pessoas] que são causados por, e causam, acontecimentos dentro e fora dos corpos dos seus possuidores.” (1989: 154-155) Na primeira definição de crença apela-se para os ‘conteúdos do que se acredita’, enquanto passíveis de serem avaliados quanto à coerência ou incoerência entre si e, na segunda definição, apela-se para os ‘estados de acreditar’, enquanto causalmente relacionados entre si e pelas experiências sensoriais.

Mas o que conduz Davidson a propor tal distinção na natureza das crenças? Por que razão Davidson propõe igualmente uma concepção de crença como ‘estado de acreditar’, se apenas os conteúdos das crenças podem estabelecer relações de coerência ou incoerência entre si? De acordo com Haack, tal deve-se ao facto de Davidson restringir os conjuntos de frases em questão às “frases consideradas verdadeiras por uma certa pessoa, i.e., os *conteúdos* dos *estados* de acreditar de uma certa pessoa.” (1998: 71)

E por que razão os “conjuntos de frases que são os conteúdos de tais estados são uma melhor escolha do que os conjuntos de frases, ‘simplesmente” (1998: 71)? Porque, de acordo com Haack, Davidson reconhece que este “ancorar [na experiência] está, como esteve [sempre], integrado [nos conjuntos de frases].” (1998: 71) Ora, mas se isso for aquilo que Davidson está a pensar, como Haack julga que é, então Davidson está “implicitamente a reconhecer que a justificação não é afinal de contas puramente lógica, e que uma explicação satisfatória da justificação teria de ter um elemento causal, assim como, um elemento avaliativo.” (1998: 71)

Neste sentido, para Haack, o carácter de duplo-aspecto que o conceito de justificação de Davidson parece manifestar, conduz Davidson na direcção do fundarentismo.

12. Outras possíveis objecções à teoria coerentista da justificação da verdade de Davidson

I

Em *Problemas en torno a la idea de un intérprete omnisciente*, Mármol (2006: 159) aponta uma crítica à teoria da interpretação de Davidson, segundo a qual as consequências decorrentes da existência do intérprete omnisciente resultam numa posição céptica para o defensor de ideia de um intérprete omnisciente.

Esta crítica refere que, se o intérprete omnisciente tem conhecimento acerca do que “causa e causaria um falante a aderir a qualquer frase” (1989: 161), tal situação é compatível com a hipótese do falante falível ter o cérebro ligado a um supercomputador através de terminais eléctricos e a receber deste os impulsos que lhe fazem crer na existência de um mundo que não existe, tal como em *Matrix*³⁴.

De acordo com a crítica, o intérprete omnisciente teria um conhecimento certo e rigoroso acerca do funcionamento do supercomputador, o qual funcionaria como aquilo que “causa e causaria um falante a aderir a qualquer frase”, e o intérprete omnisciente interpretaria a maioria das crenças do falante como verdadeiras. No entanto, a maioria das crenças do falante falível seria falsa, porque o conteúdo das crenças referir-se-ia a um mundo exterior que não existe ou que, pelo menos, seria muito diferente da forma como o falante o concebe.

II

Esta crítica pretende provar que a argumentação de Davidson contra o cepticismo não resulta. Davidson recorre a uma teoria da interpretação para provar, como resposta ao céptico, que as nossas crenças são na sua maioria verdadeiras. A teoria da interpretação proposta por Davidson sustenta que a interpretação implica um acordo entre intérprete e falante. Neste sentido, a interpretação do falante pressupõe por parte do intérprete uma certa imagem do mundo, de forma a ser possível a interpretação e concordância com o falante.

Deste modo, a interpretação pressupõe da parte do intérprete um conjunto de crenças acerca do mundo, o que significa que a teoria da interpretação de Davidson assume implicitamente algo que o cepticismo rejeita e Davidson se propõe provar, a tese de que possuímos um conjunto de crenças maioritariamente verdadeiro. Neste sentido, Davidson não parece refutar o cepticismo.

³⁴ Produção cinematográfica de 1999 produzida por Joel Silver e protagonizada por Keanu Reeves e Laurence Fishburne.

Capítulo IV

13. O que defendem as teorias fundacionalistas da justificação epistémica

As características padrão das teorias fundacionalistas³⁵ da justificação epistémica são as seguintes:

1 – Existe uma distinção entre dois tipos de crenças: as crenças básicas e as crenças não-básicas ou derivadas.

2 – Uma crença empírica *p* encontra-se justificada se e somente se:

p for uma crença empírica básica ou se *p* for suportada, directa ou indirectamente, por uma ou por um conjunto de crenças básicas.

3 – As crenças básicas são o suporte último de justificação das nossas crenças.

4 – As crenças básicas são justificadas independentemente do suporte de qualquer outra crença.

5 – A justificação é unidireccional: das crenças básicas para as crenças não-básicas ou derivadas, e não inversamente.

6 – As crenças básicas servem de suporte, directo ou indirecto, às crenças não-básicas ou derivadas.

7 – As crenças não-básicas ou derivadas são justificadas, unicamente ou em parte, directa ou indirectamente, pelas crenças básicas.

8 – As crenças não-básicas ou derivadas podem estabelecer relações de suporte mútuo entre si.

Outras características das teorias fundacionalistas, mas que não são aceites por todos os fundacionalistas, são as seguintes:

9 – As crenças básicas são justificadas pelo suporte de outras crenças básicas.

10 – As crenças básicas são justificadas pelo suporte de outras crenças básicas através da mediação de crenças não-básicas ou derivadas³⁶.

³⁵ De acordo com Haack (1993: 16-17), é possível distinguir-se quatro tipos diferentes de fundacionalismo: o fundacionalismo forte, o fundacionalismo fraco, o fundacionalismo puro e o fundacionalismo impuro. Os primeiros dois fundacionalismos distinguem-se relativamente ao modo como as crenças básicas são justificadas e os dois últimos distinguem-se relativamente ao modo como as crenças não-básicas ou derivadas recebem suporte das crenças básicas. Apresento as diferenças entre estes tipos de fundacionalismo mais adiante. Cf. Secção D, ponto 1. A aproximação das teorias coerentistas e fundacionalistas da justificação epistémica.

³⁶ Veja-se a título de exemplo Bonjour (1997: 16-17). Bonjour defende que o fundacionalismo fraco pode defender os pontos 9 e 10. Bonjour alega que o fundacionalismo fraco possa defender o estabelecimento de relações de suporte mútuo entre as crenças básicas ou entre as crenças básicas com as crenças derivadas num sentido em muito idêntico àquele defendido pelo coerentismo. De notar que os pontos 9 e 10 do fundacionalismo fraco proposto por Bonjour são acomodáveis pelos pontos anteriores, excepto pelo ponto 4 e pelo ponto 5. O ponto 4 não é compatível com os pontos 9 e 10 e o ponto 5 não é compatível com o ponto 10. Haack (1997: 27) designa o fundacionalismo fraco proposto por Bonjour de fundacionalismo débil (*feeble foundationalism*), para o distinguir do fundacionalismo fraco que apresenta em *Evidence and Inquiry*.

14. Uma caracterização da teoria fundacionalista da justificação epistémica de Clarence Irving Lewis

I

Apresento de seguida uma caracterização da teoria fundacionalista da justificação epistémica de C. I. Lewis, tendo por base a sua obra *An Analysis of Knowledge and Valuation*³⁷.

Nesta obra, Lewis propõe-se encontrar os fundamentos que garantem a validação das crenças empíricas. Para Lewis, o processo de validação das crenças empíricas tem duas dimensões que se complementam entre si: a verificação (empírica) e a justificação. A primeira é responsável pela “determinação das crenças empíricas como verdadeiras” e a segunda pela “determinação das crenças empíricas como racionalmente credíveis.” (1946: 254)

Por que razão são necessárias para Lewis aquelas duas dimensões para validar uma crença empírica? Porque a avaliação cognitiva de uma frase examina a “*verdade* do que é afirmado” e “a garantia ou *fundamento* da crença.” Ainda que o que se afirma possa ser verdadeiro, sem um fundamento justificativo, o que se afirma não possui qualquer “validade e não é conhecimento.” (1946: 254)

Lewis propõe-se provar as seguintes três teses:

- 1 – O conhecimento empírico tem fundações empíricas.
- 2 – As fundações (do conhecimento empírico):
 - 2.1. referem-se ao que é *dado* na experiência sensorial.
 - 2.2. implicam o uso ou o recurso à memória.

II

Lewis alega existirem “três classes de frases empíricas. Primeiro, existem as formulações do que é presentemente *dado* (*given*) na experiência... Em segundo, existem os juízos terminais... Em terceiro, existem os juízos não-terminais que afirmam a realidade objectiva; [que afirmam] um certo estado de coisas como actual.” (1946: 182-85)

As primeiras frases referidas por Lewis, frases acerca do que é *dado* na experiência e que “raramente as fazemos” (1946: 182), correspondem ao que Lewis designa de frases expressivas. Trata-se, de acordo com Lewis, de formulações acerca do que é *dado* de forma directa e indubitável aos sentidos numa experiência particular. Por exemplo, quando afirmo ‘Estou a ver o que *parece ser* uma cadeira de madeira.’

As segundas frases empíricas correspondem para Lewis aos juízos terminais, formulações acerca do que é *dado* na experiência directa sob a forma de uma predição, na

³⁷ LEWIS, C. I., (1946) *An Analysis of Knowledge and Valuation*, La Salle, Illinois, The Open Court Publishing Company, Second Printing, 1950.

forma condicional, se A, então B, e passíveis de serem testadas experiencialmente. Por exemplo, quando afirmo ‘Se me *parece* que estou a ver uma cadeira de madeira, então *parece-me* que posso sentar-me nela.’ A terceira classe de frases empíricas corresponde às frases empíricas objectivas, frases que fazemos habitualmente e que procuram caracterizar de um modo geral a realidade empírica objectiva, como por exemplo ‘Estou a ver uma cadeira de madeira.’³⁸

Para Lewis, as únicas frases empíricas consideradas indubitavelmente certas³⁹ são as **frases expressivas** e os juízos terminais verificados ou corroborados experiencialmente⁴⁰.

Mas de onde resultam tais frases?⁴¹ Por que razão as frases que fazem uso de uma linguagem *expressiva* são admitidas como indubitavelmente certas por Lewis? Em que medida podem tais frases servir, segundo Lewis, de ‘fundação’ do conhecimento empírico? Eis algumas das questões com que nos vamos ocupar nas próximas páginas.

III

De acordo com Lewis, o agente tem consciência do que lhe é *dado* aos sentidos na experiência directa, correspondendo a uma “simples apreensão dos sentidos, uma consciência directa” (Fritz, 1952: 723). Esta apreensão imediata do que é *dado* aos sentidos pode ser formulada, ou não, numa frase⁴².

A formulação do que é *dado* na experiência imediata limita-se a *descrever* o que é *dado*. De acordo com Lewis, se a formulação do que é *dado* na experiência fosse o resultado de uma interpretação, tais frases não seriam consideradas indubitavelmente certas, porque qualquer processo interpretativo está sujeito ao erro.

³⁸ Analiso estas três classes de frases empíricas mais à frente no trabalho.

³⁹ No sentido de serem frases incontestavelmente verdadeiras. Lewis emprega muitas vezes os termos ‘certo’ e ‘indubitável’ como querendo dizer o mesmo e, nesse sentido, afirma várias vezes ‘as frases empíricas certas e indubitáveis’. Julgo, no entanto, que os termos ‘certo’ e ‘indubitável’ apresentam diferentes sentidos. ‘Indubitável’ significa estar isento de dúvida e ‘certo’ significa estar isento de erro. Mas porque algo não gera qualquer dúvida, não significa que seja certo. Atendendo a que o sentido que Lewis parece querer inculcar nestas frases empíricas é o de estarem isentas de erro, e com vista a não criar dificuldades acrescidas para a compreensão do pensamento de Lewis, uso o sentido de ‘indubitavelmente certas’ para tais frases.

⁴⁰ Os juízos terminais são usados, segundo Lewis, para testar experiencialmente as frases empíricas objectivas. De notar que os juízos terminais são, a par das frases expressivas, formulados numa linguagem *expressiva* para darem conta do que é directamente apreendido pelos sentidos na experiência. Como veremos adiante, estas apreensões indubitavelmente certas da experiência são, para Lewis, a fundação do conhecimento empírico.

⁴¹ De notar que ao referir aqui ‘de onde resultam tais frases?’, não pretendo dizer que tais frases resultem de uma interpretação por parte do agente ou de um qualquer processo de derivação. Como veremos, o surgimento destas frases não se deve a nenhum destes processos.

⁴² Não é muitas vezes nítida por parte de Lewis a distinção entre a ‘apreensão do que é *dado* aos sentidos’ e a ‘formulação do que é *dado* aos sentidos’ o que torna por vezes ambíguo o uso do termo *given* por parte de Lewis. Não obstante, tal distinção é referida, ainda que poucas vezes, por Lewis. Veja-se a esse exemplo (Lewis, 1946: 30).

Nesse sentido, para dar conta do que é *dado* de forma imediata aos sentidos na experiência, Lewis alega que a sua formulação faça uso de uma **linguagem expressiva**, como por exemplo, ‘*parece-me* que estou a ver uma cadeira de madeira’.

IV

As frases expressivas são as frases que descrevem o modo como apreendemos o que nos é *dado* de forma imediata na experiência, como por exemplo, quando dizemos ‘Isto *parece-me* ser um pedaço de papel branco.’ As frases expressivas contrastam com as frases empíricas objectivas, como por exemplo a frase, ‘Isto é um pedaço de papel branco’, porque enquanto as primeiras se referem ao que nos *aparece* de forma imediata numa experiência particular, as segundas procuram retratar o modo como as coisas *são*⁴³.

As frases expressivas ao descreverem o conteúdo do que nos é *dado* na experiência imediata, traduzem para Lewis a ‘verdade’ acerca da nossa relação imediata com a experiência. É neste sentido que Lewis considera que as frases expressivas são indubitavelmente certas⁴⁴. Com refere Lewis, “o que é *dado* na experiência é incorrigível e indubitável” (1952: 170).

Lewis apresenta-nos vários exemplos que procuram dar conta do carácter indubitavelmente certo do que nos é *dado* na experiência imediata: “o que vemos quando pensamos que vemos um veado mas não está lá qualquer veado” (1946: 183), é algo que é inegável, independentemente de estar lá efectivamente um veado; “quando digo, ‘Eu vejo o que parece ser uma escadaria de granito à minha frente’, restrinjo-me ao que é *dado*; e o que procuro com esta linguagem é algo do qual não tenho qualquer dúvida” (1946: 179); “quando percepciono uma porta, posso ser enganado por um padrão habilmente pintado num muro, mas aquilo com que se deparam os meus olhos é um facto indubitável da minha experiência.” (1952: 170)

De acordo com Lewis, a formulação das crenças empíricas objectivas tem por base o que nos é *dado* na experiência directa. Assim, a crença empírica de que ‘Estou a percepcionar uma porta’ tem por base aquilo que me é *dado* na experiência imediata aos sentidos e que pode ser formulado como ‘*parece-me* que estou a percepcionar uma porta’. Mas as crenças empíricas objectivas não são apenas o resultado do que nos é *dado* numa experiência particular, mas resultam de inferências indutivas que estabelecemos por

⁴³ A intenção de Lewis em formular frases que fazem uso de uma linguagem expressiva na forma ‘parece ser’ ou ‘parece-me que’, é a de restringir o que está a ser expresso pela frase ao conteúdo específico da experiência directa, por contraste com o estado objectivo de coisas que existem.

⁴⁴ Lewis considera as frases expressiva como indubitavelmente certas, a menos que se esteja a mentir sobre o que *aparece* ou a cometer algum “erro verbal” (1952: 171) com as palavras que se está a usar.

associação com outras experiências anteriormente realizadas e semelhantes às experiências particulares presentes⁴⁵.

Neste sentido, as crenças empíricas objectivas são o resultado de uma interpretação do agente, e por estarem sujeitas à interpretação, tornam o seu conteúdo duvidoso e incerto⁴⁶. Portanto, “o elemento dado é [o] elemento incorrigível [que nos é] apresentado; o elemento dúbio e criticável é o elemento da interpretação.” (1952: 170)

Deste modo, para Lewis, enquanto o que nos é *dado* na experiência directa é indubitavelmente certo, as crenças empíricas objectivas podem ser verdadeiras ou falsas. Mas independentemente do carácter incerto destas crenças, Lewis assegura a certeza do que é *dado* na experiência aos sentidos, e esse é um aspecto crucial para a construção do seu projecto epistémico fundacionalista. Como refere Lewis, “quer as interpretações ou as crenças induzidas sejam verdadeiras ou falsas, existe em todo o caso a apreensão do conteúdo imediato da experiência.” (1946: 26)

V

De acordo com Lewis, as frases expressivas, como por exemplo a de que “Isto *parece-me* ser um pedaço de papel branco”, conduzem-nos geralmente a fazer certas expectativas e previsões de novas experiências sensoriais, por comparação com experiências semelhantes anteriores. Tais previsões, como a de que ‘se me *parecer* que estou a agarrar o pedaço de papel, o pedaço de papel vai *parecer-me* ser leve e de textura lisa’, servem para corroborar e conferir validade à crença empírica de que se encontra um pedaço de papel branco à minha frente. Estas previsões estabelecidas na forma condicional e com uma linguagem expressiva são designadas por Lewis de **juízos terminais**.

Os juízos terminais referem-se a “possíveis experiências directas” (Fritz, 1952: 723), cujo antecedente e conseqüente referem-se àquilo que *pode* ser *dado* na experiência imediata, apresentando-se, por isso, numa linguagem expressiva. A sua forma é, portanto,

⁴⁵ Precisamente devido ao facto das crenças empíricas objectivas serem o resultado de um processo indutivo por comparação com experiências passadas, nem sempre o que nos é *dado* de forma imediata numa experiência particular é acreditado pelo agente e formulado numa crença empírica objectiva. Como refere Lewis, “olhando sobre esta audiência, vejo num mesmo lugar duas cabeças sobre um e o mesmo pescoço. Quando levanto a minha cabeça um pouco, vejo apenas nesse mesmo local uma cabeça.” (1952: 173) Tal significa que, ainda que o que nos *aparece* aos sentidos sejam duas cabeças num e mesmo pescoço, isso não significa que se acredite que esteja à nossa frente uma pessoa com duas cabeças. É pelo requisito da ‘consistência indutiva’, comparando a experiência particular presente com experiências anteriores semelhantes, que o agente acredita ou não na crença de que se encontra uma pessoa com duas cabeças à sua frente. De notar ainda que este aspecto da justificação das crenças empíricas objectivas no apelo para experiências anteriormente realizadas e semelhantes à experiência presente, implica o apelo para a memória. Retomaremos este decisivo tópico da teoria epistémica de Lewis mais adiante.

⁴⁶ O facto das crenças empíricas objectivas estarem sujeitas à interpretação é uma das razões para Lewis considera tais crenças, não como indubitavelmente certas, mas como prováveis ou credíveis. Uma outra razão, que veremos mais adiante, é a de, aparentemente, não existir um conjunto definido ou limitado de testes experienciais que confirmem de forma absoluta a verdade de tais crenças.

a seguinte: dado o que *parece* ser o indício ou evidência *S*, se *A*, então *E*. *S* é o que é *dado* originalmente na experiência directa e formulado na frase expressiva, *A* representa um determinado modo de acção admitido como possível e *dado* na experiência imediata, ‘se me *parecer* que estou a agarrar o pedaço de papel’, e *E* representa a consequência esperada, uma certa previsão que *pode* ser *dada* na experiência directa, como a de que ‘o pedaço de papel vai *parecer-me* ser leve e de textura lisa.’⁴⁷ Se se confirmar empiricamente que *E* segue-se de *A*, a previsão é corroborada, o juízo é considerado indubitavelmente certo, porque depende apenas e somente da experiência particular a que faz referência⁴⁸.

Caso a crença empírica objectiva seja sucessivamente corroborada pelos testes experienciais dos juízos terminais, tal não significa que, por isso, a crença seja admitida como certa. Para Lewis, não existe qualquer conjunto de previsões, por mais vasto que seja, que a serem confirmadas experiencialmente garantam a certeza de uma crença empírica objectiva, porque a quantidade de testes possíveis é inumerável e qualquer um dos testes não realizados pode ter um resultado negativo sobre a crença em questão. Neste sentido, para Lewis, cada previsão, ou conjunto de previsões, confirmadas experiencialmente constitui-se apenas como uma verificação *parcial* da crença empírica objectiva, e não como uma verificação absoluta⁴⁹.

Ainda que não exista um conjunto de corroborações empíricas que garantam a certeza de qualquer crença empírica objectiva, todavia, as corroborações realizadas garantem ao agente uma “maior confiança em quaisquer outras predições baseadas nelas”

⁴⁷ De notar que na formulação dos juízos terminais, quer a antecedente, quer a consequente, surgem em linguagem expressiva, com o uso da expressão ‘*parece-me que*’. Se assim não fosse, se surgissem em linguagem objectiva empírica, não poderiam ser considerados como indubitavelmente certos após a sua corroboração experiencial. Por outro lado, se não fossem formulados em linguagem expressiva, e formulados numa linguagem objectiva, teriam de ser constantemente sujeitos a novas confirmações empíricas, não podendo, por isso, ser considerados, em momento algum, de indubitavelmente certos.

⁴⁸ E caso uma das previsões referidas por um juízo terminal não se verifique empiricamente? Nesse caso devo, de acordo com Lewis, “abandonar a minha crença presente de que se encontra realmente à minha frente um pedaço de papel”. (1946: 174)

⁴⁹ O facto das crenças empíricas objectivas não serem verificadas empiricamente de forma absoluta determina, segundo Lewis, o seu estatuto de crenças apenas prováveis ou credíveis. Mas ainda que tais crenças sejam apenas *prováveis*, tal não significa que algumas das nossas crenças não possam possuir para nós uma ‘certeza prática’. Lewis refere o seguinte exemplo: “Vejo algo à distância a vir na minha direcção, e acredito que se trata do meu cão. Este objecto aproxima-se pouco a pouco; Tenho cada vez mais evidências que corroboram a minha crença; a minha crença torna-se cada vez mais forte; e finalmente tenho a [quase] certeza que se trata do meu cão a vir ao meu encontro. Não tenho uma certeza teórica: se a saúde e felicidade futura de toda a minha família depender do facto de estar correcto, então devo realizar mais investigação; devo querer olhar para a sua coleira, observar a sua reacção ao nome ‘Skipper’, e assim por diante. Mas eu *sei* que se trata do meu cão: quem quer que habitualmente hesitasse ou levantasse mais questões em circunstâncias como esta, necessitaria da atenção de um psiquiatra.” (1946: 320-1)

(1946: 175) e, portanto, conferem a estas previsões uma maior probabilidade de serem verificadas empiricamente, servindo para aumentar a confiança do agente sobre a crença.

Neste sentido, o maior ou menor número de testes experienciais realizados acerca de uma crença empírica objectiva, determina o maior ou menor grau de probabilidade ou credibilidade da crença. Deste modo, a teoria epistémica de Lewis possibilita que se atribua diferentes graus de probabilidade às crenças empíricas objectivas⁵⁰.

Segundo Lewis, sem uma tal relação de dependência e de probabilidade entre os juízos terminais e entre estes e as crenças empíricas objectivas, “não apenas não seria possível conferir qualquer validade às predições empíricas, mas também não seria possível qualquer apreensão de um objecto, conheável através das suas diversas aparências” (1954: 196). Deste modo, sem a lógica indutiva, na qual aquelas relações de dependência e probabilidade se baseiam, e a experiência, não seria possível atribuir qualquer credibilidade a uma crença empírica objectiva.

De acordo com Lewis, o significado de uma crença empírica objectiva depende do conjunto de confirmações empíricas e possíveis previsões acerca da crença em questão, correspondendo, portanto, a um conjunto aparentemente ilimitado de séries de juízos terminais⁵¹. Este conjunto indefinido de juízos terminais constitui a evidência completa das crenças empíricas objectivas.

Neste sentido, para Lewis, não é aparentemente possível de obter o significado completo de uma frase empírica objectiva, pois apenas nos é possível aceder e testar empiricamente um conjunto limitado de predições, impossibilitando, por isso, a determinação completa da verdade de tais frases.

VI

Por não existir aparentemente um número suficiente de experiências que corroborem empiricamente de forma completa e absoluta as frases empíricas objectivas, Lewis denomina-as de **juízos não-terminais**. É neste sentido que, para Lewis, qualquer frase empírica que expresse algo que esteja para lá do que é *dado* (ou possa ser *dado*) na experiência directa não é admitida como certa, por requerer um conjunto aparentemente ilimitado de novas evidências que a confirmem, não tornando possível obter uma evidência ou prova completa de tais frases.

Mas existe uma evidência completa para as frases expressivas?

⁵⁰ De notar que as relações de dependência e de probabilidade verificadas entre os juízos terminais e entre os juízos terminais e uma dada crença empírica objectiva têm por base o raciocínio indutivo. Como refere Lewis, “o extenso e importante tópico denominado ‘lógica indutiva’ está inseparavelmente relacionado com a teoria da probabilidade.” (1946: 265)

⁵¹ Neste sentido, a teoria epistémica de Lewis assume-se como verificacionista. De acordo com o verificacionismo, o significado cognitivo de uma frase resulta da sua verificabilidade empírica.

As frases expressivas são construídas para referir apenas aquilo que é *dado* numa experiência particular ao agente, não implicando qualquer relação a outras experiências do agente. Dado que não dependem de quaisquer outras experiências do agente para além da experiência particular a que se referem, a única evidência que possuem é a experiência particular em questão. A experiência imediata é, portanto, a única evidência das frases expressivas, e tendo o agente um pleno acesso à sua experiência imediata, por ser aquilo que lhe é *dado* de forma directa por uma experiência particular, a experiência imediata é a evidência completa para as frases expressivas.

É neste sentido que, para Lewis, as frases expressivas são consideradas indubitavelmente certas, porque a experiência imediata é a evidência completa das frases expressivas e o acesso à evidência completa de uma frase compromete-nos com a sua verdade.

Por outro lado, a evidência completa de uma frase empírica não assegura apenas a sua verdade, assegura-lhe igualmente a sua justificação, porque não existe qualquer evidência em falta ou que possa vir a ser usada mais tarde em relação a tal frase. Portanto, para Lewis, as frases expressivas e os juízos terminais empiricamente verificados manifestam a evidência completa, e são, por isso, considerados certos e justificados.

Uma outra razão fornecida por Lewis para considerar as frases expressivas e os juízos terminais verificados empiricamente como certos é a de que essa consideração é encarada como uma exigência para a credibilização das crenças empíricas objectivas, porque algo tem de ser *dado* na experiência como indubitavelmente certo para que seja possível conferir uma certa credibilidade ou probabilidade a uma crença empírica objectiva. Para Lewis, se algo não for dado como certo anteriormente ao processo de validação empírica de uma crença, também esse ‘algo’ anterior, por ser apenas provável, terá de ser sujeito a novas confirmações empíricas, o que conduziria a um “regresso indefinido do meramente provável” e a “probabilidade não seria ela mesma genuína.” (1946: 186) E uma tal situação compromete seriamente a possibilidade, de acordo com Lewis, de se atribuir qualquer validade ao conhecimento empírico⁵².

Lewis apresenta-nos esta ideia com o **argumento da diluição das probabilidades**. Este argumento sustenta que a credibilidade de uma crença empírica objectiva resulta do seu fundamento, mas se este for apenas provável é necessário que outro fundamento lhe sirva de suporte, e assim por diante. E nesse caso, “para aceder à probabilidade da frase

⁵² Esta ideia, de acordo com a qual algo tem de ser *dado* como certo para que seja possível o conhecimento empírico, é repetida várias vezes por Lewis ao longo da sua obra *An Analysis of Knowledge and Valuation*. Veja-se, a título de exemplo, Lewis, 1946: 26. “And without such data there could be no empirical knowledge” (“E sem tais dados não poderá haver conhecimento empírico”); “and without such apprehensions there could be no empirical knowledge at all.” (“e sem tais apreensões não poderá haver de todo qualquer conhecimento empírico”).

original [a frase empírica objectiva], a sua probabilidade relativa ao seu fundamento deve ser multiplicada pela probabilidade deste fundamento, a qual [probabilidade resultante] deve ser, por sua vez, multiplicada pela probabilidade do seu fundamento, e assim por diante.” (1952: 172) Esta situação conduziria-nos ao ponto em que a probabilidade das crenças empíricas objectivas estaria reduzida a zero⁵³. Dado que as nossas crenças empíricas objectivas possuem pelo menos alguma credibilidade, algo tem de ser dado como certo para fundamento das crenças empíricas objectivas.

Nesse sentido, Lewis alega que “a regressão do conhecimento empírico não é interminável, na medida em que os juízos não-terminais que tipicamente expressam as crenças empíricas recuam eventualmente até aos juízos terminais; e destes até aos dados actuais dos sentidos, formuláveis em frases expressivas cuja verdade é certa.” (1946: 327)

VII

Apresentei até aqui, em termos gerais, as bases e os procedimentos que, de acordo com Lewis, possibilitam a *verificação* empírica de uma crença. As frases expressivas e os juízos terminais possibilitam o acesso consciente do agente à experiência e, juntamente com a lógica indutiva, possibilitam a atribuição de um certo grau de probabilidade às crenças empíricas. Mas como referi no início, a verificação é, para Lewis, apenas uma das componentes da validação do conhecimento empírico, sendo igualmente necessária a *justificação*⁵⁴. É o tópico da justificação das crenças empíricas objectivas que irei de agora em diante abordar.

O problema que é colocado com a questão da justificação das crenças empíricas é o seguinte: vimos que, para Lewis, as frases expressivas e os juízos terminais (empiricamente verificados) recebem a sua justificação do que é *dado* na experiência imediata. Todavia, Lewis reconhece que o que é *dado* na experiência é, só por si, insuficiente para justificar qualquer crença empírica. Como refere Lewis, “nenhum juízo

⁵³ Imaginemos que o agente A possui a crença empírica p de que à sua frente se encontra uma macieira. De acordo com Lewis, sendo p apenas provável, é necessário encontrar o fundamento que sustenta p , por hipótese q que possui uma probabilidade de 0,7 (na escala de 0 a 1). Suponhamos que a probabilidade inicial de p é de 0,6. Tal significa que a probabilidade de p relativamente ao seu fundamento é de 0,42 (pela multiplicação de p com q). Imaginemos agora que o fundamento de q é por hipótese r cuja probabilidade é de 0,8. Tal significa que a probabilidade de p é agora de 0,34 (pela multiplicação de 0,42 com 0,8). Desta multiplicação sucessiva e regressiva de probabilidades conclui-se o seguinte: a não ser que o fundamento de uma crença empírica objectiva seja certo, i.e., tenha uma probabilidade de 1, chegaremos a um ponto em que a probabilidade de p fica reduzida a zero. Neste sentido, para Lewis, na ausência de um fundamento considerado certo para uma crença empírica objectiva p , não é possível se atribuir qualquer probabilidade a uma crença empírica objectiva.

⁵⁴ Através da verificação, Lewis procurou saber em que medida podemos considerar uma crença como sendo mais ou menos provável. A verificação é, portanto, responsável pelo nosso acesso à verdade. Através da justificação, Lewis procura saber das razões para se considerar uma crença empírica como provável.

empírico pode ser validado apenas pela referência aos factos dados imediatamente aos sentidos.” (1946: 327)

A questão é a de saber o que fundamenta o nosso acesso consciente às crenças empíricas objectivas, atendendo a que o que nos é *dado* na experiência imediata não justifica só por si a formulação consciente que fazemos de tais crenças.

Não obstante, o que é *dado* na experiência directa ser insuficiente para justificar uma crença empírica objectiva, Lewis considera que o que é *dado* na experiência tem de garantir, em última instância, a justificação de qualquer crença empírica objectiva. De outra forma, também a garantia última de justificação das crenças empíricas objectivas teria de ser justificada no apelo para novas razões, o que conduziria a um processo de regressão de justificação *ad infinitum* das crenças empíricas objectivas. É neste sentido que a perspectiva epistémica de Lewis se apresenta como fundacionalista, pelo facto do fundamento último de justificação das crenças empíricas se apresentar como certo e justificado independentemente do apelo para outras razões⁵⁵.

Portanto, para Lewis, as apreensões certas da experiência assumem-se como a ‘fundação’ do conhecimento empírico e a formulação de tais apreensões em linguagem expressiva desempenham na teoria epistémica de Lewis o papel de ‘crenças básicas’. Pelo facto de tais apreensões apresentarem-se completamente justificadas, a perspectiva de Lewis assume-se nesta fase inicial como um fundacionalismo forte⁵⁶.

Lewis rejeita a perspectiva coerentista da justificação epistémica, porque “nenhuma relação lógica pode, por si mesma, alguma vez ser suficiente para estabelecer a verdade, ou mesmo a credibilidade, de qualquer juízo sintético”. (1952: 169) Lewis considera que “nenhuma frase empírica pode se tornar credível sem uma referência à experiência” (1946: 187), referência à experiência que o coerentismo não consegue acomodar na relação de justificação entre as crenças.

VIII

Lewis alega que o fundamento conferido às crenças empíricas, sem outra referência para além do que é *dado* directa e presentemente aos sentidos, é “completamente impossível”. De acordo com Lewis, “o que, em particular, torna isso impossível é o facto da ‘experiência’, encarada como a eventual fundação da totalidade da nossa estrutura piramidal de crenças empíricas, não ser sobretudo dada na experiência

⁵⁵ De notar que apenas em *An Analysis of Knowledge and Valuation* (AKV), obra de 1946, Lewis apresenta de forma desenvolvida uma defesa da sua posição fundacionalista. Na sua obra anterior, *Mind and the World-Order* (MWO) de 1929, Lewis argumenta contra a possibilidade de um fundacionalismo da justificação epistémica, ainda que nos últimos dois capítulos (X e XI) Lewis pareça apresentar uma defesa do fundacionalismo.

⁵⁶ O fundacionalismo forte é a variante fundacionalista que defende que as crenças básicas se encontram completamente justificadas, independentemente do suporte de quaisquer outras crenças.

sensorial, no momento que apelamos para ela, mas ser experiência passada, disponível apenas como lembrada.” (1946: 338)

Neste sentido, para “assegurar até como credível o que é acreditado” é necessário que “haja alguma confrontação de factos acerca de experiências semelhantes no passado.” (1946: 334) Isto significa que as inferências indutivas realizadas entre as frases expressivas acerca do que é *dado* na experiência aos sentidos e as crenças empíricas objectivas incluam premissas acerca de experiências passadas semelhantes à experiência presente, de modo a garantir a justificação do conhecimento empírico.

Mas o que mais é necessário para formar a base de justificação de uma crença empírica para além das apreensões do que é *dado* presentemente aos sentidos na experiência?

Lewis considera que a justificação da maior parte das crenças empíricas faz referência a experiências passadas e, nesse sentido, alega que o fundamento ou base de justificação das crenças empíricas seja formado por aquilo que *é dado* directa e presentemente aos sentidos e pelo que *foi dado* directamente aos sentidos em experiências passadas semelhantes à experiência presente⁵⁷.

Neste sentido, para garantir a justificação de qualquer crença empírica, é necessário, pelo menos, uma “premissa geral respeitante a casos passados aparentados com o caso em questão.” (1946: 327). Portanto, para Lewis, a validação do conhecimento empírico depende “da possibilidade de inferências baseadas na experiência passada”⁵⁸ (1946: 333), e não existe, aparentemente, uma alternativa plausível a essa possibilidade. Como refere Lewis, “quaisquer que sejam os problemas que rodeiam esta concepção comum de que o conhecimento empírico depende da generalização a partir da experiência

⁵⁷ Evidentemente, nem todas as nossas crenças empíricas objectivas exigem um confronto directo e presente com os dados da experiência, como por exemplo a minha crença de que a porta da entrada da Câmara Municipal de Caldas da Rainha é amarela, pois não necessito de estar presentemente a perceber a porta para acreditar que é amarela. No entanto, Lewis está interessado em focar o papel da experiência directa para a validação do conhecimento empírico, daí recorrer na maioria, senão mesmo na totalidade das vezes, a exemplos de crenças empíricas que implicam a relação directa e presencial do agente com o objecto da experiência.

⁵⁸ Lewis considera que, não apenas as crenças empíricas objectivas ou juízos não-terminais, mas também a formulação dos juízos terminais tem por base o apelo para, pelo menos, uma premissa geral referente a casos de experiência anteriores semelhantes ao caso de experiência actual. Como refere Lewis, para justificar o juízo empírico terminal, “‘Se A, então (provavelmente) E’ – alguma generalização derivada de experiências passadas deve ser fornecida.” (1946: 327) Por exemplo, dada a aparência visual de uma folha branca de papel, se me *parecer* que estou a dobrar a folha, então vai *parecer-me* que a folha de papel está dobrada [dada a aparência S, se A, então (provavelmente) E]. De acordo com Lewis, a questão é que o juízo terminal acima não se torna certo pela simples ‘aparência visual de uma folha branca de papel’, mas torna-se necessária uma generalização a partir de casos de experiência anteriores e que digam respeito ou estejam relacionados com o ver e dobrar folhas de papel.

passada, é suficientemente evidente que não existe uma alternativa plausível [a essa condição].” (1946: 259)

Portanto, de acordo com Lewis, a relação indutiva que se estabelece entre o que é *dado* na experiência directa e a formulação do juízo pressupõe, como algo inevitável, a **memória**. Tal significa que, para Lewis, a justificação de qualquer juízo empírico implica o apelo à memória.

Lewis considera que daqui surgem duas dificuldades (1946: 328): se a justificação de qualquer juízo empírico, seja um juízo não-terminal ou terminal depende, pelo menos, de “uma crença empírica *antecedente*, a qual não é por sua vez uma certeza teórica mas apenas uma probabilidade” (1946: 327), o fundamento ou base de justificação de um juízo empírico parece gerar uma proliferação de crenças empíricas. Por outro lado, se o fundamento de justificação de um juízo empírico apela para experiências passadas, coloca-se o “problema da validade da memória.” (1946: 328)

A questão da memória suscita o problema de conferir credibilidade às crenças empíricas, porque (1946: 336) a mera recordação não é um indicador completamente fiável dos factos recordados. Neste sentido, para que se atribua uma certa credibilidade às crenças empíricas, Lewis necessita de encontrar uma forma de conferir credibilidade ao que é recordado.

Um problema associado à possibilidade de se atribuir credibilidade às memórias é o de que os fundamentos que suportam a eventual credibilidade de uma recordação são outras memórias, que novamente têm de ser justificadas quanto à sua credibilidade, e assim sucessivamente. A solução encontrada por Lewis para garantir a credibilidade de cada uma das crenças recordadas é através das relações de suporte mútuo que as recordações estabelecem globalmente entre si e que designa por relações de ‘congruência’.

IX

Para Lewis um conjunto de frases é dito **congruente** se e apenas se tais frases “*estão de tal modo relacionadas que a probabilidade antecedente de qualquer uma delas será aumentada se as ‘restantes frases’ do conjunto puderem ser assumidas como premissas dadas.*” (1946: 338) Portanto, para Lewis, um conjunto de crenças é congruente se a relação entre as crenças aumentar a sua probabilidade. Se aumenta a probabilidade de cada uma das crenças, a relação de congruência confere a cada uma das crenças uma certa credibilidade.

Lewis inicialmente está convencido que a relação de congruência entre as crenças recordadas é suficiente para garantir a credibilidade de cada uma das crenças, quando refere que “um corpo de crenças empíricas, no qual cada uma das crenças é menos do que

certa e nenhuma das quais pode ser apoiada sobre fundamentos empiricamente certos, pode não obstante ser justificada como credível pela relação entre si.” (1946: 338)

Todavia, para Lewis, nem a consistência mútua, nem a relação de congruência, nem a relação de dedução num conjunto de frases “pode por si mesma assegurar até o mais baixo grau de probabilidade para um corpo de crenças empíricas”, sendo antes absolutamente necessário que “pelo menos algumas das frases do conjunto possuam um grau de credibilidade anterior e independente das restantes frases do conjunto, e que resultem de uma relação com a experiência directa.” (1946: 339)

Lewis considera que tais frases com ‘um grau de credibilidade anterior e independente’ são os juízos recordados que fazem uso de uma linguagem expressiva. A questão para Lewis não está em saber se tais juízos podem ser admitidos como certos, que para Lewis, por dependerem memória, não podem. A questão é a de saber se estes juízos, sendo supostamente os mais credíveis, podem ser admitidos como tal.

De acordo com Lewis, “os itens ao manifestarem estas relações de congruência devem – alguns deles pelo menos – ser *factos dados de forma independente* ou terem uma probabilidade que lhes é anterior.” (1946: 352). Sem uma tal exigência, as relações de congruência não avançariam um passo na determinação do que é actualmente empiricamente credível ou válido.

Deste modo, Lewis considera que o quão importante seja a relação de congruência para a justificação das crenças empíricas objectivas, as pedras fundadoras que suportam todo o edifício continuam a ser “aqueles itens de verdade que são revelados na experiência dada.” (1946: 353) É neste sentido que Lewis rejeita por completo o coerentismo, pois “a suposição que a relação lógica de congruência possa ser por si mesma em todo o caso um teste suficiente da verdade empírica, deve ser posta de lado, por razões análogas às que exigem o repúdio da teoria coerentista” (1946: 350).

Portanto, para Lewis, a congruência apenas aumenta a credibilidade ou probabilidade das crenças recordadas, se partirmos do pressuposto que, pelo menos, alguns desses itens recordados são credíveis. Por outro lado, Lewis considera que “a congruência de tais itens uns com os outros e com a experiência sensorial presente será capaz de estabelecer uma eventual elevada credibilidade, muito aproximada da certeza, para aqueles itens unidos em relações extensivas de tal congruência.” (1946: 354)

Assim, para que os juízos recordados que expressam o que nos foi *dado* directamente na experiência possam ser admitidos como credíveis, Lewis necessita de provar que a memória é credível, designadamente, que as memórias individuais são credíveis.

Um dos argumentos (1946: 358) apresentados por Lewis a favor da credibilidade das memórias individuais considera que, se não atribuíssemos credibilidade às memórias individuais, não seria possível distinguirmos os factos das ilusões, não poderíamos discernir a fantasia da realidade. Um outro argumento apresentado por Lewis é o de que se estivéssemos enganados em relação às memórias individuais, a possibilidade de se proceder a uma avaliação da credibilidade das memórias estaria colocada em causa, porque um agente que se encontrasse sujeito a um permanente engano por parte das suas memórias não estaria em condições de fazer essa avaliação.

X

Referimos que a teoria epistémica de Lewis assume-se como uma teoria fundacionalista da justificação, por aquilo que é *dado* na experiência imediata assumir-se como a fundação ou a justificação última das crenças empíricas. Mas conforme pudemos constatar no decorrer da nossa apresentação, a justificação da maior parte das nossas crenças empíricas é garantida pelo apelo para os juízos referentes a experiências passadas, juízos que não podem ser admitidos como certos, mas apenas como credíveis.

Neste sentido, a ‘base de justificação’ das crenças empíricas passa a ser constituída pelas ‘apreensões do que é *dado* presentemente na experiência imediata’ e pelos ‘juízos acerca das experiências passadas’. Não sendo tais juízos resultantes da memória considerados certos, a ‘base de justificação’ das crenças empíricas não se encontra completamente justificada. Deste modo, Lewis é conduzido de um fundacionalismo forte para um fundacionalismo fraco⁵⁹.

Lewis ao ser conduzido a adoptar um fundacionalismo fraco, de acordo com o qual, a ‘base ou fundamento’ de justificação das crenças empíricas, entendido na teoria epistémica de Lewis como as ‘crenças básicas’, não se encontra completamente justificado, tal sugere que as ‘crenças derivadas’ do fundacionalismo de Lewis não recebem a totalidade da sua justificação das ‘crenças básicas’. Deste modo, Lewis parece ser conduzido na direcção de um fundacionalismo fraco impuro⁶⁰.

⁵⁹ O fundacionalismo fraco é a variante fundacionalista que defende que as crenças básicas não se encontram completamente justificadas, independentemente do suporte de quaisquer outras crenças.

⁶⁰ O fundacionalismo impuro é a versão do fundacionalismo que sustenta que as crenças não-básicas ou derivadas são justificadas *em parte*, directa ou indirectamente, pelas crenças básicas.

15. As críticas de Susan Haack à teoria fundacionalista da justificação epistémica de C. I. Lewis

I

As críticas de Haack a Lewis pretendem provar, por um lado, que as três principais teses que Lewis se propõe defender são falsas e, por outro lado, que as teses de Lewis conduzem-no na direcção de um fundarentismo.

De acordo com Haack, as três teses que Lewis propôs-se provar são:

1. As apreensões do que é *dado* na experiência imediata são certas.
2. As crenças empíricas não estão justificadas, em qualquer grau, a não ser que existam apreensões absolutamente certas da experiência.
3. A justificação de quaisquer crenças empíricas depende, em última instância, pelo menos em parte, do suporte das apreensões absolutamente certas da experiência⁶¹. (1998: 36)

No entanto, de acordo com Haack, os argumentos apresentados por Lewis estão mais de acordo com as seguintes três teses:

- 1 *. Temos várias experiências sensoriais, introspectivas e de memória.
- 2 *. As crenças empíricas não estão justificadas, em qualquer grau, a não ser que se tenha tais experiências.
- 3 *. A justificação de quaisquer crenças empíricas depende, em última instância, pelo menos em parte, de tais experiências. (1998: 36)

II

Haack sustenta que a teoria epistémica de Lewis apresenta algumas incoerências e ambiguidades.

As incoerências resultam do facto da teoria de Lewis se apresentar inicialmente como um fundacionalismo forte, por fazer depender a justificação das crenças empíricas unicamente das apreensões certas da experiência presente, apreensões que, segundo Lewis, são justificadas pelo que é *dado* directamente na experiência. Se inicialmente se apresenta como um fundacionalismo forte, apresenta-se mais tarde como um fundacionalismo fraco⁶², ao sustentar que as apreensões certas da experiência presente são insuficientes para servir de base de suporte às crenças empíricas, requerendo que a base de suporte seja igualmente composta por juízos referentes ao passado.

⁶¹ De notar que as teses 2 e 3 não são idênticas. A tese 2 de Lewis diz-nos que a justificação das crenças empíricas depende das apreensões certas da experiência. A tese 3 diz-nos que as apreensões certas da experiência não são a única base de suporte das crenças empíricas.

⁶² O fundacionalismo fraco é a versão de fundacionalismo que defende que as crenças básicas se encontram justificadas, mas não completamente, independentemente do suporte de qualquer outra crença. (cf. Haack, 1998: 16)

O fundacionalismo fraco de Lewis resulta do facto da maior parte das crenças empíricas serem justificadas por intermédio da memória, o que significa que a base de suporte das crenças empíricas não é composta unicamente pelas apreensões certas da experiência, mas exige o apoio dos juízos referentes ao passado, juízos estes que não são certos. É neste sentido que a base de suporte das crenças empíricas na teoria epistémica de Lewis não se encontra completamente justificada.

As ambiguidades resultam, para Haack, do facto das apreensões certas da experiência serem entendidas simultaneamente como “imunes ao erro” e “imunes à injustificação”, quando a verdade e a justificação não são noções idênticas. Outra ambiguidade detectada por Haack diz respeito à referência das apreensões da experiência imediata. As apreensões do que é *dado* na experiência referem-se por vezes aos juízos do que é *dado* na experiência imediata e outras vezes à própria experiência.

III

Haack propõe-se refutar a tese 1 de Lewis de que as apreensões do que é *dado* na experiência imediata são certas. Dado que o sentido que Lewis atribui a “certas” no contexto das apreensões da experiência é o de serem “imunes ao erro” e “imunes à injustificação”, Haack procura provar que ambas as interpretações podem ser falsas e sem interesse epistemológico.

Com essa finalidade, Haack (1998: 37) estabelece uma divisão entre “certeza-T” (‘T’ para ‘verdadeira’) e “certeza-J” (‘J’ para ‘justificada’), para dar conta, respectivamente, das apreensões certas da experiência como “imunes ao erro” e como “imunes à injustificação”. Para além da ambiguidade referente à verdade e à justificação, Haack sustenta que o termo “certas” usado por Lewis para se referir às apreensões da experiência revela uma outra ambiguidade, que a autora estabelece através da distinção entre certeza “trivial” e certeza “substancial”.

Haack faz a leitura daquelas divisões do seguinte modo: “uma apreensão do que é dado será *substancialmente certa-T* se não puder ser falsa, porque é garantido ser verdadeira, *substancialmente J-certa* se não puder estar injustificada, porque é garantido estar justificada; será *trivialmente certa-T* se não puder ser falsa, mas também não puder ser verdadeira, *trivialmente certa-J* se não puder estar injustificada, mas também não puder estar justificada.” (1998: 37)

Com base naquelas divisões, Haack propõe-se provar que é falso que “os juízos acerca da experiência sensorial imediata são substancialmente certos (T e/ou J)” (1998: 37), ainda que tal seja uma tese epistemologicamente interessante.

Por outro lado, para Haack, ainda que seja verdade que “as experiências sensoriais são trivialmente certas” (T e J), tal é epistemologicamente desinteressante.

No que se refere à certeza-T, Haack (1998: 38) diz-nos que as experiências sensoriais são trivialmente certas, porque as experiências por si mesmas não têm valor de verdade, e por isso, não podem ser verdadeiras nem falsas. Mas aquilo que Lewis pretende provar é a tese da certeza-T substancial, que os juízos acerca da experiência sensorial imediata são substancialmente certos.

Lewis usa as ‘frases expressivas’ para desempenhar esse papel, frases que captariam unicamente e de forma directa aquilo que nos é *dado* na experiência, sem recurso à interpretação, e que devido a esta sua característica seriam garantidamente verdadeiras, excluindo qualquer possibilidade de erro. Todavia, para Haack, este argumento de Lewis não é de todo convincente.

De acordo com Haack, as ‘frases expressivas’, enquanto apreensões do que é *dado* na experiência imediata possuem conteúdo e, nesse sentido, exigem por parte do agente uma interpretação do que é *dado* na experiência imediata. Estando sujeitas a este elemento interpretativo, estão, segundo Haack, sujeitas ao erro⁶³.

Segundo Haack, Lewis teria de provar que existem juízos que *simplesmente* relatam o que é *dado* na experiência imediata e que não envolvem qualquer elemento interpretativo. Dado que Lewis não o fez, a sua tese que os juízos acerca da experiência sensorial directa são substancialmente certos não colhe.

Haack reconhece todavia que, ainda que Lewis não tenha provado que os juízos acerca das apreensões imediatas da experiência sejam certos, tal não significa que a tese 1 de Lewis seja falsa. Ainda que Lewis não tenha provado que existem juízos que limitam-se a reportar o que é *dado* na experiência imediata sem o recurso a qualquer elemento interpretativo, tal não significa que não existam tais juízos. De qualquer modo, Haack considera que a tese 1 de Lewis é efectivamente falsa.

Para Haack, ainda que a maior parte dos juízos que fazemos acerca do que nos é *dado* presentemente aos sentidos seja verdadeira, tal não significa que seja sempre o caso. Haack (1998: 41) refere um caso de ilusão de óptica⁶⁴, no qual, parece-nos estar a ver uma

⁶³ Haack refere que, a este nível, uma ‘frase expressiva’ não é mais certa que uma crença empírica objectiva. Aliás, (1998: 39) refere que podemos imaginar cenários nos quais uma ‘frase expressiva’ é falsa, e a crença empírica é verdadeira, e vice-versa. Julgo que um desses cenários, no qual, a ‘frase expressiva’ é falsa e a crença objectiva é verdadeira, podia ser o seguinte: imaginemos que formulo a frase de que estou a ver o que me *parece ser* um envelope branco, ainda que no momento da experiência imediata com o objecto em questão tenha hesitado entre essa formulação e a de que estou a ver o que me *parece ser* uma folha branca. Efectivamente é uma folha branca que se encontra à minha frente e não um envelope branco. Não obstante aquilo que me parece estar a observar não ser efectivamente o que observo, devido àquela minha hesitação inicial é possível que acredite que estou a ver uma folha branca.

⁶⁴ O caso de ilusão de óptica referido por Haack é o de uma imagem com várias linhas separadas entre si pela mesma distância e a formar um semicírculo. Perante uma tal imagem, é possível existirem três situações: o agente considera que as linhas lhe parecem ter o mesmo tamanho, que as linhas lhe parecem ter tamanho diferente ou que as linhas lhe parecem ter o mesmo tamanho, e passados alguns instantes, lhe parecerem de tamanho diferente, e vice-versa. Julgo que o contra-exemplo de Haack à tese 1 de Lewis

imagem de uma certa maneira, e passados alguns instantes, é possível que a mesma imagem nos apareça de modo diferente. Dado que somos confrontados com a mesma imagem, e a partir da mesma imagem fazemos leituras diferentes, então, ao contrário do defendido por Lewis, a formulação do que nos é *dado* aos sentidos na experiência imediata é passível de erro. Deste modo, Haack prova que as apreensões da experiência não são substancialmente T-certas.

Lewis não distingue a certeza-T da certeza-J no referente às apreensões do que é *dado* na experiência. Ainda que, para Haack, uma tal identificação seja no mínimo duvidosa⁶⁵, Haack concede ainda assim, para efeitos de argumentação, que uma apreensão da experiência que seja substancialmente certa-J é substancialmente certa-T. Neste sentido, Haack propõe-se provar que não é o caso das apreensões da experiência serem substancialmente certas-J.

Haack propõe um caso idêntico ao anterior, o caso de um paciente ser confrontado no oftalmologista com a imagem de ilusão de óptica das linhas do mesmo tamanho e separadas entre si à mesma distância e a formar um semicírculo. Neste caso, Haack imagina a seguinte situação: o paciente, por acaso, consegue aceder aos resultados do teste a que vai ser submetido. Todavia, no momento do teste e devido ao cansaço, o oftalmologista faz a pergunta ao paciente que já indicia uma resposta afirmativa por parte deste, ‘Então, que lhe parece, as linhas apresentam-se do mesmo tamanho, não se apresentam?’ De acordo com Haack, nesta situação, o paciente possui alguma justificação para o seu juízo de que as linhas da imagem parecem ter todas o mesmo tamanho, mas a sua justificação do juízo não se encontra completa.

Deste modo, conclui Haack, a tese 1 de Lewis, em qualquer sentido que possa ser considerada epistemologicamente interessante⁶⁶, é falsa. Por sua vez, a tese 1* é uma conclusão plausível que se pode retirar da argumentação de Lewis e é uma tese verdadeira.

IV

Haack propõe-se provar de seguida que a tese 2 de Lewis, de que as crenças empíricas não estão justificadas, em qualquer grau, a não ser que existam apreensões

com este caso de ilusão de óptica, pode ser realizado com quaisquer outros casos de ilusão de óptica que suscitem sobre o observador pelo menos duas interpretações diferentes da mesma imagem.

⁶⁵ A identificação entre a certeza-T e a certeza-J é no mínimo duvidosa, porque se entendermos a certeza-T e J no sentido substancial, é admissível que um juízo certo-T implique um juízo certo-J, i.e., que um juízo garantidamente verdadeiro encontra-se garantidamente justificado. Todavia, não é admissível que um juízo certo-J implique um juízo certo-T. Por exemplo, o juízo de que estou sentado a escrever ao computador encontra-se garantidamente justificado, mas isso não implica que a minha crença de que estou sentado a escrever ao computador seja garantidamente verdadeira.

⁶⁶ Haack considera, para efeitos de argumentação, que aquilo que não é verdadeiro ou falso, é epistemologicamente desinteressante. No entanto, as frases ambíguas, como a frase ‘O Carlos está no banco’, não são verdadeiras ou falsas, mas não deixam, por isso, de ser epistemologicamente interessantes.

absolutamente certas da experiência, é falsa. De acordo com Haack (1993: 42), Lewis usa aqui o termo ‘certas’ no sentido de certeza-J substancial, ou seja, apreensões da experiência garantidamente justificadas.

Aquilo que Lewis nos diz é que a justificação de uma crença empírica depende da existência de, pelo menos uma ou mais, crenças empíricas completamente justificadas, independentemente do suporte de quaisquer outras crenças. Estas crenças empíricas totalmente justificadas assumiriam o papel de crenças básicas, garantindo o suporte de justificação às restantes crenças não-básicas. Lewis estabelece a este nível uma distinção entre crenças objectivas, crenças que procuram expressar o modo como as coisas *são*, e juízos expressivos, que nos dizem o modo como as coisas *aparecem* a um agente. Na teoria fundacionalista de Lewis, as crenças objectivas assumem o papel de crenças empíricas não-básicas, e os juízos expressivos o papel de crenças empíricas básicas.

Qual é a argumentação de Lewis para provar que a garantia de justificação das crenças empíricas é dada pelas apreensões certas da experiência?

De acordo com Lewis, se aquilo que serve para confirmar uma crença empírica objectiva fosse apenas uma crença objectiva e, por isso, não mais do que provável, “a crença empírica [original] a ser confirmada seria apenas provavelmente tornada provável” (1946: 186), porque a evidência para uma tal crença estaria “envolvida num regresso indefinido do meramente provável” devido ao conjunto aparentemente indefinido de testes de confirmação a que estaria sujeita.

Neste sentido, para Lewis, a não ser que as apresentações da experiência possam ser distinguidas das crenças objectivas, não é possível considerar qualquer crença empírica como genuinamente provável.

Com base neste argumento, e não estabelecendo uma distinção nas apreensões certas da experiência entre a verdade e a justificação, Lewis sustenta que a não ser que seja *dado* na experiência algo completamente justificado, as crenças empíricas objectivas não estarão justificadas em qualquer grau.

A questão, para Haack, é a de saber se podemos aceitar a tese de Lewis de que o suporte de justificação de uma crença empírica objectiva tem de terminar numa crença ou num conjunto de crenças que se encontram completamente justificadas independentemente do suporte de outras crenças.

Haack (1998: 43) apresenta aqui três críticas a Lewis. A primeira, e mais decisiva crítica de Haack, faz notar que a cadeia de crenças que suportam a nossa crença empírica não tem necessariamente de terminar numa crença ou crenças básicas completamente justificadas independentemente de qualquer outra crença, mas que pode terminar numa crença ou crenças justificadas num *certo grau* independentemente de quaisquer outras

crenças. Tal significa que, para Haack, a cadeia de crenças pode terminar numa crença ou num conjunto de crenças apenas credíveis, e não numa crença ou num conjunto de crenças certas e garantidamente justificadas, como é defendido por Lewis.

Em segundo lugar, Lewis defende que o suporte de justificação das crenças empíricas objectivas consiste numa cadeia de crenças, mas Lewis não nos apresenta um argumento que nos comprometa necessariamente com um tal conjunto seriado de crenças. Em terceiro, Lewis defende que a justificação coerentista acaba por se tornar circular, por depender apenas de uma relação das crenças entre si, sem qualquer ligação ou *input* do mundo exterior. Mas Lewis também não nos apresenta um argumento que sustente a circularidade viciosa da justificação coerentista.

Ainda que Lewis não tenha provado que as razões para a justificação de uma crença empírica objectiva constituem uma ‘cadeia’ de razões e que a justificação coerentista não funciona, Haack admite, para efeitos de argumentação, que Lewis está correcto em relação a esses dois pontos, de modo a provar que, mesmo com essas duas concessões, o argumento usado por Lewis para provar a tese 2 não é cogente⁶⁷.

Lewis (1946: 333) argumenta contra a primeira crítica de Haack do seguinte modo: se a justificação das crenças empíricas objectivas, admitidas como crenças prováveis ou credíveis, dependesse apenas de crenças credíveis, seríamos conduzidos para um processo regressivo de justificação de crenças credíveis. Nesse processo regressivo não obteríamos qualquer credibilidade genuína para as nossas crenças empíricas objectivas, porque cada uma das crenças credíveis da cadeia de crenças teria de apelar para a credibilidade da crença de suporte e assim sucessivamente.

Neste sentido, para Lewis, requer-se que o fundamento último de justificação das crenças objectivas seja algo garantida e completamente certo e justificado. Todavia, para Haack, este argumento de Lewis não nos compromete necessariamente com a exigência de crenças completamente justificadas que sirvam de suporte de justificação às crenças empíricas objectivas, mas apenas com crenças justificadas num *certo grau* independentemente de outras crenças.

Na verdade, de acordo com Haack, Lewis (1946: 328) admite a possibilidade das crenças empíricas serem justificadas pelo suporte de crenças *apenas* genuinamente credíveis, o que revela uma incoerência na teoria epistémica de Lewis.

Mas então, questiona-se Haack, se Lewis admite que para conferir alguma credibilidade a uma crença empírica não é necessário que o seu suporte seja certo, mas apenas credível, por que razão insiste Lewis que ‘se qualquer coisa é para ser provável,

⁶⁷ Um argumento cogente é um argumento que preenche as seguintes três condições necessárias: é válido, é sólido (válido com premissas verdadeiras) e as premissas são mais plausíveis do que a conclusão.

algo deve ser certo’? De acordo com Haack (1993: 44), tal deve-se ao argumento da ‘**diluição das probabilidades**’.

O argumento apresenta-se do seguinte modo: uma crença para estar justificada como credível tem de possuir um fundamento que a suporte. Se o fundamento for apenas provável, então deve existir de algum modo um fundamento que o suporte, e assim sucessivamente. Para aceder à probabilidade da crença empírica, a sua probabilidade deve ser multiplicada pela probabilidade do seu fundamento, a qual deve ser multiplicada pela probabilidade do seu fundamento, e assim sucessivamente. Se continuarmos a série regressiva de probabilidades, verificamos que a probabilidade da crença empírica fica reduzida a zero. Dado que as nossas crenças empíricas possuem pelo menos alguma credibilidade, as crenças empíricas têm de ser suportadas por algo dado como certo, e não apenas como credível ou provável.

No entanto, para Haack (1993: 45), deste argumento apenas se segue que *ou* deve existir eventualmente alguma crença completamente justificada na série de crenças *ou* a série deve terminar em algum ponto. Não se segue, tal como é defendido por Lewis, que as duas disjuntas referidas acima tenham necessariamente de resultar do argumento, i. e., que a única alternativa seja a de que a cadeia de razões termine numa crença completamente justificada.

De acordo com Haack (1993: 45-46), dado que a argumentação de Lewis para encontrar um fundamento de justificação para as crenças empíricas objectivas, não nos compromete com a conclusão de que devem existir crenças completamente justificadas por algo que não sejam crenças, e dado que para Lewis a coerência entre as crenças não serve para garantir ou mesmo indicar a sua verdade, a menos que haja alguma forma de *input* para dentro deste sistema de crenças, a única conclusão que se pode retirar da argumentação de Lewis é a de que a justificação empírica deve garantir alguma forma de *input*.

Neste sentido, perante as razões inconclusivas de Lewis para provar a tese 2, Haack conclui que a tese 2 é falsa. Por outro lado, a argumentação usada por Lewis é mais indicada para mostrar a tese 2*, a de que as crenças empíricas não estão justificadas em qualquer grau, a não ser que se tenha tais experiências (as experiências sensoriais e introspectivas referidas na tese 1*).

V

Haack propõe-se provar de seguida que a tese 3 de Lewis, de que ‘a justificação de quaisquer crenças empíricas depende, em última instância, pelo menos em parte, do suporte das apreensões absolutamente certas da experiência’, é falsa. Esta tese de Lewis pretende acrescentar um elemento novo e necessário à justificação das crenças empíricas:

a relação de suporte mútuo entre as crenças. Esta relação de suporte entre as crenças assume-se como uma parte importante da justificação das crenças, sendo a outra parte, segundo Lewis, dada pelas apreensões absolutamente certas da experiência. Para Lewis, a justificação das crenças depende destes dois elementos.

O que é que conduz Lewis a acrescentar este elemento de suporte mútuo ao processo de justificação das crenças? Porque Lewis reconhece que a experiência do passado desempenha um papel importante na justificação da maior parte das nossas crenças empíricas, i. e., que a justificação da maior parte das nossas crenças empíricas depende de um conjunto de juízos que se referem a experiências passadas e da relação de suporte entre tais juízos. Lewis denomina estas relações de suporte mútuo entre os juízos de relações de congruência, provavelmente para se afastar das teorias coerentistas e da sua expressão ‘relações de coerência entre as crenças’, que nos comprometem apenas com relações das crenças entre si como único critério para a justificação de crenças empíricas.

A questão é que os juízos que se referem às experiências do passado fazem apelo para a memória. Tal significa que para tais juízos estarem justificados e serem admitidos como credíveis, é necessário que estejamos justificados a acreditar que a memória é credível ou fiável. O problema é que a memória não é garantidamente uma faculdade fiável, mas antes falível, o que coloca em causa a credibilidade de tais juízos e do seu papel crucial para a justificação das crenças empíricas objectivas.

Por outro lado, para Lewis, com a imprescindibilidade da memória para a justificação das crenças objectivas, a ‘base de justificação’ das crenças empíricas objectivas passa a ser formada pelas apreensões presentemente *dadas* pela experiência juntamente com as apreensões *dadas* no passado pela experiência directa.

Esta situação gera dois problemas a Lewis: por um lado, se se coloca em causa a credibilidade dos juízos referentes a experiência passadas, que servem em parte de ‘base de justificação’ para as crenças empíricas objectivas, então tais juízos não podem ser admitidos como certos, nem tão pouco como credíveis. Por outro lado, as ‘crenças básicas’ que formam para Lewis a ‘base de justificação’ das crenças objectivas, deixam de estar completamente justificadas independentemente do suporte de outras crenças, tornando o fundacionalismo forte de Lewis num fundacionalismo fraco.

Expliquemos melhor em que consiste para Lewis a ideia de que a ‘base de justificação’ das crenças empíricas deixa de estar completamente justificada. Para Lewis o ‘significado’ de um juízo empírico objectivo é obtido a partir de uma proliferação, eventualmente infinita, de testes experienciais acerca desse mesmo juízo e que se expressam na forma de ‘juízos terminais’, juízos que apresentam a forma ‘Se A, então E’, sendo A uma determinada acção e E o resultado dessa mesma acção.

Por exemplo, para Lewis, o significado do juízo de que se encontra um quadro de Van Gogh à minha frente é obtido por um conjunto infinito de juízos terminais, do género, ‘se me parecer estar a olhar em frente, irei observar o que parece ser um quadro de Van Gogh’, ‘se me parecer estar a olhar para o canto inferior direito do quadro, irei observar o que parece ser a assinatura de Van Gogh’, e assim por diante. Lewis estabelece estes juízos terminais, porque estes, ao contrário dos juízos objectivos ou ‘juízos não-terminais’, são passíveis de ser total e decisivamente verificados pela experiência, conferindo-lhes, a par das frases expressivas, o carácter de certeza que Lewis procura.

O problema é que Lewis reconhece que a justificação da maior parte das crenças empíricas objectivas baseia-se, em última instância, não apenas nas apreensões certas *dadas* presentemente aos sentidos, mas designadamente nos juízos expressivos acerca das experiências passadas, como por exemplo o juízo de que ‘olhei directamente para cima e vi o que me pareceu ser a maçaneta de uma porta’. Para Haack, a questão é que se trata de *juízos acerca da experiência sensorial passada do indivíduo*, e não de *apreensões presentes das experiências recordadas* e, dependendo tais juízos da memória, Lewis reconhece que eles não são certos.

Neste sentido, para Haack, o ‘acrescento’ dos juízos acerca da experiência passada à ‘base de justificação’ das crenças empíricas objectivas é feito à custa de uma *perda da certeza* desta mesma ‘base’. Deste modo, de acordo com Haack, a ‘base de justificação’ das crenças empíricas deixa de estar *completamente* justificada, tornando as ‘crenças básicas’ da teoria fundacionalista de Lewis justificadas num certo grau, mas não completamente justificadas. Lewis é desta forma “forçado a recuar do fundacionalismo forte para o fundacionalismo fraco” (1998: 48).

Isto significa que, segundo Haack, a tese 3 de Lewis, de que ‘a justificação de quaisquer crenças empíricas depende, em última instância, pelo menos em parte, do suporte das apreensões absolutamente certas da experiência’, não é verdadeira, porque a justificação da maior parte das crenças empíricas não depende, mesmo em parte, do suporte das apreensões certas do que é presentemente *dado* a um agente na experiência, mas depende, “na maioria das vezes, das memórias admitidamente falíveis acerca do que foi previamente dado a alguém na experiência.” Por outro lado, de acordo com Haack, Lewis parece antes argumentar a favor da tese 3*, de que ‘a justificação de quaisquer crenças empíricas depende, em última instância, pelo menos em parte, das experiências sensoriais e de memória de um indivíduo’.

Para Haack, o problema criado a Lewis com a necessidade de ter de ‘acrescentar’ à base de suporte de justificação das crenças empíricas juízos acerca das experiências passadas de um agente, parece conduzir Lewis na direcção de um fundacionalismo fraco

impuro⁶⁸ (1998: 49). Tal deve-se ao facto das ‘crenças básicas’, formadas conjuntamente pelas ‘apreensões da experiência presente de um agente’ e pelos ‘juízos acerca da experiência passada de um agente’, por não se encontrarem completamente justificadas, sugerir que as ‘crenças derivadas’ não recebem a totalidade da sua justificação das ‘crenças básicas’.

Segundo Haack, Lewis parece ser ainda conduzido na direcção de um fundarentismo. Lewis afirma que “além dos dados presentemente recordados, é exigida uma generalização de modo a que, quando tais dados da memória forem dados, as experiências aparentemente recordadas possam, com algum grau de credibilidade, ser aceites como actuais.” (1946: 336). Tal significa para Haack que “a credibilidade dos juízos da experiência passada, Lewis admite, depende em parte do suporte das generalizações acerca da fiabilidade da memória” (1998: 50).

Dada a impossibilidade de tais generalizações poderem se assumir como básicas em virtude da sua justificação não depender apenas da experiência, Haack considera que Lewis compromete seriamente o carácter unidireccional das relações de suporte tipicamente fundacionalista. De acordo com Haack, Lewis ao fazer depender a justificação das crenças empíricas objectivas em parte das experiências presentemente recordadas e em parte das crenças acerca da fiabilidade da memória, verifica-se que Lewis apenas conseguiu provar a tese 3*.

Deste modo, Haack provou, por um lado, que os argumentos de Lewis falharam na tentativa de provar as três teses do fundacionalismo forte e, por outro, que os argumentos de Lewis estão mais de acordo com as três teses de carácter experiencialista, podendo estas se ‘encaixar’ tanto numa teoria fundarentista, como numa teoria fundacionalista. Neste sentido, Haack considera que (1998: 51) os argumentos apresentados por Lewis e que o conduziram a ‘refugiar-se’ num fundacionalismo fraco e a reconhecer a perda do carácter unidireccional da justificação fundacionalista, aproximam a teoria de Lewis mais na direcção de um fundarentismo.

⁶⁸ A definição de fundacionalismo impuro dada por Haack é a seguinte: “Todas as outras crenças justificadas são derivadas; uma crença derivada encontra-se justificada, pelo menos em parte, através do suporte, directo ou indirecto, de uma crença ou crenças básicas.” (1998: 17)

16. Outras possíveis objecções à teoria fundacionalista da justificação epistémica de C. I. Lewis

I

Uma crítica dirigida a Lewis por Fritz (725-26) refere-se às palavras usadas nas frases expressivas para reportar o que é *dado* na experiência imediata. Lewis diz-nos que uma frase expressiva refere-se ao que é *dado* na experiência directa particular de um agente. Mas imaginemos, diz-nos Fritz, que temos dificuldade em distinguir na fase inicial do seu desenvolvimento, as “ambrósias dos cravos-de-defunto”. Perante uma experiência visual deste género, tanto se podia dizer que “Isto *parece-me ser* uma ambrósia” como “Isto *parece-me ser* um cravo-de-defunto”, sem saber qual das frases se refere à nossa experiência directa.

Dado que Lewis não nos apresenta qualquer critério para o uso de certas palavras nas frases expressivas, não temos a garantia que as frases expressivas reportem efectivamente o que é *dado* na experiência imediata do agente. Neste sentido, não existe qualquer garantia que as frases expressivas possam ser consideradas certas⁶⁹.

Lewis parece, todavia, reconhecer que a formulação do conteúdo *dado* na experiência imediata é um aspecto secundário⁷⁰, o que parece sugerir que, para Lewis, o que realmente importa para a validação do conhecimento empírico são as apreensões da experiência directa independentemente da sua formulação em frases⁷¹.

⁶⁹ Esta crítica de Fritz é em muito idêntica a uma das críticas de Haack a Lewis referidas mais atrás, quando Haack refere que as frases expressivas não dão muitas vezes conta dos casos de ilusão de óptica. Tanto na crítica de Fritz como na de Haack, trata-se de dar conta de situações que comprometem a certeza que Lewis atribui às frases expressivas.

⁷⁰ A secundarização que Lewis confere à formulação do que é *dado* na experiência parece resultar da dificuldade, reconhecida por Lewis, em formular de forma precisa o que nos é *dado* na experiência directa. Devido a esta dificuldade, Lewis considera que a formulação do que é *dado* na experiência directa não é um aspecto determinante para a validação do conhecimento empírico. É neste sentido que Lewis refere que a “dificuldade em formular de forma precisa e apenas o conteúdo *dado* da experiência, é uma consideração relativamente não essencial para a análise do conhecimento. [A frase] que nós devemos assim tentar formular desempenha o mesmo papel quer seja expressa, ou possa ser expressa de forma precisa, ou não.” (1946: 182) Cf. a este propósito em AKV, 172-73, 178, 183.

⁷¹ É interessante notar que esta dificuldade em adequar a linguagem ao que nos é *dado* na experiência imediata já tinha sido notada por Lewis em MWO. Lewis argumenta que o que a experiência directa nos oferece não corresponde à formulação que fazemos dessa experiência, porque a experiência imediata confronta-nos com os aspectos ou aparências de uma dada experiência em particular, como por exemplo certas manchas de cor, e a formulação que fazemos dessa experiência trata de conceitos, como por exemplo, os conceitos de casa, árvore, vermelho e rectangular. Sendo os conceitos generalizações a partir de experiências anteriores, Lewis considera que quaisquer formulações do que nos é *dado* na experiência directa são interpretações e, como tal, estão sujeitas ao erro. É igualmente interessante verificar a alteração de perspectiva de Lewis entre MWO e AKV em relação à possibilidade das frases que relatam o que é *dado* na experiência directa puderem ser certas. Contrariamente ao sustentado em MWO, em AKV Lewis argumenta a favor das frases expressivas, frases que se limitam a descrever as apreensões da experiência, serem indubitavelmente certas. Em AKV Lewis alega que ainda que as frases expressivas façam uso de conceitos, não são, todavia, o resultado de qualquer interpretação.

II

Uma outra crítica de Fritz (728-30) a Lewis refere-se à sua teoria do significado. A razão usada por Lewis para considerar que as crenças empíricas objectivas não obtêm uma evidência completa é a de que existe um número indefinido, eventualmente ilimitado, de testes de confirmação implicados pelo significado da crença. Fritz considera que a mesma razão pode ser usada em relação às frases expressivas e aos juízos terminais.

Fritz alega que se o significado dos conceitos presentes numa crença empírica é o mesmo dos conceitos presentes nos juízos terminais e nas frases expressivas, também o significado dos conceitos dos juízos terminais e frases expressivas apenas pode ser garantido por um conjunto indefinido de testes de confirmação. Não estando garantida a evidência completa dos juízos terminais e das frases expressivas, não está garantida a sua certeza.

III

Milmed⁷² (1954: 206) apresenta uma crítica a Lewis que compromete a possibilidade de se considerar como certas as formulações relativas ao que é *dado* na experiência directa.

Esta crítica de Milmed refere-se em particular aos casos nos quais existe uma indefinição relativamente à sensação ou sensações experimentadas por um agente numa experiência directa particular. A sensação experimentada por um agente numa experiência directa particular pode ser apenas vaga, ligeira e mesmo confusa. Dado que o que foi experienciado pelo agente é indistinto, coloca-se em causa a formulação correcta de uma tal experiência⁷³. Não sendo possível formular devidamente a experiência com que o agente foi confrontado, coloca-se em causa a possibilidade das frases expressivas poderem ser consideradas certas.

IV

Dois dos argumentos usados por Lewis a favor da tese da credibilidade das memórias individuais referem que se as nossas memórias não fossem credíveis, não nos seria possível distinguir os factos empíricos das meras fantasias e que não nos seria possível atribuir qualquer verdade ou falsidade aos juízos empíricos. A questão é que as

⁷² MILMED, Bella K., (1954) "Lewis's Concept of Expressive Statements" in *The Journal of Philosophy*, Vol. 51, Nº 7, pp. 201-213.

⁷³ Esta crítica de Milmed não é idêntica à primeira crítica de Fritz referida atrás, ainda que ambas se refiram às dificuldades com que a teoria de Lewis é confrontada na formulação das frases expressivas. Enquanto a crítica de Fritz aponta para a dificuldade de formular frases expressivas certas a partir de experiências que nos causam dúvidas acerca da identidade dos objectos experienciados, a crítica de Milmed refere-se à dificuldade de formular frases expressivas a partir de experiências vagas ou indefinidas acerca dos objectos experienciados. Estas situações propostas por Milmed, para além de conduzirem, muito provavelmente, a erros de formulação acerca do que é apreendido na experiência, podem igualmente conduzir a uma ausência de formulação relativamente ao que é experienciado.

premissas usadas em ambos os argumentos, que sustentam respectivamente que ‘distinguímos os factos das fantasias’ e que os ‘juízos empíricos possuem valor de verdade’, são suposições que o céptico não aceita. Se o objectivo de Lewis é o de convencer o céptico que é possível o conhecimento empírico, os argumentos apresentados por Lewis não colhem.

E o argumento de Lewis de que se a memória não fosse credível, não era possível avaliar a credibilidade das memórias individuais, também não serve, porque não é incompatível proceder-se a uma avaliação das memórias individuais e estas não serem credíveis.

V

Lewis (1946: 174) sustenta que no caso da previsão empírica de um juízo terminal não se verificar, se deve abandonar a crença empírica objectiva que o juízo terminal procura validar. Esta posição de Lewis parece implicar que a crença empírica em questão deve ser admitida como falsa.

No entanto, é possível imaginar situações nas quais o juízo terminal a ser testado não se verifica e a crença empírica por validar não é falsa. Imaginemos que estou a ver o que me *parece ser* um balde cujo conteúdo possui tinta branca. Dada esta minha apreensão inicial, submeto a minha crença de que se encontra à minha frente um balde com tinta branca a testes experimentais com vista à sua validação empírica. Imaginemos que no decorrer da avaliação empírica da crença, testo o seguinte juízo: ‘se me parecer inclinar ligeiramente o balde, então vai-me parecer que alguma tinta escoou para fora do balde’. Imaginemos que este meu juízo não foi corroborado pela experiência.

De acordo com Lewis, devo abandonar a crença de que se encontra à minha frente um balde com tinta branca e devo considerar uma tal crença falsa. Mas é esta minha crença falsa? Não. O conteúdo do balde é efectivamente uma certa quantidade de tinta branca. A tinta não escoou para fora do balde aquando do movimento por já se encontrar seca, devido a ter estado ao sol durante alguns dias.

Capítulo V

17. Principais objecções às teorias fundacionalistas da justificação epistémica segundo Bonjour

De um modo geral, as teorias fundacionalistas da justificação epistémica defendem que a justificação de uma crença *p* depende de um conjunto de crenças básicas, cuja particularidade é a de servirem de base de suporte às restantes crenças empíricas e a sua justificação não depender inferencialmente de outras crenças.

Uma questão que se coloca a Bonjour é a de como justificar não inferencialmente um tal conjunto de crenças básicas.

Bonjour (2003: 14-15) reconhece existirem duas principais objecções dirigidas ao fundacionalismo. A primeira objecção dirige-se ao modo como pode ser articulada a fundação ou crenças básicas com a superestrutura ou crenças empíricas derivadas, atendendo a que a maioria das versões fundacionalistas não inclui crenças empíricas na fundação⁷⁴.

A segunda objecção dirige-se à justificação das crenças básicas ou fundacionais. De acordo com Bonjour, se as crenças básicas são crenças contingentes, “crenças que são verdadeiras em alguns mundos possíveis e falsas noutros” (2003: 15), tem de ser dada alguma razão para que se acredite que tais crenças são verdadeiras, ou pelo menos provavelmente verdadeiras, acerca do presente mundo. A questão é que uma tal exigência não é compatível com o seu estatuto de crenças básicas, crenças justificadas independentemente da sua relação com outras crenças.

A tarefa de Bonjour é a de apresentar uma proposta fundacionalista que consiga dar uma resposta a estas duas principais objecções ao fundacionalismo. Nesse sentido, a sua proposta visa conciliar a possibilidade das crenças básicas apelarem para a experiência juntamente com o facto da razão dada para que se acredite na verdade das crenças empíricas básicas não exigir uma nova justificação ou, pelo menos, que uma tal razão não coloque em causa o estatuto das crenças básicas.

⁷⁴ De acordo com Bonjour, a maior parte das versões fundacionalistas não incluem crenças empíricas na fundação para evitar lidar com o problema, que afecta qualquer versão de fundacionalismo empírico, da justificação de crenças empíricas básicas. A questão é que, se se pretende justificar as crenças empíricas, as crenças básicas que lhes servem de suporte têm necessariamente de apelar para a experiência. Como veremos, a proposta fundacionalista de Bonjour entende as crenças básicas como crenças empíricas e, nesse sentido, tem de lidar com o problema da justificação de crenças empíricas básicas.

18. Objecção (reformulada) do dilema de Wilfrid Sellars⁷⁵ às teorias fundacionalistas da justificação epistémica – Parte I

Apresento de seguida o início da objecção (reformulada) do dilema de Sellars às teorias fundacionalistas da justificação epistémica. A objecção do dilema de Sellars ataca a justificação das crenças empíricas básicas.

Um dos argumentos contra o fundacionalismo epistémico coloca em causa a possibilidade de existirem crenças empíricas básicas⁷⁶.

O argumento (Bonjour, 2003: 24) diz-nos o seguinte: se a justificação de uma crença básica for não-inferencial, a justificação de uma crença empírica básica não depende de quaisquer outras crenças empíricas. Mas sendo uma crença empírica básica uma crença contingente, necessita de apelar para uma razão para além da crença em si, como a ocorrência de uma experiência de um certo tipo. Esta razão necessita por seu lado de estar cognitivamente acessível ao agente para que acredite que a crença básica é verdadeira.

Tal acesso exige aparentemente a convocação de um estado cognitivo adicional que retrate a experiência, estado cognitivo que necessita aparentemente de ser justificado. Daqui resulta que ou a suposta crença básica não é afinal básica por conduzir a uma regressão na justificação ou a regressão termina com crenças ou estados aparentados a crenças que não se encontram justificados, não se garantindo, de uma forma ou de outra, a justificação das crenças empíricas básicas. Neste sentido, coloca-se em causa a possibilidade de existirem crenças empíricas básicas.

A resposta do fundacionalismo ao argumento acima é a de que as crenças empíricas básicas são justificadas por intermédio de uma ‘apreensão directa ou imediata’ do conteúdo relevante da experiência. O fundacionalismo procura com esta resposta fazer com que uma tal ‘apreensão’ torne aparentemente possível que a justificação das crenças empíricas básicas não dependa inferencialmente de outras crenças e simultaneamente que as crenças básicas sejam justificadas tendo por base a experiência.

Uma questão é a de saber o que se entende efectivamente por ‘apreensão’ do conteúdo da experiência? Uma tal apreensão directa ou imediata do conteúdo da experiência é o acto mental de consciencialização das características relevantes da experiência, acto mental que é distinto da experiência propriamente dita e da crença

⁷⁵ O dilema de Sellars dirigido ao fundacionalismo epistémico encontra-se no seu artigo de 1956, “Empiricism and the Philosophy of Mind”. Cf. SELLARS, W., (1956) “Empiricism and the Philosophy of Mind” reprinted in Wilfrid Sellars, *Science, Perception and Reality*, Routledge and Kegan Paul, London, 1963, pp. 127-196. (consultar em especial as páginas 131-132).

⁷⁶ Este argumento contra o fundacionalismo é apresentado por Bonjour em *The Structure of Empirical Knowledge* (387-389). Cf. igualmente o mesmo argumento em Bonjour, 2003: 24.

empírica básica⁷⁷. Os fundacionalistas necessitam de esclarecer e explicar a relevância de uma tal ‘apreensão’ do conteúdo da experiência no processo de justificação das crenças empíricas.

O que para já nos interessa reter é que desta resposta fundacionalista ao argumento que sustenta a inexistência de crenças empíricas básicas, é possível obter duas possibilidades, as quais conduzem o defensor do fundacionalismo para um dilema.

19. Objecção (reformulada) do dilema de Sellars às teorias fundacionalistas da justificação epistémica – Parte II

Apresento de seguida o argumento que conduz o defensor do fundacionalismo epistémico para um dilema.

Se a justificação das crenças empíricas básicas é realizada através de uma apreensão directa do conteúdo da experiência, uma tal apreensão pode ser entendida de duas maneiras:

1. A apreensão do conteúdo relevante da experiência sensorial é de carácter proposicional ou conceptual.
2. A apreensão do conteúdo relevante da experiência sensorial é de carácter não-proposicional ou não-conceptual.

O argumento apresenta-se do seguinte modo:

1. Se a apreensão do conteúdo da experiência é entendida proposicionalmente, então tal apreensão toma a forma de uma nova crença (que nos descreve o conteúdo da experiência). Neste caso, uma tal crença parece capaz de fornecer uma razão para que se acredite na verdade da crença empírica básica, mas porque se trata de uma nova crença, é necessário que também esta nova crença esteja justificada. Assim sendo, a apreensão conceptual do conteúdo da experiência parece conduzir (aparentemente) a uma regressão *ad infinitum* da justificação. Logo, a apreensão conceptual do conteúdo da experiência não garante a justificação das crenças empíricas básicas, não podendo tais crenças servir de suporte para as restantes crenças empíricas.

2. Se a apreensão do conteúdo da experiência é não-conceptual ou não-proposicional, evita-se a regressão *ad infinitum* no processo de justificação, dado que um tal conteúdo, pelo seu carácter não-proposicional, não carece de justificação e, por sua vez, confere justificação às crenças empíricas básicas. Mas se a apreensão do conteúdo experiencial é não-proposicional no seu carácter, não nos fornece qualquer razão para que se acredite na verdade das crenças empíricas básicas. Logo, a apreensão não-conceptual do

⁷⁷ Um tal acto mental de ‘apreensão’ do conteúdo da experiência possibilita aparentemente o acesso cognitivo por parte do agente ao conteúdo da experiência.

conteúdo da experiência não garante a justificação das crenças empíricas básicas, não podendo servir de suporte às restantes crenças empíricas.

Este argumento na forma de dilema parece deixar o defensor do fundacionalismo epistémico numa situação delicada.

Uma forma possível do fundacionalista responder à primeira alternativa do dilema é a de justificar a nova crença através de um apelo para a própria experiência, terminando desse modo com a regressão. No entanto, uma tal alternativa conduz-nos para uma concepção externalista da justificação, perspectiva epistémica que o fundacionalista procura evitar.

Para além disso, um outro problema que parece resultar da primeira hipótese do dilema, refere-se ao facto das alegadas crenças empíricas básicas perderem o estatuto de crenças básicas ou crenças primeiras, dado existirem outras crenças que lhes são anteriores no processo de justificação epistémica e que lhes servem de suporte.

Por sua vez, dois problemas resultam aparentemente da segunda hipótese do dilema.

O primeiro problema refere-se à dificuldade de relacionar epistemicamente uma crença com algo que não possui um carácter proposicional ou conceptual. O segundo problema refere-se ao facto do fundacionalismo epistémico exigir que a razão ou razões que servem de justificação às nossas crenças estejam cognitivamente acessíveis ao agente, o que não acontece na segunda alternativa do dilema.

De certo modo, o dilema de Sellars coloca a questão mais geral de como é que a experiência pode justificar uma crença empírica básica. Caso o fundacionalista não apresente uma resposta satisfatória ao dilema, a sua posição fica seriamente comprometida, porque para justificar as crenças empíricas básicas necessita de apelar para a experiência. Veremos mais adiante como é que Bonjour procura responder ao dilema.

20. Uma possível réplica à objecção (reformulada) do dilema de Sellars

Uma possível réplica ao dilema de Sellars é sustentar que a apreensão directa ou imediata do conteúdo relevante da experiência não é nem totalmente proposicional, nem totalmente não-proposicional, mas antes semi-proposicional.

De acordo com a réplica, uma tal apreensão directa da experiência, pelo seu carácter semi-proposicional, teria aparentemente conteúdo cognitivo, servindo, por isso, para atribuir um grau de verdade à crença empírica básica. Por outro lado, por uma tal apreensão não possuir um carácter proposicional, não necessitaria de uma justificação adicional, não existindo o perigo de uma eventual regressão.

Esta resposta ao dilema parece aparentemente servir de solução para o problema da justificação das crenças empíricas básicas, funcionando como uma terceira alternativa relativa ao modo de apreensão do conteúdo da experiência. Mas uma tal possibilidade não parece ser de todo viável.

Uma questão que de imediato se coloca a esta réplica é a de como pode um tal estado de apreensão directa da experiência possuir conteúdo cognitivo e simultaneamente não necessitar de qualquer justificação adicional. Por outro lado, é necessário explicar o que se entende por estado semi-proposicional.

21. Uma caracterização da teoria fundacionalista da justificação epistémica de Bonjour a partir da resposta de Bonjour ao dilema

21.1. Parte I – O caso das metacrenças como crenças básicas

Na resposta ao dilema, Bonjour propõe-se defender a segunda das duas alternativas, a de que a apreensão imediata do conteúdo da experiência é não-proposicional no seu carácter.

Bonjour rejeita a primeira das alternativas por, no seu entender, conduzir o defensor do fundacionalismo a duas hipóteses que lhe são inaceitáveis (2003: 18). Se a apreensão do conteúdo da experiência for de carácter proposicional, alguma razão tem de ser dada para que se acredite na verdade de uma tal apreensão. Para evitar uma eventual regressão, restam duas hipóteses: a nova razão ser a crença básica, o que torna, nesse caso, a justificação circularmente viciosa por ser a crença básica que se pretende justificar, ou a nova razão apelar para a própria experiência sensorial, que sendo distinta de qualquer “apreensão ou consciencialização”⁷⁸ reflexiva”, conduz para um externalismo epistémico.

Mas coloca-se a Bonjour a mesma questão que já tinha resultado da segunda alternativa do dilema: Como pode um tal estado de apreensão, que não faz qualquer descrição da realidade, garantir a verdade das crenças empíricas básicas? Como é que uma apreensão do conteúdo da experiência, que não é proposicional no seu carácter, que não nos diz que a experiência é de um certo modo e não de outro, pode servir de razão para que se acredite na verdade das crenças empíricas básicas?

Bonjour propõe-se provar que a apreensão do conteúdo da experiência sensorial, sendo de carácter não-proposicional, pode, todavia, funcionar de ‘razão’ para que se acredite que as crenças básicas são verdadeiras.

Com vista a “escapar por entre os cornos” do dilema anti-fundacionalista (2003: 20), Bonjour propõe-nos inicialmente, como forma de se compreender melhor a sua

⁷⁸ Traduzo o termo inglês *awareness* por consciencialização, termo que se distingue de *consciousness*, que traduzo por consciência.

proposta fundacionalista, o caso de uma crença de segunda ordem ou metacrença⁷⁹ acerca do conteúdo de uma crença de primeira ordem e ocorrente⁸⁰, metacrença essa que teria o estatuto de crença básica ou fundacional.

Aquilo que Bonjour nos propõe é o de se tentar perceber o modo como pode ser obtida a justificação da metacrença. Essa justificação passa, de acordo com Bonjour, pelo apelo para a *experiência consciente* de se possuir uma crença ocorrente de primeira ordem.

Imaginemos que possuo a crença ocorrente de que a relva é verde. A proposta de Bonjour é a de que “um aspecto essencial e intrínseco de possuir qualquer crença ocorrente é apenas o de estar conscientemente ciente de dois aspectos correlativos do seu conteúdo: primeiro, o seu conteúdo proposicional (...) e, em segundo, o carácter assertivo, em vez, por exemplo, do duvidoso ou indagante, de alguém que possui um tal conteúdo.” (2003: 62). Bonjour sustenta que uma tal consciencialização do conteúdo da crença ocorrente não possui um carácter reflexivo, por não requerer um novo estado cognitivo de segunda ordem cujo conteúdo seria *acredito presentemente que a relva é verde*.

Bonjour alega que (2003: 62) esta consciencialização é parcialmente *constitutiva* do estado cognitivo de primeira ordem da crença ocorrente na medida em que é uma tal consciencialização que faz com que a crença ocorrente seja a crença específica que é e não outra crença qualquer. A ideia que Bonjour pretende transmitir é a seguinte: uma crença ocorrente é ela mesma um estado consciente e aquilo de que estamos “primariamente conscientes” (2003: 63) quando se possui uma tal crença é do seu conteúdo proposicional.

Neste sentido, para Bonjour, o agente está ciente da crença ocorrente p porque o estar ciente de p resulta da consciencialização do seu conteúdo proposicional, consciencialização que é parcialmente *constitutiva* do estado cognitivo de primeira ordem da crença ocorrente. Por ser parcialmente *constitutiva* do estado consciente de possuir uma crença ocorrente, uma tal consciencialização não requer qualquer justificação adicional, sendo precisamente este aspecto que permite, de acordo com Bonjour, ‘escapar por entre os cornos’ do dilema anti-fundacionalista.

Este ‘escape’ por entre os ‘cornos do dilema’ deve-se, segundo Bonjour, ao facto da consciencialização do conteúdo específico da crença ocorrente não exigir a formação de um estado cognitivo de segunda ordem, não se traduzindo, por isso, na formação de uma nova crença que requeresse justificação. Por outro lado, uma tal consciencialização

⁷⁹ Uma metacrença ou crença de segunda ordem é uma crença acerca de outra crença. Por exemplo, dada a minha crença p de que o céu está cinzento, a metacrença acerca de p é a crença de que acredito que o céu está cinzento.

⁸⁰ As crenças ocorrentes são crenças em relação às quais estamos actualmente conscientes. Por exemplo, a crença de que a relva é verde. O conteúdo proposicional da crença ocorrente é *a relva é verde*. Uma metacrença acerca desta crença ocorrente seria uma crença cujo conteúdo proposicional seria *acredito que a relva é verde*.

não reflecte um estado não-cognitivo, porque traduz o estar ciente do conteúdo específico da crença ocorrente.

Bonjour sugere que a metacrença seja justificada através da consciencialização *constitutiva* do conteúdo proposicional da crença ocorrente, por a crença ocorrente se apresentar como o ‘objecto’ da metacrença. Uma tal consciencialização funcionaria como uma ‘razão’ para a justificação da metacrença, uma ‘razão’ para que se acredite que a metacrença é verdadeira.

Uma questão que se coloca a Bonjour é a seguinte: Como pode uma tal ‘razão’ servir para que se acredite na verdade da metacrença? Bonjour alega que essa possibilidade é realizável na medida em que a metacrença procura *descrever* o conteúdo da crença ocorrente através do estado de consciencialização do conteúdo da crença ocorrente.

Bonjour propõe que o agente afira, por intermédio de uma comparação entre ambos, se a descrição da metacrença acerca de tal conteúdo é ou não correcta. Caso a descrição dada pela metacrença esteja correcta, a metacrença encontra-se justificada.

Existem todavia situações (2002c: 213) que podem comprometer a rectidão das descrições, como a falta de atenção do agente ou a própria complexidade do conteúdo da crença ocorrente. Neste sentido, Bonjour sustenta que as metacrenças não podem ser admitidas como crenças infalíveis, mas apenas como provavelmente verdadeiras.

Portanto, (2003: 64) a metacrença (acerca de crenças ocorrentes de primeira ordem) apresenta os requisitos epistémicos exigidos pelo fundacionalismo relativos às crenças básicas: é justificada através de uma ‘razão’ que a) nos conduz a acreditar na verdade da metacrença e b) não depende inferencialmente de qualquer outra crença.

21.2. Parte II – A justificação das crenças empíricas básicas acerca da experiência sensorial

Vimos que a justificação das crenças básicas, entendidas como metacrenças acerca de crenças ocorrentes, era garantida, de acordo com Bonjour, pela consciencialização de conteúdo *constitutiva* das crenças ocorrentes.

Mas aquilo que se pretende dar conta é da justificação de crenças fundacionais cujo conteúdo reflecta a experiência sensorial, de modo a poderem servir de base de justificação para as crenças acerca do mundo físico em geral. A questão que se coloca agora é a de saber se o relato que Bonjour forneceu para a justificação das metacrenças pode ser transposto ou aplicável para a justificação de crenças empíricas fundacionais.

Bonjour propõe-se provar, em paralelo com o relato anterior, que uma consciencialização imediata do conteúdo sensorial da experiência pode servir para justificar crenças empíricas básicas.

Bonjour (2003: 69-70) inicia por comparar a crença ocorrente do relato anterior, que corresponde a um estado consciente do agente, a um estado de experiência visual, como por exemplo, a experiência presente de estar a visualizar uma mancha vermelha no passeio, que também corresponde a um estado consciente do agente. Tal como com a crença ocorrente do relato anterior, também uma tal experiência visual envolve uma consciencialização constitutiva ou ‘incorporada’ do seu conteúdo sensorial específico, i.e., o estado consciente da experiência visual implica estar ciente do conteúdo sensorial específico de uma tal experiência, simplesmente por se ter uma tal experiência.

Para que a crença *p* de que se encontra uma mancha vermelha no passeio esteja justificada, o agente tem de estar ciente desta sua experiência sensorial. É neste sentido que a proposta de Bonjour é a de justificar as crenças empíricas básicas através de uma tal consciencialização constitutiva do conteúdo específico das experiências.

Comparando com o relato anterior, uma tal consciencialização, por ser parcialmente *constitutiva* do conteúdo sensorial da experiência visual, não carece de justificação. Por um lado, porque a consciencialização ou apreensão do conteúdo sensorial da experiência é realizada em termos não-conceptuais ou não-proposicionais. Por outro, ser parcialmente *constitutiva* significa que o agente está ciente do conteúdo sensorial de uma experiência, neste caso visual, que é ela mesma um estado consciente. É neste sentido que, segundo Bonjour, uma tal consciencialização não carece definitivamente de qualquer justificação.

Bonjour acrescenta que uma tal consciencialização é igualmente em certo sentido infalível, porque é esta consciencialização do conteúdo da experiência que faz com que o estado experiencial tenha o carácter específico que tem e não outro qualquer, que o constitui como o estado experiencial específico que é, não existindo, portanto, qualquer forma pela qual uma tal consciencialização possa estar errada acerca do conteúdo da experiência.

Mas em que medida é que *p* se encontra justificada de acordo com este relato de Bonjour? Em paralelo com o relato anterior, Bonjour alega (2003: 70) que uma tal consciencialização constitutiva do conteúdo da experiência irá servir para justificar *p*.

Bonjour alega que para *p* estar justificada, o conteúdo proposicional de *p*, o de que se encontra uma mancha vermelha no passeio, deve fazer uma *descrição* aproximadamente precisa do conteúdo sensorial da experiência visual. O acesso ao conteúdo sensorial da experiência é dado pela apreensão ou consciencialização deste

conteúdo específico da experiência, servindo, segundo Bonjour, uma tal consciencialização constitutiva do conteúdo da experiência de uma boa ‘razão’ para que se acredite em p. Portanto, atendendo que a experiência visual implica uma apreensão ou consciencialização do seu conteúdo sensorial, o agente está ciente de uma boa ‘razão’ para acreditar na verdade de p.

Caso o agente esteja ciente de uma tal ‘razão’ e p faça uma descrição aproximadamente rigorosa dessa ‘razão’, Bonjour considera que p se encontra “aparentemente justificada de uma maneira que não depende de qualquer outra crença, tornando-a básica no sentido exigido pelo fundacionalismo.” (2003: 70)

Mas em que sentido uma tal ‘razão’, que possui um carácter não-proposicional, pode servir para que se acredite na verdade de p?

Bonjour (2003: 70-71) reconhece existir uma objecção comum a esta sua proposta fundacionalista, de acordo com a qual, dado que o conteúdo da experiência possui um carácter não-conceptual, não pode servir para justificar qualquer crença. Logo, a relação entre ambos não pode ser de justificação, mas apenas causal⁸¹.

Bonjour reconhece que o conteúdo da experiência é de carácter não-proposicional, devido à especificidade, diversidade e detalhe de características reveladas nas experiências perceptuais ou sensoriais para que sejam transpostas para termos conceptuais ou proposicionais. Nesse sentido, Bonjour sustenta que a relação entre o conteúdo, ou a consciencialização do conteúdo, da experiência e uma crença não pode ser lógica ou inferencial, porque não sendo uma tal consciencialização verdadeira ou falsa, não pode garantir a verdade da crença.

Se o conteúdo não-conceptual da experiência sensorial não desempenha qualquer papel de justificação, a experiência sensorial não justifica as crenças ‘fundacionais’. Bonjour não aceita esta conclusão.

A resposta de Bonjour à objecção é a seguinte: encontrando-se o agente ciente de uma tal ‘razão’, encontra-se numa boa posição para avaliar ou julgar interna e directamente se a *descrição* de p é ou não correcta, se é ou não precisa. É a apreensão ou consciencialização do conteúdo não-conceptual da experiência que determina (em última instância) se a *descrição* conceptual é ou não correcta, se é ou não verdadeira.

É neste sentido que Bonjour considera que a consciencialização do conteúdo não-conceptual da experiência funciona como uma “espécie de razão” (2003: 72), porque é esta ‘razão’ que permite ao agente aferir se a *descrição* de p é ou não correcta, se é ou não verdadeira. Portanto, a relação entre a consciencialização constitutiva do conteúdo da

⁸¹ Cf. DAVIDSON, Donald, (1989) “A Coherence Theory of Truth and Knowledge” in *Epistemology – An Anthology*, Ernest Sosa and Jaegwon Kim (eds.), Blackwell Publishing, 2005, p. 157.

experiência e a crença não é nem inferencial, nem causal, mas trata-se de uma *relação descritiva* (2003: 72), sendo esta relação que torna possível que se acredite na verdade de p.

Bonjour alega que o conteúdo da experiência pode ser conceptualmente *descrito* ou classificado, ainda que dificilmente possa ser *completamente* descrito (2002c: 199-200), devido à generalidade do nosso vocabulário⁸². No entanto, (2003: 72) tal não é impeditivo de um tal conteúdo poder ser conceptualmente *descrito* pela crença com algum detalhe e precisão.

É precisamente o facto de o agente poder “julgar a adequação de uma descrição conceptual de um modo que não suscita quaisquer questões adicionais de justificação” que, segundo Bonjour, “fornece a razão básica para se pensar que são as crenças acerca da experiência consciente que constituem a fundação do conhecimento empírico.” (2003: 74).

Esta foi a proposta epistémica de Bonjour para ‘escapar por entre os cornos’ do dilema anti-fundacionalista.

22. Objecções à teoria fundacionalista da justificação epistémica de Bonjour a partir da réplica de Bonjour ao dilema de Sellars

I

Uma primeira crítica à teoria fundacionalista de Bonjour, provavelmente a mais significativa das críticas, foi apresentada por Bergmann⁸³. Esta crítica de Bergmann ataca a comparação estabelecida na proposta fundacionalista de Bonjour entre o conteúdo conceptual da crença e o conteúdo não-conceptual da experiência. Como resultado, Bergmann sugere que, ainda que Bonjour tenha inicialmente optado pela segunda hipótese do dilema, a de que a apreensão do conteúdo da experiência é não-conceptual, é todavia conduzido a ter que optar pela primeira hipótese do dilema, a de que a apreensão do conteúdo da experiência é de carácter conceptual.

A resposta dada por Bonjour para justificar crenças acerca de experiências conscientes foi a de estabelecer uma comparação directa de carácter descritivo entre a crença e a apreensão ou consciencialização do conteúdo não-proposicional da experiência, pela qual a crença descreveria o conteúdo da experiência.

⁸² Por exemplo, ao observar a cor da minha secretária, formulo a crença de que a cor da minha secretária é amarela. Todavia, a descrição que faço da cor da minha secretária não capta especificamente a sua cor, o amarelo específico que possui. É neste sentido que dificilmente se pode fazer uma descrição absoluta do conteúdo da experiência.

⁸³ BERGMANN, Michael, (2006) “Bonjour’s dilemma” in *Philosophical Studies*, nº 131, 2006, pp. 679-693.

Bonjour sustenta que a descrição dada pela crença é correcta caso “pareça” ao agente que a crença “caracterize de um modo preciso” o conteúdo da experiência consciente por intermédio de uma “comparação directa” entre ambos. (2003: 73-74). Trata-se, para Bonjour, de uma comparação de conteúdos que, embora de natureza diferentes, podem ser confrontados através de uma relação *descritiva*, servindo a apreensão do conteúdo não-proposicional da experiência de uma boa ‘razão’ para que se acredite na verdade da crença.

Bergmann sustenta que a “comparação directa” entre tais conteúdos implica o acto de julgar ou de conceber a experiência como sendo de um certo modo, o que significa que o confronto entre o conteúdo proposicional da descrição e o conteúdo não-proposicional da experiência implica a formulação, ainda que implícita, de um juízo por parte do agente acerca das características relevantes da experiência. Dado que os actos de julgar ou de conceber podem estar ou não correctos, necessitam de ser justificados, o que parece conduzir a uma regressão na justificação.

Bonjour (2003: 65) replica a esta objecção afirmando que a exigência de um juízo independente para comparar directamente dois estados conscientes é um “caso claro de uma condenável sobreintelectualização” e uma forma de “garantir regressos viciosos em todas as direcções”.

Em resposta a Bonjour, Bergmann alega que não é possível comparar directamente dois conteúdos sem o acto de julgar. Comparar implica, segundo Bergmann, o estabelecer semelhanças e diferenças, e isso implica que se esteja ciente de certas características dos elementos comparados. Neste sentido, para Bergmann, comparar requer que se julgue se os elementos comparados possuem as características em questão.

Bonjour parece alterar ligeiramente o seu relato e sustenta que uma crença fundacional resulta de uma apreensão directa entre a descrição dada pelo conteúdo da crença e a experiência que procura descrever. Bergmann alega que, mesmo assim, o agente tem de julgar ou de conceber que o conteúdo da experiência satisfaz a descrição da crença.

Bonjour (2003: 193) replica a uma tal objecção e sustenta que o estar ciente do carácter de uma experiência envolve o “perceber que o seu carácter adequa-se a uma descrição particular”. Mas Bergmann volta a referir que a adequação do carácter da experiência a uma descrição particular exige o acto de julgar ou de conceber a experiência como sendo de um certo modo.

Nesse sentido, Bergmann alega que Bonjour é ‘forçado’ a ter que escolher a opção 1 do dilema de Sellars.

II

Outra possível crítica a Bonjour refere-se à adequação do conteúdo descritivo conceptual da crença ao conteúdo sensorial da experiência para que a crença empírica básica possa estar justificada. Bonjour sustenta que “a pessoa deve apreender ou reconhecer o acordo ou a adequação entre o aspecto da experiência a ser tratado e a descrição conceptual dada pela crença.” (2003: 193). Mas até que ponto deve ir uma tal adequação? Uma adequação de 90%? 95%? Como pode o agente aferir uma tal adequação? Aquilo que é uma descrição adequada para o agente A é também para o agente B?

III

Uma terceira crítica, relacionada com a anterior, é proposta por Sosa (cf. Sosa, 2003: 121 e seg.) e está associada ao ‘problema da galinha com pintas’⁸⁴ apresentado originalmente por Chisholm⁸⁵. Sosa distingue dois estados conscientes: a “consciencialização-n”, que corresponde à consciencialização de acreditar ocorrentemente em algo, apresentando, por isso, um conteúdo conceptual, e a “consciencialização-e”⁸⁶, que corresponde à consciencialização de estar directamente ciente de uma experiência pelo simples facto de ter uma tal experiência, não possuindo um conteúdo conceptual. Sosa distingue estes dois estados conscientes na medida em que “do facto de se estar e-ciente de algo não se segue que se esteja n-ciente disso” (2003: 120), dado poder acontecer termos experiências e não formarmos quaisquer crenças acerca do que experienciámos. No seguimento desta distinção, Sosa refere o ‘problema da galinha com pintas’ para ilustrar a diferença que pode existir entre estes dois estados conscientes.

Este problema chama a atenção para o facto de poder existir conteúdo da experiência que pode ser mal caracterizado pelo agente, como é o caso da visualização de relance de uma galinha que possui variadas pintas. Dada a dificuldade de descrever de forma correcta ou adequada o número de pintas da galinha, coloca-se aqui um problema à teoria fundacionalista de Bonjour. A galinha possui várias pintas. Mas quantas pintas ao

⁸⁴ O problema da galinha com pintas é apresentado do seguinte modo: imaginemos que se encontra no nosso campo visual uma galinha com várias pintas. Dada a dificuldade de descrever de forma correcta o ‘objecto’ em questão, uma galinha que possui várias pintas, coloca-se aqui um problema que afecta a proposta fundacionalista de Bonjour: o problema de identificar e descrever os aspetos relevantes da experiência (neste caso o número de pintas da galinha) para a justificação das crenças empíricas básicas.

⁸⁵ Chisholm, Roderick, “The problem of the speckled hen” in *Mind*, Vol. 51, Nº 204, 1942, pp. 368-373. Neste artigo, Chisholm expõe o modo como o ‘problema da galinha com pintas’ afecta as teorias fundacionalistas que apelam a justificação das crenças básicas para o que é ‘dado’ (‘given’) na experiência, como é o caso em particular da teoria fundacionalista de C. I. Lewis.

⁸⁶ O ‘e’ de consciencialização-e resulta do termo inglês ‘experiencing’, que traduzo por ‘que experiencia’ e o ‘n’ de consciencialização-n resulta do termo inglês ‘noticing’, que traduzo por ‘que descreve (ou informa)’.

certo? Pareceu-me ter contado doze pintas, pelo que acredito que a galinha possui doze pintas, quando de facto possui treze pintas.

Bonjour poderia alegar que o número de pintas da galinha não representa um tipo de característica epistemicamente relevante a ser considerada num estado de consciência do conteúdo da experiência, o que implicaria que um tal tipo de característica não serviria para garantir um estatuto epistémico fundacional às crenças básicas. Mas assim sendo, Bonjour necessita de explicar que tipo de características epistemicamente relevantes devem ser consideradas pelos estados conscientes do conteúdo da experiência para que estes possam garantir a atribuição de um estatuto fundacional às crenças correspondentes. Designadamente, Bonjour necessita de explicar o que é que faz com que por exemplo a imagem visual de uma galinha que possui três pintas qualifique à partida a crença resultante com um estatuto epistémico fundacional e a imagem visual de uma galinha com por exemplo quarenta e oito pintas não o faça. A proposta fundacionalista de Bonjour não parece apresentar uma resposta para este problema.

IV

Uma outra possível crítica refere-se a uma eventual incapacidade do agente para internamente avaliar e comparar dois conteúdos, o conteúdo conceptual da crença e o conteúdo sensorial da experiência, que são manifestamente diferentes quanto à sua natureza. Tal tarefa não parece aparentemente ser possível de ser concretizada por um indivíduo, cognitivamente limitado e falível.

Capítulo VI

23. A aproximação das teorias coerentistas e fundacionalistas da justificação epistémica

As teorias coerentistas e fundacionalistas da justificação epistémica sofreram modificações ao longo do tempo que se traduziram na construção de variantes coerentistas e fundacionalistas. Estas alterações criaram uma maior aproximação entre ambas as teorias como resultado da construção de tais variantes. Antes de apresentar essas modificações, apresento a razão de ser dessas mesmas alterações, designadamente, alguns dos principais méritos e dificuldades das teorias coerentistas e fundacionalistas da justificação epistémica.

Dos méritos das teorias coerentistas, é possível destacar o reconhecimento da existência de uma interdependência entre as crenças e a não exigência de uma distinção entre tipos de crenças, i.e., entre crenças básicas e crenças derivadas. Mas ao fazerem depender a justificação *exclusivamente* de uma relação inferencial de suporte mútuo entre crenças, lidam com dificuldade com a acomodação da experiência para a justificação,

comprometendo seriamente a possibilidade de estarmos justificados acerca de crenças empíricas.

Dos méritos das teorias fundacionalistas, de referir o reconhecimento da relevância da experiência para a justificação de crenças empíricas. No entanto, os fundacionalistas exigem um conjunto de crenças básicas justificadas pela experiência que sirvam de suporte às restantes crenças, não reconhecem ou desvalorizam a existência de uma relação de suporte mútuo entre as crenças e lidam com dificuldade com a justificação das crenças básicas a partir da experiência, devido ao carácter não-proposicional da experiência.

Perante os respectivos méritos e dificuldades, as teorias coerentistas e fundacionalistas procuraram ao longo do tempo acomodar os aspectos positivos das suas ‘rivais’ no sentido de obstar às críticas. No entanto, estas sucessivas modificações conduziram a uma perda do seu carácter tipicamente coerentista ou tipicamente fundacionalista.

Haack considera que as teorias coerentistas e fundacionalistas da justificação epistémica ao procurarem anular, ou pelo menos atenuar, algumas das suas dificuldades próprias, aproximaram-se entre si. As teorias coerentistas introduziram características tipicamente fundacionalistas e as teorias fundacionalistas introduziram características tipicamente coerentistas.

As formas modificadas de coerentismo procuraram introduzir “diferentes pesos entre as crenças” (Haack, 1997: 29) como forma de “reconhecerem a relevância da experiência” para a justificação⁸⁷, e as formas modificadas de fundacionalismo procuraram introduzir a componente do suporte mútuo entre crenças, como forma de reconhecerem a “interdependência das crenças.” Mas ainda que as formas modificadas de coerentismo e fundacionalismo se tenham “inclinado na direcção certa”, Haack considera que essa “inclinação destabilizou-as”, fazendo com que deixassem de ser teorias “realmente coerentistas” e teorias “realmente fundacionalistas”.

Esta aproximação das teorias fundacionalistas e coerentistas entre si pode ser verificada com as variações de fundacionalismo e de coerentismo que foram surgindo ao longo da literatura. A questão para Haack é que uma tal aproximação, em vez de contribuir para a resolução dos problemas típicos de cada teoria, conduziu ao surgimento de novos problemas. Pudemos constatar isso mesmo, e de uma forma mais óbvia, com a teoria coerentista de Bonjour e a teoria fundacionalista de Lewis.

⁸⁷ Bonjour procurou isso mesmo com a sua teoria coerentista. Bonjour procurou uma forma de incluir esta diferenciação de ‘peso’ entre as crenças através da introdução no sistema de crenças do que designou por ‘crenças cognitivamente espontâneas’, crenças que teriam um maior ‘peso’ justificativo sobre as restantes crenças por terem sido causadas pela experiência. Esta foi a forma que Bonjour encontrou para tentar introduzir *input* para dentro de um sistema coerente de crenças, mas como tivemos ocasião de verificar, sem sucesso.

Bonjour ao adoptar uma forma de coerentismo não igualitária moderada ponderada⁸⁸, não conseguiu lidar satisfatoriamente com a ambiguidade resultante da introdução do que designou de ‘requisito observacional’. Lewis com a adopção de um fundacionalismo fraco e impuro, ao reconhecer a importância da relação de suporte mútuo entre as crenças e ao admitir a relevância da memória para a justificação das crenças empíricas básicas, colocou em causa o carácter unidirecional de justificação típico de uma teoria fundacionalista.

De certo modo, aquilo que se verificou com as teorias epistémicas de Bonjour e Lewis foi o não conseguirem lidar com os respectivos problemas no âmbito das teorias em que se inserem: Bonjour com o ‘requisito observacional’ não consegue acomodar satisfatoriamente a entrada de *input* para um sistema coerente de crenças sem que isso se traduza numa perda da característica típica da justificação coerentista, i.e., a justificação ser exclusivamente o resultado de uma relação de coerência entre as crenças. Lewis ao reconhecer a importância da memória para a justificação das crenças empíricas básicas e a relevância das relações de suporte mútuo entre crenças, colocou em causa uma das características típicas do fundacionalismo, o carácter unidirecional da justificação.

Pela análise crítica das teorias epistémicas de Bonjour e de Lewis, uma conclusão que se pode retirar é a de que uma aproximação entre as teorias coerentistas e fundacionalistas não é realizável sem que cada uma das teorias perca uma ou algumas das suas características típicas e simultaneamente lide com as dificuldades resultantes dessas modificações.

De acordo com Haack (1998: 16-17) é possível distinguir as seguintes variações de fundacionalismo:

	Crenças básicas ou fundacionais	Crenças derivadas
Fundacionalismo <i>forte</i>	Encontram-se <i>completa e conclusivamente</i> justificadas pela experiência	
Fundacionalismo <i>fraco</i>	Encontram-se justificadas <i>até um certo grau</i> pela experiência	

⁸⁸ A variante não igualitária moderada ponderada de coerentismo sustenta que algumas crenças podem ter um estatuto inicial distinto, independentemente da relação com outras crenças, tornando as relações de suporte mútuo com tais crenças com um maior peso na justificação. Cf. Haack, 1998, p. 18.

Fundacionalismo <i>puro</i>		São justificadas <i>unicamente</i> , directa ou indirectamente, pelas crenças básicas.
Fundacionalismo <i>impuro</i>		São justificadas <i>em parte</i> , directa ou indirectamente, pelas crenças básicas.

Entre as variações de coerentismo, é possível, de acordo com Haack (1998: 18)⁸⁹ distinguir as seguintes:

	Coerentismo <i>igualitário não comprometido</i>	Coerentismo <i>não igualitário moderado ponderado</i>	Coerentismo <i>não igualitário moderado grau-de-incorporação</i>
Apenas a coerência global do conjunto de crenças interessa para a justificação	✓		
Algumas crenças do conjunto coerente de crenças possuem um estatuto inicial distinto, independentemente das relações com outras crenças		✓	
Algumas crenças podem estabelecer uma interconexão mais forte do que outras num conjunto coerente de crenças			✓

Da análise das tabelas podemos constatar o seguinte: do fundacionalismo *forte* para o *fraco*, verificamos que a justificação das crenças básicas não depende apenas e exclusivamente da experiência, e do fundacionalismo *puro* para o *impuro*, que a justificação das crenças derivadas não depende apenas do suporte das crenças básicas. De

⁸⁹ As variantes de coerentismo (e de fundacionalismo) são igualmente apresentadas por Haack, em (2002: 418-419).

certo modo, aquilo que constata com estas variações de fundacionalismo é que a distinção entre crenças básicas e crenças derivadas é menos nítida e o estatuto das crenças básicas como crenças que suportam o edifício das restantes crenças parece perder o seu significado. Por outro lado, é possível depreender nas variantes mais fracas de fundacionalismo o surgimento de uma característica que as teorias fundacionalistas desvalorizavam para a justificação: a relação de suporte mútuo entre as crenças.

Por sua vez, da versão de coerentismo *igualitário* para a versão *moderada*, constata-se a necessidade de conferir um estatuto superior às crenças resultantes da experiência e a de estabelecer um maior grau de interconexão ou de suporte mútuo entre certas crenças de um dado conjunto coerente de crenças, o que parece dar a entender que a coerência global de um conjunto de crenças não é suficiente para garantir a justificação.

Desta análise podemos verificar a tendência nas versões mais fracas de fundacionalismo e de coerentismo para introduzir elementos típicos da teoria epistémica rival. Da parte do fundacionalismo, uma tendência para valorizar a relação de suporte mútuo entre as crenças, como uma forma de reforçar a justificação das crenças empíricas. Da parte do coerentismo, uma tendência para acomodar o papel da experiência na justificação e para estabelecer diferenças entre crenças nas relações de suporte mútuo.

24. A teoria fundarentista⁹⁰ da justificação epistémica de Susan Haack como uma teoria intermédia entre o fundacionalismo e o coerentismo

De acordo com Haack, o aspecto mais interessante a registar das modificações das teorias coerentistas e fundacionalistas é a existência de uma evolução na direcção de um fundarentismo. Uma teoria fundarentista apresenta-se, de um modo geral, como uma teoria epistémica que recolhe elementos tipicamente coerentistas e fundacionalistas, sendo esta característica que lhe vai permitir obstar às principais objecções dirigidas àquelas duas teorias.

Esta afigura-se como a principal tese que Haack pretende provar com a introdução da sua teoria fundarentista, a de que o coerentismo e o fundacionalismo como teorias da justificação empírica “não esgotam as opções; existe espaço lógico entre elas.” (1998: 19) Haack pretende provar que as teorias fundacionalista e coerentista da justificação epistémica não esgotam o campo das possibilidades da justificação das nossas crenças, mas que existe uma teoria intermédia, a teoria fundarentista, que consegue responder aos principais problemas que afectam aquelas duas teorias.

⁹⁰ Haack denomina a sua teoria da justificação epistémica de fundarentista, precisamente por, tal como o nome *fundarentismo* indica, resultar de uma combinação de aspectos do *fundacionalismo* e do *coerentismo*.

Um dos meus objectivos com este trabalho é precisamente o de revelar, por um lado, o modo como o fundarentismo de Haack recolhe os aspectos positivos de cada uma daquelas duas teorias da justificação, sem que uma tal ‘incorporação’ destabilize a teoria de Haack e, por outro, expor o modo como a teoria fundarentista de Haack evita as principais objecções dirigidas ao coerentismo e fundacionalismo. Conseguindo isso, julgo ser possível sustentar que a teoria fundarentista de Haack surge como uma resposta mais plausível para o problema da justificação das crenças empíricas do que qualquer uma das variantes de coerentismo e fundacionalismo.

Das teorias coerentistas, Haack retém a relação de suporte mútuo entre as crenças, característica que, segundo Haack, “nenhuma forma de fundacionalismo consegue acomodar” (1997: 26) satisfatoriamente. Do fundacionalismo retém a sua componente *experencialista*, segundo a qual, “a justificação empírica depende essencialmente da experiência” (Bonjour, 1997: 15). Como veremos adiante, o *experencialismo* é uma característica que o fundarentismo exige, que algumas formas de fundacionalismo possibilitam, mas que o coerentismo é incapaz de acomodar.

Não é por acaso que, como resultado da valorização destes dois aspectos do coerentismo e do fundacionalismo, Haack seleccione, de entre os três tipos de fundacionalismo empírico⁹¹ que sugere em *Evidence and Inquiry*, como o mais defensável, o de tipo experencialista, na sua versão *fraca e impura*. Esta versão sustenta, por um lado, que as crenças básicas possuem um grau *fraco ou revogável* de justificação (dada pela experiência), e não um grau completo ou conclusivo, independentemente do suporte de quaisquer outras crenças⁹² e, por outro, que as crenças derivadas obtêm *parte* do seu suporte de justificação, directa ou indirectamente, das crenças básicas.

Ainda que considere a versão fraca e impura do fundacionalismo experencialista como a versão mais defensável de fundacionalismo, Haack (1997: 27) considera-a, no entanto, inaceitável. Esta inaceitabilidade deve-se, segundo Haack, ao facto de se revelar duplamente arbitrária e como resultado possibilitar a anulação da característica tipicamente fundacionalista da direcionalidade única no suporte de justificação, de

⁹¹ Haack (1998: 15) propõe três tipos de fundacionalismo empírico: a versão *experencialista* do fundacionalismo empírico, de acordo com a qual, as crenças básicas são justificadas por referência à experiência do agente, a versão *extrínseca* do fundacionalismo empírico, cujas crenças básicas são justificadas pela existência de uma conexão causal entre a crença do agente e o estado de coisas que torna a crença verdadeira, e a versão *intrínseca ou auto-justificatória* do fundacionalismo empírico, na qual as crenças básicas são justificadas pelo seu carácter intrínseco ou conteúdo.

⁹² De referir apenas a título de curiosidade, que é a partir da interpretação ambígua da expressão ‘independentemente de quaisquer outras crenças’ e que faz parte da definição fundacionalista apresentada por Haack, que Tramel (2008: 217) irá sustentar que o fundarentismo de Haack é afinal um fundacionalismo. Iremos expor a crítica de Tramel a Haack mais à frente.

acordo com a qual, as crenças derivadas recebem o suporte de justificação das crenças básicas ou fundacionais, e não inversamente.

De acordo com Haack, a dupla arbitrariedade de uma tal versão de fundacionalismo resulta do seguinte: se defendemos que as crenças básicas estão menos do que completamente justificadas pela experiência (característica da versão *fraca*), parece ser arbitrário negar que a justificação das crenças básicas seja maior ou menor consoante as suas relações com outras crenças. Por outro lado, se se concede que as crenças derivadas possam estabelecer relações de suporte mútuo entre si (característica da versão *impura*) e se se mantém que as crenças básicas não recebem suporte de outras crenças, parece ser arbitrário insistir que exista um conjunto de crenças que se encontram justificadas independentemente do suporte de outras crenças.

Verificamos que tanto o fundacionalismo *fraco* como o fundacionalismo *impuro* parecem comprometer a característica fundacionalista da unidireccionalidade da justificação, assim como a distinção entre crenças básicas e derivadas. Dado que a versão *fraca* e *impura* do fundacionalismo não consegue duplamente defender a manutenção de uma justificação unidireccional entre as crenças básicas e as crenças derivadas, esta teoria revela-se duplamente inaceitável para Haack.

A proposta epistémica de Haack com a sua teoria fundarentista é a de, por um lado, dar conta da relevância da experiência para a justificação, mas contrariamente ao fundacionalismo, sem exigir qualquer classe de crenças privilegiadas justificadas independentemente do suporte de outras crenças e sem requer qualquer unidireccionalidade no processo de justificação. Por outro lado, exigir que a justificação assente numa relação de suporte mútuo entre as crenças, mas contrariamente ao coerentismo, sem exigir que a justificação das crenças dependa *exclusivamente* de relações inferenciais entre crenças.

Apresento de seguida alguns dos principais argumentos propostos por Haack contra as teorias coerentistas e fundacionalistas da justificação epistémica para se fazer *prima facie* uma defesa do fundarentismo. De acordo com Haack, as objeções apresentadas revelam, por um lado, que o coerentismo e o fundacionalismo não resultam como teorias da justificação epistémica e, por outro, que as objeções apresentadas (do fundacionalismo contra o coerentismo e, vice-versa) conduzem cada uma das teorias na direcção de um fundarentismo.

25. Principais argumentos das teorias fundacionalistas da justificação epistémica (contra o coerentismo) propostos por Haack

I

Um dos típicos argumentos frequentemente usado pelo fundacionalismo contra o coerentismo é o *argumento da regressão infinita*, através do qual, o fundacionalismo reclama que pelo menos uma forma de fundacionalismo tem de ser aceite para a justificação das crenças.

O argumento da regressão (1998: 21) apresenta-se de um modo sucinto da seguinte maneira: não é possível que uma crença possa ser justificada a não ser através do suporte de outra crença, mas também esta crença para estar justificada tem de ser suportada por uma outra crença, e assim por diante, pelo que, a não ser que a regressão (aparentemente infinita) de razões termine, nenhuma crença, incluindo a nossa primeira crença, pode estar justificada.

Assim, terão de existir, tal como é sustentado pelo fundacionalismo, crenças básicas que se encontram justificadas, independentemente do suporte de quaisquer outras crenças, e que funcionam como a justificação última das restantes crenças. Deste modo, para garantir que as nossas crenças possam estar justificadas e que termine uma provável regressão infinita de razões no processo de justificação, o fundacionalismo surge como a teoria capaz de oferecer uma resposta satisfatória para o problema da justificação das crenças.

Haack considera, no entanto, que o argumento da regressão infinita não permite estabelecer a conclusão que, *ou* a cadeia de razões termina numa crença básica, *ou* não termina (prosseguindo infinitamente). Haack sustenta que o argumento deixa outras possibilidades em aberto (1998: 21), como por exemplo, a de que a cadeia de razões termina numa crença não justificada ou a de que a cadeia de razões termina na crença inicial que se está a tentar justificar.

Neste sentido, Haack reformula o argumento da regressão infinita de modo a dar conta dessas possibilidades, e que denominou de *argumento das alternativas não toleráveis*. De acordo com este argumento (1998: 22), temos o seguinte: A acredita em p, e A acredita em p na base de q. Para A estar justificado a acreditar em p, necessita de estar justificado a acreditar em q. A acredita em q na base de r. Para A estar justificado a acreditar em q, e estar justificado a acreditar em p, A necessita de estar justificado a acreditar em r, e assim sucessivamente.

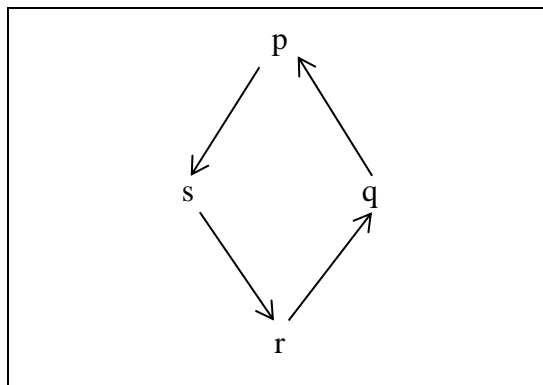
Dada esta regressão de razões, temos as seguintes possibilidades: (1) A série de razões não termina; (2) A série de razões termina numa crença que não está justificada; (3) A série de razões torna-se circular; (4) A série de razões termina numa crença justificada,

mas que não é suportada por quaisquer outras crenças. Se temos (1), A não está justificado a acreditar em p. Se temos (2), A não está justificado a acreditar em p. Se temos (3), A não está justificado a acreditar em p. Se temos (4), A *está justificado* a acreditar em p. Sendo (4) aquilo que o fundacionalismo defende, então o fundacionalismo é a teoria que possibilita que possamos estar justificados acerca das nossas crenças.

De acordo com Haack, o argumento das alternativas não toleráveis é inconclusivo, porque assume que a estrutura de justificação de uma crença apenas pode ser dada por uma cadeia de razões⁹³, o que não é verdade. O argumento assume que a estrutura de justificação é em cadeia, linear e de sentido único (das supostas crenças básicas para as crenças derivadas). Ora, uma característica da teoria fundarentista de Haack é a de provar que a justificação é realizada em grande medida através de relações de suporte mútuo entre crenças, sem exigir, tal como exige o fundacionalismo, que o processo de justificação termine numa ou várias crenças básicas.

Haack considera que se a única estrutura de justificação possível fosse em cadeia, a relação de suporte mútuo entre crenças proposta pelo fundarentismo seria circular, não servindo de suporte de justificação para qualquer crença, como é o caso da Figura A em baixo.

Figura A



Na Figura A temos um caso de justificação em cadeia ou em série que torna a relação de justificação viciosamente circular: por exemplo, a justificação de p depende do suporte fornecido pela premissa q e por sua vez a justificação de q depende do suporte fornecido por p. A proposta de Haack para evitar a circularidade viciosa na justificação de p não é a de ignorar o contributo das premissas que servem de suporte a p, mas considerar o quão justificadas se encontram cada uma das premissas que servem de suporte a p, *independentemente* do suporte que p fornece a cada uma destas premissas. Com essa

⁹³ Uma cadeia de razões é uma série na qual a crença p é suportada pela crença q que é por sua vez suportada pela crença r que é suportada pela crença s, e assim por diante.

finalidade, Haack estabelece uma analogia com um puzzle de palavras cruzadas⁹⁴ para melhor ilustrar a possibilidade de “existir suporte mútuo entre as crenças sem circularidade viciosa.” (1998: 2)

Figura B⁹⁵

		1M	3I	S	E	R	I	A
			M					
			2P	I	D	E		
	1T		O					
	3R	2C	S					
4P	O	R	T	U	4G	A	L	
	5I	I	O		R			
	6K	S	S		E			
	7A	E			V			
					E			

Na Figura B constatamos que a razoabilidade da entrada 4 horizontal, ‘PORTUGAL’, depende da sua pista, do quão provável a entrada ‘TROIKA’ está correcta, do quão provável a entrada ‘CRISE’ está correcta, do quão provável a entrada ‘IMPOSTOS’ está correcta e do quão provável a entrada ‘GREVE’ está correcta. Constata-se igualmente o estabelecimento de relações de suporte mútuo entre estas crenças. Por exemplo, o quão razoável consideramos que a entrada 4 horizontal está correcta depende do quão razoável se considera que a entrada 1 vertical está correcta, e o quão se considera que a entrada 1 vertical está correcta depende do quão razoável consideramos que a entrada 4 horizontal está correcta.

⁹⁴ A proposta de Haack em explicar a estrutura de justificação do fundarentismo pelo recurso a uma analogia com um puzzle de palavras cruzadas parece ter por base três razões principais. A primeira é a de poder dar conta das relações de suporte mútuo entre as crenças (como o faz o coerentismo), a segunda a de evitar a justificação circularmente viciosa (que o coerentismo não consegue evitar) e a terceira a de dar conta da experiência para a justificação (como o faz o fundacionalismo) sem se tornar fundacionalista. Veremos estes dois últimos aspectos, designadamente o terceiro, mais à frente no presente trabalho.

⁹⁵ A Figura B representa um pequeno puzzle de palavras cruzadas. As pistas do puzzle são as seguintes: **Horizontais:** 1 – s.f. Estado desgraçado, que excita a piedade, indignação extrema; 2 – Sigla de Polícia Internacional de Defesa do Estado; 3 – Sigla para a medida do quão detectável é um objecto por um radar (Radar cross section); 4 – s.m. Homem honestíssimo, franco, leal; 5 – Abreviatura de ‘eye-oh’; 6 – Sigla de Key Safety Systems; 7 – Sigla de Associação de Estudantes. **Verticais:** 1 – s.f. Trenó puxado por três cavalos, conjunto de três pessoas, grupo de trabalho ou delegação composto por três membros; 2 – s.f. Momento perigoso e decisivo, falta de trabalho; 3 – s.m. pl. Taxa, direito, tributo, imposto pelo Estado ou pelas autarquias locais; 4 – s.f. Interrupção voluntária e colectiva do trabalho por parte de assalariados com o objectivo, em geral, de reivindicar aumento de salários e melhoria das condições de trabalho.

A questão para Haack é que na avaliação do quão razoável a entrada 4 horizontal está correcta, não é necessário, de forma a evitar a circularidade viciosa, que se ignore o suporte fornecido pela entrada 1 vertical, mas é suficiente que se avalie o quão razoável a entrada 1 vertical está correcta, *independentemente do suporte* fornecido à entrada 1 vertical pela entrada 4 horizontal. Tal significa o seguinte: enquanto na Figura A o quão estamos justificados acerca de p depende do quão estamos justificados acerca de q e o quão estamos justificados acerca de q depende do suporte que p fornece a q, na Figura B, o quão estamos justificados acerca da entrada 4 horizontal depende do quão estamos justificados acerca da entrada 1 vertical, mas o quão estamos justificados acerca da entrada 1 vertical pode ser obtido *independentemente do suporte* que a entrada 4 horizontal possa fornecer à entrada 1 vertical. É neste sentido que o relato fundarentista evita a circularidade viciosa na justificação, mantendo as relações de suporte mútuo entre as crenças. Retomaremos este assunto mais à frente.

Haack considera que (1998: 23) a estrutura de justificação do fundacionalismo deve ser antes comparada, não a uma cadeia de razões, mas a uma pirâmide ou a uma árvore invertida, na qual a crença p de A seria por exemplo baseada nas crenças q, r e s, a crença q, por sua vez, nas crenças t e u, a crença r nas crenças v, w e z, e assim por diante.

Haack refere não compreender por que razão, numa tal estrutura de justificação em pirâmide, não se pode considerar que a justificação de p seja em parte dada pela crença z e parte da justificação da crença z seja dada em parte pela crença p. O fundacionalismo *impuro* admite precisamente essa possibilidade, ao sustentar que toda a justificação depende *em parte* das crenças básicas e que, portanto, as crenças derivadas podem contribuir para a justificação das crenças básicas.

Tal significa, segundo Haack, que mesmo “alguns fundacionalistas admitem – e os coerentistas e os fundarentistas sustentam – que é possível existir suporte mútuo legítimo, que a interpenetração de crenças não necessita necessariamente de envolver uma circularidade viciosa.” (1998: 25)

II

De acordo com Haack, (1998: 25) um outro argumento usado pelos fundacionalistas contra os coerentistas sustenta que a consistência, característica que os coerentistas assumem ser uma condição necessária da coerência, é um requisito muito forte para a justificação.

Este argumento, que Haack denomina de *objecção do demasiado para se pedir*, apresenta-se do seguinte modo: para as teorias coerentistas da justificação epistémica, a consistência é uma condição necessária da coerência. Isto significa que, para os coerentistas, uma crença recebe a sua justificação a partir de um conjunto coerente de

crenças que é, de forma implícita, um conjunto consistente de crenças. Por outro lado, também significa que, para os coerentistas, uma crença não recebe justificação a partir de um conjunto incoerente de crenças e, de forma implícita, a partir de um conjunto inconsistente de crenças.

Uma primeira objeção ao coerentismo sustenta que a exigência da consistência é um critério muito forte para a justificação, devido à elevada improbabilidade de um agente A possuir um conjunto completamente consistente de crenças.

As situações de inconsistência nas nossas crenças não são, como defende ao que parece o coerentismo, invulgares ou esporádicas, mas antes, são situações muito comuns. Estas situações podem ser exemplificadas através de casos de dúvida com os quais somos banalmente confrontados no nosso dia-a-dia.

Por exemplo, no momento em que me deito, posso acreditar simultaneamente que está a chover e que não está a chover, porque, naquele momento, tenho tão boas razões para acreditar que está a chover (por exemplo, que estou a ouvir água a bater no vidro da janela, e que acabei de ouvir um trovão), como para acreditar que não está a chover (por exemplo, que a minha esposa disse-me à instantes que ainda não começou a chover, e que eu próprio, observei uma parte da rua, e o chão não estava molhado). Mas será que pelo facto de possuir estas crenças inconsistentes entre si não estou justificado a acreditar, por exemplo, que a água é incolor, que a semana tem sete dias ou que o ornitorrinco é um mamífero ovíparo? A consistência parece, portanto, constituir uma exigência muito forte para a justificação das nossas crenças.

De acordo com Haack, uma forma do coerentismo escapar à objecção é a de sustentar que o conjunto coerente de crenças que constitui a justificação de p não se refere à totalidade do conjunto de crenças do agente, mas apenas a um sub-conjunto desse conjunto alargado. Mas neste caso, o coerentista teria de explicar em que medida um tal sub-conjunto, que faz parte da totalidade do conjunto coerente de crenças do agente, é suficiente para a justificação de p.

Haack considera que um coerentista poderia ainda argumentar que o fundacionalismo também é afectado pela questão da inconsistência das crenças na justificação. De acordo com a objecção, o fundacionalista mantém que se “as razões para uma crença implicam-na dedutivamente, as razões são conclusivas.” (1998: 25-26) Dado que “proposições inconsistentes implicam dedutivamente qualquer proposição”, o fundacionalista teria de aceitar que razões inconsistentes são conclusivas para p.

Todavia, um fundacionalista certamente que não diria que, se as razões a favor de p são inconsistentes e, por isso, conclusivas, que o agente está justificado a acreditar em p. Pelo contrário, um fundacionalista diria antes que o agente não se encontra justificado

acerca de p. Ainda assim, o adepto do fundacionalismo necessita de resolver a ideia “contra-intuitiva” (1998: 26) de que razões inconsistentes são razões conclusivas.

III

Uma outra objecção usada pelos fundacionalistas contra os coerentistas alega, contrariamente à objecção (ii), que a consistência é um requisito muito fraco para a justificação.

Esta objecção (iii), que Haack (1998: 26) denomina de *objecção do conto de fadas consistente*, sustenta que a consistência de um conjunto de crenças é insuficiente para garantir ou mesmo ser uma indicação da verdade dessas mesmas crenças, dado ser possível termos um conjunto de crenças consistente e falso.

O coerentista pode, todavia, alegar que a sua noção de justificação não se resume a uma relação de consistência dada por um conjunto coerente de crenças, mas defende uma concepção de coerência mais sofisticada, entendida como coerência explicativa.

No entanto, o coerentista necessita de explicar em que consiste uma tal concepção de coerência explicativa e em que medida difere da relação de suporte mútuo entre crenças. Por outro lado, o coerentista necessita de explicar em que sentido a concepção de coerência explicativa é indicativa da verdade das crenças.

IV

Para Haack, a ideia que está por detrás da objecção (iii) ao coerentismo, de acordo com a qual, a coerência é insuficiente para garantir a conexão entre a justificação e o acesso à verdade, pode ser formulada num novo argumento. Este argumento, que Haack denomina de (1998: 27) *argumento dos marinheiros embriagados*, sustenta que a justificação não pode depender apenas de uma relação entre crenças.

O argumento sustenta que o coerentismo ao não admitir input de não-crença para a justificação, i. e., ao não admitir a relevância da experiência para a justificação, torna-se uma teoria da justificação epistémica insatisfatória, porque a justificação de crenças empíricas exige um tal input. Nesse sentido, prossegue o argumento, justificar p apenas na base de uma relação de suporte mútuo entre crenças não serve como indicação da verdade de p.

O coerentista pode replicar ao argumento acima e sustentar que a objecção apenas afecta a versão de coerentismo *igualitário não comprometido*, mas que a versão de coerentismo *não igualitário moderado ponderado* pode evitar a objecção. A versão *não igualitária moderada ponderada* de coerentismo ao destacar um subconjunto de crenças que possui um estatuto inicial distinto, independentemente da relação às restantes crenças, parece querer indicar que tais crenças resultam da experiência e da nossa relação ao mundo. Por outro lado, ao sustentar que as relações de suporte mútuo com tais crenças têm

um maior peso na justificação, parece querer dizer que a justificação é indicadora da verdade. Mas, para Haack, tal não passa de um mero intento coerentista.

Uma objecção fundacionalista a esta resposta coerentista sustenta que as crenças com um estatuto inicial distinto, independentemente da relação com outras crenças, correspondem às crenças básicas do fundacionalismo. Surge então a questão: “onde, ou como, é que as crenças distinguidas inicialmente obtêm a sua distinção epistémica?” (1998: 27). Esta questão deixa, segundo Haack, o coerentista num dilema: se o coerentista responder que não sabe, então as distinções estabelecidas entre as crenças e as ponderações das relações de suporte mútuo tornam-se arbitrárias; se o coerentista responder que as crenças inicialmente distintas correspondem a crenças perceptuais simples, então é garantida a entrada de input do mundo para o conjunto coerente de crenças, mas o carácter coerentista da teoria é afectado, porque a justificação passa a não depender exclusivamente de uma relação de coerência entre crenças⁹⁶.

Portanto, o argumento dos marinheiros embriagados é decisivo contra o coerentismo e, de acordo com Haack, a única saída para o coerentista é através da adopção de uma forma de fundarentismo.

26. Principais argumentos das teorias coerentistas da justificação epistémica (contra o fundacionalismo) propostos por Haack

Antes de apresentar alguns dos principais argumentos contra o fundacionalismo, refiro três versões de fundacionalismo apresentadas por Haack (1998: 15) relativas ao modo como as crenças básicas são justificadas, porque as críticas incidem sobre algumas dessas versões.

⁹⁶ Haack faz notar que a *objecção dos marinheiros embriagados* dirigida contra o coerentismo pode igualmente ser dirigida ao fundacionalismo empírico autojustificado, porque tal como o coerentismo, também esta versão de fundacionalismo faz depender a justificação exclusivamente de uma relação entre crenças. Tal como a versão de coerentismo *não igualitário moderado ponderado*, também o fundacionalismo empírico autojustificado é motivado pela ideia que algumas crenças possuem um estatuto epistémico distinto em virtude do seu carácter intrínseco, do seu conteúdo. Ora, tratando-se as crenças básicas do fundacionalismo empírico autojustificado de crenças empíricas, então tais crenças terão de possuir algum conteúdo. Assim sendo, também esta versão de fundacionalismo é confrontada com um dilema: se a escolha das crenças inicialmente distintas é arbitrária, então não existe qualquer distinção entre tais crenças e as restantes crenças; se a escolha não é arbitrária, então é motivada por uma conexão de tais crenças à experiência, e nesse sentido, a escolha das crenças básicas do fundacionalismo empírico autojustificado passa a não depender apenas do seu carácter intrínseco ou do seu conteúdo.

	Crenças básicas (ou fundacionais)
Fundacionalismo empírico <i>experientialista</i>	São justificadas pela experiência (sensorial/introspectiva) do agente
Fundacionalismo empírico <i>extrínseco</i>	São justificadas pela existência de uma conexão causal entre a crença do agente e o estado de coisas que torna a crença verdadeira.
Fundacionalismo empírico <i>intrínseco ou auto-justificatório</i>	São justificadas pelo seu carácter intrínseco ou conteúdo.

I

Vimos que a *objecção dos marinheiros embriagados* dirigida contra o coerentismo afectava igualmente a versão *intrínseca ou auto-justificatória* do fundacionalismo empírico. Todavia, não afecta, as versões fundacionalistas *experientialista* e *extrínseca*, por implicarem uma relação com a experiência ou mundo exterior.

No entanto, uma objecção dirigida contra o fundacionalismo *extrínseco*, que Haack (1998: 28) denomina de *objecção evidencialista*, sustenta que esta forma de fundacionalismo viola a intuição de que aquilo que justifica as crenças deve ser algo do qual estamos conscientes, como o termo ‘evidência’ parece sugerir.

Se não temos acesso consciente às razões que justificam as nossas crenças, é legítimo sustentar que estamos justificados acerca dessas crenças?⁹⁷

II

Uma segunda objecção (1998: 29) dirigida contra o fundacionalismo ataca a versão *experientialista* do fundacionalismo empírico.

O fundacionalismo *experientialista* sustenta que as crenças básicas são justificadas pela experiência do agente. Uma objecção apresentada pelo coerentismo é a seguinte: apenas as relações inferenciais entre as crenças garantem a sua justificação. As relações entre a experiência e as crenças são apenas *causais*, porque a experiência não estabelece quaisquer relações *lógicas ou inferenciais* com as crenças. Logo, as experiências do agente são irrelevantes para a justificação das suas crenças.

No entanto, Haack (1998: 29) sustenta que o argumento acima, que denomina de *argumento da irrelevância da causação*, é inconclusivo, porque a primeira premissa, a de que ‘a justificação é apenas uma questão lógica’, é falsa.

⁹⁷ Como teremos oportunidade de ver adiante, esta objecção afecta de um modo geral as teorias externalistas da justificação epistémica, teorias que não exigem o acesso às razões que sustentam as nossas crenças para que as crenças estejam justificadas.

Haack aceita que a relação entre as experiências e as crenças seja apenas causal, mas não aceita que a justificação seja apenas uma relação lógica entre crenças. De acordo com Haack, a justificação tem de dar conta das experiências do agente, pois o que faz com que estejamos justificados a acreditar, por exemplo, que se encontra um gato à nossa frente é o facto de estarmos a ver um gato. É neste sentido que, para Haack, a justificação apresenta-se simultaneamente como causal e lógica.

Haack considera que o argumento em vez de provar a irrelevância da experiência para a justificação, chama a atenção para a necessidade de estabelecer um relato que dê conta da relevância da experiência para a justificação. Mais concretamente, a necessidade de um relato que dê simultaneamente conta dos aspectos causais e lógicos da justificação, aspectos que o fundacionalismo experiencialista não acomoda em toda a sua extensão, mas que a teoria fundarentista de Haack dará conta.

III

Uma terceira objecção ao fundacionalismo (1998: 30) dirige-se, sobretudo, ao fundacionalismo *forte e puro*. A objecção faz notar que o fundacionalismo exige que as crenças básicas sejam simultaneamente seguras, i.e., justificadas independentemente do suporte de quaisquer outras crenças, e ricas, i. e., capazes de suportar um conjunto substancial de outras crenças. No entanto, prossegue a objecção, nenhuma crença pode preencher em simultâneo esses dois requisitos.

Os requisitos parecem estar em competição um com o outro, na medida em que, o primeiro requisito apenas pode ser satisfeito pela diminuição do conteúdo das crenças básicas e o segundo requisito através do aumento do conteúdo.

Este argumento de objecção ao fundacionalismo *forte e puro*, que Haack designa de ***argumento do que se ganha de um lado, perde-se do outro***, balança para trás e para a frente entre a insistência na segurança à custa do conteúdo e entre a insistência no conteúdo à custa da segurança.

Esta objecção não afecta tanto o fundacionalismo *fraco*, porque este não requer que as crenças básicas estejam completamente justificadas independentemente do suporte de outras crenças, e não afecta tanto o fundacionalismo *impuro*, porque este não requer que o suporte das crenças derivadas seja apenas garantido, directa ou indirectamente, pelas crenças básicas. De acordo com Haack, a objecção é mesmo de certo modo ineficaz contra um fundacionalismo *fraco e impuro*, e completamente ineficaz contra o fundarentismo, por não fazer a exigência de quaisquer crenças básicas.

IV

Mas o que é que torna afinal o fundarentismo uma teoria da justificação epistémica mais plausível do que o fundacionalismo *fraco e impuro*, se uma tal forma de fundacionalismo não é afectada, a par do fundarentismo, pela objecção (iii)?

Haack apresenta um conjunto de dois argumentos (1998: 31-32), cada um dirigido respectivamente à forma *fraca* e à forma *impura* de fundacionalismo, que designa de **argumentos de para a frente e para trás ao longo de todo o caminho.**

O argumento apresentado por Haack contra a forma *fraca* de fundacionalismo sustenta que esta forma de fundacionalismo compromete a possibilidade de estarmos melhor justificados acerca de algumas das nossas crenças, pelo facto de exigir a unidireccionalidade da justificação, i. e., a tese de que as crenças básicas não recebem suporte justificativo de outras crenças.

Haack refere o exemplo do agente A acreditar que se encontra um cão à sua frente, por hipótese a crença *p*. O agente A não se encontra completamente justificado acerca de *p*, porque pode estar enganado acerca de *p*. Mas a questão é que A estaria melhor justificado acerca de *p* se também estivesse justificado a acreditar, por exemplo, que a sua vista está a funcionar normalmente ou que não se encontra sob a acção de qualquer substância psicoactiva.

No entanto, o fundacionalismo *fraco* não pode fazer uma tal exigência, porque como qualquer forma de fundacionalismo defende que as crenças básicas apenas podem receber justificação de algo que não o suporte de outras crenças. E se por acaso exigisse um tal requisito, transformar-se-ia numa forma de fundarentismo.

O argumento apresentado por Haack contra o fundacionalismo *impuro* pretende provar que o fundacionalismo *forte e impuro* não resulta⁹⁸. O fundacionalismo *impuro* sustenta que a justificação resulta *em parte*, directa ou indirectamente, das crenças básicas e, nesse sentido, concede que a justificação resulte *em parte* das crenças derivadas. Mas qual é a necessidade do fundacionalismo *forte e impuro* manter que deve existir um conjunto de crenças básicas que obtêm a sua justificação completa e independentemente do suporte de quaisquer outras crenças?

Uma resposta possível do defensor do fundacionalismo *forte e impuro* é dizer que a justificação completa das crenças básicas é uma forma de assegurar o papel do *input* na justificação das crenças do agente. A questão para Haack é que é muito implausível existir um conjunto de crenças básicas que obtenham toda a sua justificação de um tal *input*.

⁹⁸ Esta objecção de Haack é apenas contra o fundacionalismo *forte e impuro*. Haack não necessita de apresentar aqui uma objecção contra o fundacionalismo *fraco e impuro* porque a objecção anterior afecta o fundacionalismo *fraco* na generalidade. Contra o fundacionalismo *forte e puro* Haack apresentou o argumento *do que se ganha de um lado, perde-se do outro*.

Atendendo a que o defensor desta forma de fundacionalismo não apresenta uma tal suposição, nem sequer apresenta razões para essa suposição, conclui Haack que o fundacionalismo experiencialista *impuro* seria transformado numa forma de fundarentismo.

Desta análise, conclui Haack que o fundarentismo consegue evitar as principais objecções dirigidas contra o coerentismo e o fundacionalismo.

O fundarentismo evita o *argumento dos marinheiros embriagados* contra o coerentismo, porque admite a relevância do *input* de não-crença para a justificação, evita a *objecção evidencialista* contra o fundacionalismo *extrínseco*, porque a teoria fundarentista apresenta-se como uma teoria evidencialista, no sentido em que aquilo que justifica uma crença é algo do qual o agente está consciente.

O fundarentismo evita o *argumento da irrelevância da causação*, porque adopta um conceito de justificação de duplo aspecto, simultaneamente causal e lógico, evita o *argumento do que se ganha de um lado, perde-se do outro*, porque não requer quaisquer crenças básicas, e acomoda os *argumentos de para a frente e para trás ao longo de todo o caminho*, contra as formas mais fracas do fundacionalismo experiencialista.

Capítulo VII

27. Uma caracterização da teoria fundarentista da justificação epistémica de Susan Haack

27.1. As principais teses do fundarentismo de Haack

A teoria fundarentista de Haack surge como uma teoria epistémica alternativa às teorias coerentistas e fundacionalistas da justificação epistémica. Antes de caracterizarmos o fundarentismo de Haack nos seus elementos distintivos, referimos as linhas gerais do modo como Haack entende a justificação das crenças empíricas.

Para Haack, **i) a justificação de uma crença empírica depende em parte da experiência**, tal como sugere o fundacionalismo *fraco*⁹⁹. De acordo com Haack, a experiência engloba a experiência sensorial e introspectiva¹⁰⁰. A experiência sensorial engloba a experiência perceptual e o testemunho. Por outro lado, para Haack, a experiência pode referir-se à experiência presente, aos estados da experiência sensorial

⁹⁹ O fundacionalismo *fraco* ao defender que as crenças básicas não se encontram completa e decisivamente justificadas, mas que apenas se encontram justificadas *até um certo grau* pela experiência, sugere que as crenças básicas são justificadas *em parte* pela experiência.

¹⁰⁰ Por experiência introspectiva entende Haack a “consciencialização [por parte do agente] (de alguns) dos seus próprios processos e estados mentais.” (1998: 78)

presente e introspectivos, ou pode referir-se à experiência passada, aos traços da experiência sensorial passada e introspectivos.

Com base na tese i), Haack sustenta que **ii) a justificação (empírica) é um conceito duplo**: parcialmente *causal* e parcialmente *lógico* no seu carácter. É parcialmente causal por depender em parte da experiência, e é parcialmente lógico por depender de uma relação de suporte mútuo entre as crenças justificadas do agente, característica esta tipicamente coerentista. É neste sentido que a teoria fundarentista de Haack surge com o nome de *fundarentismo do duplo-aspecto* por dar conta deste duplo aspecto da justificação: simultaneamente causal e lógico.

Com este conceito duplo de justificação, Haack pretende dar conta da relevância da experiência para a justificação das nossas crenças empíricas, aspecto que, como vimos, o coerentismo não consegue dar conta. Por sua vez, o aspecto lógico ou inferencial da justificação pretende dar conta do maior ou menor grau de justificação das nossas crenças empíricas, como teremos ocasião de ver na terceira e última fase da explicação do fundarentismo de Haack.

O principal objectivo de Haack com o conceito causal e lógico de justificação é o de acomodar a relevância da experiência para a justificação, sabendo-se que a relação entre as experiências e as crenças é apenas causal e não lógica.

Um dos méritos da teoria fundarentista de Haack sobre as restantes teorias epistémicas reside na distinção efectuada na noção de ‘**crença**’ entre *estado* de acreditar e o que *é* acreditado, ausência de uma tal distinção que prejudicou as anteriores teorias da justificação. Haack reconhece que **iii) a noção de crença pode, por vezes, referir-se a um estado mental, alguém que acredita em algo**, e que é dado pela forma ‘Eu acredito em p’ (que Haack designa por **crença-S**). **Outras vezes, pode referir-se ao conteúdo do que é acreditado**, a proposição p (que Haack designa por **crença-C**)¹⁰¹.

Como teremos oportunidade de ver, na teoria fundarentista de Haack, o elemento causal da justificação é estabelecido entre as experiências do agente e o estado de acreditar do agente, i. e., o agente acreditar em algo. O elemento lógico da justificação diz respeito à relação entre proposições, ao conteúdo do que é acreditado pelo agente.

Deste modo, o papel causal da justificação empírica é desempenhado pelos estados experienciais e pelos estados de crença, enquanto o papel lógico (ou quase-lógico) da justificação é desempenhado pelos conteúdos proposicionais daqueles estados, que Haack designa por “frases ou proposições”.

¹⁰¹ Haack optou por denominar o estado de acreditar, de *crença-S*, por ser a tradução de um estado mental, sendo S a abreviatura do inglês *mental state*. Haack designa o conteúdo do que é acreditado, de *crença-C*, por referir-se ao conteúdo dos estados mentais, sendo o C a abreviatura do inglês *content*.

De acordo com Haack, a justificação das crenças empíricas não pode ser apenas causal, porque os estados da experiência, devido ao seu carácter não-proposicional, não estabelecem relações de justificação com crenças, que possuem um carácter proposicional. Por outro lado, não pode ser apenas lógica, porque lhe falta o substrato da experiência. Tem de ser simultaneamente causal e lógica.

O *explicandum*¹⁰² da teoria fundarentista de Haack é o seguinte: **iv) “A está mais ou menos justificado, em t, a acreditar em p, consoante o quão boa é a sua evidência”** (1998: 74).

Da formulação acima, é possível retirar alguns elementos importantes que nos ajudam a perceber o modo como Haack entende a justificação. De acordo com a tese iv), percebemos que, para Haack, a justificação é pessoal, dado que incide sobre um agente em particular, por suposição, o agente A. O agente A pode estar mais (ou menos) justificado a acreditar em p em t do que o agente B.

Por outro lado, onde se refere que “A está mais ou menos justificado em t” podemos retirar que o grau de justificação de A para com p em t varia consoante a qualidade da prova. Tal significa que A pode estar mais justificado a acreditar em p em t1 do que em t0, ou vice-versa, consoante a qualidade da prova seja melhor ou pior.

Com base nas teses i), ii), iii) e iv), percebemos que a evidência de A que p depende do que causa a crença-S de A e das relações lógicas (ou quase-lógicas) com a crença-C de A, sendo que A se encontra mais ou menos justificado acerca de p consoante a sua evidência para com p seja melhor ou pior.

28. A Explicação da teoria fundarentista de Haack

28.1. 1ª Fase da Explicação: A relação causal da evidência-S de A que p com a crença-S de A que p

Propomo-nos analisar nas próximas páginas as três fases da **explicação** da teoria fundarentista de Haack. Na primeira fase da explicação analisamos a relação causal da evidência-S de A que p com a crença-S de A que p, na segunda fase analisamos a passagem da evidência-S de A que p para a evidência-C de A que p. Finalmente na terceira fase da explicação analisamos a relação avaliativa da evidência-C de A com a crença-C de A que p.

Para Haack, o que causa a crença-S de A é entendido como a **evidência-S de A** ou o aspecto causal da justificação. A evidência-S de A com respeito a p é entendida como um “conjunto de estados de A causalmente relacionados com a sua crença-S que p” (2002:

¹⁰² O *explicandum* é o que se pretende explicar. Neste caso, Haack pretende explicar a tese principal da sua teoria fundarentista. O *explicandum* difere do *explicans*, entendido como aquilo que explica (o *explicandum*).

421). Estes estados são repartidos por aquilo que Haack designa de evidência-S experiencial de A e crenças (ou razões) da evidência-S de A.

A **evidência-S experiencial de A** engloba os estados experienciais, i. e., os estados referentes às experiências presentes, como por exemplo, o estado mental no qual A se encontra ao observar um cão, os estados referentes às consciências introspectivas (presentes), como a consciencialização de A de que se encontra a observar um cão, e os estados referentes aos traços (presentes) de memória da experiência passada, como a lembrança por parte de A da imagem (ou parte da imagem) de um determinado cão que observou no passado.

As **crenças (ou razões) da evidência-S de A** englobam os estados de crença, i. e., os estados referentes àquilo que A acredita, como o estado de acreditar que se encontra um cão à sua frente, e os estados de memória, estados de acreditar (presentes) referentes a estados de acreditar anteriores, como o lembrar que observou um Rottweiler no passado ou que existem cães mais violentos do que outros¹⁰³.

A evidência-S de A com respeito a p refere-se àqueles estados de A que, no momento em questão, pertencem ao nexo causal da crença-S de A que p. Isso significa que, para Haack (1998: 75), a justificação de A em relação a p não depende apenas das *causas iniciais* e que conduziram A a acreditar originalmente em p, mas depende das *causas operativas no momento em questão*, i. e., das causas através das quais o grau de justificação da crença p de A está a ser considerado.

Tal deve-se ao facto destas últimas, as *causas operativas*, poderem ser diferentes daquelas, das *causas iniciais*, de modo que A em t1 pode estar mais justificado a acreditar em p do que em t0, ou inversamente. Por exemplo, imaginemos que em t0 observo ao longe o que me parece ser uma raposa, porque a cor do pelo do animal é de um cor-de-laranja amarelado. Após tal observação, acredito que se encontra uma raposa à minha frente. Conforme o animal se aproxima de mim, verifico em t1 que o seu focinho é mais fino e alongado do que o do cão e que possui pêlo branco no peito e no final da cauda. Com estas novas evidências, estou mais justificado a acreditar que se encontra uma raposa à minha frente do que em t0.

É por isso que o *explicandum* da teoria fundarentista de Haack faz referência ao tempo, “A está mais ou menos justificado, no tempo t, a acreditar em p, dependendo... “.

¹⁰³ Haack também refere os “desejos, medos e esperanças” (1998: 76) como factores que reforçam a sustentação/inibição da crença de A que p e, nesse sentido, pertencem ao nexo causal da crença de A que p. No entanto, dado que se trata de factores que afectam o julgamento ou a avaliação por parte de A da sua crença p, não podem ser encarados como evidência. Portanto, para Haack, tais factores não contam para o cálculo do grau de justificação de A em relação a p.

Por outro lado, a evidência-S de A com respeito a p pressupõe que foram tomados em consideração (1998: 76) os factores de inibição e de sustentação para com p, o que significa que a evidência-S de A com respeito a p inclui a evidência-S de A **a favor de p** e a evidência-S de A **contra p**.

Por exemplo, imaginemos que no exemplo da raposa referido acima, encontro o animal no areal de uma praia em pleno dia. Estas duas evidências, o estar no areal de uma praia e ser de dia, funcionam como factores de inibição relativos ao meu estado de acreditar que se encontra uma raposa à minha frente, porque recordo-me que as raposas não habitam zonas de areal e aproveitam mais a noite para sair das tocas e caçar. Mas ainda que tais factores de inibição sejam tomados em consideração e, portanto, funcionem como evidência-S contra a minha crença-S, os factores de sustentação têm neste caso para mim um maior peso e são os responsáveis por me conduzirem a acreditar que se encontra uma raposa à minha frente¹⁰⁴. É nesse sentido que Haack sustenta que “é necessário reconhecer que aquilo que causa alguém a acreditar em algo, num certo tempo, é sempre uma questão de equilíbrio de forças.” (1998: 75).

De referir ainda que, dentro da evidência-S de A, é possível distinguir a **evidência-S directa de A** que p e aparentemente vários conjuntos de **evidência-S indirecta de A** que p, os quais englobam, respectivamente, vários conjuntos de estados, tornando a “evidência-S de A com respeito a p [numa] colecção repartida de estados de A” (1998: 79).

Para percebermos melhor esta ideia, a evidência-S directa de A que p engloba os “estados probatórios que directamente sustentem ou restringem a sua crença-S que p” (1998: 77). Por sua vez, o primeiro conjunto de evidência-S indirecta de A que p refere-se aos estados que directamente sustentem ou restringem a evidência-S directa de A relativa a p, o segundo conjunto de evidência-S indirecta de A que p refere-se aos estados que directamente sustentem ou restringem o primeiro conjunto de evidência-S indirecta de A que p, e assim sucessivamente.

Portanto, a evidência-S de A que p refere-se aos estados de A que, sendo causalmente operativos, sustentem ou restringem, de forma directa ou indirecta, p¹⁰⁵.

¹⁰⁴ De referir que também pode suceder o contrário, i. e., o caso dos factores de inibição terem um maior peso na avaliação da crença por parte do agente do que os factores de sustentação. Neste caso, o agente não é conduzido a aceitar a crença. Imaginemos, referindo um outro exemplo, que num sábado à tarde me parece estar a ver a Joana numa esplanada, dada a semelhança física existente entre a pessoa que se encontra na esplanada e a Joana. No entanto, recordo-me da Joana dizer-me que detesta as esplanadas dos cafés e que, com excepção dos domingos, trabalha todos os dias de tarde numa livraria. Neste caso, não sou conduzido a acreditar que é a Joana que se encontra na esplanada, porque os factores de inibição têm um maior peso na avaliação da minha crença-S do que os factores de sustentação.

¹⁰⁵ Como veremos mais adiante, a mesma divisão da evidência-S de A que p em evidência-S directa e evidência-S indirecta1, indirecta2, indirecta3, e assim por diante, de A que p, vai ser aplicada à evidência-C

Temos assim a seguinte tabela:

	Evidência-S de A que p
Evidência-S directa de A que p	Estados que directamente sustentam/restringem a crença de A que p
Evidência-S indirecta1 de A que p	Estados que directamente sustentam/restringem a evidência-S directa de A que p
Evidência-S indirecta2 de A que p	Estados que directamente sustentam/restringem a evidência-S indirecta1 de A que p
(...)	(...)

De acordo com Haack, as crenças (ou razões) da evidência-S de A que p são crenças-S de A que tanto podem fazer parte da evidência-S directa de A que p como da evidência-S indirecta de A que p. Neste sentido, as crenças da evidência-S de A que p podem sempre apelar para mais evidência-S de A que p. Pelo contrário, a evidência-S experiencial de A que p, por se tratar de “estados de não-crença” (1998: 77) ou estados experienciais de A, não requer mais evidência.

As crenças-S de A, quer se trate de crenças que dizem respeito à evidência-S directa de A ou à evidência-S indirecta de A, recebem, na totalidade ou em parte, a sua justificação da evidência-S experiencial de A. Tal significa que uma crença-S de A pode receber parte do seu suporte justificativo de outras crenças-S de A ou receber a totalidade desse suporte da evidência-S experiencial de A. Neste sentido, para Haack, é a evidência-S experiencial de A que justificadamente sustem ou restringe as crenças-S de A, e não inversamente, assumindo-se, por isso, a evidência-S experiencial de A como a “evidência-S *final*” (1998: 77) ou a evidência última de A.

A evidência-S passada de A que p faz apelo para a memória. Haack designa as crenças que resultam de um apelo para a memória de “crenças-S persistentes” (1998: 79), crenças que A acreditou num tempo anterior e que continua presentemente a acreditar. E o quanto A se encontra justificado em relação a tais crenças “depende, como com qualquer crença, do quão boa a sua evidência – a sua evidência no momento em questão – é” (1998: 79).

Imaginemos, por exemplo, que me lembro que o primeiro nome do meu avô é Gilberto. Esta minha crença-S é sustentada por traços de evidência-S passada, como recordar-me ouvir a minha família e amigos do meu avô chamarem-lhe de Gilberto, assim

de A que p. Tal significa que também a evidência-C de A que p é dividida em evidência-C directa de A que p e evidência-C indirecta1, indirecta2, indirecta3,..., de A que p.

como por outras crenças-S, como por exemplo a crença-S de que a minha família e amigos do meu avô não me queriam enganar em relação ao nome do meu avô ou a crença-S que a minha audição sempre funcionou razoavelmente bem.

Este é um caso de evidência por testemunho, e em qualquer caso de evidência por testemunho, “as crenças-S de um indivíduo são muitas vezes sustentadas, na totalidade ou em parte, por ter ouvido, visto, ou lembrado de ter ouvido ou visto, o que alguém diz ou escreve [ou disse ou escreveu]” (1998: 79)

Desta primeira fase de explicação do fundarentismo de Haack, verificamos que os estados experienciais presentes ou passados desempenham um papel determinante na justificação das nossas crenças empíricas, por servirem de suporte, na totalidade ou em parte, às nossas crenças-S. Esta relação de suporte dos estados experienciais para com os estados de crença serve a Haack, por um lado, para indicar a relevância da experiência no processo de justificação e, por outro, para estabelecer que a experiência apresenta-se como o fundamento último da justificação das crenças empíricas.

O facto de a experiência assumir no fundarentismo de Haack a evidência última de justificação das crenças empíricas, parece indicar a característica fundacionalista da teoria evidencialista de Haack. Por outro lado, o facto do suporte conferido a uma crença-S de A poder ser dado, em parte, por outras crenças-S de A, parece indicar a componente coerentista da teoria fundarentista de Haack de uma relação de suporte mútuo entre crenças¹⁰⁶.

28.2. 2ª Fase da Explicação: A passagem da evidência-S de A que p para a evidência-C de A que p

Analizamos de seguida a segunda fase da explicação do fundarentismo de Haack, a qual pretende assinalar a passagem da evidência-S de A que p para a **evidência-C de A que p**. Esta passagem é importante porque os estados de A não servem para sustentar e/ou enfraquecer outros estados de A, mas (1998: 79) apenas proposições podem estabelecer relações de suporte e/ou enfraquecimento entre si, apenas proposições podem estabelecer relações de coerência entre si.

De acordo com Haack, a evidência-C de A que p refere-se ao “conjunto de proposições capazes de estabelecer relações lógicas ou quase-lógicas com a crença-C [de A] que p.” (2002: 421) Tal como a evidência-S de A que p, também a evidência-C de A que p é dividida na evidência-C experiencial de A que p e nas crenças (ou razões) da evidência-C de A que p.

¹⁰⁶ De notar que o facto da justificação de uma crença-S de A ser em parte conferida por outras crenças-S de A, não torna a justificação das crenças-S circularmente viciosa, porque o fundamento último de justificação das crenças-S é a experiência.

As proposições da evidência-C de A são o conteúdo dos estados mentais da evidência-S de A e, tratando-se de proposições, as relações com a crença-C de A que p são apenas lógicas (ou quase-lógicas) e não causais. Portanto, as proposições da evidência-C experiencial de A que p são o conteúdo dos estados experienciais de A que p, i.e., o conteúdo da evidência-S experiencial de A que p. Por sua vez, as proposições das crenças (ou razões) da evidência-C de A que p são o conteúdo dos estados de crença de A que p, i.e., o conteúdo das crenças da evidência-S de A que p.

Imaginemos que por exemplo a crença de A que p é a crença de que está a chover. Um dos estados experienciais de A que p é, por suposição, o estar a observar gotas de água na janela do seu quarto e um dos estados de crença de A que p é o estado de acreditar que a janela do quarto está molhada. Dadas estas evidências-S de A que p, a proposição da evidência-C experiencial de A que p é a de que existem gotas de água na janela do quarto, e a crença da evidência-C de A que p é a de que a janela do quarto está molhada.

Compreende-se agora melhor a importância da primeira fase da explicação da teoria fundarentista de Haack: sem a evidência-S de A não existia a evidência-C de A, sem a parte causal da justificação, não existia a parte lógica da justificação.

Mas ainda que a evidência-S de A que p desempenhe um papel importante na justificação, ao acomodar o papel da experiência para a justificação das crenças, é todavia a evidência-C de A que p que permite **tornar a evidência de A que p melhor ou pior**, como teremos ocasião de verificar mais adiante. A prova ser melhor ou pior depende das relações lógicas ou quase-lógicas que as proposições estabelecem com p.

A teoria fundarentista de Haack ao revelar este duplo aspecto da justificação, simultaneamente causal, dado pela evidência-S de A, e lógico [ou quase-lógico], dado pela evidência-C de A, pretende dar conta de dois aspectos relevantes das teorias fundacionalistas e coerentistas da justificação epistémica.

Por um lado, a evidência-S de A permite estabelecer uma relação com a experiência, aspecto caracteristicamente fundacionalista e que o coerentismo não consegue acomodar satisfatoriamente. Por outro lado, a evidência-C de A vai permitir estabelecer uma relação de suporte mútuo entre as proposições, aspecto caracteristicamente coerentista, mas que o fundacionalismo não consegue, ou pelo menos tem dificuldade em, acomodar, pelo estatuto conferido às crenças básicas no processo de justificação.

Este parece ser o grande trunfo da teoria epistémica de Haack sobre estas duas teorias epistémicas rivais: consegue dar conta da relevância da experiência sem necessitar de impor uma diferença entre crenças básicas e derivadas e, simultaneamente, acomodar a relação de suporte mútuo entre as crenças.

No seguimento de uma caracterização da evidência-C de A que p, Haack apresenta-nos três teses que aparentam ser algo controversas (2002: 422): v) **as proposições da evidência-C experiencial de A são verdadeiras**, vi) as proposições da evidência-C experiencial de A encontram-se justificadas e vii) as proposições da evidência-C experiencial de A não necessitam de ser proposições que A acredite.

Haack sustenta a tese v) com a seguinte ideia: para que os estados experienciais de A que p façam parte do nexos causal da crença-S de A que p, A tem de estar efectivamente nesses estados (sensoriais, introspectivos, de memória). Dado que as proposições da evidência-C experiencial de A são o conteúdo dos estados experienciais de A, as proposições da evidência-C experiencial de A são verdadeiras, porque é necessário que A esteja nos estados dos quais as proposições da evidência-C experiencial de A resultam.

Pelo contrário, (1998: 80) as razões-C de A podem ser **verdadeiras ou falsas**, porque correspondem aos conteúdos dos estados de crença (e de memória) e, tal como toda e qualquer crença pode ser verdadeira ou falsa, também as razões-C de A são verdadeiras ou falsas.

E em relação à tese vi)? Os estados experienciais de A que p não requerem, como vimos, qualquer justificação adicional, porque são estados de não-crença. Referindo-se as proposições da evidência-C experiencial aos conteúdos daqueles estados, também tais proposições se encontram justificadas.

É esta característica das proposições da evidência-C experiencial de A que garante, segundo Haack, a “**ancoragem experiencial**” (1998: 81) das crenças empíricas justificadas. Neste sentido, a tese vi) sustentada por Haack é a “forma fundarentista de reconhecer que a prova última para as crenças empíricas é a experiência – uma forma muito diferente do modo forçado e artificial como o **fundacionalismo** a procura reconhecer, ao requerer crenças básicas justificadas apenas pela experiência”. (2002: 422)

Ao contrário do fundacionalismo, o fundarentismo de Haack não nos compromete com a necessidade de exigir quaisquer crenças básicas para acomodar o papel da experiência para a justificação das crenças empíricas. Neste sentido, Haack parece indicar-nos que a sua teoria da justificação epistémica ‘escapa’ aos problemas que mais afectam o fundacionalismo, e que estão associados à justificação das crenças básicas e à relação destas com as crenças derivadas.

Por outro lado, o fundarentismo de Haack ao reconhecer que a ‘prova última’ de justificação de uma crença empírica é a evidência-C experiencial de A que p, afasta-se do **coerentismo**, pois está a admitir implicitamente que a relação de suporte mútuo entre as crenças é, ao contrário do que defendem as teorias coerentistas, insuficiente para justificar as crenças empíricas.

A tese **vii)** apresentada por Haack afirma que **as proposições da evidência-C experiencial de A não necessitam de ser proposições que A acredite**. Ao contrário das crenças da evidência-C, que são proposições que A acredita, A não necessita de acreditar na sua evidência-C experiencial. Imaginemos que um dos estados experienciais de A de suporte à sua crença-C de que estamos em período de campanha eleitoral para as presidenciais é o estar a ouvir da rua de forma repetida a seguinte frase: “Silvino para Presidente!” O agente A sabe que em breve serão as eleições presidenciais (ainda que não saiba qual é a data das eleições) e conhece o nome dos candidatos à Presidência da República, sendo um desses nomes o de Vitorino. Acredita A que aquilo que ouve da rua é a frase “Silvino para Presidente!”? Não. Neste caso, ainda que um tal estado experiencial de A contribua para a justificação da sua crença-C, A não acredita neste estado experiencial.

De notar que, o facto de A não acreditar nas proposições da sua evidência-C experiencial, não significa que tais proposições deixem de constituir evidência para a sua crença que p. Também os estados experienciais que A possa não acreditar servem de evidência para p.

É devido à tese **vii)** que a teoria fundarentista da justificação epistémica de Haack se situa entre a **perspectiva internalista e externalista**. O fundarentismo de Haack não é completamente externalista, porque a evidência-S experiencial de A consiste em estados dos quais A está ciente, como por exemplo, o estado de estar a observar um golfinho. Por outro lado, não é completamente internalista, porque a evidência-C experiencialista de A consiste em proposições que A não necessita de acreditar.

Verificamos deste modo que as proposições da evidência-C experiencial de A têm um **estatuto distinto** (2002: 422) em relação às crenças (ou razões) da evidência-C: são verdadeiras, não necessitam de ser acreditadas e estão justificadas.

De acordo com a teoria fundarentista de Haack, a justificação de uma crença empírica p é o resultado da conjugação de dois planos distintos e complementares. Apresentam-se esses dois planos na seguinte tabela:

Justificação de uma crença empírica p (Crença p de A)			
Plano causal da justificação (Evidência-S de A que p)		Plano lógico (ou quase-lógico) da justificação (Evidência-C de A que p)	
Estados experienciais de A que p (Evidência-S experiencial de A que p)	Estados de crença de A que p (crenças ou razões-S de A que p)	Proposições referentes aos conteúdos dos estados experienciais de A que p (Evidência-C experiencial de A que p)	Proposições referentes aos conteúdos dos estados de crença de A que p (crenças ou razões-C de A que p)

É necessário reter ainda um outro aspecto importante desta segunda fase da explicação da teoria fundarentista de Haack. Tal como vimos em relação à evidência-S de A, também a evidência-C de A divide-se na evidência-C directa de A que p e na evidência-C indirecta1, indirecta2, indirecta3 de A que p¹⁰⁷, e assim por diante. A única diferença é que enquanto a divisão da evidência-S de A que p é estabelecida numa distinção por estados, a divisão da evidência-C de A que p é realizada numa distinção por proposições.

Assim, a evidência-C directa de A que p refere-se às proposições que sustentam e/ ou restringem directamente a crença-C que p, a evidência-C indirecta de A refere-se às proposições que sustentam e/ou restringem directamente a evidência-C directa de A que p, e assim sucessivamente. Por outro lado, tal como na relação de suporte da evidência-S experiencial de A que p para com as razões-S de A que p, também as razões ou crenças-C de A que p são suportadas, na sua totalidade ou em parte e, em última instância, pela evidência-C experiencial de A que p.

Devido à possibilidade das razões ou crenças-C de A que p poderem ser suportadas *em parte* pela evidência-C experiencial de A que p, o fundarentismo de Haack permite que existam crenças-C de A que p que não são *directamente* suportadas pela evidência-C experiencial de A que p. Trata-se de crenças-C de A que p que são suportadas

¹⁰⁷ Haack considera que “a evidência-C directa, indirecta1, indirecta2, e assim por diante, de A com respeito a p é diferenciada de modo idêntico às distinções referentes à evidência-S de A.” (1998: 80).

indirectamente pelas proposições da evidência-C experiencial de A que p e directamente suportadas pelas relações de suporte mútuo com outras crenças-C de A que p.

Apresenta-se o seguinte exemplo que procura elucidar o referido no parágrafo anterior. Imaginemos que o agente A encontra-se em casa junto à sua lareira num ambiente acolhedor e agradável. Ao olhar pela janela acredita em t que a temperatura exterior é inferior a 10º centígrados. Esta sua crença é suportada pela crença q de que está a nevar, na crença r de que está frio e na crença s de que o conjunto de casas à sua frente encontra-se cobertas por um manto branco (razões-C de A que p).

As crenças q e s de A são directamente suportadas por evidência-C experiencial de A que p (A observa flocos brancos a cair e observa um conjunto de casas cobertas por um manto branco). A crença r é directamente suportada pela crença q e indirectamente suportada por evidência-C experiencial de A que p. É neste sentido que Haack sustenta que nem todas as razões ou crenças-C de A que p são *directamente* suportadas por evidência-C experiencial de A que p.

28.3. 3ª Fase da Explicação: a relação avaliativa da evidência-C de A com a crença-C de A que p

Vimos até aqui duas das três fases da explicação da teoria fundarentista de Haack: a caracterização do nexos causal da justificação de A que p (a evidência-S de A que p) e a relação da evidência-S de A que p com a evidência-C de A que p.

Nesta terceira fase da explicação trata-se de saber **o que faz com que a evidência de A que p seja melhor ou pior**, i. e., a questão de saber o que faz com que A esteja mais ou menos justificado a acreditar em p. Não obstante esse propósito, Haack não nos pretende fornecer “uma escala numérica de graus de justificação”, mas apenas indicar-nos os “factores que aumentam, e os factores que diminuem, o grau relativo ao qual alguém está justificado a acreditar em algo” (1998: 81).

Nesse sentido, nesta terceira fase da explicação, e ao contrário das duas fases anteriores, apenas nos vamos preocupar com as relações lógicas (ou quase-lógicas) da evidência-C de A com a crença-C de A que p.

Um dos aspectos que distingue a teoria fundarentista de Haack das teorias fundacionalistas é o de não exigir quaisquer crenças básicas e acomodar satisfatoriamente a experiência no processo de justificação. Um outro aspecto da teoria epistémica de Haack é o de não apresentar um método de prova dedutivo típico do fundacionalismo, de acordo com o qual, com base num conjunto de crenças básicas ou fundacionais se procura derivar um outro conjunto de crenças que se considera serem verdadeiras, método que incentiva a uma concepção unidireccional de justificação.

A proposta da estrutura de justificação do fundarentismo é estabelecida por Haack através de uma metáfora com um **puzzle de palavras cruzadas**, para dar conta do modo como o fundarentismo consegue acomodar o carácter gradativo da justificação através de uma relação mais vincada de interdependência e suporte mútuo entre as crenças. Outros dois objectivos de Haack com a metáfora do puzzle são o de evitar a circularidade viciosa na justificação de que o coerentismo é acusado e dar conta da experiência para a justificação sem se transformar num tipo de fundacionalismo. Veremos estes aspectos mais adiante.

No puzzle de palavras cruzadas¹⁰⁸ da teoria de Haack, as pistas (2002: 423) funcionam como o análogo da evidência-C experiencial e as entradas cruzadas preenchidas como o análogo das crenças (ou razões) da evidência-C. Tal como num puzzle a razoabilidade da entrada de uma palavra cruzada depende da pista dada e das outras entradas cruzadas já preenchidas, também na justificação das crenças, o grau de justificação de uma crença empírica depende da evidência experiencial e das razões.

De um modo mais preciso, podemos dizer que (2002: 423) num puzzle, a razoabilidade da entrada de uma palavra cruzada depende: 1 – do quanto essa mesma entrada é suportada pela pista e por outras entradas cruzadas já preenchidas; 2 – do quão razoáveis são as outras entradas, independentemente da entrada em questão; 3 – do quanto do puzzle de palavras cruzadas já está preenchido. De forma análoga, o grau de justificação de A para com p depende de um conjunto de três cláusulas (1998: 82):

1 – do quão bem p é suportada pela evidência empírica e pelas razões, que Haack designa por **sustentação**: “quão *favorável* é a evidência-C directa de A relativa a p”;

2 – do quão bem justificadas se encontram as suas razões, *independentemente* da crença em questão, que Haack denomina de **segurança independente**: “quão *seguras* são as razões-C directas de A relativas a p, independentemente da crença-C que p”¹⁰⁹;

¹⁰⁸ Um puzzle de palavras cruzadas é constituído por dois elementos básicos: um conjunto de entradas cruzadas por preencher e um conjunto de pistas dadas que servem para ajudar a preencher as entradas cruzadas.

¹⁰⁹ Embora se esteja aqui a fazer apenas uma referência às razões-C directas de A que p, na consideração do quão seguras são essas razões *independentemente* da crença p, a justificação de A que p não depende apenas necessariamente, como tivemos ocasião de ver, das razões-C directas de A que p, mas pode depender das razões-C indirectas1 de A que p, das razões-C indirectas2 de A que p, e assim por diante. Nesse sentido, segundo Haack, “é necessário considerar [igualmente] quão bem a sua evidência-C indirecta1 suporta [as razões-C directas de A que p], e quão seguras [de forma independente] são as suas razões-C indirectas1, e assim por diante” (1998: 82).

3 – e do quanto da evidência relevante a sua evidência inclui, que Haack designa por **compreensão**: “quão *compreensiva* é a evidência-C de A relativa a p”.

Estas três cláusulas da justificação pretendem precisamente dar conta do carácter gradativo da justificação presente no fundamentismo de Haack. Tal significa que a evidência-C de A relativa a p pode assumir **diversos graus de justificação**, tanto a favor como contra p. Neste sentido, para Haack (2002: 424) a evidência-C de A que p pode ser conclusiva para p, conclusiva contra p, sustentadora, mas não conclusiva de p, corrosiva, mas não conclusiva contra p ou indiferente com respeito a p ou a respeito de não p.

Apresentamos a título de exemplo alguns desses casos. Imaginemos que a evidência de um juiz é a seguinte: o crime foi cometido por uma pessoa dextra; ou o Jaime ou o Bernardo cometeram o crime; Jaime é dextro; Bernardo é esquerdino. Neste caso, a evidência é conclusiva relativamente a Jaime ter cometido o crime, e é conclusiva contra o facto de Bernardo ter cometido o crime. Imaginemos agora que Bernardo é igualmente dextro, que a vítima é a esposa de Bernardo e que Bernardo viu a sua esposa de mãos dadas com Jaime. Neste caso, a evidência é sustentadora, mas não conclusiva de que Bernardo cometeu o crime¹¹⁰.

Com a metáfora do puzzle Haack procura igualmente evitar a conclusão fundacionalista de que a evidência inconsistente de p possa constituir evidência conclusiva para p. Os fundacionalistas ao tomarem como garantido que “a evidência é conclusiva no caso de dedutivamente implicar a proposição em questão” (2002: 424) e dado que a implicação dedutiva pode resultar de premissas inconsistentes, o fundacionalismo é obrigado a aceitar que a evidência conclusiva pode ser inconsistente. O problema é que a evidência inconsistente não serve de evidência conclusiva para coisa alguma.

Para elucidar esta inaceitável conclusão fundacionalista, apresentemos o seguinte caso a partir do exemplo do juiz referido acima: o crime foi cometido por uma pessoa dextra; ou o Jaime ou o Bernardo cometeram o crime; Jaime é esquerdino; Bernardo é esquerdino. Embora esta evidência (inconsistente) implique dedutivamente que foi o Jaime que cometeu o crime (ou que foi o Bernardo que cometeu o crime), a questão é que

¹¹⁰ Podemos usar este exemplo do juiz para explicar melhor do que tratam as três cláusulas acerca do quão A se encontra justificado relativamente a p. Imaginemos o caso acima referido no qual a evidência é sustentadora, mas não conclusiva de que Bernardo cometeu o crime. Encontra-se o juiz bem justificado acerca da proposição de que Bernardo cometeu o crime? É a evidência do juiz (que se refere apenas directamente à 1ª cláusula da justificação, a cláusula da sustentação) suficiente para justificar aquela sua crença? Saber se o juiz está bem justificado acerca daquela sua crença, depende da questão de saber se está justificado a acreditar que o crime foi cometido por uma pessoa dextra, que o Jaime ou o Bernardo cometeram o crime, e assim por diante, assim como da questão de saber se as razões apresentadas a favor da crença de que o Bernardo cometeu o crime são relevantes e suficientemente abrangentes. É neste sentido que, para Haack, o quão bem A se encontra justificado relativamente a p, depende igualmente da segurança independente e da compreensão relativamente a p.

a evidência não é conclusiva relativamente à prática do crime por parte de Jaime (nem por parte de Bernardo).

Para evitar este problema, Haack sustenta que a evidência E é conclusiva para p se “o resultado de adicionar p a E é consistente e o resultado de adicionar não-p a E é inconsistente”¹¹¹ (2002: 424). Desta forma, Haack evita que a evidência E possa ser inconsistente e servir como evidência conclusiva, porque se E for inconsistente, a adição de p ou de não-p a E, mantém o relato explicativo inconsistente e, portanto, a evidência E não pode funcionar como evidência conclusiva para p.

Mas atendendo a que para a maior parte dos casos, a evidência não é conclusiva para p, mas apenas *apoiar ou servir de suporte* a p, a *sustentação* (referida na cláusula 1) depende do “se e do quanto é que a adição de p a E torna E um relato explicativo melhor” (2002: 424). Mas p torna E um relato explicativo melhor do que o quê? De acordo com Haack, torna-o um relato explicativo melhor do que com a adição da sua negação, não-p. Portanto, tal como a evidência conclusiva trata da questão da superioridade de p sobre não-p relativamente à consistência, a sustentação refere-se à superioridade de p sobre não-p relativamente à sua potencialidade em tornar E um relato explicativo melhor.

Neste sentido, Haack argumenta que a sustentação refere-se à superioridade de p sobre “os seus rivais relativamente à **integração explicativa**; onde um rival de p é qualquer proposição que acrescentada a E melhora em algum grau a sua integração explicativa, e que dada E, é incompatível com p.”¹¹² Portanto, a sustentação de p, ‘o quão favorável é a evidência-C directa de A relativamente a p’, depende da superioridade de p sobre os seus rivais relativamente à integração explicativa¹¹³.

¹¹¹ Podemos confirmar isso mesmo a partir do exemplo referido do juiz: dada a evidência de que o crime foi cometido por uma pessoa dextra; ou o Jaime ou o Bernardo cometeram o crime; Jaime é esquerdino; Bernardo é esquerdino, verificamos que o resultado de adicionar p (quer p seja a proposição de que Jaime cometeu o crime ou seja a proposição de que Bernardo cometeu o crime) à evidência E não torna o relato consistente, assim como o resultado de adicionar não-p a E não torna o relato inconsistente. Tal significa que o relato de Haack evita que fiquemos comprometidos com a ideia de que evidência inconsistente possa ser conclusiva, situação que afecta o fundacionalismo.

¹¹² Voltemos novamente ao exemplo do juiz e ao caso de a evidência ser sustentadora, mas não conclusiva da proposição p de que Bernardo cometeu o crime. A evidência é a de que o crime foi cometido por uma pessoa dextra; ou o Jaime ou o Bernardo cometeram o crime; Jaime é dextro; Bernardo é dextro; a vítima é a esposa de Bernardo; Bernardo viu a sua esposa de mãos dadas com Jaime. Verifica-se que a evidência é igualmente sustentadora relativamente à proposição rival q de que Jaime cometeu o crime, melhorando q de algum modo a integração explicativa de E. Verifica-se também que q, dada E, é incompatível com p, porque ou o Jaime ou o Bernardo cometeram o crime. A questão para Haack é a de que a proposição p torna a evidência E um relato explicativo melhor do que a sua proposição rival q, o que significa que a evidência E é mais sustentadora de p do que de q, i.e., que dada E, temos mais razões para acreditar na verdade de p do que de q.

¹¹³ A explicação da sustentação (uma das três dimensões da qualidade da evidência a ter em conta na avaliação do quanto A se encontra justificado em relação a p) em termos de integração explicativa é a razão pela qual Haack descreve a avaliação epistémica como *quase-lógica*, porque a integração explicativa exige uma lógica indutiva, a qual não é, em princípio, formalizável.

De acordo com Haack, a escolha da noção de ‘integração’ para explicar em que consiste a sustentação, pretende indicar que “E pode suportar p quer porque p explica E ou algum componente de E, ou vice-versa”, o que procura assinalar uma relação de “reforço mútuo entre a explicação e aquilo que é explicado” (2002: 424), tornando o conceito de ‘integração explicativa’ próximo do conceito coerentista de coerência explicativa.

Apresentámos atrás através da Figura B o modo como o fundarentismo de Haack evita a objecção colocada ao coerentismo relativamente à **circularidade viciosa** na justificação.

O receio de Haack é o seguinte: o quão justificado se encontra A em relação a p depende do quão A se encontra justificado em relação às razões-C (que suportam p). A questão é que pode acontecer “as razões-C de A com respeito a p incluem alguma crença-C, digamos a crença-C que z, uma das razões-C de A com respeito à qual é a crença-C que p.” (1998: 84) Haack considera que a cláusula da ‘segurança independente’ das razões-C de A relativamente a p evita o perigo de uma tal circularidade viciosa na justificação de p: A encontra-se mais ou menos justificado a acreditar em p consoante o quão bem A se encontra justificado a acreditar nas razões-C (que suportam p), *independentemente* do suporte que p possa conferir a cada uma dessas razões-C.

Se estabelecermos uma analogia com um puzzle de palavras cruzadas temos o seguinte: “o quão razoável é uma entrada depende em parte do seu encaixe noutras entradas cruzadas, e portanto do quão razoáveis estas entradas são, independentemente da entrada em questão.” Neste sentido, “a razoabilidade da entrada 3 horizontal pode depender em parte da razoabilidade da entrada cruzada 5 vertical – independentemente do suporte dado para a entrada cruzada 5 vertical pela entrada 3 horizontal.” (2002: 425) Tal significa que ainda que a entrada 3 horizontal dependa em parte da entrada 5 vertical, a razoabilidade da entrada 5 vertical pode ser obtida independentemente do suporte que lhe é fornecida pela entrada 3 horizontal.

Do mesmo modo, “o quão justificada se encontra uma pessoa a acreditar em algo depende em parte do quão bem esse algo é suportado pelas suas outras crenças, e portanto do quão justificada se encontra a acreditar nessas razões, independentemente da crença em questão.” (2002: 425) Portanto, o quão justificado se encontra A a acreditar em p depende em parte do quão está justificado a acreditar em q, independentemente do suporte de p a q.

A justificação circularmente viciosa implica uma dependência circular de umas crenças em relação às outras que faz com que o quão A se encontra justificado a acreditar em p depende do quão se encontra justificado relativamente a cada uma das outras crenças e o quão A se encontra justificado a acreditar em cada uma dessas razões depende do suporte fornecido por p. Pelo contrário, na justificação fundarentista proposta por Haack

não se verifica uma tal dependência circular de umas crenças em relação às outras. O quão A se encontra justificado a acreditar em cada uma das razões-C (que servem de suporte a p) pode ser obtido independentemente do suporte fornecido por p (a cada uma dessas razões-C).

Exemplifiquemos este aspecto da justificação fundarentista de Haack com o exemplo do juiz e o caso no qual a evidência é sustentadora mas não conclusiva relativamente à proposição p de que Bernardo cometeu o crime. A maior ou menor justificação do juiz relativamente a p depende do quão o juiz se encontra justificado relativamente a Bernardo ser dextro, Jaime ser dextro, ou o Bernardo ou o Jaime cometeram o crime, o crime ter sido cometido por uma pessoa dextra, a vítima ser a esposa de Bernardo e Bernardo ter visto a sua esposa de mãos dadas com Jaime. No entanto, o quão justificado se encontra o juiz relativamente a cada uma destas razões-C pode ser obtido independentemente do suporte de p (a cada uma dessas razões-C).

Mas não haverá aqui o perigo de uma **regressão ao infinito** no processo de justificação? Não, porque da mesma forma que no caso de um puzzle de palavras cruzadas “eventualmente alcançamos as pistas, então com a justificação empírica eventualmente alcançamos a evidência experiencial.” (2002: 425) De acordo com Haack, afirmar ‘o quanto [A] está justificado a acreditar em q’, significa, em parte, dizer que a justificação de A que q depende, em última instância, de evidência experiencial.

Atendendo que “a evidência-C experiencial não consiste noutras crenças-C do indivíduo, mas em proposições que são, *ex hypothesi*, verdadeiras e em relação às quais a questão da justificação não se coloca” (2002: 425), porque a questão da justificação apenas se coloca relativamente às crenças de um indivíduo, não em relação às suas experiências, não existe o perigo de uma regressão ao infinito na teoria fundarentista de Haack.

Mas se a questão da justificação não se coloca em relação à evidência-C experiencial de A, não estará a teoria fundarentista de Haack a se tornar num **tipo de fundacionalismo**? Não estão as crenças-C de A que são directamente suportadas pela evidência-C experiencial de A a assumir um estatuto de crenças básicas? Não, porque, de acordo com Haack, a sua teoria epistémica não exige que toda e qualquer crença que seja directamente suportada por evidência-C experiencial seja “justificada exclusivamente pela evidência-C experiencial, nem, *a fortiori*, que todas as outras crenças justificadas sejam justificadas pelo suporte de tais crenças” (justificadas directamente pela evidência-C experiencial) (1998: 86).

Tal significa que ainda que a teoria fundarentista de Haack admita a possibilidade de existirem crenças-C de A directamente justificadas por evidência-C experiencial e que

sejam exclusivamente justificadas por experiência-C experiencial, a teoria epistémica de Haack não nos compromete com essa exclusividade para todas as crenças-C justificadas directamente por evidência-C experiencial de A, nem tão pouco que as restantes crenças sejam necessariamente suportadas por tais crenças exclusivamente justificadas pela experiência-C experiencial.

Mas o grau de sustentação e de segurança independente de p não são ainda suficientes para determinar o grau de justificação de A relativamente a p. Torna-se para isso necessário esclarecer a cláusula 3 da justificação fundarentista, a cláusula da *compreensão*.

Referimos que a compreensão procura estabelecer o quanto da evidência relevante a evidência de A que p inclui (ver cláusula 3). Mas o que entender aqui por relevante? Antes de mais, a relevância parece ser uma noção subjectiva, pois o que é considerado relevante para A pode não ser considerado relevante para B. O que é considerado relevante para A ou B parece depender das crenças antecedentes de cada um, e os indivíduos possuem não apenas crenças diferentes, mas possuem crenças verdadeiras e outras falsas. Como estabelecer o que é relevante na evidência da crença p de A?

Para Haack, trata-se de distinguir duas questões diferentes. Uma questão é a da relevância da evidência, outra questão é a da apreciação da relevância da evidência pelo indivíduo. Para Haack, **a relevância da evidência é uma questão objectiva**, enquanto a apreciação da relevância da evidência é uma questão subjectiva, porque “que evidência surge a A como *sendo* relevante depende das suas várias crenças antecedentes, que podem ser verdadeiras ou podem ser falsas. Que evidência *é* relevante, contudo, coincide com a evidência que surge a A como sendo relevante apenas se as crenças antecedentes de A são *verdadeiras*” (1998: 87).

Tal significa que ainda que os juízos dos indivíduos acerca da relevância da evidência não sejam objectivos, a relevância da evidência depende do facto das crenças antecedentes de A serem verdadeiras. É neste sentido que a relevância da evidência é uma questão objectiva. Imaginemos por exemplo que foi comunicado à Joana por uma vidente que lhe iria sair o euromilhões esta semana. O facto de a Joana acreditar que lhe vai sair esta semana o euromilhões, depende da Joana acreditar na arte da vidência. E saber se a comunicação da vidente *é* ou não evidência relevante para acreditar que lhe vai sair o euromilhões, depende da questão de saber se a arte da vidência *é verdadeira*.

Portanto, embora os juízos que façamos relativamente à *compreensão* ou àquilo que consideramos ser ou não relevante não sejam objectivos, assim como não são objectivos os juízos que façamos relativamente à *sustentação* e à *segurança independente* de E em relação a p, tal não significa que o quanto sustentador, o quanto independente

segura e o quanto relevante seja a evidência E em relação a p não sejam objectivos. Enquanto os juízos que fazemos em relação a qualquer uma destas três cláusulas são subjectivos, porque dependem das nossas crenças antecedentes, o quanto sustentadora, segura (de forma independente) e relevante é a evidência em relação a p não depende. Portanto, enquanto “a qualidade da evidência é objectiva, os juízos da qualidade da evidência são perspectívos.” (2002: 426)

Mas ainda que a qualidade da evidência seja uma questão objectiva, a evidência apresenta-se sob a forma de três cláusulas, o que lhe confere um **carácter multi-dimensional**. Devido a este seu carácter multi-dimensional, torna-se difícil determinar o grau de justificação das nossas crenças. Por exemplo, imaginemos que a evidência-C de A relativamente a p é fraca na sustentação e forte na compreensão e a evidência-C de A em relação a q é forte na sustentação e fraca na compreensão. Qual das crenças, p ou q, se encontra com um maior grau de justificação?

Não obstante a dificuldade em estabelecer um grau de justificação das nossas crenças, Haack (2002: 426) considera ser possível estabelecer um conjunto de condições necessárias para que A esteja minimamente justificado a acreditar em p.

Antes de apresentar essas condições mínimas de justificação, de referir o que Haack considera que faz aumentar ou diminuir o grau de justificação das nossas crenças. Haack considera que “A está mais justificado a acreditar em p quanto mais sustentadora é a sua evidência-C directa relativamente a p, quanto mais [menos] seguras de forma independente são as suas razões-C directas para acreditar a favor [contra] de p, e quanto mais compreensiva é a sua evidência-C relativamente a p”. (1998: 87,88)

Em relação ao que garante que A esteja (minimamente) **justificado a acreditar em p**, Haack apresenta três condições necessárias. Essas condições necessárias são (2002: 426):

1. A existência de evidência-C de A relativamente a p.
2. A inclusão de alguma evidência-C experiencial na evidência-C de A que p.
3. A evidência-C de A relativamente a p tem de possuir condições mínimas de *sustentação*, de *segurança independente* e de *compreensão*.

Para se perceber melhor estas condições mínimas para que A esteja justificado em relação a p, apresento casos nos quais tais condições não se verificam.

Um caso no qual a condição 1 não se verifica é por exemplo A acreditar que está a chover porque gosta de ver chover. Como vimos atrás, gostos, desejos ou o agente encontrar-se sob a influência de alguma substância que perturbe a avaliação da sua evidência, não funcionam como parte da evidência para determinar o grau em que alguém

se encontra justificado a acreditar em algo. Um caso no qual a condição 2 não se verifica é por exemplo A acreditar que está a chover e que dois mais dois são quatro porque acredita que dois mais dois são quatro. Dado que se trata da justificação de uma crença empírica, a evidência-C de A tem de incluir alguma evidência-C experiencial¹¹⁴, o que não acontece no caso acima. Um caso no qual a condição 3 não se verifica é por exemplo A acreditar que está a chover porque o céu está azul e estão 0º centígrados de temperatura. Neste caso, a evidência-C de A não é favorável relativamente a p.

A condição 1 assegura que a justificação de A que p não seja o resultado de um mero palpite, o fruto da nossa imaginação, dos nossos gostos pessoais ou interesses. A condição 2 assegura que a justificação de crenças empíricas acomode a experiência, ao exigir que a evidência-C de A que p inclua *alguma* evidência-C experiencial de A que p¹¹⁵. A condição 3 garante que a justificação seja “melhor do que indiferente em termos de sustentação” (2002: 426).

Dadas as condições (mínimas) que garantem que A esteja justificado a acreditar em p, pode questionar-se sob que condições a teoria fundarentista de Haack estipula que A se encontra **completamente justificado** a acreditar em p. De acordo com Haack, para que A esteja completamente justificado a acreditar em p, é necessário que a “evidência-C de A seja conclusiva e maximamente compreensiva, e as suas razões-C sejam maximamente seguras de forma independente” (1998: 89).

As condições mínimas e máximas (ou completas) da justificação apresentadas possibilitam que a teoria fundarentista de Haack estabeleça uma substancial variação relativa ao grau de justificação de uma dada crença. É com base neste aspeto que, segundo Haack, a sua teoria oferece uma resposta satisfatória a um dos desafios propostos a qualquer teoria da justificação epistémica, o **paradoxo da lotaria**.

De acordo com Haack, a sua teoria consegue dar conta de uma aparente contradição presente na justificação das crenças resultante do paradoxo da lotaria. De acordo com este paradoxo, a crença (1) de A de que o bilhete nº 1 não ganha (a lotaria) está justificada, a crença (2) de A de que o bilhete nº 2 não ganha está justificada, e assim por diante até à crença (imaginemos que o número de bilhetes da lotaria é de 10000) de A

¹¹⁴ De notar que a teoria de Haack ao requerer alguma evidência-C experiencial na evidência-C de A que p, consegue acomodar a relevância da experiência para a justificação sem que tal acomodação gere qualquer forma de ambiguidade na justificação das crenças empíricas, ao contrário do que sucedeu na teoria coerentista de Bonjour com a introdução do ‘requisito observacional’.

¹¹⁵ De notar que em relação a esta condição 2, Haack faz questão de referir que tal não significa que toda e qualquer crença-C de A seja directamente suportada por evidência-C experiencial. Pelo contrário, é possível que “algumas das crenças de um indivíduo não sejam directamente suportadas pela evidência experiencial, nem mesmo por traços da memória, mas dependam de outras crenças e da sua evidência experiencial, tal como num puzzle de palavras cruzadas não convencional algumas entradas podem não ter quaisquer pistas, mas dependerem de outras entradas e das suas pistas” (2002: 426).

que o bilhete nº 10000 não ganha a lotaria. Por outro lado, como resultado, A encontra-se igualmente justificado a aceitar a crença (10001) de que nenhum dos bilhetes da lotaria é o premiado, o que revela uma aparente contradição porque pelo menos um dos bilhetes (do nº1 ao nº 10000) é o bilhete premiado da lotaria.

A evidência de A que sustenta cada uma daquelas suas crenças – a evidência E – é a de que existem dez mil bilhetes, que um bilhete irá ganhar, que a hipótese do bilhete nº1 ganhar é de 1/10000, que a hipótese do bilhete nº 2 ganhar é de 1/10000, e assim por diante. A evidência E não é conclusiva da crença (1) de A, porque dada E, não estamos comprometidos a aceitar a verdade da crença (1). Não é conclusiva da crença (2) de A, porque dada E, não estamos comprometidos a aceitar a verdade da crença (2), e assim por diante até à crença (10000), ainda que E seja altamente sustentadora de cada uma destas crenças de A.

O mesmo sucede se a crença (1A) de A for a de que o bilhete nº 1 não ganha e o bilhete nº 2 não ganha. Todavia, neste caso, E é menos sustentadora em relação à crença (1A) do que em relação à crença (1), à crença (2), ..., e à crença (10000). O mesmo sucede se a crença (2A) de A for a de que os bilhetes do nº 1 ao nº 3 não ganham. A crença (2A) de A está menos justificada (ou justificada a um grau inferior) do que a crença (1A).

Aquilo que se verifica é que quanto maiores forem as conjunções das crenças de A, menos A está justificado em relação às suas crenças, por existir um maior “hiato entre a sua evidência-C (evidência E) e a verdade da conjunção” (1998: 92).

Assim, dada E, a crença (4999A) de A de que os bilhetes do nº 1 ao nº 5000 não ganham está justificada, mas a um grau de sustentação mínimo, e a crença (5000A) de A de que os bilhetes do nº 1 ao nº 5001 não ganham não se encontra justificada, mas a um grau de corrosividade mínimo. Por sua vez, a crença (9999A) de A de que os bilhetes do nº1 ao nº 10000 não ganham, crença esta que corresponde à anterior crença (10001) de A de que nenhum dos bilhetes da lotaria é o premiado, não está justificada e apresenta o grau de corrosividade máximo.

A teoria de Haack consegue deste modo dar conta do que é que está errado com o princípio segundo o qual, “se A está justificado a acreditar que p e justificado a acreditar que q, então está justificado a acreditar que p e q” (1998: 92), ao conseguir explicar em que medida podemos estar justificados a aceitar a crença (1) de que o bilhete nº 1 não ganha a lotaria, a crença (2) de que o bilhete nº2 não ganha a lotaria, e assim por diante, e não estarmos todavia justificados a aceitar a crença (10001) de que nenhum dos bilhetes da lotaria é o premiado.

É nesse sentido que a teoria fundarentista de Haack consegue dar uma resposta satisfatória ao problema da justificação das crenças resultante do paradoxo da lotaria, ao

revelar “como é que A pode estar justificado em algum grau mas não COMPLETAMENTE a acreditar que p, e justificado em algum grau mas não COMPLETAMENTE a acreditar que q, e a sua evidência relativa a p e a q possa ser menos boa do que a sua evidência relativa a p ou a sua evidência relativa a q, ou, na verdade, não ser boa de todo.” (1998: 92).

A resposta do fundarentismo de Haack ao problema do paradoxo da lotaria pode sucintamente ser expressa no seguinte: quanto maior/menor for a diferença entre a evidência-C (evidência E) e a verdade da conjunção da crença p, menos/mais A se encontra justificado a acreditar em p.

29. A Ratificação do fundarentismo de Haack

Vimos as três fases da explicação da teoria fundarentista de Haack, a fase da explicação causal, a fase da transição da explicação causal para a explicação lógica e por fim a fase da explicação lógica.

Na terceira fase da explicação tratou-se essencialmente da questão de saber “o quão bem uma crença está ‘ancorada’ na experiência e o quão firmemente está entrelaçada numa rede explicativa de crenças” (2002: 427). Este intuito consistiu em se poder determinar (de forma aproximada), na articulação com as cláusulas da *sustentação*, *segurança independente e compreensão* (a partir das quais se pode considerar a evidência como sendo melhor ou pior), o grau de justificação das nossas crenças empíricas.

Vamos tratar de seguida da questão de saber em que medida uma crença, estando justificada de acordo com tais padrões fundarentistas, pode conter alguma indicação que é verdadeira. Trata-se, portanto, da questão de saber se os padrões usados para considerar a evidência de p como sendo melhor ou pior são indicativos ou conducentes da verdade de p, e que Haack designa por **ratificação** do fundarentismo¹¹⁶.

Coloca-se, de imediato, um problema à ratificação da teoria fundarentista de Haack:

1 – Parece existir uma variação dos padrões de evidência, não apenas ao longo do tempo, mas entre as diversas culturas e comunidades, o que parece comprometer seriamente a ideia que os padrões de evidência da teoria fundarentista de Haack sejam conducentes à verdade.

Dada esta variabilidade de padrões, será possível encontrar indicações objectivas de verdade?

¹¹⁶ Tal como sucedeu com a terceira fase da explicação da teoria de Haack, também a ratificação do fundarentismo apenas nos compromete com a evidência-C de A que p.

Haack considera existir a ideia dada por certa segundo a qual, “os padrões de evidência dos diferentes tempos, culturas ou comunidades são significativamente diferentes” (1998: 206). Todavia, Haack sustenta que uma tal ideia é “pelo menos um exagero, e talvez uma ilusão completa”. De acordo com Haack, esta ilusão resulta de uma confusão existente entre os juízos dos agentes acerca da qualidade da evidência e entre os padrões acerca da melhor ou pior evidência.

Esta confusão deve-se, segundo Haack, à existência de uma ambiguidade na expressão “o que conta como evidência” (1998: 207), a qual pode ser entendida como o que conta como evidência relevante ou pode ser entendida no sentido de padrão de evidência. Para Haack, enquanto os juízos dos agentes acerca da qualidade da evidência são subjectivos, porque resultam de uma diferenciação relativa às suas crenças antecedentes, os padrões de evidência são objectivos.

Haack sustenta que o padrão de evidência usado, quer pelos povos científicos, quer por povos pré-científicos, na avaliação do grau de justificação de uma crença *p*, consiste em saber se *p* está de acordo com as suas experiências e com as suas restantes crenças. É neste sentido que Haack considera que os padrões acerca da melhor ou pior evidência são objectivos.

Portanto, ainda que não se verifique um acordo entre os juízos dos agentes relativamente à qualidade da evidência, não se verifica qualquer desacordo relativo aos padrões da melhor ou pior evidência. Logo, para Haack, é falsa a ideia que os padrões de evidência são relativos à cultura ou que variam no tempo.

Por exemplo, imagine-se que a Ana considera o Primeiro-Ministro português uma pessoa competente com base no elevado crescimento económico português dos últimos três anos e que o Pedro considera o Primeiro-Ministro uma pessoa competente pelo facto de não se rir nas aparições públicas. Ainda que a Ana e o Pedro não concordem acerca de que evidência é relevante relativamente à competência do Primeiro-Ministro, devido à existência de um desacordo nas suas crenças antecedentes, procuram todavia relacionar a sua crença acerca da competência do Primeiro-Ministro com as suas outras crenças e com a sua experiência.

Haack exemplifica a variabilidade na avaliação da (relevância da) evidência numa analogia com um puzzle de palavras cruzadas. Imaginemos que a Ana e o Pedro apresentam soluções diferentes para a entrada ‘7 vertical’ de um e mesmo puzzle. A Ana considera que o facto da entrada ‘3 horizontal’ terminar na letra ‘A’ funciona como evidência a favor da sua solução para a entrada ‘7 vertical’. Por sua vez, o Pedro considera que o facto da entrada ‘3 horizontal’ terminar na letra ‘E’ funciona como evidência a favor da sua solução para a entrada ‘7 vertical’.

Não obstante este desacordo entre a Ana e o Pedro relativamente ao preenchimento das entradas do puzzle, ambos procuram preencher as entradas atendendo às pistas dadas (evidência-C experiencial) e às outras entradas já preenchidas (razões da evidência-C).

Neste sentido, Haack considera que os padrões fundarentistas da (melhor ou pior) evidência, a ‘ancoragem’ na experiência e o ‘entrelaçamento’ numa rede explicativa de crenças, são **padrões partilhados objectivos** usados pelo Homem ao longo dos tempos e entre as várias culturas.

Todavia, Haack reconhece que ainda que os padrões fundarentistas de evidência reflectam padrões partilhados objectivos de evidência, tal não significa que os padrões fundarentistas de evidência sejam os que justificadamente nos conduzem à verdade das nossas crenças. Ainda assim, mesmo que não se consiga provar que os padrões fundarentistas de evidência sejam conducentes da verdade, Haack considera que “se alguma indicação de verdade nos é possível, os critérios fundarentistas são a melhor indicação de verdade que podemos ter” (1998: 222).

Atendendo à nossa falibilidade, limitação e questionação acerca do mundo independente de nós, Haack sustenta que se nos é possível alguma indicação acerca do modo como as ‘coisas’ são no mundo, essa indicação é dada pelo “quão bem as nossas crenças estão ‘ancoradas’ na experiência e entrelaçadas numa rede explicativa [de crenças]” (2002: 428). Portanto, pode não se “ter provado que os nossos critérios de justificação são garantias da verdade, mas temos razões para pensar que, se alguma indicação de verdade nos é possível, eles são indicativos da verdade” (1998: 222). Deste modo, os padrões fundarentistas da melhor ou pior evidência são os que mais garantias nos oferecem relativamente à verdade das nossas crenças.

E ainda que fosse falsa a ideia de existirem padrões partilhados objectivos de evidência, i. e., ainda que existisse uma variabilidade de padrões divergentes relativos à qualidade da evidência, daí não se segue para Haack que não pudessem existir indicações objectivas da verdade das crenças, porque a “*variabilidade* de padrões não implica, em si e por si, uma *relatividade* dos padrões” (2002: 428).

Anexo I

30. O surgimento da teoria fundarentista da justificação epistémica de Susan Haack

O principal objectivo de Haack na sua obra *Evidence and Inquiry* é o de provar que o fundacionalismo e o coerentismo não esgotam as possibilidades da justificação epistémica, mas que existe uma teoria intermédia entre aquelas, a teoria fundarentista, construída no sentido de resolver as principais críticas dirigidas àquelas duas teorias.

Haack demonstrou (1998: 10-33) que cada uma daquelas duas teorias da justificação epistémica foi evoluindo no sentido de procurar integrar aspectos característicos da teoria rival.

Foi desse modo que se constatarem algumas variações fundacionalistas. O fundacionalismo *fraco* ao defender que as crenças básicas não se encontram completamente justificadas, *pressupõe* que as crenças básicas possam receber algum do seu suporte das crenças derivadas. O fundacionalismo *impuro* ao defender que o suporte das crenças derivadas resulta em parte, directa ou indirectamente, das crenças básicas, *pressupõe* a existência de uma relação de suporte mútuo entre as crenças derivadas. Se juntarmos o fundacionalismo *fraco* e *impuro*, verifica-se a existência possível de uma relação de suporte mútuo alargada entre as várias crenças, característica tipicamente coerentista.

Surgiram igualmente variações coerentistas. Por exemplo, o coerentismo *não igualitário moderado ponderado* ao conferir a algumas das crenças do conjunto coerente de crenças um estatuto inicial distinto, independentemente das relações com outras crenças, *pressupõe* que tais crenças com um estatuto inicial distinto não necessitem do suporte das restantes crenças para estarem justificadas, desempenhando nesse sentido um papel equivalente ao das crenças básicas no fundacionalismo.

Haack provou que as variações nas teorias fundacionalistas e coerentistas, em vez de servirem para lhes evitar algumas principais críticas, destabilizou-as internamente, fazendo com que perdessem o seu carácter tipicamente coerentista e/ou fundacionalista. Mais, que os problemas que afectam cada uma destas duas teorias apenas podem ser resolvidos no seio de um fundarentismo.

31. Por que razão não optar antes por uma teoria fiabilista da justificação epistémica?

A dado momento de *Evidence and Inquiry* (1998: 139), Haack questiona-se se perante a complexidade da explicação da tese principal do seu fundarentismo, “o quanto A está justificado a acreditar em p depende do quão boa é a sua evidência”, não seria preferível optar, por razões de simplicidade e de semelhança com o fundarentismo, por uma teoria fiabilista da justificação epistémica.

Haack reconhece que o fiabilismo apresenta-se de um modo mais simples e directo do que a sua teoria fundarentista. Para além disso, Haack considera que o fiabilismo sustenta, a par do fundarentismo, a ideia de que a justificação é em parte causal, a existência de uma variação de grau na justificação das crenças, não necessita de apresentar-se estruturalmente como fundacionalista ou coerentista e reconhece a

importância da psicologia para a epistemologia por intermédio de uma das ideias-chave da psicologia da percepção, de acordo com a qual os sentidos são o meio que dispomos para detectar informação dos objectos e acontecimentos exteriores. Assim sendo, por que não optar antes por uma teoria fiabilista da justificação epistémica?

Haack apresenta quatro razões pelas quais uma teoria fiabilista não é preferível à sua teoria fundarentista. Em primeiro lugar, porque a justificação é uma questão de “ancoragem na experiência” e de “integração explicativa” de uma crença *p* num conjunto de outras crenças, e não uma questão de condução da verdade através de processos de formação de crenças, com as “consequências contra-intuitivas” (1998: 139) que essa ideia produz¹¹⁷.

Em segundo, a ideia de que o fiabilismo é uma teoria epistémica simples é, para Haack, uma ilusão. Por exemplo, a tese fiabilista de que um processo fiável de formação de crenças é condutor de verdade exige implicitamente que se distinga entre “estado de acreditar e conteúdo do que é acreditado” (1998: 139-40), distinção que o fiabilismo não estabelece. Em terceiro, o fiabilismo tem dificuldade em estabelecer uma avaliação do grau de justificação de *p* com a existência de evidência contra *p*. Por fim, ainda que estruturalmente o fiabilismo não necessite de ser nem fundacionalista nem coerentista, tal não significa que o fiabilismo “constitua, nem mesmo que ofereça qualquer pista para a construção de, um relato da estrutura de justificação que não se enquadre em nenhuma daquelas categorias.” (1998: 140)

32. Porquê uma análise crítica do fiabilismo de Goldman por parte de Haack?

Por que razão decide Haack analisar criticamente a teoria fiabilista da justificação epistémica de Goldman, não sendo esta a única teoria fiabilista que existe? Haack apresenta quatro razões para esse propósito.

Em primeiro lugar, porque considera que Goldman foi o primeiro filósofo a aplicar o termo ‘fiabilismo’ a uma teoria da justificação epistémica¹¹⁸. Em segundo, pelo facto de

¹¹⁷ Quando Haack se refere aqui às consequências ‘contra-intuitivas’ do fiabilismo, julgo que está a pensar no seguinte: Uma teoria da justificação epistémica é construída no sentido de nos apresentar um conjunto de critérios que sejam indicadores da verdade das nossas crenças e não, como faz o fiabilismo, que a verdade esteja já contida nos critérios de justificação. Dito por outras palavras, o fiabilismo não separa a explicação da justificação da explicação da verdade. Aproveito para referir aquelas que me parecem ser as três principais críticas dirigidas ao fiabilismo: A não tem razões para acreditar que a sua crença empírica *p* foi fiavelmente produzida e, portanto, A não tem razões para acreditar que *p* é verdadeira (esta crítica pressupõe a ideia fiabilista de que o agente não tem acesso às razões que justificam a fiabilidade do processo de formação de crenças); a crença *p* de A é o resultado de um processo geral de produção de crenças, o que compromete a justificação de *p* pela falta de especificidade do processo em causa; a possibilidade do fiabilismo não ser uma condição necessária e suficiente para a justificação de *p*.

¹¹⁸ Goldman desenvolveu pela primeira vez a ideia de uma teoria fiabilista da justificação epistémica no seu artigo *What is Justified Belief?* Cf. Goldman (1998: 89-109).

Goldman ter sido o maior representante do fiabilismo, servindo, por isso, para que se abstenha “de qualquer acusação [de que estaria] a criticar a caricatura de uma teoria” (1998: 140). Em terceiro, por conceber o fiabilismo “especificamente como uma explicação da justificação” que se enquadra para lá da dicotomia entre fundacionalismo e coerentismo. Por outro lado, devido à relevância que o fiabilismo de Goldman confere à psicologia cognitiva no que se refere ao modo como apreendemos o mundo exterior, tal como faz o fundarentismo de Haack.

Portanto, tal como o fundacionalismo e o coerentismo apresentam-se como teorias rivais, o fiabilismo de Goldman parece apresentar-se como o principal rival do fundarentismo de Haack.

Procedo de seguida a uma caracterização da teoria fiabilista da justificação epistémica de Goldman.

Anexo II

33. O que defendem as teorias fiabilistas da justificação epistémica

De um modo genérico, as teorias fiabilistas da justificação epistémica defendem que A está epistemicamente justificado em relação a uma crença p se e somente se:

p é o resultado de um processo cognitivo fiável de produção de crenças.

As teorias fiabilistas enquadram-se nas teorias externalistas da justificação epistémica que, ao contrário das teorias internalistas, não comprometem A com a necessidade de aceder à razão ou razões que justificam p para que esteja justificado acerca de p.

34. Uma caracterização da teoria fiabilista da justificação epistémica de Alvin Goldman

I

A teoria fiabilista de Goldman, a teoria mais discutida na literatura entre as teorias fiabilistas, não nos compromete com quaisquer crenças básicas (característica típica do fundacionalismo), com o acesso a um conjunto coerente de crenças (característica típica do coerentismo), nem com o acesso à razão ou razões que justificam p (característica de qualquer teoria internalista).

De forma sucinta, a teoria epistémica de Goldman sustenta que A se encontra epistemicamente justificado relativamente a p se e somente se:

A crença p de A for o resultado de um processo cognitivo fiável.

Dada esta definição, Goldman necessita de explicar o que se entende por processo cognitivo fiável, em que medida o facto de p se seguir de um tal processo cognitivo torna

p provavelmente verdadeira e em que sentido A não necessita de aceder à razão ou razões que tornam p provavelmente verdadeira.

No artigo *What is Justified Belief?* (1998: 89-109), Goldman expõe pela primeira vez a sua teoria fiabilista. Apresenta neste artigo um conjunto de princípios que procuram estabelecer as condições nas quais a crença p de A em t se encontra justificada. Após algumas tentativas iniciais fracassadas nesse sentido¹¹⁹, Goldman constata que tal se deve à ausência de requisitos *causais* nos princípios formulados.

Para se perceber o propósito de Goldman na formulação de tais princípios de base que contenham um requisito *causal*, do género ‘A acredita que p porque é um facto que p’, procedemos a uma breve análise da noção de *conexão causal* que Goldman apresenta em *A Causal Theory of Knowing*¹²⁰. Tal permite-nos fazer a ligação com o que Goldman vai designar de processos fiáveis de produção de crenças.

Neste artigo de 1967, Goldman sustenta a necessidade de existir uma *conexão causal* entre o facto que p e a crença de A em p¹²¹ para que se possa afirmar que A sabe p. O intuito de Goldman é o de ‘acrescentar’ à definição tradicional de conhecimento o requisito da *conexão causal*¹²² e, com base nessa reformulação, provar que os contra-exemplos de Gettier não resultam.

Tendo por base o requisito da *conexão causal*, Goldman apresenta quatro casos típicos de conhecimento (empírico) que satisfazem o requisito: a percepção, a memória, o testemunho e o conhecimento de factos acerca do futuro¹²³.

¹¹⁹ Estas tentativas fracassadas passaram por considerar p uma proposição ‘indubitável’, ‘auto-evidente’, ‘auto-presente’ e ‘incorrigível’. Cf. Goldman, 1989: 91-95.

¹²⁰ Cf. Goldman, A., “A causal theory of knowing” in *The Journal of Philosophy*, Volume LXIV, Nº 12, 1967, pp. 357-372.

¹²¹ A ideia de uma *conexão causal* entre a crença de A em p e o facto que p, que servirá de base para a construção da teoria fiabilista de Goldman, encontra-se já presente em *A Causal Theory of Knowing* (Cf. Goldman, 1967: 358). De referir que o propósito de Goldman no artigo de 1967 não é o mesmo que em *What is Justified Belief?*. Enquanto neste último Goldman propõe-se apresentar as condições mediante as quais A se encontra justificado acerca de p em t, no artigo de 67 Goldman propõe-se apresentar as condições sob as quais se pode afirmar que A sabe p. Não obstante a diferença de âmbito de cada um dos artigos, Goldman apresenta no artigo de 67 alguns aspectos que serão mais tarde por si reformulados e ajustados à sua teoria fiabilista da justificação epistémica, como é o caso da noção de *conexão causal*.

¹²² Para melhor se compreender o que Goldman entende por *conexão causal* ou processo causal de produção de crenças, apresento um exemplo de Goldman em que a *conexão causal* não se verifica. “Imagine-se uma montanha que, há vários séculos atrás, entrou em erupção e espalhou a lava à volta da cidade. Entretanto, um homem, após a erupção, decidiu remover toda a lava em volta da cidade. Um século mais tarde, um outro homem, decidiu colocar lava nos locais apropriados da cidade para dar a ideia que um vulcão tinha entrado em erupção.” (1967: 361) Dada esta situação, pode afirmar-se que A, ao observar actualmente a lava, está justificado a acreditar na proposição p de que uma montanha entrou em erupção há uns séculos atrás? De acordo com Goldman, A não está justificado em relação a p, porque a erupção da montanha há séculos atrás não é a causa para a crença de A em p. Tal significa que a reconstrução por parte de A da cadeia causal está errada.

¹²³ De acordo com Goldman, os quatro casos de conhecimento empírico estabelecem uma relação entre o facto que p e a crença de A em p, porque todos eles contêm, pelo menos, uma parte não inferencial. Por exemplo, no caso do testemunho, A acredita que p com base em B acreditar que p e B

Os casos apresentados no artigo de 1967 vão mais tarde ser usados por Goldman para desenvolver a sua teoria fiabilista da justificação epistémica, já não no sentido de entender a ‘causa’ como um certo facto p, mas como um determinado processo fiável de produção de crenças. Estes quatro casos são exemplos de processos que Goldman vai considerar no artigo de 1979 como sendo fiáveis, não como casos ilustrativos para A sabe que p, mas como casos ilustrativos para ‘A está justificado a acreditar em p’, sendo esta a questão que aqui nos ocupa.

Portanto, em *What is Justified Belief?* Goldman introduz o requisito causal pelo que designa de processo fiável (de produção de crenças), o que lhe permite formular a tese central da sua teoria fiabilista: A está justificado acerca de p se e somente se p for o resultado de um processo cognitivo fiável de produção de crenças.

O que entende Goldman por processo cognitivo fiável de produção de crenças? De acordo com Goldman, são aqueles processos que têm uma “tendência”¹²⁴ para produzir crenças verdadeiras em vez de falsas” (1998: 98) Por processo entende Goldman todo e qualquer “procedimento ou *operação funcional*, i. e., algo que gera um *mapeamento* de certos estados – ‘inputs’ – noutros estados – ‘outputs’¹²⁵” (1998: 98). Não obstante os processos cognitivos fiáveis de produção de crenças serem aqueles com uma *tendência* para produzir crenças verdadeiras, também existem processos cognitivos não fiáveis. Entre estes temos, por exemplo, o raciocínio confuso, o mero palpite ou a generalização precipitada. Estes são processos que, ao contrário dos processos fiáveis, fornecem-nos geralmente crenças erradas, i. e., produzem um baixo índice de crenças verdadeiras.

Tendo por base a noção de processo cognitivo fiável, Goldman (1998: 100) distingue dois tipos básicos de processos de produção de crenças: os processos cognitivos independentes de crenças, em que nenhum dos ‘inputs’ são estados de acreditar, e os processos cognitivos dependentes de crenças, cujos alguns dos ‘inputs’ são estados de acreditar.

afirmar p a A, tendo a crença p em B resultado da percepção do facto p. Esta última, a crença p de B ter resultado da percepção, é a parte não inferencial da justificação, sendo a outra a parte inferencial.

¹²⁴ Repare-se que Goldman diz-nos que um processo cognitivo fiável tem uma *tendência*, e não uma frequência, para produzir crenças verdadeiras. Se Goldman usasse o termo ‘frequência’ em vez de ‘tendência’, facilmente se apresentariam contra-exemplos à sua definição de processo cognitivo fiável, os quais dificilmente podem ser considerados processos cognitivos fiáveis. Por exemplo, imaginemos que o Pedro, devido à ingestão de medicamentos, se encontra num estado temporário de alucinação (estado alucinatorio no qual Pedro nunca se encontrou) e que o conduz a acreditar que está um coelho branco na entrada do seu quarto. Na verdade, está um coelho branco na entrada do seu quarto (trata-se de uma prenda da sua esposa). A partir deste caso, constatamos que se Goldman usasse o termo ‘frequência’, estava comprometido a aceitar que a alucinação é um processo cognitivo fiável, o que é inadmissível.

¹²⁵ Por ‘outputs’ entende Goldman estados de acreditar de A nesta ou naquela proposição num tempo determinado. Por ‘inputs’ entende Goldman eventos ou acontecimentos exteriores ao agente e estados de acreditar (nesta ou naquela proposição em t). Daqui podemos inferir que para Goldman estados de acreditar podem causar outros estados de acreditar.

Referimos que um processo cognitivo fiável de produção de crenças é um processo que geralmente produz crenças verdadeiras (ou com uma tendência para produzir crenças verdadeiras). Por exemplo, a memória é considerada por Goldman um processo cognitivo fiável dependente de crenças por geralmente produzir crenças verdadeiras. Mas a memória não produz crenças verdadeiras se as crenças de partida forem falsas. Para evitar este problema, Goldman introduz a noção de “fiabilidade condicional” (1998: 100). Um processo é condicionalmente fiável se “uma proporção suficiente das suas crenças-output são verdadeiras *dadas as crenças-input serem verdadeiras*.”¹²⁶ (1998: 100)

Tal conduz Goldman a sustentar que uma crença encontra-se justificada se e somente se for “*bem formada*, i.e., se possuir uma linhagem de operações cognitivas fiáveis e/ou condicionalmente fiáveis.” (1998: 101) Neste sentido, o fiabilismo de Goldman apresenta-se como uma teoria *histórica ou genética*, por fazer depender o estatuto justificacional de uma crença da sua história antecedente, devendo, por isso, ser melhor designada de *fiabilismo histórico*¹²⁷.

Goldman ao referir o aspecto *histórico ou genético* da sua teoria, procura marcar uma das principais diferenças da sua teoria em relação às teorias fundacionalistas e coerentistas da justificação epistémica. De acordo com Goldman, enquanto “as teorias correntes de um segmento temporal caracteristicamente assumem que o estatuto justificacional de uma crença é algo que o agente é capaz de conhecer ou de determinar no momento da crença. (...) A teoria histórica que eu defendo não faz tal assunção.” (1998: 101)

Mas que *tendência* para produzir crenças verdadeiras é efectivamente essa que os processos cognitivos fiáveis possuem? Existe alguma percentagem ou índice estipulado para que um determinado processo cognitivo seja considerado fiável?

Goldman não estipula qualquer valor fixo a partir do qual um processo de justificação de crenças seja considerado fiável, mas sustenta que se trate de um processo com uma tendência para produzir uma taxa de crenças verdadeiras maior, ou mesmo apreciavelmente maior, do que 50%¹²⁸. Por outro lado, quanto mais fiável for o processo de justificação das crenças, i. e., quanto maior for a *tendência* para produzir crenças verdadeiras, mais justificadas estão as crenças que resultam de um tal processo¹²⁹. Tal

¹²⁶ A ‘fiabilidade condicional’ apenas se aplica aos processos cognitivos fiáveis dependentes de crenças, porque apenas estes lidam com crenças de partida. Os processos cognitivos fiáveis independentes de crenças são (incondicionalmente) fiáveis.

¹²⁷ As teorias *históricas ou genéticas* contrastam com as teorias *correntes de um segmento temporal* (“current time-slice’ theories”). Estas teorias fazem depender totalmente o estatuto justificacional de uma crença do que é considerado verdadeiro pelo agente *no momento* da crença.

¹²⁸ Cf. Goldman, 1986: 103.

¹²⁹ Esta tese do quanto mais fiável for o processo de produção de crenças, mais justificadas se encontram as crenças que resultam de um tal processo, coloca a Goldman o problema da generalidade dos

significa que uma variação na taxa de fiabilidade do processo cognitivo de produção de crenças conduz a uma variação do grau de justificação das crenças.

Vimos o que Goldman entende por processo cognitivo fiável de produção de crenças. Uma outra característica típica do fiabilismo de Goldman (e de qualquer teoria externalista) é o não comprometimento de A no acesso à razão (ou razões) que tornam p provavelmente verdadeira. Para elucidar este ponto, apresento um exemplo do próprio Goldman¹³⁰: supomos que “sei que Abraham Lincoln nasceu em 1809 pela leitura de uma enciclopédia fidedigna. (...) Entretanto, passado um tempo, lembro-me da minha crença que Lincoln nasceu em 1809, mas não me lembro como a adquiri.» (1967: 370)

Neste caso, como em muitos do mesmo género¹³¹, A tem uma crença justificada p garantida pelo processo causal da memória, ainda que não tenha acesso à razão (ou razões) que justificam p. Aquilo que Goldman nos chama a atenção é para a não necessidade de acedermos à razão que justifica p para que estejamos justificados acerca de p. Caso contrário, sustenta Goldman, o nosso leque de crenças justificadas ficaria substancialmente reduzido, por na maior parte dos casos não termos acesso à razão que justifica as nossas crenças.

II

Goldman procura mais tarde em *Epistemology and Cognition*¹³² encontrar um conjunto de regras que, sendo respeitadas, garantam a justificação das nossas crenças. A razão apresentada por Goldman para abordar a noção de ‘justificação’ em termos de um conjunto de regras resulta do facto de uma crença justificada ser uma “atitude doxástica própria”, uma atitude sobre a qual o agente tem “direito epistémico” (1986: 59).

Tratando-se a crença justificada para Goldman de um direito epistémico do agente, deve procurar usar-se uma linguagem que dê conta da ‘permissão’ ou da ‘proibição’ do

processos de produção de crenças. Por exemplo, a percepção é, em termos gerais e à partida, um processo cognitivo de produção de crenças mais fiável do que a memória. No entanto, a crença de que estou a observar um coelho a saltar por entre as silvas não parece ser mais fiável do que a crença de que o nome da minha esposa é Edna. Dado que Goldman apenas se refere a um processo cognitivo de produção de crenças como um *type* e não como um *token* (cf. 1998: 98-99), coloca-se aqui a Goldman um problema.

¹³⁰ De referir que este exemplo dado por Goldman surge no contexto de provar que A não necessita de aceder à razão que justifica p *para que saiba que p*. Não obstante esse intuito de Goldman, o exemplo aplica-se igualmente ao tópico a que nos propomos: o não comprometimento de A em aceder à razão (ou razões) que justificam p.

¹³¹ Esta característica do fiabilismo de Goldman (e das teorias externalistas em geral) pode ser elucidada através de vários exemplos de crenças justificadas do nosso quotidiano. Imaginemos que numa aula de história, o Jaime ouviu o professor afirmar que ‘Faraó é a designação atribuída durante o 1º milénio a. C. ao Rei do Egipto’. Passadas umas semanas, Jaime lembra-se da sua crença acerca da origem da palavra ‘Faraó’, no entanto, não se recorda como a adquiriu. Mas ainda que Jaime não se recorde da origem da sua crença e, portanto, ainda que não tenha naquele momento acesso à razão que justifica a sua crença, não deixa, por isso, de ter uma crença justificada relativamente à origem da palavra ‘Faraó’.

¹³² GOLDMAN, A., *Epistemology and Cognition*, Harvard University Press, 1986.

agente em relação a uma crença justificada. É nesse sentido que Goldman decide estabelecer um sistema de regras que dê conta dessa permissão e/ou proibição do agente. A questão que se coloca a Goldman é a de saber se existe um tal conjunto de regras correctas. A esse conjunto de regras, Goldman denomina de regras-J.

Goldman apresenta a definição de crença justificada na relação com um sistema correcto de regras-J do seguinte modo:

Definição (I) – S^{133} acreditar que p em t está justificado se e somente se:
 S acreditar que p em t é permitido por um sistema correcto de regras justificativas (regras-J). (1986: 59)

Goldman verifica ser necessário acrescentar uma condição à definição (I), porque ainda que p seja permitida por um sistema correcto de regras-J, pode dar-se o caso de A ter razões para acreditar que p não foi fiavelmente produzida, o que compromete a justificação de A relativamente a p . Vários desses casos, designadamente casos de vidência, foram apresentados por Bonjour em *The Structure of Empirical Knowledge*¹³⁴, servindo de crítica à definição dada por Goldman no artigo de 1979 relativamente às condições que garantem que um processo fiável de produção de crenças torne a crença p de A justificada.

Nesse sentido, Goldman reformula a definição (I) para:

Definição (II) – S acreditar que p em t está justificado se e somente se:
a) S acreditar que p em t é permitido por um sistema correcto de regras-J.
b) Esta permissão não é enfraquecida pelo estado cognitivo de S em t . (1986: 63)

III

Em *Epistemology and Cognition* (1986: 93), Goldman distingue duas formas de formação de crenças, os *processos* de formação de crenças e os *métodos* de formação de crenças¹³⁵. Os métodos incluem para Goldman “algoritmos, heurística, habilidades e técnicas de vários tipos” (1986: 93). Que razões apresenta Goldman para a necessidade de uma tal distinção?

¹³³ Goldman usa a letra ‘S’ em substituição da entidade ‘agente’.

¹³⁴ Cf. Bonjour, 1985: 38-52.

¹³⁵ De acordo com Goldman, os *processos* correspondem aos nossos processos psicológicos básicos e que caracterizam a nossa estrutura cognitiva, os *métodos* são os procedimentos, técnicas, habilidades, resultantes de uma aprendizagem, para a formação de crenças.

De acordo com Goldman (1986: 89), uma primeira razão é a de um sistema de regras-J para ser considerado correcto ou adequado deve permitir que se estabeleça uma relação entre o grau de justificação de A que p e o peso da evidência existente para p¹³⁶. E uma tal relação apenas é possível se uma teoria da justificação epistémica incluir implicitamente uma distinção entre processos e métodos de formação de crenças.

Significa isso que, para Goldman, um método de formação de crenças é suficiente para justificar uma crença? Não. Elucidemos esta ideia da insuficiência do método para justificar as crenças com dois exemplos de Goldman.

Imaginemos que (1986: 90-91) um detective possui um corpo substancial de evidência relativo à prática de um crime para o qual existem sete suspeitos. Procede-se entretanto a uma análise estatística de toda a informação dada pela evidência, relacionando-a com a probabilidade de cada um dos suspeitos ter cometido o crime, e um dos resultados da análise estatística refere que a probabilidade do suspeito 1 ter cometido o crime é de oitenta e cinco por cento. Suponhamos que o detective não possui quaisquer conhecimentos de metodologia estatística e chega à mesma conclusão da análise estatística apenas através de uma consulta de relance da evidência. Encontra-se o detective justificado acerca da sua crença? Não, porque não se pode basear a justificação das nossas crenças na simples adivinhação.

Suponhamos agora que (1986: 91) o detective serve-se do método estatístico. Imagine-se ainda que a análise estatística realizada é consensualmente aprovada por qualquer especialista em estatística. Encontra-se o detective justificado acerca da sua crença sobre o suspeito 1? Não. Ainda que a crença do detective tenha sido o resultado de um método fiável, o detective pode acreditar que os métodos estatísticos raramente traduzem os valores 'reais' por ter lido essa informação numa revista credível.

Num outro exemplo (1986: 91) Goldman apresenta o caso de Gertrudes. Devido a uma deficiente educação matemática, Gertrudes nunca aprendeu o algoritmo da raiz quadrada. Certo dia, encontra a regra para derivar a raiz quadrada num conjunto de folhas escritas por uma pessoa que Gertrudes sabe que possui escassos conhecimentos da matemática. Gertrudes verifica, todavia, que o método funciona, e formula várias crenças com a forma 'x é a raiz quadrada de y'. Encontram-se as crenças de Gertrudes justificadas? Não, porque Gertrudes tem razões para não confiar nos resultados de um tal método.

¹³⁶ Este intuito de Goldman é o de procurar estabelecer uma equiparação entre o grau de justificação de A relativamente a p e o peso da evidência existente para p. Veremos mais adiante que esta proposta de Goldman em apurar de forma mais precisa o grau de justificação de p vai servir a Haack para apresentar uma objecção à teoria fiabilista de Goldman.

De acordo com Goldman, aquilo que falta a estes casos para que as crenças estejam justificadas é a necessidade do método ser “correctamente adquirido” ou “correctamente testado após a sua aquisição original” (1986: 92) pelo agente. Tal significa que as crenças do detective e de Gertrudes apenas estariam justificadas se os métodos usados tivessem sido correctamente testados originalmente.

Portanto, é necessário que o método de formação de crenças usado seja o resultado de um “processo adequado de segunda-ordem” (1986: 52), i. e., que o agente tenha adquirido o método de forma apropriada. Verifica-se deste modo que a justificação “repousa centralmente no uso de processos psicológicos adequados.” (1986: 92)

Mas coloca-se um problema a Goldman: se a justificação de uma crença depende do uso de um processo juntamente com o uso de um método adequado, também o processo de segunda-ordem usado pelo agente necessita de ser acompanhado por um método. Nesse sentido, parece sermos conduzidos para um encadeamento regressivo de processos e métodos de formação de crenças que compromete a possibilidade de se justificar quaisquer crenças.

Goldman alega que pelo menos ao nível dos processos de produção de crenças considerados mais básicos, como a percepção ou a memória, não é necessário que sejam acompanhados por quaisquer métodos para que as crenças resultantes de tais processos estejam justificadas. Para sustentar esta ideia, apresenta o seguinte exemplo: “Suponhamos que conseguimos imaginativamente construir aparelhos perceptuais superiores (por assim dizer, em fiabilidade) à nossa percepção. Significa isso que nenhuma das nossas crenças perceptuais se encontra justificada?” (1986: 92) Certamente que não.

Uma segunda razão avançada por Goldman (1986: 93) para a necessidade de se estabelecer uma distinção entre processos e métodos é a de uma crença apenas se encontrar *completamente* justificada se for o resultado de processos e métodos aprovados, devendo estes últimos, como referimos, ser correctamente adquiridos.

Não obstante esta distinção entre processos e métodos¹³⁷, Goldman salienta que o uso de processos adequados é mais fundamental do que o uso de métodos adequados. De certa maneira, como referimos, por o uso de métodos correctos não ser suficiente para a justificação das crenças, sendo necessário que os métodos sejam correctamente adquiridos pelo agente e uma tal aquisição depender em última instância do uso de processos adequados.

¹³⁷ A distinção entre processos e métodos conduz Goldman (1986: 93) a distinguir dois níveis de justificação: a justificação *primária*, que resulta do uso de processos adequados, e a justificação *secundária*, que resulta do uso de métodos adequados.

IV

Goldman depara-se entretanto com a dificuldade de formular um sistema de regras correcto para os processos de formação de crenças, porque as pessoas têm diferentes concepções acerca das condições mediante as quais uma dada crença p se encontra justificada, o que iria gerar vários sistemas de regras correctos. Para evitar esta dificuldade, Goldman formula o que denomina de “critério de correcção”¹³⁸, um critério que estipula as *condições* mediante as quais um conjunto de regras-J possa ser correctamente aplicável a processos de formação de crenças.

Após ter colocado à prova alguns dos candidatos a critério de correcção para um sistema de regras-J correcto, Goldman formula o critério de correcção do seguinte modo:

Critério de Correcção (CC) – *“Um sistema de regras-J (J-rule system) R é correcto se e somente se R permite certos processos psicológicos (básicos), e a instanciação desses processos resulta numa taxa de crenças verdadeiras que vai ao encontro de um determinado limiar (maior do que 50%)”* (1986: 106)

Podemos simplificar (CC) do seguinte modo:

Critério de Correcção simplificado (CCs) – *um sistema de regras é correcto se e somente se for fiável, i. e., a concordância com tal sistema de regras irá produzir crenças com uma taxa suficientemente elevada de verdade.*

V

Procuro de seguida traçar o percurso aproximado que conduziu Goldman até à definição (II) referida atrás, partindo de uma análise das definições que Goldman apresenta em *What is Justified Belief?* relativas às condições que asseguram a justificação de uma crença resultante de um processo cognitivo fiável, passando por algumas definições apresentadas em *Epistemology and Cognition* relativas à rectidão de um sistema de regras-J.

A primeira definição de Goldman em *What is Justified Belief?* é a seguinte:

Definição (A) – *“O estatuto justificacional de uma crença é uma função da fiabilidade do processo ou processos que a causaram, onde (numa primeira*

¹³⁸ A expressão “critério de correcção”, que Goldman usa várias vezes em *Epistemology and Cognition*, é a tradução da expressão *criterion of rightness*.

aproximação) a fiabilidade consiste na tendência de um processo para produzir crenças que são verdadeiras em vez de falsas.” (1998: 97)

A definição (A) fala-nos da *tendência* do processo para produzir crenças verdadeiras em vez de falsas. Mas qual é a taxa de crenças verdadeiras necessária para que um processo seja considerado fiável? Goldman não nos apresenta um valor fixo para a taxa de crenças verdadeiras, e refere que o seu conceito de justificação é a este respeito *vago*. No entanto, considera que não é uma condição necessária que a fiabilidade em causa seja absoluta ou perfeita¹³⁹.

Uma consequência que decorre da definição (A) é a possibilidade de termos crenças justificadas e simultaneamente falsas. Por exemplo, ao observar a enciclopédia em cima da secretária do meu quarto formo a crença de que a capa da enciclopédia é preta. Ainda que a minha crença esteja justificada, porque fiz uso de um processo fiável de produção de crenças, é todavia falsa, a capa da enciclopédia não é preta mas castanha. Este meu erro de observação da cor da capa da enciclopédia resultou do meu cansaço naquele momento e da escuridão presente no quarto. A resposta de Goldman para casos como este é a de que tais situações sucedem numa percentagem reduzida comparativamente com aquelas em que tal não sucede.

Uma nova questão que se coloca à definição (A), e que também afecta a definição (I), é a de saber se a justificação de uma crença é determinada apenas pela taxa de crenças verdadeiras produzida no mundo actual ou inclui a produção de crenças verdadeiras noutros mundos possíveis. Se um sistema de regras é considerado correcto num mundo possível pode ser considerado correcto noutros mundos possíveis?

Imaginemos um mundo possível W no qual um demónio benevolente faz com que a ilusão seja um processo cognitivo fiável, de tal modo que as crenças resultantes são geralmente verdadeiras. É admissível que um tal processo seja permitido por um sistema de regras correcto no mundo possível W? Estão as crenças que resultam de um tal processo justificadas em W?¹⁴⁰

Goldman considera que a objecção do demónio benevolente não afecta a sua teoria epistémica, porque o processo cognitivo usado no mundo possível W, a ilusão, não é um processo cognitivo considerado fiável no *nosso* mundo, ainda que seja um processo considerado fiável em W. Dado que a ilusão é um processo com uma tendência para

¹³⁹ Goldman constata aqui que qualquer processo fiável de produção de crenças está sujeito a falhas e a fornecermos crenças erradas. Portanto, fiabilidade (de um processo cognitivo) não é sinónimo de infalibilidade (desse processo).

¹⁴⁰ A objecção do demónio benevolente ao fiabilismo de Goldman está relacionada com a objecção do demónio maligno, que veremos adiante. A diferença reside no seguinte: enquanto no caso da objecção do demónio benevolente, o mundo exterior é tal como julgamos ser, no caso da objecção do demónio maligno, o mundo exterior não é tal como julgamos ser.

produzir um número elevado de crenças falsas no *nosso* mundo, conclui Goldman que as crenças das pessoas no mundo do demónio benevolente não se encontram justificadas.

Tal significa que o relato fiabilista de Goldman passa de processos cognitivos (de facto) fiáveis de formação de crenças para processos cognitivos de formação de crenças que *acreditamos* serem fiáveis.

Um problema que daqui resulta é o que ao apelar-se para os processos cognitivos fiáveis no *nosso* mundo, o significado de ‘justificado’ passa a ser determinado pelo conjunto de processos cognitivos que *acreditamos* serem fiáveis no *nosso* mundo, e não pelos processos cognitivos que efectivamente *são* fiáveis no mundo actual.

Goldman procura entretanto fazer face a esta objecção e em particular à objecção do demónio maligno, de acordo com a qual, estaríamos no mundo actual a ser governados por um demónio maligno que torna as nossas crenças na sua maioria falsas. A questão que se coloca ao fiabilismo com a hipótese do demónio maligno é a seguinte: Como conjugar o facto de as nossas crenças estarem justificadas no mundo governado pelo demónio maligno (devido ao *nosso* desconhecimento da existência de um tal demónio) com o facto da maioria das nossas crenças nesse mundo não ser efectivamente indicadora da sua verdade e, portanto, à luz do relato fiabilista de Goldman não resultarem de processos fiáveis de produção de crenças e não se encontrarem justificadas.

A hipótese do génio maligno conduz Goldman a reformular o seu relato fiabilista. Goldman considera que a fiabilidade dos processos cognitivos não deve ser avaliada a partir do que se acredita em relação a tais processos no mundo actual, mas a partir da fiabilidade dos processos que se considera existir nos *mundos normais*.

Os *mundos normais* correspondem para Goldman aos mundos “consistentes com as nossas crenças *gerais* acerca do mundo actual” (1986: 107), i. e., mundos nos quais as crenças que neles poderíamos obter são consistentes com as crenças que obtemos e poderemos obter no mundo actual. Com esta alteração, o relato fiabilista de Goldman dos *mundos normais* passa a acomodar a hipótese do demónio maligno, porque no mundo governado pelo demónio maligno as nossas crenças passam a estar justificadas à luz desta alteração do relato fiabilista promovida por Goldman. Neste sentido, um processo fiável já não é um processo que se acredita ser fiável no *nosso* mundo, mas é aquele que tem uma elevada taxa de produção de crenças verdadeiras nos *mundos normais*.

A alteração promovida por Goldman passa a ser a seguinte: um sistema de regras é correcto num mundo possível *W* se e somente se o sistema de regras tem uma taxa suficientemente elevada de produção de ‘crenças verdadeiras’ em *mundos normais*.

Goldman apresenta deste modo a sua definição dos *mundos normais* (MN)¹⁴¹:

¹⁴¹ A sigla MN é a abreviatura de Mundo Normal.

(MN) – *Um sistema de regras é correcto em qualquer mundo W se e somente se tal sistema possui uma taxa suficientemente elevada de verdade em mundos normais.* (1986: 107)

Um outro problema que se coloca à definição (A), e que afecta igualmente a definição (I), é o caso do agente possuir uma crença p fiavelmente causada e simultaneamente possuir razões que o fazem acreditar que p foi causada por um processo não fiável. É admissível, neste caso, considerar-se que a crença p de A se encontra justificada?

Imaginemos que o Rui possui a crença p de que o Presidente da República se encontra em Caldas da Rainha, porque viu o Presidente a cerca de três metros do local onde se encontrava rodeado por jornalistas no Parque D. Carlos I. Minutos mais tarde ao entrar num café ouve a notícia na televisão que o Presidente se encontra na Faculdade de Letras de Lisboa a participar como convidado num colóquio interdisciplinar subordinado ao tema *Será que existe Europa?* Nos jornais do dia seguinte, Rui lê novamente a notícia que o Presidente da República esteve na Faculdade de Letras de Lisboa. Ainda assim, Rui mantém a sua crença acerca da localização do Presidente, confiante de que a sua visão não o enganou e que os meios de comunicação social estavam enganados.

Mas está Rui neste caso justificado a acreditar em p ? À partida, Rui não está justificado a acreditar em p , mas dado que p resultou de um processo fiável, a definição (A) torna a crença p de Rui justificada.

Para evitar esta dificuldade, Goldman apresenta a seguinte definição:

Definição (B) – *“Se a crença de S que p em t é causada por um processo cognitivo fiável, e S acredita em t que a sua crença p é causada por um tal processo, e esta sua metacrença é causada por um processo cognitivo fiável, então a crença de S em p está justificada.”* (1998: 105)

Um problema que resulta imediatamente da definição (B) é o de impedir que crianças de tenra idade possuam crenças justificadas, por não possuírem quaisquer crenças acerca da “*génese das suas crenças*” (1998: 105), i. e., por não reconhecerem, por exemplo, que uma sua crença p foi obtida através da visão e que um tal processo perceptivo é fiável.

A definição (B) procura evitar contra-exemplos como o caso do Rui, ao estabelecer que a metacrença do agente seja causada por um processo cognitivo fiável. Mas tratando-

se a metacrença de uma crença, também a metacrença necessita de estar justificada, o que nos conduz aparentemente para uma regressão infinita da justificação.

A noção de ‘metacrença’ deve, portanto, ser retirada da definição. Uma forma de se reformular a definição (B) é através de uma reanálise do caso do Rui. O que é que fez com que Rui acredite que o Presidente da República se encontra em Caldas da Rainha? Foi o facto de o ter visto no Parque D. Carlos I. Entretanto, outras evidências fiáveis colocaram em causa a justificação do Rui acerca da localização do Presidente.

Mas por que razão Rui não tomou em devida consideração as fortes evidências contra a sua crença? Caso o Rui tivesse considerado essas evidências, certamente deixaria de acreditar que o Presidente se encontrava no Parque D. Carlos I. A questão é que o Rui devia ter feito uso de tais evidências, que fazem parte de um processo (condicionalmente) fiável, e não o fez, quando teve oportunidade para o fazer.

Como resultado, Goldman apresenta a seguinte definição:

Definição (C) – “*Se a crença de S que p em t resulta de um processo cognitivo fiável, e não se encontra disponível a S qualquer outro processo fiável ou condicionalmente fiável que, caso fosse usado por S além do processo presentemente usado, resultasse em S não acreditar que p em t, então a crença de S que p em t está justificada.*”¹⁴² (1998: 106)

Esta definição aparenta dar conta do caso do Rui e não inclui a noção de metacrença. No entanto, a definição apresenta, de acordo com Goldman, dois problemas.

O primeiro problema refere-se à dificuldade de conciliar o uso por parte de um agente de dois processos cognitivos fiáveis, dado existir um processo cognitivo original e um outro processo cognitivo adicional que, na eventualidade de ser usado pelo agente, pudesse conduzir a um diferente estado doxástico. Caso o agente faça uso do processo cognitivo adicional, o processo cognitivo original deixa de fazer sentido, o que cria um problema na definição.

O segundo problema resulta do uso, aparentemente ambíguo, do termo ‘disponível’ na definição. O que significa concretamente este estar ‘disponível’? É no sentido de posse por parte do agente ou no sentido de possibilidade de obtenção (incluindo uma variação de grau de maior ou menor dificuldade de obtenção)? A definição não nos elucida em relação a esse aspecto¹⁴³.

¹⁴² GOLDMAN, A., *op. cit.* (1979), 1998, p. 106.

¹⁴³ Como teremos oportunidade de ver, Goldman será mais tarde (1998: 58) novamente confrontado com o uso ambíguo do termo “disponível”, ao incluir este mesmo termo no que irá designar por *justificação fraca* em *Strong and Weak Justification*.

De forma a evitar aqueles dois problemas, Goldman reformula a definição (C). Essa reformulação é apresentada em *Epistemology and Cognition* com a definição (II) que apresentámos atrás. De certo modo, a definição (II) sustenta que para A estar justificado a acreditar que p em t não pode ter razões para acreditar que p não foi fiavelmente causada. Obtemos assim a definição (II) reformulada:

Reformulação da definição II (RD II) – A está justificado a acreditar que p em t se e somente se A não tem razões para acreditar que p não foi fiavelmente causada¹⁴⁴.

De acordo com (RD II), A encontra-se justificado a acreditar que p em t se e somente se p é o resultado de um processo cognitivo fiável de produção de crenças e A não tem razões para acreditar que p em t não foi fiavelmente causada.

Um aspecto importante a retirar de (RD II) é o facto da justificação já não se referir apenas ao *estar actualmente* justificado a acreditar que p, mas implicar a possibilidade de A *poder estar* justificado a acreditar numa proposição que não acredita actualmente. Este aspecto novo surge na definição (II) sob a forma de a justificação de A que p em t não ser “enfraquecida pelo estado cognitivo de A em t” e surge em (RD II) sob a forma de ‘A não ter razões para acreditar que p em t não foi fiavelmente causada’.

O *estar actualmente* justificado denomina Goldman de justificação *ex post*, enquanto a segunda forma de justificação, por implicar, dado o presente estado cognitivo de A, a possibilidade de *poder estar* justificado a acreditar numa proposição que presentemente não acredita, Goldman designa de justificação *ex ante*¹⁴⁵.

Um sistema de regras-J correcto exige, portanto, que a justificação de A que p em t não seja enfraquecida pelo estado cognitivo de A em t. Caso exista e esteja ‘disponível’ a A evidência que compromete a possibilidade de estar justificado em relação a p em t, ainda que continue a acreditar em p, A encontra-se então *ex ante* justificado a acreditar numa proposição (imaginemos q) que implica a rejeição de p, mesmo que presentemente não acredite em q. Portanto, para Goldman, caso exista este ‘enfraquecimento’ do estado cognitivo de A em t, A não se encontra justificado em relação a p devido a p não ser permitida por um sistema de regras-J correcto.

Podemos deste modo reformular o critério de correcção (CC).

¹⁴⁴ Esta reformulação da definição (II) de Goldman tem por base o modo como a definição (II) procura evitar as objecções de Bonjour sobre os casos da vidência que veremos mais adiante. Cf. em Goldman (1986: 111-112)

¹⁴⁵ Goldman estabeleceu pela primeira vez esta distinção no seu artigo de 1979 (Cf. 1998: 107). Ver igualmente esta mesma distinção em Goldman (1986: 112). A justificação *ex post* distingue-se em termos gerais da justificação *ex ante* pelo seguinte: enquanto na primeira forma de justificação, o agente encontra-se actualmente justificado a acreditar em p, na segunda, o agente *podia e devia* estar justificado a acreditar em q, ainda que presentemente não acredite em q mas em p.

Reformulação do Critério de Correção (RCC) – Um sistema de regras-J R é correcto se e somente se:

- a) R permite certos processos psicológicos (básicos);
- b) A instanciação desses processos resulta numa taxa de crenças verdadeiras que vai ao encontro de um determinado limiar (maior do que 50%);
- c) R não é enfraquecido pelo estado cognitivo de A.

Com base em (RCC), podemos reformular (RD II) para a seguinte definição mais simples:

Definição (III) – A está justificado a acreditar que p em t se e somente se p é permitido por um sistema correcto de regras-J.

Ainda que a definição (III) inclua implicitamente razões de base internalista, ‘A não tem razões para acreditar que p em t não foi fiavelmente causada’, essas razões não servem para justificar a fiabilidade de qualquer processo cognitivo.

Caso tais razões servissem essa finalidade, o fiabilismo de Goldman perderia o seu carácter externalista e tornava-se uma teoria internalista. Tais razões são introduzidas na definição num sentido negativo, enquanto não posse ou ausência de razões. Podemos designar este sentido negativo da justificação como justificação *internalista negativa*, por oposição à justificação internalista positiva.

Bonjour (2003: 30-33) critica a definição (III) de Goldman, que designa de “externalismo qualificado”, por acrescentar uma condição de carácter *internalista*. De acordo com Bonjour, a perspectiva internalista da justificação epistémica requer que:

- a) A tenha acesso (ou à sua disposição) razões (suficientemente fortes) para acreditar que p é verdadeira (é o requisito da justificação internalista positiva);
- b) A não tenha acesso (ou não estejam à sua disposição) razões para acreditar que p é falsa (é o requisito da justificação internalista negativa).

Para Bonjour, a “única razão para o requisito negativo é a de que a aceitação de crenças que são (...) improvavelmente verdadeiras é completamente irracional e irresponsável de um ponto de vista epistémico que procure a verdade (...). Mas esta razão suporta também completamente o requisito positivo” (2003: 32).

Tal significa que se a razão que se encontra na base do requisito positivo do internalismo é a mesma que se encontra na base do requisito internalista negativo adoptado pelo fiabilismo goldmaniano, na medida em que ambos os requisitos procuram evitar a situação irracional e irresponsável de ter que aceitar crenças improvavelmente verdadeiras, conclui Bonjour que não é possível ao fiabilismo “defender uma parte da sua posição sem minar a outra”. (2003: 33)

Neste sentido, Bonjour considera que o fiabilismo de Goldman procura conciliar em simultâneo duas perspectivas antagónicas acerca da justificação epistémica, o externalismo e o internalismo, conciliação que compromete o carácter externalista do fiabilismo.

Por outro lado, Bonjour admite não compreender a necessidade de Goldman ter que acrescentar ao seu fiabilismo o requisito *internalista negativo* da justificação, dado que um tal requisito não desempenha qualquer papel relevante para a justificação das crenças de uma perspectiva fiabilista, mas surge apenas de forma secundária. O único papel do requisito *internalista negativo* na definição (III) resulta do caso em que o requisito externalista ‘p ser o resultado de um processo cognitivo fiável de produção de crenças’ não seja cumprido.

Bergmann (2006: 690 e seguintes) replica às críticas de Bonjour ao fiabilismo de Goldman. Bergman sustenta que o facto de o internalismo incluir um requisito negativo da justificação, não significa que uma outra perspectiva epistémica que inclua o mesmo requisito esteja a fazer cedências ao internalismo. De acordo com Bergman, a característica distintiva do internalismo é a exigência do acesso à justificação de p por parte de A, exigência essa que o requisito *internalista negativo* da definição (III) não impõe.

Por outro lado, Bergmann não compreende o que conduz Bonjour a propor uma *única* razão de base para o requisito internalista negativo. Segundo Bergman, uma tal razão poderia ser a de que uma crença não está justificada “se se possui uma razão para ‘acreditar’ na sua falsidade ou uma razão para duvidar da fiabilidade da sua fonte”. E neste caso uma tal razão não serviria de base ao requisito internalista positivo.

35. Críticas de Haack ao fiabilismo

35.1. Principais críticas de Haack às teorias fiabilistas da justificação epistémica

De um modo geral, Haack apresenta duas principais críticas ao fiabilismo. A primeira crítica refere-se à associação que o fiabilismo estabelece entre a justificação e a verdade, quando se trata de aspectos que devem ser separados. Para as teorias fiabilistas, os processos fiáveis de produção de crenças estabelecem de forma imediata graus de acesso à verdade das crenças, mas para Haack, tal trata-se de um erro, porque a justificação apenas deve estabelecer as condições em que uma crença se encontra ou mais ou menos justificada e não as condições conducentes à sua verdade.

Pelo contrário, na teoria fundarentista de Haack verifica-se uma separação entre a *explicação* da justificação, a questão de saber se os critérios fundarentistas permitem

tornar ou não as crenças mais ou menos justificadas, e a *ratificação* da justificação, a questão de saber se os critérios fundarentistas são ou não conducentes à verdade das crenças. Aquilo que as teorias fiabilistas fazem é misturar a explicação com a ratificação da justificação, de tal modo que a resposta para o problema da explicação é a resposta para o problema da ratificação.

A segunda crítica de Haack às teorias fiabilistas incide na não exigência do acesso ao processo cognitivo que justifica as nossas crenças. De acordo com as teorias fiabilistas, uma crença *p* está justificada se for o resultado de um processo fidedigno de produção de crenças. Sendo o fiabilismo uma teoria externalista, o agente não necessita de ter acesso ao processo pelo qual a sua crença *p* foi formada, o que significa que o agente não necessita de aceder à razão (ou razões) que justificam *p*. Haack considera que a não necessidade de acesso às razões que justificam as nossas crenças compromete a possibilidade de estarmos justificados acerca de tais crenças.

Pelo contrário, no fundarentismo de Haack, a parte causal da justificação (evidência-S de A que *p*) corresponde a estados dos quais o agente tem consciência, possibilitando o acesso por parte de A às razões que justificam *p*.

35.2. Críticas de Haack à teoria fiabilista da justificação epistémica de Goldman: as três teorias fiabilistas

Apresento de seguida as críticas de Haack ao fiabilismo de Goldman em *Evidence and Inquiry* (1998: 139-152).

De acordo com Haack, Goldman delineou ao longo da sua produção filosófica três diferentes teorias fiabilistas da justificação epistémica¹⁴⁶. Haack propõe-se fazer uma análise crítica destas três teorias fiabilistas e provar que nenhuma delas consegue resolver as principais objecções que lhes foram dirigidas. Para Haack, as formulações das duas primeiras teorias fiabilistas goldmanianas fizeram-nas perder o seu carácter genuinamente fiabilista, enquanto a terceira reformulação, ainda que genuinamente fiabilista, não consegue lidar com as objecções.

I

Goldman distingue em *What is Justified Belief?* dois tipos de processos de formação de crenças, os processos incondicionais e os processos condicionais de formação de crenças, para a justificação de A que *p* em *t*. Os primeiros são processos que não resultam de outras crenças, como por exemplo a percepção, e que tendem normalmente a

¹⁴⁶ De acordo com Haack, as três teorias fiabilistas da justificação epistémica delineadas por Goldman percorrem cronologicamente as três seguintes obras de Goldman: a primeira teoria é formulada no artigo *What is Justified Belief?* de 1979, a segunda teoria é apresentada no livro *Epistemology and Cognition* de 1986 e a terceira teoria surge no artigo *Strong and Weak Justification* de 1988.

produzir crenças verdadeiras. Os segundos são processos de formação de crenças que resultam de outras crenças, como por exemplo o recordar algo, e que tendem normalmente a produzir crenças verdadeiras dadas as crenças de partida serem verdadeiras.

De acordo com Haack, esta divisão de processos no fiabilismo de Goldman apresenta uma estrutura fundacionalista, com as crenças resultantes de processos incondicionais de formação de crenças a desempenharem o papel de crenças básicas e as crenças resultantes das (supostas) crenças básicas por processos condicionais de formação de crenças a funcionarem como crenças derivadas.

Goldman estabelece em *What is Justified Belief?* duas qualificações na explicação da justificação ao antever a possibilidade de existir um mundo no qual um demónio benevolente organiza a realidade de modo a tornar as crenças resultantes de ilusões geralmente verdadeiras. Perante esta possibilidade, Goldman hesita em saber se deve reconhecer que nesse mundo possível as crenças resultantes de ilusões devam ser consideradas justificadas ou se deve modificar a sua teoria de modo a considerar apenas como justificadas as crenças que resultam de processos de formação de crenças que consideramos fiáveis no *nosso* mundo ou num *ambiente não manipulado*.

Goldman acolhe a segunda possibilidade. Mas ao mudar o seu relato da explicação da justificação de processos fiáveis de formação de crenças para processos que consideramos fiáveis no *nosso* mundo, Goldman faz com que a atribuição da propriedade da fiabilidade a um processo de formação de crenças passe a depender do que se *acredita* de um modo geral em relação a um tal processo. Portanto, a concessão dada por Goldman é a de passar o relato de ‘processos (de facto) fiáveis de formação de crenças’ para ‘processos de formação de crenças que *acreditamos* serem de um modo geral fiáveis’.

A segunda qualificação feita por Goldman resulta do seguinte: se um processo fiável de formação de crenças é aquele em relação ao qual se *acredita* de um modo geral ser fiável, para que A esteja justificado em relação a p é necessário que A tenha razões para acreditar na fiabilidade de um tal processo ou não tenha razões para acreditar que p não foi causada por um processo cognitivo fiável.

Tal como na primeira qualificação, Goldman é apresentado com duas opções e escolhe igualmente a segunda. Se Goldman escolhesse a primeira possibilidade, a sua teoria fiabilista perderia o carácter externalista e tornava-se internalista, porque comprometia o agente com a posse de razões para acreditar na fiabilidade do processo de formação de crenças.

De forma a acolher a segunda possibilidade, Goldman qualifica o seu relato da justificação afirmando que a crença p de A em t não está justificada se existir um processo fiável (ou condicionalmente fiável) que estando disponível e seja usado por A resulte em

A não acreditar que p em t. Entretanto, tendo por base esta qualificação, que acomoda a possibilidade de A não ter razões para acreditar que p não foi causada por um processo cognitivo fiável, Goldman reconhece não ser possível que A faça uso de todos os processos fiáveis que lhe estão disponíveis. Resta a A (1998: 106) basear a justificação de p nas *evidências* que se lembra e que resultaram da sua aplicação passada de tais processos cognitivos fiáveis.

De acordo com Haack, estas duas qualificações de Goldman retiram à sua teoria o carácter fiabilista. Por um lado, se a fiabilidade dos processos de produção de crenças passa a ser entendida como o que se *acredita* acerca da fiabilidade de tais processos, a fiabilidade dos processos cognitivos passa a depender do conjunto de processos que consideramos ser fiáveis, com a possibilidade de nem todos (ou mesmo nenhum) dos processos de produção de crenças desse conjunto serem *efectivamente* fiáveis. Por outro lado, ao introduzir no seu relato a noção de ‘evidência’ para se referir às evidências disponíveis a A para justificar p, Goldman teria de nos fornecer uma “explicação da noção de evidência e dos critérios para a avaliação do seu valor” (1993: 144), o que não fez.

A questão para Haack é que ainda que o fiabilismo de Goldman nos fornecesse uma explicação da noção de evidência, não se compreenderia a relevância de uma tal explicação para “servir como um apêndice de um relato fiabilista.” (1993: 144) Neste sentido, Haack considera que as modificações na teoria fiabilista de Goldman parecem aproximá-la mais de uma teoria fundarentista da justificação epistémica.

II

Devido às dificuldades apresentadas atrás, Goldman parece aparentemente reconhecer que a sua teoria fiabilista exposta em *What is Justified Belief?* não resulta. Nesse sentido, apresenta uma nova versão da sua teoria em *Epistemology and Cognition* para fazer face àquelas dificuldades.

Em *Epistemology and Cognition*, Goldman apresenta os critérios de correcção para a constituição de um sistema correcto de regras-J, regras autorizadas para a formação de uma crença justificada. A definição proposta por Goldman de sistema correcto de regras-J é a seguinte: “Um sistema R de regras-J é correcto se e somente se R permite certos processos psicológicos (básicos), e a instanciação desses processos resulta numa taxa de crenças verdadeiras que vai ao encontro de um determinado limiar (maior do que 50%)” (1986: 106)

Dada esta definição de Goldman, Haack faz apelo a uma das objecções de Bonjour (2002: 34-57) a uma tal definição, de acordo com a qual, existem casos nos quais, embora a crença p de A tenha resultado de um processo cognitivo fiável, não é admissível que A esteja justificado relativamente a p. Esses casos variam entre A ter razões para acreditar

que o processo cognitivo usado não é fiável e A não ter razões para acreditar que o processo cognitivo usado é fiável.

Os casos apresentados por Bonjour como contra-exemplos à definição de Goldman são casos de vidência, casos nos quais os (supostos) videntes estariam justificados nas suas crenças à luz da definição fiabilista de Goldman, quando não se encontram efectivamente justificados. Os casos de Maud e Norman são elucidativos desses casos. Imaginemos Maud e Norman como possuindo poderes completamente fiáveis de vidência. Maud acredita que possui tais poderes, ainda que tenha fortes evidências contra a possibilidade de tais poderes. Norman não tem qualquer evidência a favor ou contra a possibilidade de tais poderes ou de ele próprio possuir tais poderes¹⁴⁷.

Goldman reconhece a pertinência da objecção de Bonjour e acrescenta uma nova condição necessária à sua definição de sistema correcto de regras-J: “A crença p de S em t está justificada se e somente se: a) S acreditar que p em t é permitido por um sistema correcto de regras-J e b) esta permissão não é enfraquecida pelo estado cognitivo de S em t.” (1986: 63)

Um problema que afecta esta definição, assim como a definição anterior, é o facto de S estar comprometido a acreditar que p é permitido por um sistema correcto de regras-J. A questão é que não existe qualquer compromisso que Maud e Norman tenham de ter alguma ideia acerca do que seja um sistema correcto de regras-J. Nesse sentido, Goldman modifica o seu relato para: caso S acredite, justificadamente ou não, numa proposição q que enfraquece a sua crença em p e caso q seja verdadeira, a crença de S em p não seria permitida por um sistema correcto de regras-J.

No entanto, esta modificação de Goldman não funciona de réplica à objecção dos casos de Maud e Norman, porque nenhum deles acredita em q, i.e., que não possui poderes de vidência. Nesse sentido, Goldman reformula a sua definição para “existe um certo q que caso seja verdadeiro, a crença em p não seria permitida por um sistema correcto de regras-J, e S estaria justificado a acreditar em q.” (1998: 146)

A expressão “S estaria justificado a acreditar em q” compromete Goldman com uma justificação *ex ante*, de acordo com a qual, S *podia e devia* estar justificado a acreditar em q, ainda que não acredite em q. Vamos ver de que modo esta qualificação na definição de Goldman aplica-se aos casos de Maud e Norman.

A justificação *ex ante* aplica-se ao caso de Maud do seguinte modo: dado que Maud possui fortes evidências contra a possibilidade dos poderes de vidência, Goldman alega que Maud *podia e devia* estar justificado a acreditar na impossibilidade dos poderes

¹⁴⁷ De notar que estes casos de vidência apresentados por Bonjour para que funcionem como objecção ao fiabilismo de Goldman, Maud e Norman não têm evidências *a favor* da posse de tais poderes completamente fiáveis de vidência, porque nesse caso o fiabilismo tornar-se-ia uma teoria internalista.

de vidência. Neste sentido, Goldman considera que Maud se encontra *ex ante* justificado a acreditar que não possui quaisquer processos fiáveis de vidência.

Em relação ao caso de Norman, atendendo a que não possui evidências contra a possibilidade dos poderes de vidência, a justificação *ex ante* aplica-se ao caso de Norman do seguinte modo: dado que Norman não possui qualquer evidência a favor da possibilidade dos poderes de vidência ou a favor da possibilidade de possuir tais poderes, diz-nos Goldman que Norman, devido a essa ausência de evidências, deveria ter raciocinado de forma a concluir que aparentemente não possui quaisquer processos fiáveis de vidência. Portanto, para Goldman, Norman encontra-se *ex ante* justificado a acreditar que não possui quaisquer processos fiáveis de vidência.

Para Haack, a dificuldade que resulta do relato oferecido por Goldman acerca da justificação *ex ante* refere-se ao modo como pode ser claramente explicada em termos fiabilistas. E para Haack tal não é possível, porque ao contrário da justificação *ex post*, a justificação *ex ante* não se refere ao processo pelo qual o agente chegou a uma dada crença, mas aplica-se a situações nas quais o agente não chegou à crença em questão e que “estaria justificado se chegasse.” (1998: 147)

Por outro lado, para Haack, se se entender que a justificação *ex ante* se refere a processos cognitivos de justificação ‘disponíveis’ ao agente, constatamos que Goldman já tinha admitido em *What is Justified Belief?* o uso “problemático” da noção de processos disponíveis ao agente.

Uma outra crítica de Haack a Goldman é que a justificação *ex ante* é expressa em termos de *razões* que o agente deveria ter ou pelo menos deveria ter usado para duvidar da fiabilidade do processo de aquisição de crenças e em termos “da falha do agente por não tomar em consideração *esta evidência*.” (1998: 147) Haack considera que um tal relato por se centrar nas *razões* (que o agente deveria ter) e na *evidência* à ‘disposição’ do agente parece afastar decisivamente Goldman de um relato fiabilista.

De acordo com Haack, os casos apresentados por Bonjour como crítica a Goldman provam que a fiabilidade dos processos cognitivos não é uma condição suficiente para a justificação das crenças, na medida em que A pode não estar justificado acerca de p e p ter resultado de um processo cognitivo fiável. Haack alega que também é possível imaginar casos nos quais a fiabilidade dos processos cognitivos de formação de crenças não é uma condição necessária para a justificação, dado ser possível A estar justificado acerca de p e p não ter resultado de qualquer processo cognitivo fiável.

Haack apresenta o seguinte exemplo: imaginemos que “Nigel chegou a uma certa crença através da sua visão, que se encontra efectivamente a funcionar mal, pelo que o processo não é fiável; entretanto, tem sido informado pelo seu oftalmologista dos

resultados de numerosos testes aos quais tem sido submetido, e possui todas as razões para acreditar que os seus olhos estão a funcionar normalmente.” (1998: 148) Neste caso, a crença de Nigel está justificada, ainda que o processo que o conduziu a tal crença não seja fiável.

III

De acordo com Haack, a terceira teoria fiabilista de Goldman resulta da modificação introduzida por Goldman como resultado da hipótese do nosso mundo ser governado por um demónio maligno que torna as nossas crenças na sua maioria falsas. O problema que se coloca ao fiabilismo com uma tal hipótese é o seguinte: por um lado, possuímos crenças justificadas, pelo desconhecimento que temos da existência de um tal demónio. Por outro, as nossas crenças não são indicadoras da verdade, o que significa que à luz do relato fiabilista de Goldman as nossas crenças não resultam de processos fiáveis de produção de crenças e não se encontram justificadas.

A alteração promovida por Goldman na sua teoria é a de se interpretar a fiabilidade dos processos que constam da definição de sistema correcto de regras-J e que “resultariam numa taxa de verdade de crenças que atinge um limiar específico elevado” como processos que se verificam, não no mundo actual, mas em *mundos normais*. Para Goldman, um *mundo normal* é entendido como um mundo “consistente com as nossas crenças gerais acerca do mundo actual”.

Com esta alteração do relato fiabilista, Goldman acomoda a possibilidade das crenças das pessoas do mundo do demónio maligno estarem justificadas, porque os processos cognitivos usados por essas pessoas são considerados fiáveis em *mundos normais*. Deste modo, a fiabilidade dos processos cognitivos passa a não depender do que se acredita ser um processo fiável no *nosso* mundo, mas do que é considerado ser um processo cognitivo fiável nos *mundos normais*.

Não obstante este ‘alargamento’ da fiabilidade do mundo actual para os *mundos normais*, Goldman considera que “as regularidades fundamentais do mundo que definem a classe de mundos normais” não se aplicam “às propriedades dos nossos próprios processos cognitivos” (1986: 108). Tal significa que processos cognitivos considerados fiáveis no nosso mundo possam não ser fiáveis nos *mundos normais* e que processos cognitivos que não são considerados fiáveis no nosso mundo possam ser considerados fiáveis nos *mundos normais*.

Neste sentido, para Haack, a proposta de Goldman com os *mundos normais* implica que não exista uma restrição acerca de quais os processos considerados fiáveis nos *mundos normais*, o que significa que possam ser considerados fiáveis processos como a vidência ou os próprios sonhos. Não sendo tais processos admitidos como fiáveis no nosso

mundo (ainda que o pudessem ser num outro *mundo normal*), Goldman é conduzido a aceitar que a sua resposta para a objecção do demónio maligno implica que as nossas crenças não se encontram justificadas.

No seu artigo *Strong and Weak Justification*¹⁴⁸, Goldman procura apresentar uma nova resposta para a objecção da hipótese do demónio maligno, abandonando de vez o requisito dos ‘mundos normais’. Neste artigo, Goldman defende que existe um conceito *forte* e um conceito *fraco* de justificação. De acordo com o conceito *forte* de justificação, as nossas crenças são o resultado de um processo fiável de produção de crenças e, de acordo com o conceito *fraco* de justificação, o agente não é culpado de possuir uma certa crença.

Com base nesta distinção, Goldman sustenta que tal como um indivíduo que viva numa comunidade pré-científica estaria *fracamente* justificado acerca das suas crenças (por não ter culpa de possuir as crenças que possui, devido ao atraso científico da sua comunidade), também na hipótese do demónio maligno estaríamos *fracamente* justificados acerca das nossas crenças, ainda que não *fortemente* justificados.

O apelo feito por Goldman para o ‘sujeito ignorante’ da comunidade pré-científica, para alegar que este se encontra apenas *fraca* e não *fortemente* justificado, baseia-se na ideia de que as crenças do ‘sujeito ignorante’ não são o resultado de processos fiáveis de produção de crenças, e que o mesmo pode ser aplicado a *nós* no mundo do demónio maligno.

Haack considera que o apelo para o ‘sujeito ignorante’ baseia-se antes na ideia que “as suas crenças [do sujeito ignorante] não satisfazem o nosso critério de evidência, não encontram o que tomamos como indicações da verdade” (1998: 152). Tal significa que, para Haack, a ideia que se encontra na base do apelo para o ‘sujeito ignorante’ não pode ser aplicada ao caso do mundo do demónio maligno, no qual, por hipótese, nos encontraríamos. Neste sentido, o paralelismo que Goldman procura estabelecer entre a situação do ‘sujeito ignorante’ da comunidade pré-científica e a nossa situação no mundo do demónio maligno, como situações nas quais os indivíduos se encontram *fracamente* justificados, não colhe.

Haack sustenta que Goldman continua sem conseguir explicar em que medida se pode considerar que as nossas crenças estejam justificadas na hipótese de vivermos no mundo do demónio maligno. Dado o falhanço de Goldman em fornecer essa explicação, Haack considera que a distinção estabelecida por Goldman entre os dois conceitos de

¹⁴⁸ GOLDMAN, A., “Strong and Weak Justification” in *Philosophical Perspectives*, Vol. 2, Epistemology, 1988, pp. 51-69.

justificação não serve para estabelecer que o fiabilismo seja uma teoria correcta acerca do conceito *forte* de justificação epistémica.

36. Outras objecções ao fiabilismo de Goldman

36.1. A objecção da ignorância do processo de justificação das crenças

Sendo o fiabilismo de Goldman uma teoria externalista, não nos compromete com a seguinte tese internalista acerca da justificação epistémica:

1. A possui razões para acreditar que *p* é verdadeira.

Alternativamente, o fiabilismo de Goldman defende:

2. A não necessita de possuir razões para acreditar que *p* é verdadeira (ou que resultou de um processo cognitivo fiável).

Dado 2, temos a seguinte situação difícil para Goldman:

- a) A possui uma crença *p* que acredita ter sido fiavelmente produzida.
- b) A não possui razões para acreditar que *p* foi fiavelmente produzida.

De acordo com o fiabilismo de Goldman, se A não possui razões para acreditar que *p* resultou de um processo cognitivamente fiável, é admissível afirmar que A está justificado a acreditar em *p*? Como pode A saber se o processo cognitivo usado é ou não fiável?

Imaginemos o seguinte exemplo: um cirurgião implantou no cérebro do Sr. Mendes um dispositivo que lhe permite saber com exactidão a temperatura exterior dos vários ambientes em que se encontra. O Sr. Mendes desconhece a existência de tal dispositivo implantado no seu cérebro e tem acertado sempre na temperatura exterior dos vários ambientes que frequenta. Após essas várias experiências, o Sr. Mendes acredita no momento *t* na crença *p* de que a temperatura no interior do seu carro é de 25°centígrados e acredita que o processo cognitivo que o conduziu a essa crença é fiável.

Este exemplo respeita as condições exigidas pelo fiabilismo de Goldman para a justificação de uma dada crença. Todavia, o Sr. Mendes desconhece as razões que o fazem acertar nas temperaturas ambientes e, nesse sentido, não possui qualquer razão para acreditar que *p* em *t* foi fiavelmente produzida. É admissível afirmar que o Sr. Mendes está justificado a acreditar que *p*?

Por outro lado, se A não necessita de aceder à razão (ou razões) que tornam *p* provavelmente verdadeira, está A a ser racional e responsável ao aceitar *p*?

36.2. A objecção da generalidade

A objecção da generalidade ataca a possibilidade dos processos cognitivos fiáveis de produção de crenças que o fiabilismo alega poderem servir para justificar quaisquer crenças.

Se o fiabilismo faz depender a justificação de *p* do uso de um tipo *geral* de processo cognitivo fiável, um tal critério não serve para justificar quaisquer crenças, porque processos cognitivos mais específicos são mais fiáveis do que os menos específicos. Se o fiabilismo faz depender a justificação de *p* do uso de um tipo *específico* de processo cognitivo, pode dar-se o caso do processo em questão ser ou completamente fiável ou completamente não fiável na situação de apenas ter ocorrido uma instância de um tal processo.

Um problema que, de acordo com Goldman, resulta directamente desta segunda hipótese é o de que “poderia ser dito que crenças que se encontram intuitivamente injustificadas podem ter resultado de processos perfeitamente fiáveis; e poderia ser dito que crenças que se encontram intuitivamente justificadas podem ter resultado de processos perfeitamente não fiáveis.” (1998: 99)

Analisemos mais atentamente estas duas possibilidades com que o fiabilismo é confrontado. Suponhamos que o fiabilismo considera que a justificação de *p* depende de um tipo *geral* de processo cognitivo fiável. Uma questão que se coloca de imediato é a de que aparentemente quanto mais específico for o processo cognitivo mais fiável se apresenta.

Por outro lado, *p* poder ser obtida de várias formas dentro de um e mesmo tipo *geral* de processo cognitivo fiável. Imaginemos que enquanto caminho por uma zona de árvores de fruto, deparo-me com uma macieira do meu lado esquerdo. Fiz uso de que processo cognitivo para obter a crença que à minha esquerda se encontra uma macieira? Fiz uso da percepção (dita de um modo geral), da percepção visual de objectos físicos de tamanho médio, da percepção sob condições de luz e de distância não especificadas, da percepção visual sob boas condições de luz, da percepção visual sob boas condições de luz e a uma distância reduzida?

Dada a diversidade de processos que fazem parte de um mesmo tipo *geral* de processo cognitivo fiável, neste caso a percepção, verifica-se aparentemente que quanto maior for a especificidade do processo cognitivo em questão, mais fiável se torna. Tal significa que a proporção de crenças verdadeiras produzidas por cada um dos processos referidos acima varia imenso e dado que o fiabilismo não sugere sequer o processo cognitivo que garante a justificação daquela minha crença, o fiabilismo compromete seriamente o objetivo de fornecer um critério-base de justificação de crenças.

Suponhamos agora que o fiabilismo entende que a justificação de *p* depende de um tipo *específico* de processo cognitivo. Uma consequência que decorre desta hipótese é a de o processo cognitivo *específico* apenas ter sido usado uma vez, o que implica que o processo é ou completamente fiável ou completamente não fiável.

Imaginemos que acredito em *t* que se encontra um galo no telhado de uma casa através do recurso a um processo de percepção visual no qual o objecto de crença (neste caso, o galo) se encontra a uma distância do local onde me encontro de 11,452 metros e a luz solar apresenta em *t* um fluxo de luminosidade de 75632 lux¹⁴⁹. Imaginemos agora que um tal processo cognitivo apenas tinha ocorrido uma única vez e tinha conduzido à formação de uma crença falsa. Neste caso, para o fiabilismo, a minha crença não se encontra justificada porque não resultou de um processo fiável de produção de crenças. Mas é legítimo defender uma tal posição neste caso (em que o galo se encontra a pouco mais de dez metros de distância sob uma boa iluminação)?

36.3. A objecção do demónio maligno

A objecção do demónio maligno ao fiabilismo pretende provar que o fiabilismo não é uma condição necessária para a justificação, dado poder existir o caso de *A* estar justificado acerca de *p* e *p* não ter resultado de um processo cognitivo fiável de produção de crenças.

Imaginemos um mundo habitado por um grupo de pessoas que é controlado por um demónio maligno. Este demónio, que o grupo desconhece a sua existência, controla a sua experiência sensorial e introspectiva, produzindo-lhes o mesmo tipo de experiências que teriam se vivessem no nosso mundo.

Como resultado de serem controlados pelo demónio maligno, as crenças do grupo de pessoas são na sua maioria falsas¹⁵⁰, mas encontram-se justificadas devido ao seu desconhecimento do demónio e do controlo que este exerce sobre as suas experiências. Por o demónio fazer com que o grupo de pessoas acredite em crenças na sua maioria falsas, o fiabilista é conduzido a aceitar que as crenças deste grupo de pessoas não são o resultado de processos cognitivos fiáveis e, portanto, que não se encontram justificadas, conclusão que é intuitivamente implausível.

A resposta de Goldman à objecção é a de passar a avaliar a fiabilidade dos processos cognitivos a partir do que é considerado fiável nos *mundos normais*, mundos

¹⁴⁹ Lux é a unidade de luminosidade. A luz solar num dia muito solarengo pode atingir uma quantidade de 100000 lux.

¹⁵⁰ As crenças do grupo são na sua maioria, e não todas, falsas, porque algumas crenças do grupo são admitidas por princípio verdadeiras, como por exemplo, a crença que existem, a crença que ocupam um determinado espaço ou que pensam.

‘consistentes com as nossas crenças gerais acerca do mundo actual’, o que lhe permite acomodar a hipótese do mundo controlado pelo demónio maligno e sustentar que as crenças do grupo de pessoas se encontram justificadas por serem o resultado de processos cognitivos fiáveis em *mundos normais*.

Bonjour (2002b: 228-230) critica esta proposta de Goldman dos *mundos normais*, distinguindo a fiabilidade *genuína* e a fiabilidade *normal*. De acordo com Bonjour, Goldman parece formular com a sua proposta dos *mundos normais*¹⁵¹ duas formas de fiabilidade.

Por um lado, Goldman apresenta o que Bonjour designa de fiabilidade *genuína*, de acordo com a qual, as crenças que resultam de um processo fiável genuíno são crenças que objectivamente tendem a ser verdadeiras. Por outro, Goldman sugere o que Bonjour designa de fiabilidade *normal*, usada pelos elementos do grupo do mundo do demónio maligno, de acordo com a qual, as crenças que resultam de processos fiáveis normais estão justificadas, mas por lhes faltar a objectividade da fiabilidade genuína, não são consideradas provavelmente verdadeiras.

Se um dos critérios fiabilistas de justificação é o de produzir uma taxa substancial de crenças verdadeiras e a fiabilidade *normal* não conduz a esse resultado, o fiabilismo de Goldman é colocado em causa.

Goldman apresenta em *Strong and Weak Justification* uma nova reformulação da sua teoria para fazer face aos problemas resultantes da sua proposta dos *mundos normais* e distingue duas concepções de justificação, a *justificação fraca* e a *justificação forte*¹⁵².

A *justificação fraca* é aquela na qual o agente não é *epistemicamente culpado* de possuir uma crença ‘mal-formada’, i.e., uma crença que não resultou de processos

¹⁵¹ De notar que Goldman, antes das críticas de Haack, tinha reconhecido em *Strong and Weak Justification* (1988: 62) alguns problemas à sua proposta dos *mundos normais* que passo a expor na forma de questões: Que crenças gerais acerca do mundo actual devem ser consideradas, devido à sua relevância, pelo requisito dos *mundos normais*? Um sistema de regras é correcto apenas e somente se tiver uma taxa elevada de verdade nos *mundos normais*? O que entender por “nossas” quando se afirma que os *mundos normais* são mundos consistentes com as nossas crenças gerais acerca do mundo actual? Podem ser qualificadas de justificadas as crenças formadas num mundo não normal W por processos com uma elevada taxa de verdade em W?

¹⁵² As noções de *justificação forte* e *justificação fraca* surgem a partir de uma análise comparativa estabelecida por Goldman entre a nossa cultura científica e uma cultura tradicional não-científica. Uma questão que se coloca é a de saber, por exemplo, se um indivíduo da cultura tradicional se encontra justificado a acreditar que vai ocorrer dentro em breve uma batalha com base em procedimentos considerados fiáveis pela sua cultura, como o recurso à astrologia ou a um oráculo. De acordo com Goldman, o indivíduo está *fracamente* justificado a acreditar na ocorrência da batalha, dado *não ser epistemicamente culpado* de possuir tal crença. O objectivo de Goldman é o de estabelecer um paralelismo entre a situação dos indivíduos em tal cultura tradicional e a situação do grupo de pessoas no mundo do demónio maligno. Cf. Goldman (1988: 51-53).

cognitivos fiáveis e/ou condicionalmente fiáveis¹⁵³. A *justificação forte* corresponde ao que Goldman designa por ‘crença bem-formada’, uma crença formada por um método ou um processo adequado/fiável tornando-a, por isso, provavelmente verdadeira.

Goldman considera que as crenças das pessoas do mundo do demónio maligno se encontram *fracamente* justificadas, ainda que não no sentido forte, porque a justificação forte requer a fiabilidade de processos.

Bonjour sustenta que se as pessoas do mundo do demónio estão tão justificadas nas suas crenças como estamos nas nossas, também as nossas crenças se encontram *fracamente* justificadas. Neste sentido, as nossas crenças nunca atingem o nível da *justificação forte*, o que significa que esta proposta de Goldman em distinguir a justificação fraca e forte conduz para um cepticismo em relação à possibilidade de se obter conhecimento¹⁵⁴.

Um outro problema que aparenta resultar desta proposta de Goldman é o seguinte: a distinção entre justificação fraca e justificação forte tem por base uma distinção cultural entre povos com uma diferente evolução científica, de acordo com a qual, indivíduos de uma cultura tradicional que usem processos considerados ‘fiáveis’ na sua cultura encontram-se *fracamente* justificados nas suas crenças e indivíduos da nossa cultura científica que usem processos considerados fiáveis na nossa cultura encontram-se *fortemente* justificados nas suas crenças.

Se seguirmos o mesmo critério de comparação de culturas em termos de maior ou menor evolução tecnológica e atendendo à possibilidade de existirem noutras galáxias culturas científica e tecnologicamente mais evoluídas que a nossa, também estaríamos *fracamente* justificados sobre as nossas crenças a par dos indivíduos da cultura tradicional. E aqui a questão, ao contrário da crítica anterior, já não depende da possibilidade ou não de habitar um mundo controlado por um demónio maligno, mas da possibilidade de sermos, ao nível do universo, uma cultura cientificamente atrasada.

¹⁵³ Goldman (1988: 59) apresenta as condições mediante as quais um agente se encontra *fracamente* justificado. De forma resumida, i) o processo cognitivo que produz a crença não é fiável; ii) A não acredita que o processo usado não é fiável; iii) A desconhece uma forma (fiável) de provar que o processo não é fiável; iv) A não acredita que exista um processo fiável alternativo que sendo usado conduziisse A a acreditar na não fiabilidade do processo utilizado.

¹⁵⁴ Goldman (1988: 64-65) anteviu uma objecção idêntica a esta. A ideia é a seguinte: se o mundo do demónio maligno e o nosso são experiencialmente indistintos, é uma questão de sorte se as nossas crenças estão fortemente justificadas dado não se poder saber se também estamos a ser enganados por um tal demónio. Portanto, o estarmos fortemente justificados em relação às nossas crenças é uma questão de sorte, mas dado que o conhecimento não pode depender da sorte, a proposta fiabilista de Goldman compromete a possibilidade de obtermos conhecimento. A resposta de Goldman é a de que a sorte é uma componente do conhecimento por uma crença justificada não nos garantir por si o acesso à verdade e, portanto, se a sorte faz parte do conhecimento, também pode fazer parte da justificação.

36.4. A objecção da vidência

A objecção da vidência¹⁵⁵ ao fiabilismo procura provar que o fiabilismo não é uma condição suficiente para a justificação epistémica das nossas crenças. Tal significa que a crença *p* de *A* pode resultar de um processo cognitivo fiável e *A* não estar justificado a acreditar que *p*. Laurence Bonjour (1985: 38-45) apresenta alguns casos na objecção da vidência às teorias fiabilistas.

Nos casos apresentados por Bonjour, os processos cognitivos usados pelos videntes são fiáveis, mas Bonjour considera que os videntes estão a ser irresponsáveis (e irracionais) ao aceitarem crenças que resultam das suas alegadas capacidades de vidência. Bonjour sustenta esta posição com a situação de num caso de vida ou de morte, os videntes terem de decidir entre a crença resultante do seu alegado poder de vidência e a crença, não compatível com aquela, resultante das evidências empíricas a que os videntes têm (ou pudessem ter) acesso. Para Bonjour, os videntes estariam a ser irresponsáveis ao optarem pela crença resultante do seu poder de vidência.

Para evitar este sentido de justificação irresponsável (e irracional) que compromete o critério fiabilista da justificação, Goldman irá procurar provar que os processos cognitivos usados pelos videntes não são *efectivamente* fiáveis e, portanto, que os videntes não se encontram justificados relativamente às suas crenças.

Apresentemos alguns desses casos. Samantha acredita que possui o poder da vidência sob certas condições, ainda que não tenha quaisquer razões a favor ou contra esta sua crença. Num certo dia, Samantha possui a crença *p* de que o Presidente está em Nova Iorque, ainda que esteja ciente da quantidade de provas cogentes que indicam que o Presidente está em Washington D. C., designadamente, noticiários, comunicados de imprensa e imagens em directo de Washington D. C. A crença de Samantha revela-se, afinal, verdadeira, por se ter tratado de um despiste da localização do Presidente realizado pelos meios de comunicação social como resposta da Casa Branca a uma ameaça de possível atentado ao Presidente. O poder de vidência usado por Samantha revelou-se completamente fiável sob as condições estipuladas e a crença de Samantha resultou de um tal poder. (1985: 38)

Goldman responderia ao caso de Samantha com a sua definição (III), porque Samantha possui (boas) razões para acreditar que *p* não resultou de um processo fiável de produção de crenças (ou porque estão disponíveis a Samantha outros processos cognitivos que caso fossem por si usados conduziram-na a não aceitar *p*). Neste sentido, a definição (III) implica que Samantha não se encontra epistemicamente justificada acerca de *p*.

¹⁵⁵ A capacidade de vidência é aqui entendida no seu sentido comum como uma *alegada* capacidade cognitiva do vidente para obter conhecimento de acontecimentos futuros.

Imaginemos agora o caso do vidente Norman que não tem acesso a provas contra p. Norman é um vidente completamente fiável em relação a certos assuntos e sob certas condições, mas não possui qualquer razão, a favor ou contra, em relação à possibilidade de um tal poder de vidência ou em relação ao facto de possuir um tal poder. Norman acredita num certo dia que o Presidente está em Nova Iorque e não possui qualquer evidência a favor ou contra essa crença. A crença de Norman revela-se verdadeira e resultou do seu alegado poder de vidência sob as condições estipuladas. (1985: 41)

Para Bonjour (1985: 42) a questão que se coloca ao caso de Norman é a de saber se o próprio *acredita* que possui o poder da vidência. Se Norman não acredita que possui tal poder, as crenças resultantes de tal poder são irracionais e irresponsáveis, se Norman acredita que possui o poder da vidência, as crenças resultantes são igualmente irracionais e irresponsáveis por não possuir quaisquer razões a favor da posse de um tal poder. Daqui conclui Bonjour que Norman não se encontra epistemicamente justificado relativamente a p.

A resposta de Goldman ao caso de Norman é a de provar que Norman se encontra justificado a acreditar na não fiabilidade do seu processo de justificação de crenças. Para isso, Goldman recorre à justificação *ex ante*, processo de justificação no qual o agente (*podia e*) *devia* estar justificado a acreditar numa proposição que presentemente não acredita.

De acordo com Goldman, Norman devia ter raciocinado do seguinte modo: “Se tenho o poder da vidência, devia ter provas desse poder. Dado que não possuo quaisquer provas desse poder, aparentemente o meu poder de vidência não é fiável”¹⁵⁶. (1986: 112) Dado que Norman podia e devia ter raciocinado daquele modo, Norman está justificado *ex ante* a acreditar que o seu poder de vidência não é fiável.

Bonjour (2002b: 231) considera que esta argumentação de Goldman também pode ser usada contra a sua teoria fiabilista. Imaginemos o caso da percepção visual. Se estabelecermos uma analogia com a justificação *ex ante* de Norman temos o seguinte: ‘Se tenho o poder da percepção visual, devia ter provas desse poder. Dado que não possuo quaisquer provas desse poder, aparentemente o meu poder de percepção visual não é fiável’. Goldman estaria obrigado a aceitar que a percepção visual não é um processo cognitivo fiável, o que é intuitivamente inaceitável. Ao fim ao cabo, o fiabilismo de Goldman estaria comprometido a aceitar que nenhuns dos processos cognitivos usados e que podem vir a ser usados pelos agentes são fiáveis, o que faria com que o fiabilismo perdesse todo e qualquer sentido.

¹⁵⁶ Alterei ligeiramente a justificação *ex ante* de Norman referida por Goldman de modo a simplificá-la e torná-la mais compreensível.

Anexo III

37. Algumas principais objecções à teoria fundarentista da justificação epistémica de Susan Haack¹⁵⁷

37.1. Objecção de Olav Gjelsvik em “Tracking truth and solving puzzles” in *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*, 40: 2, pp. 209-224.

Numa primeira parte do seu artigo, Gjelsvik procura provar que o fundarentismo de Haack não ultrapassa a dicotomia tradicional entre fundacionalismo e coerentismo e, numa segunda parte, que a teoria fundarentista de Haack não é preferível ao fiabilismo de Goldman.

De acordo com Gjelsvik, existem duas diferenças principais entre o coerentismo e o fundacionalismo: uma diferença relativa à direcção da justificação e outra relativa ao contributo da experiência (*input de não-crença*) para a justificação das crenças. A teoria fundarentista de Haack pretende recolher o que de melhor existe em cada uma daquelas duas teorias, procurando acomodar a tese coerentista de que não existe uma direcção na justificação e a tese defendida (pelo menos) por uma parte do fundacionalismo acerca da relevância da experiência para a justificação das crenças.

A construção do fundarentismo de Haack é feita na base da suposição de que qualquer teoria coerentista desautoriza a relevância da experiência para a justificação das crenças, mas Gjelsvik considera que uma tal suposição não é consensual e refere exemplos de coerentistas¹⁵⁸ que autorizam o contributo da experiência para a justificação. Nesse sentido, alega que a única diferença entre o coerentismo e o fundacionalismo reside na direcção da justificação. Não estabelecendo o fundarentismo de Haack qualquer direcção na justificação como o faz o fundacionalismo, Gjelsvik conclui que a teoria epistémica de Haack é coerentista.

Gjelsvik alega que também se pode admitir que a teoria epistémica de Haack é fundacionalista. Para isso, analisa o que se entende por direcção na justificação.

¹⁵⁷ Apresento este leque de críticas à teoria da justificação epistémica de Susan Haack por me parecerem as mais pertinentes de entre as críticas que Haack não replicou (ou pelo menos não tenho conhecimento que tenha replicado). A única excepção deve-se à crítica de Bonjour no ponto 37.3. a que Haack respondeu, mas por ter sido um autor abordado neste trabalho, achei por bem colocá-la nas críticas. Uma obra de Haack na qual a autora reúne, entre outras, algumas das críticas à sua teoria fundarentista é WALL, Cornelis De (ed.), *Susan Haack: A Lady of Distinctions – The Philosopher Responds to Her Critics*, Prometheus Books, 2007, pp. 57-126, mas por Haack lhes ter respondido, considerei que não iria visar o objectivo que aqui pretendo. De referir ainda que a ordem das críticas que aqui apresento deve-se unicamente ao facto das duas primeiras referirem-se ao fiabilismo, dando assim uma certa continuidade ao presente trabalho.

¹⁵⁸ Os exemplos de coerentistas que Gjelsvik refere são Quine, em especial o seu artigo “Two Dogmas of Empiricism” (consultar este artigo em *The Philosophical Review*, vol. 60, Nº 1, 1951, pp. 20-43) e Jonathan Dancy.

O fundarentismo de Haack admite como a maior parte das teorias fundacionalistas a relevância da experiência para a justificação. Nesse sentido, admite a par do fundacionalismo uma direcção única na justificação entre as experiências e as crenças.

Em relação à direcção da justificação entre as crenças, Gjelsvik considera que o fundarentismo de Haack sustenta a par do coerentismo a não existência de uma “direcção única de justificação entre crenças justificadas pelas experiências e as outras crenças.” (p. 212) Mas ao contrário do coerentismo autoriza relações unidireccionais de justificação entre experiências e crenças, e uma tal perspectiva é “naturalmente encarada como uma versão de fundacionalismo, na medida em que reconhece relações unidireccionais de justificação entre um tipo de justificadores e a justificação de saída, designadamente, entre experiências e crenças.”¹⁵⁹ (p. 212)

Tal significa que se as experiências são encaradas por Haack como conteúdos que desempenham um papel justificacional, i. e., se as relações de justificação não se restringem a relações entre crenças, Haack é fundacionalista. Se as experiências não são encaradas por Haack como conteúdos que desempenham um papel justificacional, mas apenas um papel causal, i. e., se as relações de justificação restringem-se a relações entre crenças, Haack é coerentista.

Gjelsvik analisa de seguida os argumentos que Haack utiliza contra o coerentismo e o fundacionalismo. O argumento que Haack usa contra as teorias coerentistas da justificação epistémica é o de que a coerência entre crenças não é só por si uma “garantia, ou mesmo uma indicação, da verdade.” (p. 213) Gjelsvik aceita que o fundarentismo de Haack acomode a experiência para a justificação, mas desempenhando a experiência na teoria de Haack o fundamento último da justificação e sendo as experiências são falíveis, Gjelsvik considera que também a justificação fundarentista não é uma garantia da verdade.

O argumento que Haack usa contra o fundacionalismo tem por base dois argumentos negativos de suporte do fundacionalismo, o argumento da circularidade e o argumento da regressão ao infinito. De acordo com Haack, ainda que sejam argumentos contra o coerentismo, não são argumentos decisivos a favor do fundacionalismo, porque também podem ser usados a favor do fundarentismo. Mas então o que é decisivo a favor do fundarentismo em relação ao fundacionalismo?

Haack alega que a perspectiva fundarentista permite que uma crença perceptual justificada pela experiência possa se tornar mais justificada pela relação com outras crenças mais gerais. Pelo contrário, o fundacionalismo por se encontrar comprometido com a tese da direccionalidade única da justificação a partir das crenças básicas, não

¹⁵⁹ De acordo com Gjelsvik, Haack rejeita a existência de uma direccionalidade única na justificação. Mas para Gjelsvik não é claro se Haack se refere apenas a uma relação de justificação entre crenças ou se se refere a uma relação geral de justificação entre justificadores e a justificação de saída.

permite que a justificação das crenças perceptuais pelas experiências seja reforçada por quaisquer outras crenças.

Gjelsvik considera que uma tal condição aparentemente a favor do fundarentismo sobre o fundacionalismo não é aceite por todos os fundacionalistas. De acordo com Gjelsvik, adeptos do fundacionalismo consideram que o ponto básico desta teoria não é a existência de duas classes de crenças, mas de “duas classes de justificadores, como por exemplo, experiências e crenças, e uma única direcção de justificação entre estas duas classes” (p. 214), não sendo forçoso a existência de uma direcção única na justificação entre crenças.

Neste sentido, para Gjelsvik, a ideia de que o fundarentismo de Haack se apresenta como uma teoria da justificação epistémica que transcende o coerentismo e o fundacionalismo não é tão clara e óbvia como Haack pretende fazer passar.

Para além da inexistência de uma direcção na justificação e da exigência do contributo da experiência para a justificação, Haack considera que uma outra condição que uma teoria adequada da justificação deve possuir é a do acesso à evidência (ou evidências), condição que lhe permite demarcar-se das teorias externalistas.

Uma das ideias-chave do fundarentismo de Haack é a de “apenas as causas da crença-S de A que são estados de A figurarem na caracterização da sua evidência-S.” No entanto, Gjelsvik alega que podemos “não estar conscientes do que actualmente nos causou a sustentar as crenças que sustentamos”, não sendo, por isso, “claro quais as crenças e experiências que nos causaram a sustentar a crença p” (p. 216).

Ora, se de acordo com Haack apenas a evidência a que A pode aceder funciona como evidência para a crença p de A e se nem sempre A tem acesso à evidência que causou p, pode dar-se o caso de existir evidência relevante de A para p mas que não contou como evidência de A para p. Por outro lado, também pode suceder que A conte como evidência para p evidência que efectivamente não serve como evidência para p. Neste sentido, Gjelsvik sustenta que o fundarentismo de Haack não apenas não estabelece o requisito de que “a evidência que possuímos é evidência [para p]” (p. 217), como também pode não tomar em consideração evidência relevante para p.

Com alguma ironia, Gjelsvik considera que a ideia de que não temos acesso a todos os elementos que servem para justificar p, é usada por Haack para criticar as teorias externalistas, em particular a teoria fiabilista de Goldman. Esta crítica de Haack sustenta que a não necessidade de se aceder aos elementos que servem de justificação a p, não garante a justificação de p. Gjelsvik questiona se não é legítimo usar o mesmo raciocínio contra o fundarentismo de Haack.

No ponto IV do seu artigo, intitulado “Foundherentism and Reliabilism”, Gjelsvik propõe-se saber até que ponto é preferível optar pelo fundarentismo em vez do fiabilismo. De acordo com Gjelsvik, a teoria fundarentista de Haack e o fiabilismo preenchem separadamente os três seguintes requisitos: opõem-se ao fundacionalismo e ao coerentismo, atribuem à causalidade um papel fundamental na justificação das crenças e não satisfazem o requisito de que a evidência para *p* seja algo de que *A* tenha consciência no momento que sustenta *p*. Sendo este terceiro requisito um problema para a teoria de Haack, mas não para o fiabilismo, Gjelsvik questiona se não devemos optar antes pelo fiabilismo em vez do fundarentismo de Haack.

No sentido de aferir se a teoria fundarentista de Haack é preferível à teoria fiabilista de Goldman, Gjelsvik propõe-se analisar a discussão crítica do fiabilismo de Goldman por Haack.

Um contra-exemplo apresentado ao fiabilismo de Goldman é o caso no qual a ilusão é considerada um processo fiável de produção de crenças, tornando as crenças resultantes de um tal processo justificadas. A questão que se coloca a Goldman é a de que intuitivamente tais crenças não são consideradas crenças justificadas.

Duas respostas possíveis são (a) restringirmo-nos a métodos fiáveis em ambientes não-manipulados e (b) sustentar a justificação de uma crença num mundo possível *P* se for produzida por um método fiável no mundo actual. A primeira resposta de Goldman confronta-nos com o problema de saber se o *nosso* ambiente é ou não manipulado e a segunda resposta tem de lidar com a objecção de poder dar-se o caso da ilusão ser um processo fiável de produção de crenças no mundo actual.

Goldman é conduzido a alterar o seu relato e analisa o que faz com que se considere certas crenças como justificadas. Um tal relato confronta-nos com as nossas crenças actuais acerca da fiabilidade, i.e., acerca do que consideramos ser ou não um processo fiável de produção de crenças. Trata-se agora não do que é verdade acerca da ilusão, mas do que *acreditamos* acerca da ilusão. Como não *acreditamos* que a ilusão seja um processo fiável de produção de crenças, Goldman considera que as crenças resultantes de um tal processo não estão justificadas pelos parâmetros fiabilistas.

Segundo Gjelsvik, Haack interpreta de forma errada este relato explicativo de Goldman. Haack sustenta que Goldman rompe decisivamente com o carácter fiabilista da sua teoria ao passar o relato de ‘processo fiável’ para ‘processo que se acredita ser fiável’ por exigir que o agente esteja na posse de razões para que acredite que determinado processo de produção de crenças seja considerado fiável.

Gjelsvik alega que Haack interpretou de forma errada este relato explicativo de Goldman. Goldman sugere uma explicação psicológica para que se acredite na fiabilidade

de um determinado processo cognitivo. Não se trata de saber das razões que estabelecem o que cada pessoa acredita ser ou não fiável, mas por que é que se “acredita que as crenças estão justificadas quando se acredita que o estão.” (p. 219) Para Gjelsvik, Haack não foi suficientemente cuidadosa para reconhecer esta diferença.

As estratégias referidas atrás e usadas por Goldman para acomodar o caso da ilusão na sua teoria fiabilista dependem da concepção de ‘normalidade’. Mas Gjelsvik considera que Haack ao explicar o relato fundarentista de Haack apela igualmente para a ‘normalidade’¹⁶⁰.

A questão para Gjelsvik é saber se Goldman e Haack têm a mesma necessidade de apelar para situações de normalidade quando confrontados com possíveis cenários de demónios malignos e benignos. Atendendo a que ambas as teorias têm uma tal necessidade e nenhuma apresenta um argumento a favor da necessidade de apelar para situações de normalidade, Gjelsvik afirma não existir qualquer razão para se preferir uma teoria em relação à outra.

Gjelsvik conclui deste modo que Haack não apresenta um argumento sólido que revele a superioridade do fundarentismo sobre o fiabilismo. Pelo contrário, alguns dos argumentos contra o fiabilismo baseiam-se em princípios que podem ser usados contra o fundarentismo e alguns dos problemas do fiabilismo são partilhados pelo fundarentismo.

Gjelsvik termina com uma crítica à analogia estabelecida por Haack com um puzzle de palavras-cruzadas para explicar o grau de justificação das crenças. Gjelsvik considera que “na vida real a noção de integração explicativa depressa se torna tão holística que se deixa de encarar a segurança independente como um critério independente” (p. 222) e, nesse sentido, refere que Haack necessita de explicar melhor a força e a necessidade deste critério, o da segurança independente, nas situações do dia-a-dia. O critério da compreensão por se apresentar como um requisito que apela para a totalidade da evidência, Gjelsvik considera que a analogia de um tal requisito com o puzzle de palavras cruzadas não ajuda.

¹⁶⁰ Atendendo a que A pode obter evidência para p sob circunstâncias diversas, como por exemplo, se realizou uma observação atenta do objecto ou apenas o observou de relance, se estava contra ou a favor da luz, e por aí em diante, Haack sugere que a formação de crenças faça apelo para a ‘normalidade’. É nesse sentido que para Haack “A se encontra no tipo de estado perceptivo que uma pessoa normal encontrar-se-ia, em circunstâncias normais, quando estivesse a observar um coelho a três metros de distância sob uma boa iluminação.” (1998: 80)

37.2. Objeção de Brian Lightbody em “Virtue Foundherentism” in *Kriterion*, N° 20, 2006, pp. 14-21.

Após uma breve caracterização da teoria fundarentista de Haack, Lightbody procura saber se a crítica de Clune¹⁶¹ a Haack, que acusa o fundarentismo de Haack de ser uma espécie de fiabilismo, é satisfatória. De seguida, aponta alguns problemas à teoria epistémica de Haack.

Clune defende que a teoria de Haack é fiabilista ao nível da justificação e da ratificação. De acordo com Clune, Haack considera que “a experiência fornece uma justificação parcial de todas e cada uma das crenças empíricas e esta justificação ocorre independentemente do suporte de outras crenças.” (p. 462) Clune alega que Haack não apresenta qualquer razão adequada para o facto de a experiência justificar, ainda que em parte, as nossas crenças. Na ausência dessas razões, Clune sustenta que Haack *assume* que os nossos sentidos são fiáveis e, nesse sentido, que Haack é fiabilista ao nível da justificação.

Também ao nível da ratificação do fundarentismo, Clune considera que Haack é fiabilista. Se se assumir que Haack toma os sentidos como fontes fiáveis de justificação das nossas crenças e que a experiência é a evidência última de justificação das crenças empíricas, Clune conclui que a teoria de Haack não é indicadora, mas condutora da verdade.

Em resposta a Clune, Lightbody considera que em nenhum local dos seus escritos Haack alega que a sua teoria fundarentista seja condutora da verdade, mas apenas indicadora da verdade, o que significa que o fundamento último de “ratificação do fundarentismo e contrariamente ao fiabilismo não é causal mas antes *avaliativo e interno*.” (p. 18) Haack sustenta que o fundarentismo é indicador e não condutor da verdade por apenas se poder dar conta do que tomamos como sendo indicativo da verdade, do que se acredita ser evidência razoável.

Tal significa que a ratificação do fundarentismo não depende apenas de se assumir a fiabilidade dos sentidos, mas depende igualmente das razões, e é este último aspecto que distingue o fundarentismo do fiabilismo. Ainda que a teoria fundarentista de Haack possua uma componente causal, é a componente avaliativa e interna da teoria que a caracteriza como uma teoria evidencialista. Esta componente avaliativa aplica-se *a todos os níveis* da teoria epistémica de Haack, incluindo ao nível da experiência sensorial e, portanto, mesmo a este nível, “ainda existe trabalho interpretativo.” (p. 18)

¹⁶¹ CLUNE, A., C., “Justification of empirical belief: Problems with Haack’s Foundherentism” in *Philosophy*, N° 72, 1997, pp. 460-464.

Uma segunda objecção de Lightbody a Clune refere-se à caracterização que faz da evidência sensorial do fundarentismo de Haack entendida como “inocente ou pura de teoria.” (p. 18) Lightbody alega que os “nossos sentidos não são estruturas causais puramente empíricas”, mas que mesmo ao nível da recepção de informação pelos sentidos existe um trabalho por parte de “processos interpretativos e avaliativos” que nos permitem compreender o que “realmente observamos, ouvimos, cheiramos e provamos” (p. 18). É nesse sentido que Haack refere que o seu relato reconhece uma “cooperação da percepção com as crenças de fundo”, de modo a que a percepção seja entendida como sendo acerca de coisas e acontecimentos do mundo à nossa volta e não acerca de “dados-dos sentidos, manchas de cor, ou seja o que for.” (1998: 110)

Lightbody faz de seguida uma breve análise crítica do fundarentismo de Haack. Uma das críticas, que afecta qualquer teoria internalista e evidencialista da justificação, refere-se à capacidade do agente para distinguir a evidência que é sustentadora de p da evidência que é inibidora de p , tarefa que incumbe A de uma enorme responsabilidade epistémica.

Essa tarefa ‘avassaladora’ compromete A com a necessidade de usar raciocínios válidos, distinguir e estar atento a toda a evidência sustentadora e inibidora de p , não cair na tentação de acreditar em p apenas por desejar ou querer que p , etc. Neste sentido, Lightbody considera que justificar p em consonância com o fundarentismo de Haack implica da parte de A a posse de um conjunto de virtudes epistémicas que lhe possibilitem essa tarefa. Para fazer face a essa exigência, Lightbody alega que a teoria de Haack necessita de ser suplementada com um tal conjunto de virtudes epistémicas específicas que A deve possuir para justificar p .

No entanto, Lightbody reconhece que suplementar a teoria fundarentista de Haack com um conjunto de critérios necessários para que A esteja justificado acerca de p , critérios que seriam *externos* a A , tornariam a teoria de Haack próxima de um fiabilismo. Esses critérios, condutores da verdade, tornariam além disso a teoria fundarentista de Haack incoerente, por passar a possuir simultaneamente componentes evidencialistas e condutores da verdade. Talvez tenha sido esta a razão que conduziu Haack a não querer acrescentar à sua teoria um tal conjunto de virtudes epistémicas, virtudes que esclareceriam a tarefa dos agentes para obterem crenças justificadas, mas que conduziriam a teoria de Haack para uma espécie de fiabilismo, não no sentido defendido por Clune, mas um “*fiabilismo virtuoso*” (p. 20).

Uma forma possível de resolver este problema que afecta a teoria fundarentista de Haack seria, no entender de Lightbody, complementar o fundarentismo de Haack com um tipo de virtuosismo epistémico que não exija critérios externos, de modo a que o

fundarentismo possa assumir a sua posição de teoria internalista e evidencialista. Nesse sentido, Lightbody propõe que o fundarentismo de Haack seja suplementado por um virtuosismo epistémico que se concentre no “carácter” do agente, designado por “epistemologia das virtudes morais”, e que se baseia no desenvolvimento de certas virtudes morais, como “a coragem intelectual, e a mente aberta.” (p. 20)

Todavia, uma vez mais, Lightbody reconhece que suplementar o fundarentismo de Haack com uma epistemologia virtuosa mais internalista faz com que a teoria de Haack volte a manifestar problemas idênticos aos relacionados com a subjectividade dos critérios referidos atrás. Sendo os hábitos virtuosos de investigação subjectivos, regressamos ao problema inicial: apenas podemos *assumir* que as nossas capacidades de raciocínio e métodos de recolha de evidência são indicativos da verdade.

Deste modo, conclui Lightbody que, ou o fundarentismo se apresenta como uma espécie de teoria fiabilista, externalista e condutora da verdade, ou apresenta-se como uma teoria evidencialista e interna, mas que apenas podemos *assumir* que se encontra justificada. Não sendo nenhuma destas posições satisfatória para Haack, Lightbody conclui que o fundarentismo é apenas mais uma “posição epistémica promissora que não satisfaz o céptico.” (p. 20)

37.3. Objecção de Laurence Bonjour em “Haack on Justification and Experience” in *Synthese*, Nº 112, 1997, pp. 17-23.

Esta objecção apresentada por Bonjour à teoria fundarentista de Haack em “Haack on Justification and Experience” dirige-se ao modo como o fundarentismo de Haack caracteriza os conteúdos da evidência-S experiencial, na transição da evidência-S experiencial para a evidência-C experiencial.

O motivo principal de Haack ao construir o fundarentismo do *duplo-aspecto* foi o de dar conta da evidência-S experiencial de A, estados experienciais de A sem conteúdo proposicional, ao contrário do que sucede com a evidência-C experiencial.

A questão que segundo Bonjour se coloca é a de saber “como é que a evidência-C que corresponde aos vários estados experienciais e traços de memória de tais estados incluídos na evidência-S deve ser formulada.” Como pode um equivalente proposicional “capturar a força evidencial da experiência?” (p. 18) Como pode um conjunto de “frases ou proposições” ser obtido a partir de um conjunto de *estados* da experiência de A.

Dada esta aparente incompatibilidade entre a evidência-S experiencial e a evidência-C experiencial, pode a evidência-C servir para determinar a justificação de A que p?

A resposta de Haack é a de que as ‘frases ou proposições’ da evidência-C experiencial reflectem a atribuição dos estados da experiência a A (estados nos quais A se encontra/encontrou) e atende às “circunstâncias normais” nas quais A se encontra quando por exemplo “observa um coelho a três metros de distância sob boas condições de iluminação” (Haack, 1998: 80). Bonjour considera que esta resposta de Haack não é satisfatória.

De acordo com Bonjour, se Haack entende a formulação da evidência-C experiencial em termos das “circunstâncias normais” nas quais A se encontra/encontrou numa experiência particular, Haack não parece dar conta do modo como uma tal “reivindicação se torna acessível ao indivíduo como evidência que possa desempenhar um papel justificativo.” (p. 20)

Em primeiro lugar, o agente pode não possuir os “conceitos em questão ou pode não saber como é que eles se aplicam à experiência.” (p. 20)

Em segundo, o estado de experiência do agente é mais diversificado e pormenorizado do que o que uma proposição pode traduzir. Como pode um estado “consciente básico e primordial da experiência repousar em termos conceptuais ou proposicionais”? Como podem termos conceptuais captar a diversidade e riqueza da experiência de uma natureza não-conceptual? Como especificar proposicionalmente de um modo correcto o estado particular da experiência de A? Como pode A estar justificado a acreditar que a sua experiência pode ser correctamente descrita desse modo?

Portanto, Bonjour considera existirem dois problemas principais para os quais Haack não apresenta uma resposta satisfatória: Como pode a experiência, sendo de carácter não-proposicional, servir para justificar algo com um carácter proposicional? Caso se resolva esse problema, surge a questão de saber como é que se pode especificar em termos proposicionais o estado particular da experiência de A. (p. 21)

37.3.1. Resposta de Haack à objecção de Bonjour em HAACK, S., “Reply to Bonjour” in *Synthese*, N° 112, 1997, pp. 30-33.

Haack replica à objecção de Bonjour e sustenta que ao referir-se à evidência-C experiencial em termos de “circunstâncias normais que um indivíduo estaria quando...”, que de acordo com Bonjour não dá conta da especificidade própria da experiência, pretende oferecer uma “concepção da evidência dos sentidos que tome em consideração o modo como as coisas parecem ao indivíduo e que tome por garantido que aquilo que percebemos, normalmente, são coisas e acontecimentos à nossa volta.” (p. 31)

Relativamente à questão da não posse dos conceitos por parte do agente (ou à possibilidade do agente não saber como podem os conceitos ser aplicados à experiência),

Haack refere que ainda que o agente não possua um determinado conceito, como por exemplo, o conceito de coelho, no caso de se encontrar “no tipo de estado perceptivo que uma pessoa normal encontrar-se-ia, em circunstâncias normais, quando estivesse a observar um coelho a três metros de distância e sob uma boa iluminação”, tal “não é um problema” porque o agente também “não teria a crença que se encontra um coelho à sua frente.” (p. 32)

Mas a evidência-C experiencial ao ser especificada daquele modo não conduzirá a uma deficiente avaliação do grau de justificação das crenças? De acordo com Haack (p. 32) tal não sucede, porque a sua teoria estabelece que o quão A se encontra justificado a acreditar que p depende do factor da sustentação, o quanto favorável é a evidência-C de A que p, do factor da segurança independente, o quanto seguras são as suas razões-C com respeito a p, independentemente da crença p, e do factor da compreensão, do quão compreensiva é a sua evidência-C. Haack considera que estes três factores, responsáveis pela avaliação do grau de justificação das crenças, conseguem acomodar de forma mais satisfatória a referência ao “observador normal”.

Estes três factores conferem no seu conjunto uma certa flexibilidade à avaliação da justificação, contrariamente ao que sucede com o fundacionalismo ao ser obrigado a “especificar uma forma canónica” (p. 32) por fazer depender o grau de justificação das crenças básicas exclusivamente da experiência do agente, pelo que tudo depende do “modo como uma tal experiência é especificada”. (p. 32) Pelo contrário, o facto de no fundarentismo de Haack o grau de justificação depender da combinação destes três factores, não se exige qualquer especificação canónica da evidência-C experiencial de A que p. Portanto, o fundarentismo de Haack não está comprometido com a rigidez de uma especificidade da evidência-C experiencial, tal como se encontra o fundacionalismo, mas com uma certa flexibilidade.

Por outro lado, o facto de Haack se referir à evidência-C experiencial em termos das “circunstâncias normais” em que A se encontra, limita a possibilidade de se especificar demasiado aquilo que A experiencia. E esta limitação é uma vantagem do fundarentismo de Haack. Imaginemos, a título de exemplo, que A possui a crença p que o animal que se encontra à sua frente é uma gata. Em circunstâncias normais não se consegue afirmar apenas pela aparência do animal se se trata de um gato ou de uma gata e porque ‘normalmente’ não se consegue tal coisa, a integração explicativa da evidência de A para com p seria enfraquecida. Tal significaria que a sustentação da evidência-C de A que p seria mais fraca, reduzindo desse modo o grau de justificação de A que p.

37.4. Objecção de Peter Tramel em “Haack’s Foundherentism is a Foundationalism” in *Synthese*, 2008, 160, pp. 215-228.

I

Tramel pretende provar nesta objecção que o fundarentismo de Haack é um fundacionalismo débil¹⁶², recuperando, para esse fim, a disputa de 1997 entre Haack e Bonjour¹⁶³, na qual Bonjour sustenta que o fundarentismo de Haack é uma variante fraca de fundacionalismo. Ainda que Haack tenha sempre rejeitado que a sua teoria seja fundacionalista, Tramel pretende provar que o fundarentismo de Haack é um fundacionalismo¹⁶⁴.

II

De acordo com Haack, qualquer teoria fundacionalista exige que as crenças básicas sejam justificadas independentemente do suporte de qualquer outra crença e que as crenças derivadas sejam justificadas pelo suporte, directo ou indirecto, de uma ou várias crenças básicas. Tal significa que uma teoria fundacionalista estabelece uma distinção entre dois tipos de crenças, as crenças básicas e as derivadas, e que a direcção da justificação é das crenças básicas para as crenças derivadas, e não inversamente.

De acordo com Tramel, o argumento usado por Haack para sustentar que o fundarentismo não é um fundacionalismo, é o argumento dos *Tipos de Dependência* (p. 216). Com base neste argumento, Haack sustenta que, ao contrário do fundacionalismo, o fundarentismo é compatível com as teses de que “uma crença básica deve a sua justificação a outra ou outras crenças básicas e que “uma crença básica deve a sua justificação a uma crença ou crenças derivadas” (p. 216). O fundarentismo é compatível com aquelas teses por sustentar relações de suporte mútuo entre crenças, possibilitando que qualquer crença deva a sua justificação a outra ou outras crenças da estrutura de crenças justificadas.

Bonjour contesta a argumentação usada por Haack para provar que o fundarentismo não é um fundacionalismo e considera que algumas formas fracas de fundacionalismo possibilitam que as “crenças básicas devam algum tipo ou parte da sua justificação a outras crenças básicas e até mesmo a crenças derivadas.” (p. 217) Neste sentido, Bonjour considera que Haack desvaloriza o fundacionalismo.

Por outro lado, Bonjour considera que Haack sobrestima o fundarentismo. Haack considera que não é permitido ao fundacionalismo atribuir um papel relevante à coerência

¹⁶² Traduzo a expressão usada por Tramel de *feeble foundationalism* por fundacionalismo débil.

¹⁶³ Consultar a esse propósito BONJOUR, L., “Haack on Justification and Experience” in *Synthese*, Nº 112, 1997, pp. 13-23 e HAACK, S., “Reply to Bonjour” in *Synthese*, Nº 112, 1997, pp. 25-35.

¹⁶⁴ Devido ao desenvolvimento incutido por Tramel nesta objecção, decidi, tanto quanto me foi possível, dividi-la por tópicos, de forma a facilitar a sua leitura.

como o faz o fundarentismo. Pelo contrário, Bonjour (1997: 16) considera que é permitido às formas mais fracas de fundacionalismo que as crenças básicas possam suportar-se mutuamente ou que o façam através de crenças não-básicas¹⁶⁵.

III

Haack considera que o fundacionalismo fraco que Bonjour propõe é o que designa de fundacionalismo ‘débil’. Por fundacionalismo ‘débil’ entende-se o fundacionalismo que “é consistente com as crenças básicas deverem alguma da sua justificação a outras crenças”. (p. 217) Tramel propõe-se provar que a definição de fundacionalismo ‘débil’ é consistente com a definição que Haack apresenta de fundacionalismo.

De acordo com uma das condições da definição de fundacionalismo proposta por Haack, “uma crença básica é justificada independentemente do suporte de qualquer outra crença”. (1998: 14) Segundo Tramel, esta definição dada por Haack pode ser interpretada de duas maneiras: numa “interpretação *isolacionista*” significa que “as crenças básicas não devem a sua justificação ao suporte de outras crenças” e numa “interpretação *cosmopolita*” (p. 217) significa que alguma da justificação das crenças básicas não é devida ao suporte de outras crenças.

Tal significa que na interpretação ‘isolacionista’ as crenças básicas não devem a sua justificação a qualquer outra crença, e na interpretação ‘cosmopolita’ as crenças básicas “possuem justificação que não devem a qualquer outra crença”. De acordo com Tramel, constata-se que a interpretação ‘cosmopolita’ não é inconsistente “com a possibilidade das crenças básicas deverem justificação a outras crenças” (p. 218). Neste sentido, a interpretação ‘cosmopolita’ da definição de fundacionalismo proposta por Haack não é inconsistente com a definição de fundacionalismo ‘débil’.

Ainda que a definição de fundacionalismo proposta por Haack seja compatível com ambas as interpretações da definição, a interpretação que Haack pretende é a ‘isolacionista’. Tal deve-se ao facto da interpretação ‘cosmopolita’ colocar em causa o argumento dos *Tipos de Dependência* que usou para sustentar que o fundarentismo não é um fundacionalismo, ao permitir que o fundacionalismo seja compatível, a par do fundarentismo, com as teses de que “uma crença básica deve a sua justificação a outra ou outras crenças básicas” e de que “uma crença básica deve a sua justificação a uma crença ou crenças derivadas”.

IV

Tramel propõe-se provar de seguida que o fundacionalismo ‘débil’ é um fundacionalismo.

¹⁶⁵ Bonjour afirma o seguinte: “Tanto quanto posso ver, nenhum fundacionista fraco necessita de negar que as crenças básicas possam suportar-se mutuamente, ou que o possam fazer pela mediação de crenças não-básicas.” (1997: 16).

O argumento que Tramel apresenta para sustentar que o fundacionalismo ‘débil’ é um fundacionalismo é o seguinte: Uma teoria fundacionalista termina com a regressão da justificação através das crenças básicas. Se as teorias fundacionalistas ‘não-débeis’ terminam com a regressão através das crenças básicas, também as teorias fundacionalistas ‘débeis’ terminam com a regressão da justificação através das crenças básicas. Logo, o fundacionalismo ‘débil’ é um fundacionalismo.

De acordo com Tramel, a concepção ‘cosmopolita’ das crenças básicas apresentada pelo fundacionalismo ‘débil’ não permite que as crenças básicas terminem com todas as regressões da justificação, porque o fundacionalismo ‘débil’ sustenta que *parte* da justificação das crenças básicas não se deve a quaisquer outras crenças.

Para garantir que o fundacionalismo ‘débil’ termine com toda e qualquer possível regressão, Tramel sustenta que a definição de fundacionalismo ‘débil’ deve conter o mesmo “fecho recursivo” (p. 219) apresentado pela definição de fundacionalismo ‘não-débil’, de acordo com o qual, “toda a justificação numa estrutura de crenças justificadas deriva, directa ou indirectamente, do suporte justificativo das crenças básicas.” Nesse sentido, Tramel considera que se o fundacionalismo ‘não-débil’ tem o direito a usar o “fecho recursivo” para terminar com a regressão, também o fundacionalismo ‘débil’ tem o mesmo direito.

Tramel alega que ambas as formas de fundacionalismo usam as crenças básicas para terminar com a regressão da justificação, ainda que Haack não faça a mesma leitura da função das crenças básicas nas duas formas de fundacionalismo. Tal deve-se ao facto de Haack considerar que o fundacionalismo está comprometido com a unidireccionalidade da justificação, o que implica que Haack considere que o fundacionalismo ‘débil’ não é um fundacionalismo.

Tramel considera que a justificação apresentada por Haack está errada e propõe-se saber as razões apresentadas por Haack para sustentar que a justificação fundacionalista é unidireccional. Se Haack apresenta boas razões a favor de uma tal unidireccionalidade, fica comprometida a possibilidade do fundacionalismo ‘débil’ ser considerado um fundacionalismo.

Tramel (p. 221) sustenta que Haack não apresenta uma única razão relevante a favor da tese da unidireccionalidade da justificação fundacionalista e, nesse sentido, considera que o uso que Haack faz da unidireccionalidade da justificação para afastar a possibilidade do fundacionalismo ‘débil’ ser considerado um fundacionalismo incorre numa petição de princípio.

Por outro lado, Tramel considera que a tese da unidireccionalidade da justificação apresentada na definição do fundacionalismo ‘não-débil’ apenas impossibilita que as

crenças básicas devam a sua justificação a crenças derivadas, e não que não possam dever a sua justificação a outras crenças básicas. Deste modo, Tramel alega que a tese da unidireccionalidade seria consistente com um “fundacionalismo quase-débil” (p. 221), um fundacionalismo que permitisse que as crenças básicas devessem justificação a outras crenças básicas. Ora, se se “permite que as crenças básicas devam a sua justificação a outras crenças básicas, por que razão impedir que as crenças básicas devam a sua justificação a crenças derivadas que devem, por seu turno, a justificação a outras crenças básicas?”

V

Tramel propõe-se provar de seguida que o fundarentismo de Haack é um fundacionalismo ‘débil’. Sendo o fundarentismo de Haack uma teoria da justificação epistémica de ‘duplo-aspecto’, por apresentar as condições para a justificação das crenças como *estados (justificação-S)* e como *conteúdos (justificação-C)*, Tramel necessita de provar que ambas as concepções implicam um fundacionalismo ‘débil’.

Segundo Tramel, uma das críticas de Haack ao coerentismo era a de que a relação de suporte mútuo entre as crenças é insuficiente para a justificação. Tramel sustenta que se o fundarentismo concede um papel relevante à coerência para a justificação das crenças, Haack não pode conceder um papel à coerência que o fundacionalismo ‘débil’ não conceda. Neste sentido, Tramel considera que o fundarentismo é um fundacionalismo.

Por outro lado, o argumento dos *Tipos de Dependência* usado por Haack para sustentar que o fundarentismo não é um fundacionalismo apenas prova que o fundarentismo não é um fundacionalismo ‘não-débil’ (ou que não é um fundacionalismo quase-débil). Neste sentido, o fundarentismo é um fundacionalismo ‘débil’.

Tramel faz uma última concessão a Haack relativa ao papel relevante que a coerência desempenha no fundarentismo e que não desempenha em qualquer forma de fundacionalismo, quando Haack alega que o fundarentismo não se encontra condicionado por qualquer distinção entre crenças básicas e derivadas. Tramel considera que a distinção estabelecida no fundacionalismo ‘débil’ entre crenças básicas e derivadas pode ser igualmente ‘localizada’ no fundarentismo. Para isso, Tramel propõe-se ‘localizar’ a distinção entre crenças básicas e derivadas na *justificação-S* e na *justificação-C* do fundarentismo.

Haack sustenta que na justificação-S do fundarentismo é a evidência-S experiencial que suporta as crenças-S e não vice-versa, e que a evidência-S experiencial é a evidência última das crenças-S. Por sua vez, Haack sustenta que as crenças-S podem ser directa ou indirectamente justificadas pela evidência-S experiencial.

De acordo com Tramel, as crenças-S directamente apoiadas pela evidência-S experiencial seriam, no sentido de um fundacionalismo ‘débil’, as crenças-S básicas, por derivarem “alguma da sua justificação-S directamente dos estados experienciais em vez de outras crenças”. Por sua vez, as crenças-S indirectamente apoiadas pela evidência-S experiencial seriam as crenças-S derivadas, por não “derivarem nenhuma da sua justificação directamente dos estados experienciais mas em vez disso derivarem toda a sua justificação de outras crenças, as quais são, ou em última instância derivam toda a sua justificação das, crenças-S básicas.” (p. 223) Por outro lado, a cláusula S-directa do fundarentismo, de acordo com a qual, “a evidência-S experiencial justificadamente sustém/inibe as crenças-S, mas não vice-versa”, implicaria o equivalente-S do “fecho recursivo” na definição do fundacionalismo ‘débil’.

Tramel propõe-se provar de seguida que a distinção entre crenças básicas e derivadas pode ser igualmente verificada na justificação-C do fundarentismo de Haack. Na parte da justificação-S do fundarentismo, Haack estabelecia uma distinção entre evidência-S directa e indirecta, consoante fosse directa ou indirectamente causada pela evidência-S experiencial. Tal significa que p é uma crença-S directa se é causada pela experiência E , p é uma crença-S indirecta se é causada por uma crença que foi causada pela experiência E , e assim por diante. As distinções estabelecidas por Haack em termos de evidência-S directa e indirecta correspondem em paralelo às distinções entre evidência-C directa e indirecta.

Assim, a distinção entre evidência-C directa e indirecta é estabelecida por Haack em termos da directa ou indirecta dependência lógica da evidência-C experiencial. Neste sentido, Tramel alega que a estrutura de um mesmo fundacionalismo ‘débil’ também pode ser verificada na justificação-C do fundarentismo de Haack. As crenças-C que dependem directamente da evidência-C experiencial seriam, no sentido de um fundacionalismo ‘débil’, as crenças-C básicas, por derivarem parte da sua justificação-C directamente da evidência-C experiencial. As crenças-C que dependem indirectamente da evidência-C experiencial seriam as crenças-C derivadas, cuja justificação deriva de outras crenças, as quais são, ou derivam em última instância a sua justificação das, crenças-C básicas. Por sua vez, a cláusula-C directa do fundarentismo implicaria o equivalente-C do “fecho recursivo” da definição do fundacionalismo ‘débil’.

Tramel provou que o fundarentismo de Haack apresenta uma estrutura de justificação que é compatível com um fundacionalismo ‘débil’. Ainda que Haack argumente que a coerência desempenha maior relevância no fundarentismo do que em qualquer forma de fundacionalismo, com base no pressuposto de que o fundarentismo não se encontra condicionado por qualquer distinção entre crenças básicas e derivadas, um tal

argumento não colhe. Tramel conclui daqui que Haack não provou que o fundarentismo não se confunde com qualquer forma de fundacionalismo e que se apresenta como uma forma intermédia de justificação entre o fundacionalismo e o coerentismo.

VI

Haack propõe que se reestruture o fundacionalismo ‘débil’ de forma a acomodar o fundarentismo, para que todas as crenças justificadas actuais se tornem crenças básicas e deixe de existir qualquer razão *ad hoc*¹⁶⁶ para que se distinga as crenças básicas das derivadas. Este intento de Haack resulta do facto de considerar que a distinção estabelecida pelo fundacionalismo ‘débil’ entre crenças básicas e derivadas não funciona.

De acordo com Haack, não se compreende a razão pela qual o fundacionalismo ‘débil’ considera que as crenças básicas sejam crenças que em primeiro lugar (em termos temporais) são apenas suportadas pela experiência, para sustentar de seguida que tais crenças podem fortalecer a sua justificação através da coerência com outras crenças. Mas questiona Haack, por que razão se rejeita inicialmente algo que se torna relevante depois? Neste sentido, Haack considera que uma tal consideração por parte do fundacionalismo ‘débil’ é arbitrária.

A segunda razão apontada por Haack refere-se ao facto do fundacionalismo ‘débil’ colocar em causa a existência das crenças derivadas e, portanto, a distinção entre crenças básicas e derivadas, ao considerar as crenças básicas como crenças directamente suportadas, em parte, pela experiência, e as crenças derivadas como crenças directamente suportadas apenas por outras crenças. Haack considera difícil que existam crenças derivadas nesse sentido, porque mesmo “os traços indistintos de memória referentes àquilo que vimos, lemos, etc” (Haack, 1997: 28) funcionam como suporte directo para as nossas crenças. Por outro lado, Haack alega que um tal intento por parte do fundacionalismo ‘débil’ compromete a possibilidade de se identificar crenças básicas.

Tramel concede as críticas de Haack ao fundacionalismo ‘débil’ relativas ao facto desta teoria caracterizar as crenças básicas como crenças que são inicialmente justificadas apenas pela experiência e em relação ao facto de qualquer crença justificada dever parte da sua justificação directamente à experiência. No entanto, rejeita que tal prove que não se possa identificar crenças básicas, porque considera que aquilo que prova é que todas as actuais crenças justificadas são básicas. E rejeita que do facto de todas as actuais crenças justificadas serem básicas implique que a distinção entre crenças básicas e derivadas seja *ad hoc*, porque uma tal distinção continua a ser uma característica essencial das teorias fundacionalistas na resposta para o problema da regressão e, por isso, considera que

¹⁶⁶ A expressão *ad hoc* é uma expressão latina que significa ‘para isto’ ou ‘para esta finalidade’. No contexto em questão, pretende significar ‘ditada apenas pela teoria’, neste caso, ‘ditada apenas pela teoria fundacionalista’.

“todos os fundacionalismos débeis, incluindo o fundarentismo, estão cometidas com ela [com uma tal distinção] devido ao seu anti-coerentismo.” (p. 227)

Tramel alega por fim que mesmo que o fundarentista sustente que a sua teoria não possui crenças derivadas, é possível distinguir no fundarentismo crenças básicas e derivadas relativamente a “*campos experienciais particulares*”. Dado o “campo experiencial X, a crença Y é básica e a crença Z é derivada, mesmo que, relativamente ao campo experiencial R, Z seja básica e Y derivada.” (p. 228) E isso Tramel considera ser “suficiente para o fundacionalismo débil”. Deste modo, conclui Tramel que o fundarentismo é um fundacionalismo débil e, portanto, que o fundarentismo de Haack é um fundacionalismo.

37.5. Objecção de Richard Fumerton em “Evidence and Inquiry by Susan Haack” in *The Philosophical Quarterly*, Vol. 48, Nº 192, 1998, pp. 409-412.

De acordo com o fundarentismo de Haack, a evidência-S de A que p é constituída pelos estados experienciais e doxásticos de A que p, estados estes que causalmente sustentam a crença de A que p. Fumerton considera que Haack não é clara relativamente aos estados que fazem e que não fazem parte da evidência-S de A que p.

Haack refere que alguns estados, como o “medo, o desejo, a ansiedade”, não fazem parte da evidência de A que p, por serem “intuitivamente encarados como factores que prejudicam a reacção de uma pessoa, ou a avaliação, relativamente à sua evidência, não como parte da sua evidência.” (1998: 76) Mas Fumerton alega que uma tal explicação não é suficiente para discernir os estados que fazem parte e os que não fazem da evidência de A que p.

Fumerton considera que Haack não é igualmente clara relativamente ao tipo de internalismo que defende com o seu evidencialismo. Para Haack, tal como a etimologia da palavra ‘evidência’ sugere, o que justifica uma crença deve ser algo em relação ao qual “o sujeito está ciente.” (1998: 28) No entanto, Fumerton sustenta que o fundarentismo de Haack “permite que os estados sensoriais forneçam evidência para obter conclusões acerca do mundo exterior mesmo quando o indivíduo não forma quaisquer juízos acerca do carácter fenomenológico das sensações.” Assim sendo, “em que sentido está o sujeito ‘ciente’ da evidência? É uma consciencialização actual ou meramente potencial? É uma consciencialização que ajuíza ou que não ajuíza?” (p. 411)

Um outro problema que Fumerton considera existir na teoria fundarentista de Haack refere-se ao modo como as proposições da evidência-C experiencial de A que p podem constituir-se como descrições dos estados experienciais de A que p. A questão para Fumerton é a da possibilidade de existirem várias e diferentes proposições que descrevem

correctamente um mesmo estado sensorial ou perceptual, o que significa que podem existir proposições que descrevem de forma mais acertada do que outras um determinado estado experiencial de A.

37.6. Objecção de Michael Tooley in *Michael Tooley's Philosophy Home Page*¹⁶⁷, “Justification and Epistemically Isolated Beliefs”

Uma primeira versão desta objecção de Tooley pretende provar a existência de um conflito no fundarentismo de Haack entre a possibilidade de existirem crenças justificadas que não são suportadas por quaisquer outras crenças e a condição da *compreensão*, entendida por Haack como uma das condições necessárias para que as nossas crenças estejam justificadas.

Haack admite a possibilidade de existirem crenças justificadas que não são suportadas por quaisquer crenças, como por exemplo as crenças acerca das nossas sensações presentes. Todavia, Haack (1998: 88) defende igualmente que uma crença para estar justificada deve possuir condições mínimas de *sustentação*, *segurança independente* e de *compreensão*.

A questão para Tooley é que Haack não especifica as condições mínimas de *compreensão*, e se se exige algo com tais condições mínimas para garantir a justificação das crenças, uma tal exigência revela-se um equívoco atendendo à possibilidade de existirem crenças epistemicamente isoladas, crenças justificadas e que não suportadas por quaisquer crenças.

Uma segunda versão desta objecção de Tooley pretende provar a existência de um conflito na teoria fundarentista de Haack entre a possibilidade de existirem crenças justificadas que não são suportadas por quaisquer outras crenças e a analogia estabelecida por Haack com um puzzle de palavras cruzadas para explicar o aumento ou diminuição do grau de justificação das nossas crenças em consonância com as cláusulas da *sustentação*, *segurança independente e compreensão*.

Na analogia com o puzzle de palavras cruzadas, cada uma das palavras preenchidas do puzzle conecta-se com pelo menos uma outra palavra, o que sugere que cada uma das crenças justificadas estabelece relações de suporte mútuo com, pelo menos, uma outra crença justificada. Neste sentido, Tooley considera que a analogia com o puzzle de palavras cruzadas parece induzir em erro relativamente à possibilidade de existirem crenças epistemicamente isoladas.

¹⁶⁷ Disponível em <http://spot.colorado.edu/~tooley/Foundherentism.html>.

De notar que Tooley apresentou duas versões desta objecção ao fundarentismo de Haack, não se encontrando actualmente disponível na sua página pessoal a primeira versão. Apresento, todavia, as duas versões da objecção.

37.7. Objecção de Michael Tooley in *Michael Tooley's Philosophy Home Page*, “The Lack of Clarity about When Experiential C-Evidence is Necessary for Justification”

Esta objecção de Michael Tooley pretende provar que o fundarentismo de Haack, devido à falta de clareza acerca do quanto da evidência-C experiencial é necessária para a justificação, compromete a possibilidade de estarmos justificados acerca das nossas crenças.

O fundarentismo de Haack sustenta que toda e qualquer crença justificada se encontra, pelo menos indirectamente, suportada por evidência-C experiencial. A questão que se coloca é a de saber quanto da evidência-C experiencial é necessária para que as crenças do agente A estejam justificadas.

Na analogia com um puzzle de palavras cruzadas, Haack estabelece que não é necessário que todas as entradas preenchidas do puzzle tenham uma pista que lhe corresponda. Haack exige apenas que um sistema de crenças justificadas possua *alguma* evidência-C experiencial, porque caso não possua qualquer evidência-C experiencial apresenta uma estrutura semelhante à do coerentismo, não sendo, por isso, considerado por Haack um sistema de crenças justificadas. Mas quanto de *alguma* evidência-C experiencial é necessária para garantir a justificação das crenças de A?

Imaginemos um puzzle de palavras cruzadas suficientemente grande no qual apenas uma das entradas do puzzle possui uma pista. Será analogamente admissível um sistema de crenças justificadas no qual apenas a crença p é directamente suportada por evidência-C experiencial (e as restantes crenças são indirectamente suportadas por evidência-C experiencial que directamente suporta p)?

Apresento o seguinte exemplo para esclarecer a questão colocada por Tooley: Imaginemos um indivíduo que ficou cego e num estado de inconsciência após um acidente com o seu barco em pleno oceano. Mais tarde, foi encontrado e feito prisioneiro numa gruta sem acesso à luz do dia pelos habitantes de uma ilha próxima do local do acidente. Quando recupera a consciência, a única memória que possui é olfactiva, a do cheiro do perfume da sua esposa. A partir da gruta, na qual os habitantes lhe colocaram comida e água para poder sobreviver, não ouve quaisquer sons do exterior e apenas consegue ter acesso a cheiros de diversa ordem que lhe vêm das plantas e árvores do exterior, alguns deles muito semelhantes ao do perfume da sua esposa. Não obstante apenas se lembrar do cheiro do perfume da sua esposa, o indivíduo forma, durante o período de clausura, variadíssimas crenças a partir dos cheiros que lhe vêm do exterior, desde acreditar que a sua esposa se encontra no exterior até acreditar que se encontra na sua própria casa.

O indivíduo em questão possui um conjunto muito reduzido de evidência-C experiencial, de tal modo que a única evidência-C experiencial que possui é a do cheiro do perfume da sua esposa. Será admissível afirmar que as crenças do indivíduo do exemplo se encontram justificadas? Aquilo que se constata é que quanto mais reduzida for a quantidade de evidência-C experiencial que suporta um sistema de crenças, menos justificadas se encontram as nossas crenças. Neste sentido, o fundarentismo de Haack parece colocar em causa a justificação das nossas crenças.

Bibliografia

AAVV, *Epistemology: Internalism and Externalism*, 2001, Edited by Hilary Kornblith, Blackwell Publishers.

ALSTON, William, Paine, (1976) "Has Foundationalism been Refuted?" in *Philosophical Studies*, N° 29, 1976, pp. 287-305.

ALSTON, William, Paine, (1986) "Internalism and Externalism in Epistemology" in AAVV, *Epistemology: The big questions*, 1998, Edited by Linda Martin Alcoff, Blackwell Publishers, pp. 45-78.

ALSTON, William, Paine, (1995) "How to Think about Reliability" in *Epistemology: An Anthology*, Edited by SOSA, E. and KIM, J., Blackwell Publishing, 2005, pp. 354-371.

ARMSTRONG, David, Malet, (1973) *Belief, Truth and Knowledge*, Cambridge University Press, 1973.

AUDI, Robert, (1988) "Foundationalism, Coherentism, and Epistemological Dogmatism" in *Philosophical Perspectives*, Vol. 2, Epistemology, 1988, pp. 407-442.

BERGMANN, Michael, (2006) "Bonjour's dilemma" in *Philosophical Studies*, n° 131, 2006, pp. 679-693.

BONJOUR, Laurence, (1975) "The Coherence Theory of Empirical Knowledge" in *Philosophical Studies*, N° 30, 1976, pp. 281-312.

BONJOUR, Laurence, (1978) "Can Empirical Knowledge Have a Foundation?" in *Epistemology: An Anthology*, Edited by Sosa, E. and Kim, J., Blackwell Publishing, 2005, pp. 261-273.

BONJOUR, Laurence, (1980) "Externalist Theories of Empirical Knowledge" in *Epistemology: Internalism and Externalism*, Edited by Hilary Kornblith, Blackwell Publishers, 2001, pp. 10-35.

BONJOUR, Laurence, (1985) *The Structure of Empirical Knowledge*, Harvard University Press.

BONJOUR, Laurence, (1985) "The Structure of Empirical Knowledge" in *Epistemology – Contemporary Readings*, Edited by Michael Huemer, Introduction by Robert Audi, Routledge, 2002a, pp. 387-401.

BONJOUR, Laurence, (1985) "The Elements of Coherentism" in AAVV, *Epistemology: The Big Questions*, Blackwell Publishers, Edited by Linda Martin Alcoff, 1998, pp. 210-231.

BONJOUR, Laurence, (1997) "Haack on Justification and Experience" in *Synthese*, N° 112, 1997, pp. 13-23.

BONJOUR, Laurence, (2002) *Epistemology: Classic Problems and Contemporary Responses*, Elements of Philosophy, Second Edition, 2002b.

BONJOUR Laurence, (2003) “A version of internalist foundationalism” in Bonjour, L., Sosa, E., *Epistemic Justification – Internalism vs Externalism*, Blackwell Publishing, 2003, pp. 3-96.

BRUECKNER, Anthony, L., (1988) “Problems with Internalist Coherentism” in *Philosophical Studies*, Nº 54, 1988, pp. 153-160.

CARGILE, James, (1996) “Evidence and Inquiry by Susan Haack” in *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 56, Nº 3, 1996, pp. 621-625.

CHISHOLM, Roderick, M., (1942) “The problem of the speckled hen” in *Mind*, Vol. 51, Nº 204, 1942, pp. 368-373.

CHISHOLM, Roderick, M., (1964) “The Myth of the Given” in *Epistemology: An Anthology*, Edited by SOSA, E. and KIM, J., Blackwell Publishing, 2005, pp. 107-119.

CLENDINNEN, John, (2007) “Ratifying Foundherentism” in WALL, Cornelis De (ed.), *Susan Haack: A Lady of Distinctions – The Philosopher Responds to Her Critics*, Prometheus Books, 2007, pp. 73-87.

CLUNE, Alan, C., (1997) “Justification of empirical belief: Problems with Haack’s Foundherentism” in *Philosophy*, Nº 72, 1997, pp. 460-464.

CORTENS, Andrew, (2002) “Foundationalism and the Regress Argument” in *Disputatio*, Nº 12, 2002, pp. 22-37.

DANCY, Jonathan, (1985) *An introduction to Contemporary Epistemology*, Blackwell Publishing, 1985.

DAVIDSON, Donald, (1984) *O método da verdade em Metafísica* in “Existência e Linguagem – Ensaios de Metafísica Analítica”, antologia de textos organizados, prefaciados e traduzidos por João Branquinho, Editorial Presença, 1990, pp. 119-36.

DAVIDSON, Donald, (1989) “A Coherence Theory of Truth and Knowledge” in *Epistemology – An Anthology*, Ernest Sosa and Jaegwon Kim (eds.), Blackwell Publishing, 2005, pp. 154-63.

DAVIDSON, Donald, (1991) *Epistemology Externalized* in “Subjective, Intersubjective, Objective”, Oxford University Press, 2001, pp. 193-204.

FRITZ, Charles, (1952) A., Jr., “The ‘Certainty’ of Professor Lewis’ Expressive Statements” in *The Journal of Philosophy*, Vol. 49, Nº 23, 1952, pp. 723-732.

FUMERTON, Richard, (1976) “Inferential Justification and Empiricism” in *Epistemology: Contemporary Readings*, Edited by Michael Huemer, Routledge Contemporary Readings in Philosophy, 2002, pp. 259-269.

FUMERTON, Richard, (1998) "Evidence and Inquiry by Susan Haack" in *The Philosophical Quarterly*, Vol. 48, N° 192, 1998, pp. 409-412.

FUMERTON, Richard, (2002) "Theories of Justification" in *The Oxford Handbook of Epistemology*, Edited by Paul K. Moser, Oxford University Press, 2002, Chapter 6, pp. 204-233.

GETTIER, Edmund, L., (1963) "Is Justified True Belief Knowledge?" in *Analysis*, N° 23, 1963, pp. 121-123.

GJELSVIK, Olav, (1997) "Tracking truth and solving puzzles" in *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*, 40: 2, 1997, pp. 209-224.

GOLDMAN, Alvin, (1967) "A causal theory of knowing" in *The Journal of Philosophy*, Volume LXIV, N° 12, 1967, pp. 357-372.

GOLDMAN, Alvin, (1979) "What is Justified Belief?" in *AAVV, Epistemology. The Big Questions*, Edited by Linda Martín Alcoff, Blackwell Publishers, 1998, pp. 89-109.

GOLDMAN, Alvin, (1986) *Epistemology and Cognition*, Harvard University Press, 1986.

GOLDMAN, Alvin, (1988) "Strong and Weak Justification" in *Philosophical Perspectives*, Vol. 2, Epistemology, 1988, pp. 51-69.

GOWANS, Christopher, W., (1989) "Two Concepts of the Given in C. I. Lewis: Realism and Foundationalism" in *Journal of the History of Philosophy*, Volume 27, N° 4, 1989, pp. 573-590.

HAACK, Susan, (1991) "What is 'The Problem of the Empirical Basis', and Does Johnny Wideawake Solve It?" in *The British Journal for the Philosophy of Science*, Vol. 42, N° 3, 1991, pp. 369-389.

HAACK, Susan, (1993) "Double-Aspect Foundherentism: A New Theory of Empirical Justification" in *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 53, N° 1, 1993, pp. 113-128.

HAACK, Susan, (1993) *Evidence and Inquiry – Towards Reconstruction in Epistemology*, Blackwell Publishers, Ltd, reprinted in 1998.

HAACK, Susan, (1996) "Précis of Evidence and Inquiry: Towards Reconstruction in Epistemology" in *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 56, N° 3, 1996, pp. 611-614.

HAACK, Susan, (1996) "Reply to Commentators" in *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 56, N° 3, 1996, pp. 644-647.

HAACK, Susan, (1997) "Reply to Bonjour" in *Synthese*, N° 112, 1997, pp. 25-35.

HAACK, Susan, (1998) “A Foundherentist Theory of Empirical Justification” in *Epistemology: Contemporary Readings*, Edited by Michael Huemer, Routledge Contemporary Readings in Philosophy, 2002, pp. 417-431.

HAACK, Susan, (2004) “Coherence, Consistency, Cogency, Congruity, Cohesiveness, &c.: Remain Calm! Don’t Go Overboard!” in *New Literary History*, Vol. 35, N° 2, Coherence, 2004, pp. 167-183.

HAACK, Susan, (2007) “Clues to the Puzzle of Scientific Evidence: A More-So Story” in *Defending Science – within Reason. Between Scientism and Cynicism*, Prometheus Books, 2007, pp. 57-91.

HAACK, Susan, (2007) “The Benefit of Experience – Response to John Clendinnen” in WALL, Cornelis De (ed.), *Susan Haack: A Lady of Distinctions – The Philosopher Responds to Her Critics*, Prometheus Books, 2007, pp. 88-91.

HAACK, Susan, (2007) “Of Chopin and Sycamores – Response to Ryszard Wójcicki” in WALL, Cornelis De (ed.), *Susan Haack: A Lady of Distinctions – The Philosopher Responds to Her Critics*, Prometheus Books, 2007, pp. 69-72.

HAACK, Susan, (2009) *Evidence and Inquiry – A Pragmatist Reconstruction of Epistemology*, Prometheus Books, Second, Expanded Edition, 2009.

HINSHAW, Virgil, G., Jr., (1949) “Basic Propositions in Lewis’s Analysis of Knowledge” in *The Journal of Philosophy*, Vol. 46, N° 7, 1949, pp. 176-184.

LEHRER, Keith, (1990) “Externalism and Epistemology Naturalized” in *Epistemology: An Anthology*, Edited by SOSA, E. and KIM, J., Blackwell Publishing, 2005, pp. 387-400.

LEWIS, Clarence, Irving, (1929) *Mind and the World-Order*, Charles Scribner’s Sons, 1929.

LEWIS, Clarence, Irving, (1946) *An Analysis of Knowledge and Valuation*, La Salle, Illinois, The Open Court Publishing Company, Second Printing, 1950.

LEWIS, Clarence, Irving, (1952) “The Given Element in Empirical Knowledge” in *The Philosophical Review*, Vol. 61, N° 2, 1952, pp. 168-175.

LEWIS, Clarence, Irving, (1954) “The Verification Theory of Meaning: A Comment” in *The Philosophical Review*, Vol. 63, N° 2, 1954, pp. 193-196.

LIGHTBODY, Brian, (2006) “Virtue Foundherentism” in *Kriterion*, Nr. 20, 2006, pp. 14-21.

MÁRMOL, Jesús Antonio Coll, (2006) *Problemas en torno a la idea de un intérprete omnisciente*, in *Revista de Filosofía*, n° 37, 2006, pp. 155-61.

MILMED, Bella K., (1954) “Lewis’s Concept of Expressive Statements” in *The Journal of Philosophy*, Vol. 51, N° 7, 1954, pp. 201-213.

PLANTINGA, Alvin, (1993) “Warrant: A First Approximation” in *Epistemology: An Anthology*, Edited by SOSA, E. and KIM, J., Blackwell Publishing, 2005, pp. 445-456.

QUINE, Willard, Van, Orman, (1951) “Main Trends in Recent Philosophy: Two dogmas of Empiricism” in *The Philosophical Review*, Vol. 60, N° 1, 1951, pp. 20-43.

SELLARS, Wilfrid, (1956) “Empiricism and the Philosophy of Mind” reprinted in Wilfrid Sellars, *Science, Perception and Reality*, Routledge and Kegan Paul, London, 1963, pp. 127-196.

SELLARS, Wilfrid, (1956) “Does Empirical Knowledge have a Foundation?” in *Epistemology: An Anthology*, Edited by SOSA, E. and KIM, J., Blackwell Publishing, 2005, pp. 120-124.

SOSA, Ernest, (1980) “The Raft and the Pyramid” in *Epistemology: An Anthology*, Edited by SOSA, E. and KIM, J., Blackwell Publishing, 2005, pp. 134-153.

SOSA, Ernest, (2003) “Beyond Internal Foundations to External Virtues” in Bonjour, L., Sosa, E., *Epistemic Justification – Internalism vs Externalism*, Blackwell Publishing, 2003, pp. 97-170.

TOOLEY, Michael, *Michael Tooley’s Philosophy Home Page* [Consult. 15 Nov. 2011]. Disponível em <http://spot.colorado.edu/~tooley/Foundherentism.html>

TRAMEL, Peter, (2008) “Haack’s Foundherentism is a Foundationalism” in *Synthese*, 160, 2008, pp.215-228.

WÓJCICKI, Ryszard, (2007) “Foundationalism, Coherentism and Foundherentism – The Controversies from an Alternative Point of View” in WALL, Cornelis De (ed.), *Susan Haack: A Lady of Distinctions – The Philosopher Responds to Her Critics*, Prometheus Books, 2007, pp. 57-68.

Índice Analítico

básica, crença, 10, 14, 17, 32-33, 39, 48, 52-53, 57, 60-62, 66-74, 77-86, 88, 91-95, 102-103, 106, 111, 119, 121, 138, 152, 160-167.

Bergmann, Michael, 75-76, 136.

Bonjour, Laurence, 10, 12-25, 34, 39, 66-67, 69-80, 83, 114, 126, 134-136, 139-141, 147-151, 158-159, 161-162.

caridade, princípio da, 27-29, 35-36.

cepticismo, 11-12, 23, 29, 33, 38, 65, 148, 158.

circularmente viciosa, justificação, 10, 12, 14-15, 23-25, 58, 70, 85-88, 101, 107, 110-111, 152.

Clune, Andrew C., 156-157.

coerência, 12-27, 29-31, 33-35, 37, 59-60, 79-82, 88-91, 101, 110, 119, 121, 152, 161, 164-166.

coerentismo, 10, 13-15, 18-20, 22-25, 39, 48, 51, 79-85, 87, 89-92, 95-96, 102-103, 107, 110, 118-119, 121, 151-154, 164, 166-167, 169.

congruência, 50-51, 60.

consistência, 13, 17, 25-26, 28, 30, 43, 51, 88-90, 108-109, 131, 142, 147, 162, 164.

correspondência, 21, 26, 33-35.

crença-C, 96-97, 101-102, 104-107, 110, 114.

crença-S, 96-101, 103, 153, 165.

Davidson, Donald, 10, 18, 26-38, 74.

derivada, crença (não-básica ou), 10, 39, 49, 52, 62, 66, 78, 80-84, 86, 88, 93-94, 102-103, 119, 138, 161-162, 164-167.

dilema, 22, 67-71, 75-76, 91.

diluição das probabilidades, argumento da, 46-47, 59.

doxástica, presunção, 23.

evidência-C, 97, 99-109, 111-116, 118, 158-160, 165, 167, 169-170.

evidência-S, 97-102, 104-106, 137, 153, 158, 164-165, 167.

ex ante, justificação, 134, 140-141, 150.

expressiva, frase, 40-49, 51, 55, 61, 63-64.

fiabilismo, 10-11, 119-121, 124-125, 130-131, 135-140, 142, 144-147, 149-151, 154-157.

Fritz, Charles, 41, 43, 63-64.

Fumerton, Richard, 167.

fundarentismo, 9-11, 21, 34, 37, 53, 62, 82-84, 86-88, 91, 93-98, 101-108, 110-112, 114-115, 118-121, 136-137, 139, 151-158, 160-162, 164-170.

fundacionalismo, 10-12, 14, 17, 21-23, 33, 39-40, 43, 48, 52-54, 57, 60-63, 66-72, 74-75, 77-95, 101-103, 106-109, 111, 118-121, 124, 138, 151-154, 160-167.

generalidade, objecção da, 124-125, 145-146.

Gettier, Edmund L., 122.

Gjelsvik, Olav, 151-155.

Goldman, Alvin, 10, 120-151, 153-155.

Haack, Susan, 9-11, 17, 21-22, 24, 33-37, 39, 53-59, 61-63, 79-121, 127, 136-139, 141-143, 147, 151-170.

humanidade, princípio da, 27-28.

ignorância do processo de justificação das crenças, objecção da, 144.

input, 15-16, 18-19, 22, 24, 58-59, 79-80, 90-91, 94-95, 123-124, 151.

irrelevância da causação, argumento da, 92-93, 95.

Lewis, Clarence Irving, 10, 40-65, 77, 79-80.

Lightbody, Brian, 156-158.

lotaria, paradoxo da, 25-26, 114-116.

maligno, objecção do demónio, 130-131, 142-143, 146-148, 155.

marinheiros embriagados, argumento dos, 90-92, 95.

Mármol, Jesús Antonio Coll, 38.

memória, 24, 40, 43, 50-54, 60-62, 64-65, 80, 98, 100, 103, 114, 122, 124-125, 128, 158, 166, 169.

metacrença, 23, 70-72, 132-133.

Milmed, Bella K., 64.

normais, mundos, 131-132, 142-143, 146-147, 155, 159-160.

observacional, requisito, 17-22, 24, 80, 114.

omnisciente, intérprete, 27-28, 30-31, 35-36, 38.

palavras cruzadas, puzzle de, 87, 107-108, 110-111, 114, 117-118, 155, 168-169.

radical, interpretação, 28.

ratificação, 116, 137, 156.

regressão (*ad infinitum*), 10-12, 14-15, 23, 47-48, 67-70, 76, 85, 111, 133, 152, 163, 166.

Sellars, Wilfrid, 67-69, 75-76.

Sosa, Ernest, 17, 26, 74, 77.

terminal, juízo, 40-41, 43-47, 49-50, 60-61, 64-65.

Tooley, Michael, 168-169.

Tramel, Peter, 83, 161-167.

vidência, objecção da, 112, 126, 140-142, 149-150.